

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Simone Marafiga Degrandi

**CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
ENDÓGENO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A CRIAÇÃO DE
UM GEOPARQUE EM CAÇAPAVA DO SUL, RS (BRASIL)**

Santa Maria, RS
2018

Simone Marafiga Degrandi

**CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO: DESAFIOS
E PERSPECTIVAS PARA A CRIAÇÃO DE UM GEOPARQUE EM CAÇAPAVA DO
SUL, RS (BRASIL)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutora em Geografia**.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Severo Figueiró

Santa Maria, RS

2018

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo (a) autor (a).

DEGRANDI, SIMONE
CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A CRIAÇÃO DE UM GEOPARQUE
EM CAÇAPAVA DO SUL, RS (BRASIL) / SIMONE DEGRANDI.- 2018.
309 p.; 30 cm

Orientador: ADRIANO SEVERO FIGUEIRÓ
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de
Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2018

1. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO 2. CAÇAPAVA DO
SUL 3. CAPITAL SOCIAL 4. GEOTURISMO 5. GEOPARQUES I.
SEVERO FIGUEIRÓ, ADRIANO II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Simone Marafiga Degrandi

**CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A CRIAÇÃO DE UM GEOPARQUE EM
CAÇAPAVA DO SUL, RS (BRASIL)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutora em Geografia**

Aprovado em 30 de novembro de 2018:

Adriano Severo Figueiró, Dr. (UFSM)
Presidente/Orientador

Charlei Aparecido da Silva, Dr. (UFGD)

André Weissheimer de Borba, Dr. (UFSM)

Kátia Leite Mansur, Dr.^a (UFRJ)/(Parecer)

Adriano Luiz Heck Simon, Dr. (UFPeI)

Santa Maria, RS
2018

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho somente foi possível devido à contribuição e disponibilidade de diversos caçapavanos. A eles o meu muito obrigada!

À Universidade Federal de Santa Maria e ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências;

Ao Professor Adriano Severo Figueiró pela oportunidade e orientação ao longo desses últimos anos;

Aos professores que compõem a banca examinadora;

Aos colegas e amigos do PPGGEO, em especial à Marilse, Fernanda, Franciele, Magali, Alice, Daniel. Obrigado pelo apoio e pela parceria!

Aos colegas e amigos do Laboratório de Geoecologia e Educação Ambiental, Dilson e Djulia, com quem sempre pude contar e dividir minhas dúvidas;

Aos meus colegas do I.E.E. Olavo Bilac dos quais sempre recebi muito apoio e incentivo para concluir este trabalho. Obrigada por tudo!

Ao meu companheiro Marcio pelo apoio, incentivo e em especial pela contribuição fundamental para a realização dos trabalhos de campo;

À amiga Haline Ceccato pelos pousos e conversas em Caçapava do Sul;

Às companheiras de apartamento ao longo desses anos de doutorado Fernanda Coelho, Juliana e Valquíria;

Aos meus pais Elio e Cleci e ao meu irmão Tiago pelos ensinamentos de vida, amor e cuidado;

Ao grupo de pesquisa PANGEA (Patrimônio Natural, Geoconservação e Gestão da Água);

À CAPES pela concessão da bolsa de doutorado, sem a qual não teria sido possível realizar esta pesquisa.

RESUMO

CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A CRIAÇÃO DE UM GEOPARQUE EM CAÇAPAVA DO SUL, RS (BRASIL)

AUTORA: Simone Marafiga Degrandi
ORIENTADOR: Adriano Severo Figueiró

A presente tese, a partir do aporte teórico fornecido pelo desenvolvimento endógeno e pelo capital social, discute o Geoturismo e a criação de um Geoparque como uma estratégia de desenvolvimento territorial para Caçapava do Sul (RS, Brasil), assentada sob as iniciativas turísticas autênticas pensadas e desenvolvidas pela comunidade local para a geração de trabalho e renda. O estudo está embasado pela pesquisa qualitativa e entre os instrumentos e técnicas foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e documental, o trabalho de campo, entrevistas estruturadas, observação assistemática, o diário de campo e o registro fotográfico. Os resultados da pesquisa demonstram que nos últimos 20 anos algumas iniciativas desenvolvidas pela comunidade local têm procurado aproveitar o potencial geopatrimonial do território para o desenvolvimento do turismo. Entre essas iniciativas se destacam as pousadas e campings localizados junto à importantes geopatrimônios do território, assim como grupos de esportes de aventura que se utilizam destes locais para a prática de suas atividades. Também algumas importantes Associações da sociedade civil, como a Associação para o Desenvolvimento do Geoturismo (AGEOTUR) tem procurado se organizar para apoiar o desenvolvimento dessa atividade no território. O desenvolvimento do artesanato e os produtos típicos, apresentam fortes vínculos com a cultura e com a paisagem local, demonstrando o potencial produtivo da comunidade para a elaboração de geoprodutos. De forma geral, após a análise das entrevistas e dos dados coletados em trabalhos de campo, pode-se concluir que Caçapava do Sul apresenta características que indicam a existência de um bom nível de mobilização de capital social, mas, com possibilidades de aumentar ainda mais a utilização deste tipo de recurso, indispensável ao desenvolvimento territorial endógeno. Por outro lado, observa-se que existe pouca comunicação e articulação entre as instituições, Associações que trabalham com a gestão e o planejamento do turismo no território. Além disso, destaca-se a necessidade de maior apoio e investimentos do poder público para a infraestrutura necessária ao desenvolvimento do Geoturismo, já que são observadas debilidades em relação a disponibilização de informações aos turistas, contratação de profissionais especializados em turismo, melhorias no acesso e acessibilidade aos locais de interesse geoturístico, entre outros problemas.

Palavras-chave: atores locais; organização social; potencial geoturístico; gestão do território; geoparques.

ABSTRACT

SOCIAL CAPITAL AND ENDOGENOUS TERRITORIAL DEVELOPMENT: CHALLENGES AND PERSPECTIVES FOR THE CREATION OF A GEOPARK IN CAÇAPAVA DO SUL, RS (BRAZIL)

AUTORA: Simone Marafiga Degrandi
ORIENTADOR: Adriano Severo Figueiró

The present thesis, based on the theoretical contribution provided by endogenous development and social capital, discusses Geotourism and the creation of a Geopark as a territorial development strategy for Caçapava do Sul (RS, Brasil), based on authentic tourism initiatives designed and developed by the local community for the generation of work and income. The study is based on qualitative research and the instruments and techniques used were bibliographic and documentary research, field work, structured interviews, asystematic observation, field diary and photographic record. The research results show that in the last 20 years some initiatives developed by the local community have sought to take advantage of the geopatrimonial potential of the territory for the development of tourism. Among these initiatives are the inns and campsites located next to the important geopatrimônios of the territory, as well as adventure sports groups that use these places to practice their activities. Some important civil society associations, such as the Association for the Development of Geotourism (AGEOTUR), have also been trying to organize themselves to support the development of this activity in the territory. The development of handicrafts and typical products have strong links with the culture and the local landscape, demonstrating the productive potential of the community for the elaboration of geoproducts. In general, after analyzing the interviews and the data collected in the field, it can be concluded that Caçapava do Sul has characteristics that indicate the existence of a good level of mobilization of social capital, but with possibilities to increase even more the use of this type of resource, indispensable for endogenous territorial development. On the other hand, it is observed that there is little communication and articulation between the institutions, Associations that work with the management and planning of tourism in the territory. In addition, there is a need for greater support and investments from public authorities for the infrastructure necessary for the development of Geotourism, since weaknesses are observed in relation to the availability of information to tourists, the hiring of professionals specialized in tourism, improvements in access and accessibility to places of Geotourism interest, among other problems.

Keywords: local actors; social organization; geotouristic potential; management of territory; Geoparks.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Exemplos de valores da geodiversidade.....	23
Figura 2 – Etapas da geoconservação.....	26
Figura 3 – Mapa de localização dos Geoparques Globais da UNESCO.....	39
Figura 4 – Processo de Aplicação ou candidatura a Geoparque Global da UNESCO	45
Figura 5 – Os três pilares que sustentam o funcionamento dos Geoparques.....	49
Figura 6 – Estruturas construídas para auxiliar na geoconservação.....	51
Figura 7 – Atividades educativas em Geoparques.....	54
Figura 8 – Atividades educativas, Geoparque Beigua.....	55
Figura 9 – Exemplos atividades econômicas empreendedoras em Geoparques.....	57
Figura 10 – Percurso geoturístico “Nas Escarpas da Mizarela”.....	59
Figura 11 – Atividades esportivas ao ar livre em Geoparque.....	60
Figura 12 – Geoprodutos associados a Marca GEOfood.....	62
Figura 13 – Geoprodutos encontrados em diferentes Geoparques.....	63
Figura 14 – Mapa de localização das propostas identificadas pelo Projeto Geoparques do Brasil da CPRM e por projetos independentes.....	77
Figura 15 – Exemplos de projetos estaduais/municipais envolvendo a divulgação do geopatrimônio.....	85
Figura 16 – Ações do projeto Geoparque Quarta Colônia.....	86
Figura 17 – Divulgação do Dia Latinoamericano e Caribenho de Geoturismo no Brasil	87
Figura 18 – Geossítios do Geoparque Araripe.....	89
Figura 19 – Mapa de localização do município de Caçapava do Sul no RS.....	117
Figura 20 – Edificações tombadas em Caçapava do Sul.....	121
Figura 21 – Mapa contextos geológicos de Caçapava do Sul.....	122
Figura 22 – Exemplos de geossítios inventariados em Caçapava do Sul.....	125
Figura 23 – Mapa Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade no RS.....	127
Figura 24 – Espécies endêmicas da flora encontradas no geossítio Pedra do Segredo	128
Figura 25 – Habitats relacionados a geodiversidade intrínseca.....	129
Figura 26 – Conjunto de atividades geoeducativas desenvolvidas durante o Geo.Dia.....	131
Figura 27 – Mapa de localização da proposta Geoparque Guaritas-Minas do Camaquã.....	134
Figura 28 – Recortes territoriais sugeridos por Borba (2017).....	136
Figura 29 – Diagrama da tese.....	147
Figura 30 – Apresentações da 12º Festa Mundial do Folclore.....	150
Figura 31 – Salas do Museu Lanceiros do Sul e da Biblioteca Domingos José de Almeida.....	152
Figura 32 – Atividades desenvolvidas no Parque Municipal da Pedra do Segredo.....	153
Figura 33 – Parque da Fonte do Mato.....	154
Figura 34 – Sede da Associação dos Moradores das Guaritas.....	156
Figura 35 – Regiões Turísticas do Estado do Rio Grande do Sul.....	159
Figura 36 – Expo Alto Camaquã e produtos com a Marca Coletiva.....	161
Figura 37 – Ações do Projeto NIDETUR.....	165
Figura 38 – Atividades realizadas pela AGEOTUR.....	167

Figura 39 – Fazenda São João Turismo Rural.....	169
Figura 40 – Fazenda Cerro Colorado Turismo Rural.....	170
Figura 41 – Pousada Chácara do Forte.....	170
Figura 42 – Pousadas na Vila Minas do Camaquã.....	172
Figura 43 – Serra do Segredo e Camping Galpão de Pedra.....	173
Figura 44 – Camping Refúgio dos Escaladores Álvaro Moreira.....	174
Figura 45 – Exemplos de atividades desenvolvidas pelo Minas Outdoor Sports.....	177
Figura 46 – Convite do Flor de Tuna para percurso interpretativo na Serra do Segredo.....	179
Figura 47 – Voo de Parapente a partir do Cerro da Angélica.....	180
Figura 48 – Grupo de Canoagem e Expedições Martim Pescador.....	181
Figura 49 – Caiaques e Gaiola-cross do Grupo Martim Pescador.....	182
Figura 50 – Stands da Feira Municipal de Artesanato e Produtos (FEMAPRO).....	184
Figura 51 – Produtos locais artesanato da FEMAPRO.....	185
Figura 52 – Tendas de artesanato na Vila Progresso.....	187
Figura 53 – Artesanato produzido em ateliês de artesãs em Caçapava do Sul.....	188
Figura 54 – Artesanato em rochas, madeira e em ferro.....	189
Figura 55 – Artesanatos encontrados com a inscrição “Caçapava do Sul.....	191
Figura 56 – Souvenirs temáticos da Tchê Turista.....	192
Figura 57 – Produtos locais Casa do Mel TX e Armazém do Faxinal.....	194
Figura 58 – Feira Livre do Produtor de Caçapava do Sul.....	195
Figura 59 – Dielo Produtora de Alimentos.....	196
Figura 60 – Cervejaria Artesana/Mundaréu.....	197
Figura 61 – Olivais e azeites de oliva da Prosperato.....	198
Figura 62 – Cine Rodeio e Ginásio de Esportes na Vila Minas do Camaquã.....	213
Figura 63 – Origem dos turistas que chegam à Caçapava do Sul.....	215
Figura 64 – Opinião dos atores locais sobre a retomada da mineração na localidade de Minas do Camaquã.....	227
Figura 65 – Confiança nos caçapavanos.....	240
Figura 66 – Confiança em diferentes grupos de pessoas/instituições.....	242
Figura 67 – Grau de união das pessoas na comunidade.....	251
Figura 68 – Área proposta para a criação da UC Monumento Natural Serra do Segredo.....	259
Figura 69 – Órgãos sociais da AGEOTUR.....	262
Figura 70 – Esquema de desenvolvimento territorial endógeno para a criação de um Geoparque em Caçapava do Sul.....	263
Figura 71 – Órgãos sociais e sugestão de equipes de trabalho para a AGEOTUR.....	265

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Valores e subvalores da geodiversidade.....	21
Quadro 2 – Estrutura administrativa do Programa <i>UNESCO Global Geoparks</i>	41
Quadro 3 – Dossiê de candidatura para aspirantes a Geoparque.....	46
Quadro 4 – Categorias do SNUC compatíveis para a proteção do Geopatrimônio.....	70
Quadro 5 – Geossítios descritos e publicados pela SIGEP/CPRM no RS.....	75
Quadro 6 – Dificuldades enfrentadas pelos projetos de Geoparques no Brasil.....	79
Quadro 7 – Geossítios do Geoparque Araripe.....	90
Quadro 8 – Produção Pecuária COREDE Campanha.....	118
Quadro 9 – Geossítios inventariados em Caçapava do Sul.....	123
Quadro 10 – Atores locais entrevistados e códigos de identificação adotados.....	146
Quadro 11 – Meios de hospedagem encontrados em Caçapava do Sul.....	168
Quadro 12 – Dificuldades apontadas pelos atores locais para desenvolver o turismo.....	209
Quadro 13 – Motivação dos turistas para visitar Caçapava do Sul.....	217
Quadro 14 – Síntese de respostas sobre a realização do Geo.Dia.....	220
Quadro 15 – Distribuição da CFEM conforme ente federativo.....	229

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
OBJETIVO GERAL.....	16
1.1.1 Objetivos Específicos.....	16
1.2 APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS DA TESE.....	17
2 DA GEODIVERSIDADE AOS GEOPARQUES	19
2.1 GEODIVERSIDADE, GEOPATRIMÔNIO E GEOCONSERVAÇÃO.....	19
2.2 GEOTURISMO: APROVEITAMENTO SUSTENTÁVEL E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL.....	27
2.3 A REDE GLOBAL DE GEOPARQUES E O PROGRAMA <i>GLOBAL GEOPARKS</i> DA UNESCO.....	37
2.4 GEOPARQUES: UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO.....	48
2.5 A GESTÃO DE GEOPARQUES.....	63
2.6 GEOCONSERVAÇÃO E GEOPARQUES NO BRASIL.....	68
2.6.1 O Geoparque Araripe.....	87
3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO E CAPITAL SOCIAL	93
3.1 CAPITAL SOCIAL: CORRENTES TEÓRICAS E DEFINIÇÕES.....	93
3.2 AS DIMENSÕES DO CAPITAL SOCIAL.....	99
3.3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO E CAPITAL SOCIAL.....	104
4 O TERRITÓRIO DE CAÇAPAVA DO SUL COMO POTENCIAL GEOPARQUE	116
4.1 CAÇAPAVA DO SUL: A CAPITAL GAÚCHA DA GEODIVERSIDADE.....	116
4.2 O GEO.DIA: UMA ESTRATÉGIA DE GEOEDUCAÇÃO E DE DIVULGAÇÃO DA GEODIVERSIDADE.....	129
4.3 GEOPARQUE GUARITAS-MINAS DO CAMAQUÃ OU CAÇAPAVA DO SUL?.....	132
5 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	140
5.1 A PESQUISA QUALITATIVA.....	140
5.2 AS ETAPAS DA PESQUISA.....	143
6 ATORES LOCAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO EM CAÇAPAVA DO SUL	148

6.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES E DOS SERVIÇOS DE SUPORTE AO GEOTURISMO EM CAÇAPAVA DO SUL.....	149
6.1.1 Gestão e Governança Local do Turismo: a atuação dos atores locais institucionais e das Associações.....	149
6.1.2 Os Serviços de Hospedagem.....	167
6.1.3 As Atividades de Recreação e Entretenimento ao Ar Livre.....	174
6.1.4 Artesanato e Produtos Típicos: um potencial à geração de Geoprodutos.....	183
6.2 O OLHAR DOS ATORES LOCAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO.....	200
6.2.1 Desenvolvimento Territorial e Gestão Pública Municipal do Turismo.....	200
6.2.2 Fluxo Turístico, Origem e Motivação dos Turistas.....	213
6.2.3 A Divulgação das Ações de Valorização da Geodiversidade Local	218
6.2.4 A Retomada da Mineração nas Minas do Camaquã e a Continuidade do Turismo de Natureza.....	225
6.3 AS DIMENSÕES E O POTENCIAL DE MOBILIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL EM CAÇAPAVA DO SUL.....	235
6.4 TECENDO REDES NO TERRITÓRIO: A GESTÃO DO GEOTURISMO PARA UM FUTURO GEOPARQUE.....	257
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	268
REFERÊNCIAS.....	272
APÊNDICES.....	297
ANEXOS.....	305

1 INTRODUÇÃO

A capacidade da sociedade em conduzir o seu próprio desenvolvimento, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos localmente disponíveis em seu território (FERREIRA; PESSÔA, 2012) traduz a forma de desenvolvimento denominado endógeno. Nesse sentido, a densidade das redes sociais e instituições, bem como a capacidade de cooperação e ação coletiva, que são dimensões relacionadas ao capital social, constituem fatores importantes para estratégias endógenas de desenvolvimento.

O capital social pode ser definido como o conjunto de recursos, ou via de acesso à recursos, inerentes às relações sociais, tais como confiança, reciprocidade, normas e relações de associação e cooperação, que facilitam a ação coletiva, de modo orientado para um propósito comum, ou que permitem obter certos benefícios econômicos, políticos e sociais (ALBAGLI; MACIEL, 2002).

A difícil relação entre o aproveitamento econômico e a conservação dos recursos paisagísticos (GUIMARÃES, 2009) tem suscitado diferentes debates em torno de propostas que integram o patrimônio natural e cultural e as políticas públicas de desenvolvimento territorial com base no turismo. Dentre essas propostas, desde o início dos anos 2000 difundiu-se mundialmente a criação de Geoparques como uma alternativa sustentável de desenvolvimento territorial (HENRIQUES; BRILHA, 2017), assentada na conservação e aproveitamento turístico do patrimônio geológico-geomorfológico (geopatrimônio) e na organização de recursos e empreendimentos turísticos que se estabelecem em torno desse tipo de patrimônio (CARVALHO *et al*, 2011).

A ideia para a criação de Geoparques, originalmente aplicada na Europa no início dos anos 2000, surgiu em torno do desenvolvimento dos conceitos de geodiversidade, geopatrimônio e geoconservação, levando à criação de quatro Geoparques iniciais, que difundiram rapidamente a estratégia, conseguindo o apoio da UNESCO e resultando na criação da Rede Global de Geoparques (GGN) (MOREIRA, 2014) que atualmente integra 140 Geoparques no mundo (GGN, 2018).

Para a UNESCO (2016) um Geoparque corresponde a um território que possui um geopatrimônio singular e de valor internacional, que possa ser aproveitado no

desenvolvimento do Geoturismo e em atividades e programas de educação em Geociências, promovendo ao mesmo tempo, a proteção e conservação desse tipo de patrimônio através da legislação do país onde se insere.

Segundo Carvalho *et al* (2011) o Geoturismo evoluiu muito rapidamente com a expansão exponencial do movimento de criação de Geoparques, podendo ser considerado um segmento do Turismo de Natureza que se estabelece em torno do geopatrimônio, promovendo sua proteção, conservação e valorização, na oferta de bens e serviços turísticos, capaz de promover a geração de empregos e renda para as comunidades locais, melhorando o desenvolvimento econômico e social. O desenvolvimento deste papel exige um trabalho em redes de cooperação entre os diferentes atores do território, para que essa relação permita o oferecimento de produtos e serviços com uma estreita ligação à ideia base, que seria o Geoturismo aliado à educação e à geoconservação (BRILHA, 2009; RAMOS; FERNANDES, 2010; FARSANI *et al*, 2012). Para isso é necessário buscar apoio nas potencialidades locais ou endógenas do território, com foco na melhoria das condições de vida das populações locais (LÓPEZ *et al*, 2009; CORTEZ, 2013; CASTRO *et al*, 2015).

Nesse sentido, o desenvolvimento do Geoturismo e a criação de Geoparques constitui uma estratégia baseada no potencial endógeno dos territórios e na capacidade de mobilização e organização social das comunidades locais em torno de objetivos comuns para a gestão sustentável do território.

No Brasil, apesar das discussões relativas à geoconservação possuir mais de 20 anos, com o desenvolvimento de importantes iniciativas como o Projeto Geoparques do Brasil (2006), desenvolvido pelo Serviço Geológico Brasileiro (Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais – CPRM), apenas um Geoparque integra a Rede Global de Geoparques (GGN) da UNESCO – o Geoparque Araripe, localizado no sul do estado do Ceará. Entretanto, existem estudos e levantamentos de áreas com potencial à criação de Geoparques em praticamente todo o território nacional, incluindo o Estado do Rio Grande do Sul (RS), onde são propostos pelo menos três territórios: a região dos Aparados da Serra, na divisa entre Santa Catarina (SC) e RS, com o projeto denominado Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul; a região central do RS, com a proposta Geoparque Quarta Colônia (SCHOBENHAUS; SILVA, 2012) e o território de Caçapava do Sul, com a proposta Geoparque Guaritas-Minas do Camaquã (PEIXOTO, 2017), também denominado Geoparque Caçapava do Sul, tema de pesquisa da presente tese.

O município de Caçapava do Sul, localizado no centro-sul do Estado do Rio Grande do Sul (RS), possui a base de sua economia assentada sob os setores da agropecuária, mineração e comércio. Inserido no contexto geológico do Escudo Cristalino Sul Rio-grandense e da Bacia Sedimentar do Camaquã (BORBA, 2006), apresenta uma grande geodiversidade, com a presença de todos os principais tipos de rochas (plutônicas, vulcânicas, sedimentares e metamórficas), estruturas tectônicas (falhas, dobras), mineralizações e feições resultantes de diversos processos terrestres (BORBA, 2015). A ocorrência de minérios metálicos de cobre, ouro, prata, chumbo e zinco, que foram intensamente explorados no passado (BORBA, 2015) e as jazidas de mármore calcínicos e dolomíticos, ainda exploradas atualmente na região das Caieiras para a produção de argamassa, calcário e cal, sustentam em grande parte a economia do município (BORBA, 2017).

Todas essas características singulares em termos geológicos, tornam Caçapava do Sul um dos mais importantes centros de estudos na área das Geociências no sul do Brasil, atraindo pesquisadores, professores e grupos de estudantes de Universidades para a realização de pesquisas e aulas de campo (BORBA, 2015), o que também contribuiu para a instalação de um *campus* da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) com cursos de graduação na área de Geociências¹. Em reconhecimento à importância de seu geopatrimônio, o município também foi declarado em 2015 “Capital Gaúcha da Geodiversidade” através da Lei nº 14.708, de 15 de julho de 2015, aprovada na Assembleia Legislativa do RS (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Além disso, a combinação particular entre elementos patrimoniais bióticos e abióticos, assim como a cultura e a história de ocupação deste território, configuram uma riqueza em termos paisagísticos de grande beleza cênica dentro do Pampa Sul-rio-grandense com a presença de afloramentos rochosos e formas de relevo que possuem um expressivo potencial para o aproveitamento turístico, o que vem favorecendo ao longo dos últimos 20 anos a instalação de alguns empreendimentos de alojamento, empresas e grupos de esportes de aventura e o surgimento de algumas Associações comunitárias ligadas ao desenvolvimento do turismo.

Dentro das pesquisas aplicadas em geoconservação, Caçapava do Sul vem tendo seu geopatrimônio inventariado e descrito desde o início dos anos 2000, sendo

¹ A UNIPAMPA *campus* Caçapava do Sul oferece graduações em Geologia, Geofísica, Tecnologia em Mineração, Licenciatura em Ciências Exatas e Engenharia Sanitária e Ambiental.

indicado como um território com um potencial de destaque para o desenvolvimento do Geoturismo e para a criação de um Geoparque (PAIM, 2002; PAIM *et al* 2010; DEGRANDI, 2011; BORBA *et al* 2013; GARCIA, 2014; SOUZA; 2014; PEIXOTO, 2015; DOMINGUES, 2016; SILVA, 2016; SANTOS, 2016; PEIXOTO, 2017; BORBA, 2017).

Diante desse contexto, a presente pesquisa busca responder a seguinte questão: considerando a grande riqueza geopatrimonial do território, quais as potencialidades e os desafios em termos de organização social e gestão territorial para se chegar à implantação de um Geoparque em Caçapava do Sul?

Nesse sentido, a partir do aporte teórico fornecido pelo desenvolvimento endógeno e pelo capital social, esta tese discute o Geoturismo e a criação de um Geoparque como uma estratégia de desenvolvimento territorial para Caçapava do Sul, assentada sob as iniciativas turísticas autênticas pensadas e desenvolvidas pela comunidade local para a geração de trabalho e renda.

1.1 OBJETIVO GERAL

A presente tese apresenta como objetivo geral compreender o potencial de organização social para o desenvolvimento do Geoturismo e para a criação de um Geoparque em Caçapava do Sul, a partir da perspectiva do capital social e do desenvolvimento territorial endógeno.

1.1. 1 Objetivos Específicos

a) Identificar e caracterizar as atividades desenvolvidas pelos atores locais que podem ser consideradas de suporte ao desenvolvimento do Geoturismo e à criação de um Geoparque em Caçapava do Sul;

b) Apreender e discutir a compreensão e percepção dos atores locais em relação ao desenvolvimento do turismo em Caçapava do Sul;

c) Compreender o estoque e a capacidade de mobilização de capital social para o desenvolvimento do Geoturismo e para a criação de um Geoparque em Caçapava do Sul;

d) Compreender as estratégias de organização social utilizadas pelos atores locais para a gestão e desenvolvimento do turismo em Caçapava do Sul e propor uma estrutura de gestão para um futuro Geoparque neste território.

1.2 APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS DA TESE

A presente tese está estruturada em sete capítulos.

O *capítulo 1 – INTRODUÇÃO*, apresenta o tema, o problema, os objetivos e os capítulos da tese.

No *capítulo 2 – DA GEODIVERSIDADE AOS GEOPARQUES*, são abordados os conceitos relacionados à geoconservação como geodiversidade, geopatrimônio, Geoturismo, a Rede Global de Geoparques da UNESCO (GGN), a gestão de Geoparques, a Geoconservação e Geoparques no Brasil e o Geoparque Araripe.

O *capítulo 3 – DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO E CAPITAL SOCIAL*, abrange um resgate teórico sobre o capital social, as dimensões que o constituem e o que se entende por desenvolvimento territorial endógeno.

Já o *capítulo 4 – O TERRITÓRIO DE CAÇAPAVA DO SUL COMO POTENCIAL GEOPARQUE* apresenta a caracterização do município de Caçapava do Sul, assim como as principais estratégias que vem sendo desenvolvidas para divulgar o seu potencial para a criação de um Geoparque, como o título de Capital Gaúcha da Geodiversidade e a realização do Geo.Dia.

O *capítulo 5 – CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA* descreve os procedimentos metodológicos e as técnicas de pesquisa utilizadas para a realização da tese.

O *capítulo 6 – ATORES LOCAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO EM CAÇAPAVA DO SUL* apresenta os resultados da tese, com a identificação dos atores locais e caracterização das atividades e/ou serviços de suporte ao desenvolvimento do Geoturismo e a criação de um Geoparque em Caçapava do Sul, a compreensão dos atores locais sobre o desenvolvimento do turismo, o potencial de mobilização de capital social no território e a proposição de uma estrutura de gestão para um futuro Geoparque neste território.

Por fim, o *capítulo 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS* aborda as principais potencialidades e desafios em termos de organização social para o desenvolvimento do Geoturismo e para uma possível candidatura de Geoparque junto à UNESCO.

2 DA GEODIVERSIDADE AOS GEOPARQUES

2.1 GEODIVERSIDADE, GEOPATRIMÔNIO E GEOCONSERVAÇÃO

A utilização do termo geodiversidade é relativamente recente, já que, de acordo com Gray (2004), teria sido utilizado na década de 1990 por geólogos e geomorfólogos para descrever a variedade natural abiótica da Terra. É difícil precisar onde esse termo fora referido pela primeira vez, mas provavelmente tenha sido na Austrália, quando citado por Chris Sharples no ano de 1993, em estudos de conservação geológica e geomorfológica (GRAY, 2004; NASCIMENTO; SANTOS, 2013). Durante a realização da Conferência de Malvern sobre Conservação Geológica e Paisagística, realizada no Reino Unido em 1993, o termo também teria sido utilizado entre a comunidade científica participante do evento (GRAY, 2004).

Segundo Gray (2004, p. 8) a geodiversidade pode ser definida como “a variedade (ou diversidade) natural de feições ou elementos geológicos (minerais, rochas e fósseis), geomorfológicos (formas de relevo e processos ativos) e de solo, incluindo suas associações, relações, propriedades, interpretações e sistemas”. Analisando esta definição, pode-se afirmar que a geodiversidade compreende todos os aspectos não vivos de nosso planeta, resultantes do passado geológico da Terra e de processos naturais que atualmente ocorrem, dando origem a novos testemunhos (BRILHA, 2005). A geodiversidade representa, assim, diferentes fenômenos e processos geológicos e geomorfológicos envolvidos na formação de rochas, estruturas de relevo, conjuntos de solos, fósseis, massas de água e outras evidências que ajudam a contar a história da Terra (GRAY, 2013).

Brilha (2005) salienta que a geodiversidade tem servido como suporte a espécies animais e vegetais, influenciando o desenvolvimento da biodiversidade, uma vez que diferentes formas de vida apenas encontram condições de existência, quando se reúne uma série de condições abióticas indispensáveis. Sobre esse aspecto Borba *et al* (2016) destacam a importância da geodiversidade na estruturação de habitats específicos como suporte para a manutenção de diversos tipos de ambientes e organismos.

Kozłowski (2004) aponta que a geodiversidade tem sido a base para o aumento da diversidade biológica durante toda a história geológica da Terra e que as relações

diretas entre elementos vivos e não vivos devem ser consideradas inseparavelmente, para manutenção do equilíbrio necessário ao desenvolvimento da vida.

A grande aceitação do termo geodiversidade e divulgação do conceito, trouxe à baila uma importante reflexão em torno da disparidade existente entre os movimentos de conservação da natureza. Pereira (2010) afirma que historicamente, grande parte das iniciativas de conservação do patrimônio natural da Terra estiveram focadas, na sua quase totalidade, em aspectos bióticos dos territórios, de modo que a conservação da natureza acabou por ser quase que um sinônimo exclusivo dessa vertente (PEREIRA, 2010).

Essa percepção é igualmente compartilhada por Borba (2011, p. 3), quando menciona que:

[...] as iniciativas governamentais de implantação de unidades de conservação (parques, reservas, etc.), em todas as partes do mundo, quase sempre tiveram como objetivo fundamental a proteção da flora e da fauna. Como consequência, feições geológicas e geomorfológicas importantes tem sido conservadas apenas de forma indireta.

Ao contrário do que é comumente difundido sob a justificativa de suas características de rusticidade e grandiosidade, a geodiversidade está submetida a diversas ameaças em função das atividades realizadas pelo homem, entre as quais se destacam a construção de infraestruturas (estradas, represas), exploração geológica indiscriminada para a mineração, coleta e o comércio ilegal de amostras geológicas (fósseis e minerais), entre outras.

Nesse sentido, levando em consideração as ameaças às quais pode estar submetida e, também, os inúmeros benefícios (sociais e ambientais) que a geodiversidade representa é importante destacar os diversos valores² que esta pode assumir. Segundo Gray (2004) a geodiversidade pode apresentar seis valores principais: valor econômico, intrínseco, cultural, estético, funcional e científico/didático. Estes valores, discutidos por Gray (*op.cit.*), podem ser desdobrados em mais trinta e dois subvalores, listados no quadro 1.

² Para além do valor monetário, existem outros tipos de valores que podem ser quantificáveis em função da importância que determinados elementos da geodiversidade possam assumir.

Quadro 1 – Valores e subvalores da geodiversidade

Valores	Subvalores
I-Valor Intrínseco	1-Natureza abiótica, independente daquilo que possa fornecer ao homem
II-Valor Cultural	2-Folclore 3-Histórico/Arqueológico 4-Denominação e/ou imagem de elementos da geodiversidade 5-Sentido de lugar (pertencimento) 6-Espiritual
III-Valor Estético	7-Paisagem local 8-Geoturismo 9-Atividades de lazer 10-Apreciação à distância 11-Inspiração artística
IV-Valor Econômico	12-Energia 13-Minerais Industriais 14-Minerais Metálicos 15-Gemas 16-Fósseis 17-Minerais para a construção 18-Solo
V-Valor Funcional	19-Plataformas 20-Armazenamento e reciclagem 21-Saúde 22-Enterro 23-Controle de poluição 24-Química da água 25-Funções do solo 26-Funções do geossistema 27-Funções do ecossistema
VI-Valor Científico e Educativo	28-Investigação científica 29-História da Terra 30-Pesquisa geológica 31-Monitoramento Ambiental 32-Educação e formação de professores

Fonte: elaborado pela autora com base em GRAY (2004).

O valor econômico da geodiversidade está basicamente relacionado às atividades extrativas dos recursos geológicos (figura 1 A), fundamentais para a obtenção de matérias primas variadas como minerais, rochas, combustíveis fósseis, materiais para a construção civil (areia, calcário, argila), energia geotérmica, reservas de água subterrâneas, entre outros, usados para a produção de bens e geração de energia, dos quais nos tornamos dependentes (BRILHA, 2005).

O valor intrínseco ou de existência (figura 1 B) apresenta caráter subjetivo e diz respeito ao valor que algo possui simplesmente por existir, independente do uso ou utilidade que possa ter para a sociedade. Esse tipo de valor, intangível, envolve dimensões éticas que expressam a relação entre sociedade e Natureza (GRAY, 2004), onde se destacam duas visões diferentes. A de grupos que defendem que a Natureza deve estar à disposição da sociedade (neste caso, não se considera a existência de valor intrínseco), com a finalidade de satisfazer as suas necessidades; e a visão que considera que a humanidade é parte da Natureza e que, portanto, esta teria seu valor próprio. Em relação a esta concepção podemos citar como exemplo, a Constituição do Equador de 2008, que considera a Natureza como um sujeito de direito em seu artigo 71, garantindo legitimidade processual a qualquer pessoa para a defesa do meio ambiente (GUSSOLI, 2014).

O valor cultural é concebido quando há uma ligação forte entre a geodiversidade e o desenvolvimento social, cultural e religioso da sociedade (BRILHA, 2005), podendo ser percebido tanto no plano estético da interpretação da paisagem, com o valor atribuído pelo homem a formações do ambiente físico onde vive, quanto no plano simbólico, em referência aos aspectos religiosos e espirituais (FIGUEIRÓ; VIEIRA; CUNHA, 2013). Esse último tipo de associação pode ser percebido nas peregrinações à locais como cavernas ou cerros, onde são construídos santuários ou igrejas, utilizados como espaço de devoção e de manifestação do sagrado pelas populações (figura 1 C).

O valor estético (figura 1 D) está relacionado à apreciação da geodiversidade ou de paisagens devido aos seus atributos cênicos para contemplação, inspiração artística, lazer, entre outros. A possibilidade de realizar atividades de contemplação, lazer ou esportes de aventura em meio à natureza, onde aspectos geológicos-geomorfológicos se destacam, pode exemplificar a atribuição do valor estético a geodiversidade.

O valor funcional (figura 1 E) constitui a contribuição da geodiversidade tanto como substrato para a sustentação dos sistemas físicos e ecológicos (FIGUEIRÓ; VIEIRA; CUNHA, 2013; BORBA *et al*, 2016), quanto pelo caráter utilitário como suporte à realização das mais variadas atividades humanas (construções de barragens, estradas, armazenamento de água, entre outros) (GRAY, 2004; BRILHA 2005).

A geodiversidade também possui valor científico e educativo (figura 1 F), já que se apresenta como “material” científico e de estudos para a interpretação da história evolutiva da Terra e como recurso à educação em Ciências da Terra, principalmente enquanto fonte de informação para a formação de estudantes de vários níveis de ensino.

Figura 1 – Exemplos de valores da geodiversidade



Legenda: (A) Valor econômico: comercialização de artesanatos, confeccionados a partir de quartzo e outras pedras, Ametista do Sul (RS); (B) Valor Intrínseco ou de Existência: representação da Pachamama (Mãe Terra, do quíchua), divindade Inca relacionada a Terra e tudo que nela vive; (C) Valor Cultural: Basílica Santuário Nossa Senhora da Penha, tradicional santuário católico construído no alto de um dos cerros rochosos que compõem a paisagem do Rio de Janeiro; (D) Valor Estético: Pedra da Cruz, localizado nas Minas do Camaquã em Caçapava do Sul (RS), utilizada para a prática de esportes de aventura como a escalada; (E) Valor Funcional: *Parodia langsdorffii*, cactácea encontrada sob substrato rochoso da Pedra do Et, formada por arenitos e conglomerados que fornecem sustentação à diversas espécies na Serra do Segredo em Caçapava do Sul (RS); (F) Valor Científico e Educativo: peixe fóssil encontrado na Bacia do Araripe (Geoparque Araripe), uma das mais importantes bacias fossilíferas do período Cretáceo no mundo.

Fonte: (A) acervo particular da autora; (B) <https://www.iqilibrio.com/blog/espiritualidade/>; (C) www.basilicasantuariopenhario.org.br; (D) acervo da autora; (E) SILVA (2016); (F) CEARÁ (2012).

Além dos valores que a geodiversidade pode representar, Hjort *et al* (2015) destacam que a geodiversidade, como parte integrante da natureza é crucial para a manutenção de ecossistemas e seus serviços, fornecendo os substratos, as formas de relevo e os processos físicos que permitem o desenvolvimento da vida. Os serviços ecossistêmicos podem ser conceituados como os serviços que a natureza fornece à sociedade e que são indispensáveis à sua sobrevivência, estando associados à

qualidade de vida e ao bem-estar da sociedade. Com relação à geodiversidade, além de um valor maior denominado de intrínseco, esta pode fornecer cinco tipos diferentes de serviços: *serviços de provisão*, relacionados a capacidade de prover recursos para as atividades do homem e da biota; *serviços de suporte*, relacionados aos processos naturais necessários para que os outros serviços existam; *serviços de regulação*, relacionados ao controle natural das condições ambientais, seja do ar, da água e dos solos; *serviços de conhecimento*, relacionados com estudos científicos e atividades educacionais e *serviços culturais* relacionados com a importância em oferecer benefícios recreacionais, estéticos e espirituais (GRAY *et al*, 2013; HJORT *et al*, 2015; SILVA, 2016).

Frente aos valores da geodiversidade e aos serviços ecossistêmicos que esta oferece, a conservação dos aspectos geológico-geomorfológicos da natureza começou a ser discutida com maior ênfase a partir do final do século XX (PEREIRA, 2010), especialmente a partir da realização do 1º Simpósio Internacional sobre Conservação do Patrimônio Geológico, realizado em 1991, em Digne (França), culminando na Declaração Internacional dos Direitos à Memória da Terra (anexo A). Segundo esta declaração foi reconhecida a importância e urgência da conservação do patrimônio natural abiótico, que deverá ser alcançada por meio de diferentes medidas, dentro do que convencionou-se chamar de geoconservação.

A geoconservação tem como objetivo a preservação da diversidade natural (ou geodiversidade) de significativos aspectos e processos geológicos (substratos), geomorfológicos (formas de paisagem) e de solo, mantendo a evolução natural (velocidade e intensidade) desses aspectos e processos (SHARPLES, 2002, p.2).

Conforme Brilha (2005) o ato de proteger e de conservar algo justifica-se porque lhe é atribuído algum valor, seja ele econômico, cultural, estético, ou outro. Entretanto, se tornaria impossível conservar a geodiversidade como um todo, tornando-se necessário definir quais elementos ou ocorrências geológico-geomorfológicas demandariam uma atenção especial para a geoconservação, em razão de sua relevância, surgindo assim, os conceitos de patrimônio geológico ou geopatrimônio que, em inglês, corresponde aos termos “*geological heritage*” e “*geoheritage*” (BORBA, 2011).

Cada local onde este tipo de patrimônio ligado à geodiversidade ocorre, pode ser denominado de geossítio (BRILHA, 2005), ou também, local de interesse geológico. Para Brilha (2005, p.52) um geossítio corresponde à

[...] ocorrência de um ou mais elementos da geodiversidade (aflorantes quer em resultado da ação de processos naturais quer devido à intervenção humana), bem delimitado geograficamente e que apresente valor singular do ponto de vista científico, cultural, turístico, ou outro.

O geopatrimônio corresponde portanto ao tipo de patrimônio ligado à geodiversidade de um território, possuindo importância científica e/ou turística, e/ou educativa, e/ou estética, ou ainda, um significado cultural e identitário significativo para a comunidade local onde se encontra, sendo considerado, portanto, um patrimônio pelas pessoas que vivenciam a realidade local.

Destacamos ainda que a utilização dos termos patrimônio geológico e geopatrimônio como sinônimos é bastante comum. Pesquisadores como Sharples (2002), Rodrigues e Fonseca (2008), Borba, (2011) e Figueiró, Vieira e Cunha (2013), preferem utilizar o termo geopatrimônio.

Sharples (2002), por exemplo, adota *geoheritage* (geopatrimônio), apresentando a justificativa de que o termo patrimônio geológico remete apenas a noção de geologia, excluindo a diversidade de elementos geomorfológicos e ocorrências associadas ao termo geodiversidade.

De forma semelhante, Rodrigues e Fonseca (2008), assim como Borba, (2011), preferem a utilização do termo geopatrimônio, em razão do termo patrimônio geológico ter uma representação aparentemente, mais restritiva do que o primeiro.

Figueiró, Vieira e Cunha (2013) destacam que o geopatrimônio está associado à geodiversidade, incluindo aqueles elementos que, pelas suas características de originalidade, grandiosidade e espetacularidade, assumem uma importância significativa para a manutenção do conjunto paisagístico e para a realização das atividades humanas, necessitando de medidas de conservação.

A partir dessas revisões e definições, destaca-se que a geoconservação pode incluir um conjunto de iniciativas que vão desde o trabalho de inventário e caracterização de locais de interesse geológico-geomorfológico (geossítios) até medidas de valorização e adequada gestão do geopatrimônio dos territórios. Brilha (2005) delinea etapas sequenciais para a geoconservação, que compreendem a inventariação, a quantificação (ou avaliação quantitativa), a classificação, a

conservação, a valorização e divulgação e, por último, o monitoramento destes locais (figura 2).

Figura 2 – Etapas da geoconservação



Fonte: elaborado pela autora com base em BRILHA (2005).

Conforme esclarecem Henriques *et al* (2011), a geoconservação básica envolve todos os métodos para a identificação, inventariação e avaliação quantitativa de geossítios; por outro lado, as estratégias de proteção, valorização, divulgação e

uso sustentável (para a educação e turismo), também fazem parte do que se convencionou chamar de geoconservação aplicada.

Rodrigues e Fonseca (2008) destacam que a geoconservação têm contribuído em todos os programas, convenções ou projetos que procuram identificar geossítios, esclarecendo e educando a população em relação ao valor destes locais, desenvolvendo planos ou estratégias de ordenamento territorial que contribuam não só para a sua conservação mas também para a promoção do geopatrimônio.

García-Ortiz *et al* (2014, p. 463) salientam que,

[...] a geoconservação é alcançada através da coordenação de quatro campos: (1) o inventário de sítios geológicos (geossítios), (2) a criação de um quadro legal que garanta a sua preservação, (3) a divulgação da importância do geopatrimônio para a sociedade e (4) o desenvolvimento de planos de gestão e medidas para assegurar a proteção e utilização adequada dos geossítios.

A identificação e divulgação da geodiversidade de um território auxilia, portanto, na relação entre a sociedade e seu geopatrimônio, especialmente através de iniciativas de interpretação e conservação patrimonial desenvolvidas junto às comunidades locais e aos turistas. Sobre esse último aspecto, o Geoturismo e a interpretação (ambiental/patrimonial) tem desempenhado um papel fundamental para a efetivação da geoconservação.

2.2 GEOTURISMO: APROVEITAMENTO SUSTENTÁVEL E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL

O turismo, enquanto fenômeno impulsionado pela busca de lazer, proporcionado pela realização de viagens à locais diferentes do entorno habitual das pessoas (OMT, 2008) vem se tornando uma das principais atividades de desenvolvimento territorial, através do aproveitamento do patrimônio natural e cultural dos locais visitados. Embora não exista uma definição única para o turismo e suas diversas tipologias, a Organização Mundial do Turismo (OMT) o conceitua como as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros (OMT, 2008). A OMT (2008)

destaca ainda, que o turismo tem efeitos na economia, no entorno natural e nas zonas edificadas, na população local dos lugares visitados e nos visitantes propriamente ditos.

As diferentes conceituações para o turismo também são acompanhadas por uma grande segmentação da atividade, que hoje conta com tipologias diferenciadas, incluindo o Turismo de Natureza (MCKERHER, 2002). De acordo com McKerher (2002), o Turismo de Natureza engloba o ecoturismo, turismo de aventura, turismo educacional e uma profusão de outros tipos de experiências proporcionadas pelo turismo ao ar livre e alternativo.

É dentro desse contexto do Turismo de Natureza que o Geoturismo pode ser enquadrado alcançando grande notoriedade, tanto em relação ao crescente interesse dos turistas, quanto no meio acadêmico, com o desenvolvimento de pesquisas que envolvem diferentes linhas de abordagem conceitual. De forma geral, pesquisadores como Hose (1995, 2000, 2008), Barbosa, Ferreira e Barra (1999), Dowling e Newsome (2006), Ruchkys (2007), Nascimento, Ruchkys e Mantesso-Neto (2007), Moreira (2014), Buckley (2003), Brilha (2005), a *National Geographic Society* (2002), entre outros, possuem posicionamentos divergentes em relação a dois pontos específicos em relação ao Geoturismo.

Em primeiro lugar, há uma divergência em relação a se o Geoturismo constitui um novo segmento de turismo ou se o mesmo pode ser definido como um subsegmento do Ecoturismo. Em segundo lugar, ocorrem divergências em relação ao prefixo “geo” da palavra Geoturismo, que conforme a maioria das definições está associado à Geologia e a Geomorfologia; definição esta não compartilhada pela National Geographic, que afirma que o prefixo “geo” refere-se às características geográficas dos locais visitados. A seguir analisamos alguns posicionamentos em relação a estes pontos de divergência, incluindo as primeiras conceituações apresentadas em relação ao Geoturismo.

O turismo realizado em áreas naturais sempre existiu. Entretanto, desde a década de 1980, tem havido um aumento considerável desse tipo de viagem onde o termo “Ecoturismo” passou a designar atividades turísticas fortemente ligadas à natureza, em que o visitante também procura um contato mais direto em relação à comunidade receptora. No Brasil, uma das definições de Ecoturismo mais citadas é a do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), que formulou o conceito oficial brasileiro. Segundo a EMBRATUR (2004, p. 19) o Ecoturismo é:

[...] um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas.

Nessa conceituação é possível captar a essência do Ecoturismo, que envolve a visitação e o aproveitamento sustentável do patrimônio natural e cultural, incentivando sua conservação, através da interpretação ambiental. Além dessas características, o Ecoturismo reflete também, alguns princípios do desenvolvimento sustentável, ao promover a valorização de aspectos socioculturais dos locais visitados, permitindo o incremento da renda da comunidade local, através de atividades que se associam à visitação turística. Em virtude dessas características citadas, que também são atribuídas ao Geoturismo é que se assentam as semelhanças entre Eco e Geoturismo, levando inclusive à utilização do termo “Ecogeoturismo” (MEDEIROS, 2007).

O Geoturismo seria o turismo voltado ao patrimônio natural abiótico da Terra, composto pela geodiversidade (diversidade de feições geológicas e geomorfológicas), presente em um determinado território. Uma das primeiras definições de Geoturismo teria sido realizada na Europa, pelo pesquisador inglês Thomas Hose (1995), em uma revista de Interpretação Ambiental. Conforme Hose (1995, p. 17), o Geoturismo caracteriza-se pela “provisão de serviços e facilidades interpretativas que permitam aos turistas a compreensão e aquisição de conhecimentos de um sítio geológico e geomorfológico ao invés da simples apreciação estética”. Alguns anos depois, HOSE (2000, p. 136) apresentou uma definição semelhante, caracterizando o Geoturismo agora como:

[...] a provisão de facilidades interpretativas e serviços para promover o valor e os benefícios sociais de lugares e materiais geológicos e geomorfológicos e assegurar sua conservação, para o uso de estudantes e turistas e outras pessoas com interesse recreativo e de lazer.

As duas conceituações apresentadas por Thomas Hose, definem o Geoturismo como o turismo voltado a aspectos geológicos e geomorfológicos dos locais visitados, salientando a importância da interpretação ambiental, que também é peça-chave no desenvolvimento de atividades ecoturísticas.

Em um artigo publicado na Revista Geonovas, Barbosa, Ferreira e Barra (1999), utilizam a expressão “Geoturismo ou Turismo Geológico”, em referência ao

turismo realizado com enfoque em afloramentos geológicos e formas de relevo, apresentando diversos locais como exemplos para a realização da atividade em Portugal. Os autores (*op.cit.*) também utilizam a expressão “percursos ou itinerários geoturísticos”, salientando a importância da tradução das informações científicas à especialistas de outros ramos ou para leigos, devido a importância de compreensão das estruturas que dão suporte ou formam as paisagens observadas, durante a visita turística.

Por outro lado, uma interpretação diferente e bastante polêmica para Geoturismo foi apresentada em um estudo realizado em 2002, pela *National Geographic Society* (NGS) e pela *Travel Industry Association* (TIA) dos Estados Unidos (EUA), sobre os hábitos turísticos dos norte-americanos (STUEVE; COOK; DREW, 2002). Segundo o estudo, o Geoturismo é entendido como o turismo que mantém ou reforça as principais características geográficas de um lugar, seu ambiente, cultura, estética, patrimônio e o bem-estar de seus residentes (STUEVE; COOK; DREW, 2002).

Para a *National Geographic Society* o termo Geoturismo deriva das palavras Geografia e Turismo, representando a associação entre os atributos naturais e culturais que tornam um determinado lugar distinto de outros, enfocando, portanto, as características geográficas dos destinos turísticos. Nessa definição a associação do termo Geoturismo à Geologia é apenas implicitamente mencionada, através da palavra “ambiente”. Esta definição gerou críticas à *National Geographic Society* que, segundo Hose (2008), não teria levado em consideração as definições anteriormente propostas.

Buckley (2003) destaca que o termo Geoturismo teria ganhado notoriedade rapidamente após a divulgação do estudo realizado pela NGS e TIA, destacando que a forma com que o termo tem sido citado e definido por alguns pesquisadores, parece bastante diferente da realidade vivenciada na prática pelos geoturistas. Para Buckley (2003) o que é caracterizado como Geoturismo, expressa a relação entre as atrações turísticas, naturais e culturais, próprias de um determinado local geográfico e não de um setor específico de turismo voltado à Geologia, já que os geoturistas buscam vivenciar em suas viagens mais do que a simples visita à afloramentos rochosos ou formas de relevo.

A concepção adotada pela *National Geographic Society* (2002) e por Buckley (2003), se contrapõe a da maioria das definições conceituais encontradas na literatura

nacional e internacional, a exemplo da apresentada por Dowling e Newsome (2006), que destacam que a parte “geo” da palavra Geoturismo diz respeito à Geologia e à Geomorfologia e aos demais recursos e processos naturais da paisagem, que geram feições geológico-geomorfológicas, sendo estes os componentes-chave para o desenvolvimento desse tipo de turismo. Estes autores, consideram ainda que o Geoturismo pode ser considerado como um subsegmento do Ecoturismo, engrossando o debate conceitual.

De forma semelhante à Dowling e Newsome (2006), Rodrigues (2009) também destaca que etimologicamente o termo Geoturismo provém dos termos “geo” e “turismo”, acrescentando que o primeiro se refere ao planeta Terra, enquanto que o segundo se refere ao prazer proporcionado pela realização de viagens. A partir dessas características, para Rodrigues (2009) o Geoturismo corresponde à viagens com o objetivo de compreender o planeta. Segundo Rodrigues (2009), o Geoturismo envolve uma conscientização para o património geológico, para que haja uma compreensão do meio, associando-se à beleza cênica dos locais de interesse geológico com potencial turístico, estimulando assim o conhecimento da geodiversidade, a geoconservação e o desenvolvimento sustentável.

Brilha (2005) destaca que apesar dos diferentes graus de abrangência do termo Geoturismo, ele se refere à uma atividade que está intrinsecamente ligada à geodiversidade e à geoconservação e que um destino com potencialidades geoturísticas deverá apresentar uma estratégia de geoconservação que garanta a sustentabilidade dos locais visitados. Para o autor (*op.cit.*), o Geoturismo pode ser considerado como parte integrante daquilo que é conhecido como Ecoturismo.

Com uma abordagem diferente daquela proposta por Brilha (2005), uma das primeiras teses realizadas sobre o tema no Brasil, Ruchkys (2007, p. 23) define o Geoturismo como:

[...] um segmento da atividade turística que tem o património geológico como seu principal atrativo e busca sua proteção por meio da conservação de seus recursos e da sensibilização do turista, utilizando, para isto, a interpretação deste património tornando-o acessível ao público leigo, além de promover a sua divulgação e o desenvolvimento das ciências da Terra.

Seguindo uma linha conceitual semelhante, o artigo de autoria de Nascimento, Ruchkys e Mantesso-Neto (2007), realiza um resgate conceitual do termo Geoturismo,

o definindo como um novo segmento de turismo no Brasil. Neste trabalho, Nascimento, Ruchkys e Mantesso-Neto (2007, p. 1) destacam que:

O geoturismo compreende um novo segmento do turismo de natureza, no Brasil, que surge com a intensão de divulgar o patrimônio geológico, bem como possibilitar sua conservação. Tal atividade utiliza feições geológicas como atrativo turístico, divulgando a geodiversidade da região turística, sendo útil, portanto, para promover a associação com as atividades de ecoturismo, unindo assim, a bio e a geodiversidade. Contudo, é preciso educar para proteger e na comercialização desse segmento do turismo deve ser observada a venda do produto com cuidado, preparando o geoturista na questão da educação e da interpretação ambiental.

Na abordagem proposta pelos autores (*op.cit.*), o Geoturismo está diretamente ligado à geodiversidade e ao geopatrimônio, sendo considerado um novo segmento de turismo, que possui potencial de associação com o Ecoturismo. Dessa mesma perspectiva também compartilha Rodrigues (2009, p. 39) ao afirmar que:

O geoturismo é, assim, um segmento emergente, em que o objetivo do turismo se centra na Geodiversidade. Está criado um novo nicho com novas especificidades e novas contingências que acompanha não só as tendências gerais do turismo mas que também impõe as suas próprias tendências. [...] É necessário acrescentar que o Geoturismo não se vem sobrepor ao Turismo de Natureza, vem antes acrescentar e combinar outros valores inerentes aos conceitos de Geodiversidade e Desenvolvimento Local.

Em relação ao debate conceitual envolvendo Geoturismo e Ecoturismo, Moreira (2014, p. 26) acrescenta que:

O geoturismo não pode ser encarado como uma forma de ecoturismo, e sim como um novo segmento que conta inclusive com a aprovação por parte da UNESCO, sendo específico em suas potencialidades e objetivos. Por mais que as definições de ecoturismo contenham o patrimônio natural, nenhuma delas abrange a geodiversidade como parte do produto turístico, citando muitas vezes unicamente a biodiversidade. O que diferencia o ecoturismo do turismo convencional é o fato de ele ser considerado uma segmentação turística responsável, que cumpre critérios e princípios básicos de sustentabilidade, critérios estes também seguidos pelo geoturismo, que contempla os aspectos geológicos como os principais atrativos turísticos.

Coaduna-se com o posicionamento apresentado por Moreira (2014), em relação a especificidade do Geoturismo e sua estreita relação com o Ecoturismo, também abordada por Figueiró, Vieira e Cunha (2013, p.68) ao salientarem sua relação com outras categorias de turismo alternativo como o Turismo de Aventura e o Turismo Cultural:

[...] ao integrar o natural e o cultural, o Geoturismo apresenta grande interação com o Ecoturismo e com o Turismo Cultural, confirmando o princípio de que a identidade cultural de um determinado território se forja em estreita relação com a base física que lhe dá suporte.

Em novembro de 2011, foi realizado em Portugal, no Geoparque Arouca, o Congresso Internacional de Geoturismo (*Geotourism in Action - Arouca 2011*). Como resultado das discussões ocorridas durante o evento a Comissão Organizadora, de acordo com os princípios estabelecidos pelo *Center for Sustainable Destinations – National Geographic Society*, apresentou a “Declaração de Arouca” (Anexo B), que estabelece o conceito e algumas diretrizes em relação ao Geoturismo. Segundo a Declaração de Arouca (2011, p. 1),

[...] reconhece-se a necessidade de clarificar o conceito de geoturismo. Deste modo entendemos que geoturismo deve ser definido como o turismo que sustenta e incrementa a identidade de um território, considerando a sua geologia, ambiente, cultura, valores estéticos, património e o bem-estar dos seus residentes. O turismo geológico assume-se como uma das diversas componentes do geoturismo.

Carvalho *et al* (2011) destacam que o Geoturismo como um conceito recente e nicho do turismo sustentável, com crescimento exponencial no mundo na última década, é tão antigo quanto a sacralização das paisagens, das rochas, dos minerais e dos fósseis pelo homem.

O geoturismo pode ser definido como a organização sustentável dos recursos turísticos, de sua proteção, conservação e valorização, da oferta de bens e serviços, da divulgação e promoção (comunicação) do destino, que se estabelece em torno do património geológico. Em resumo, o geoturismo é viajar pelo património geológico. Como segmento de turismo de natureza, com relações diretas e indiretas com o turismo cultural (turismo de paisagem, parques de mineiros, museus e centros interpretativos), com turismo ativo (caminhadas, espeleoturismo, etc.) e inclusive turismo de saúde e bem-estar (termalismo). O geoturismo evoluiu muito rapidamente com a expansão exponencial do movimento global de geoparques, a partir de 2000 (CARVALHO *et al*, p.55, 2011).

Pereira e Nascimento (2017, p.57) também compartilham o entendimento de que o Geoturismo pode ser considerado um turismo de nicho em ascensão, caracterizado pela “combinação de bens turísticos, serviços e infraestrutura a fim de promover o geopatrimónio de uma determinada área, visando a sua geoconservação e promovendo o desenvolvimento local”.

Até o momento existem muitas divergências sobre o conceito de Geoturismo. Contudo, as definições apresentam alguns aspectos importantes em comum como a visitação a locais de interesse geopatrimonial, a interpretação ambiental, a geoconservação e a valorização do patrimônio natural e cultural dos territórios.

Nesse sentido, a partir do resgate conceitual apresentado, o Geoturismo será considerado nesta tese como uma tipologia emergente do turismo de natureza, onde o principal interesse centra-se no conhecimento e na interpretação do geopatrimônio dos locais visitados (geoeducação), valorizando, ainda, a biodiversidade, a cultura e o modo de vida das comunidades receptoras, constituindo-se em uma atividade sustentável ligada ao desenvolvimento endógeno de territórios que se destacam por sua geodiversidade.

Para Carvalho *et al* (2011) o potencial geoturístico de um território deve levar em conta a complexidade paisagística, a singularidade ou representatividade científica, a aplicabilidade pedagógica, a relevância cultural, a grandeza cênica e o elevado valor estético frente a vulnerabilidade do geopatrimônio. O aproveitamento desse potencial pode ser realizado através da realização de atividades variadas, com a elaboração de roteiros geoturísticos que englobem o geopatrimônio local e os demais locais de interesse turístico existentes no território, como por exemplo, museus e centros de interpretação ambiental, patrimônios histórico-culturais, assim como atividades recreativas em meio à natureza, desenvolvidas levando em consideração a interpretação ambiental, para garantir a sustentabilidade no processo de visitação (CARVALHO *et al*, 2011).

O Geoturismo pode ser considerado uma atividade capaz de oportunizar aos turistas mais que a mera contemplação de paisagens, mas a interpretação do geopatrimônio. A interpretação é um processo de comunicação criativa, que pode conectar emocionalmente e intelectualmente o visitante com os valores do patrimônio ou do local visitado, sendo utilizada em museus e em áreas protegidas, ou ainda, em programas e projetos de Educação Ambiental. Constituí uma disciplina que possui diretrizes e técnicas metodológicas que orientam a comunicação com o público, sendo definida por Tilden (1977, p.8) como

(...) uma atividade educativa que tem como objetivo revelar significados e relações através da utilização de objetos originais, por experiência direta, e por meios ilustrativos de comunicação, ao invés de simplesmente comunicar a informação factual.

Em programas ou projetos educacionais voltados às Geociências, também chamados de geoeducação (MOURA FÉ; PINHEIRO, 2016), a interpretação possui papel fundamental para a compreensão do meio, especialmente dos aspectos geológicos-geomorfológicos, já que a diversidade e complexidade da densa terminologia geológica é considerada por muitos como inacessível ao cidadão comum (MOREIRA, 2014). Nesse sentido é fundamental a adoção de meios interpretativos para a “tradução” desse conhecimento, utilizando uma linguagem clara e acessível. Além disso, tornar as feições passíveis de entendimento é fundamental para despertar o interesse dos turistas e trazê-los aos locais de interesse geoturístico (MOREIRA, 2014).

Mansur (2009) destaca que os termos relacionados ao conhecimento geológico geralmente estão restritos ao meio acadêmico e a dificuldade em divulgar e disseminá-los centra-se em dois obstáculos: o fato de os interesses dos pesquisadores das Ciências da Terra estarem mais voltados para a prospecção e uso dos recursos minerais; e pelo maior interesse das pessoas pelos seres vivos (especialmente a fauna), em virtude do forte apelo emocional que estes transmitem.

Moreira (2008) identificou alguns instrumentos que podem ser utilizados na interpretação do geopatrimônio, despertando o interesse e sensibilizando os geoturistas, tais como: trilhas guiadas e autoguiadas, excursões, palestras, material impresso (folders, guias de campo, livros), vídeos, websites, jogos e atividades lúdicas e interativas, museus, exposições e painéis interpretativos. A estes instrumentos somam-se também centros de interpretação ou de visitantes e softwares ou aplicativos para celular, que podem ser utilizados para guiar e enriquecer as experiências dos geoturistas. Além disso, as atividades recreativas e de lazer como a escalada, a caminhada (trekking ou trilha), o cicloturismo, a observação de aves, entre outras, quando associadas à interpretação ambiental podem ser consideradas atividades complementares e de suporte ao desenvolvimento do Geoturismo.

A realização da interpretação ambiental do geopatrimônio e a educação em Geociências, nos locais de desenvolvimento do Geoturismo podem ser vistas como parte das estratégias de geoconservação adotadas pelos territórios (MOREIRA, 2014).

Sobre a relação entre desenvolvimento territorial endógeno e Geoturismo, tema central desta tese, ressalta-se que a dinâmica gerada em torno de produtos e serviços voltados ao atendimento dos geoturistas, pode constituir uma alternativa sustentável

de renda para as comunidades locais situadas em territórios de destaque do ponto de vista geopatrimonial. A contribuição econômica do turismo ocorre a partir das atividades realizadas pelos visitantes e seus efeitos na aquisição de bens e serviços proporcionados pela comunidade local (OMT, 2008). Nesse sentido, o Geoturismo pode movimentar a economia local, através de pequenos negócios voltados à hospedagem e à alimentação, ao desenvolvimento de atividades recreativas e à comercialização de souvenirs e/ou produtos locais. Por isso, é fundamental ter um bom plano de ação para o Geoturismo (CARVALHO, *et al*, 2011) com a participação da comunidade local e dos diferentes agentes produtivos do espaço turístico, em busca de uma gestão mais sustentável da atividade em relação aos recursos e a identidade territorial.

O Geoturismo pode ser uma alternativa poderosa para o desenvolvimento territorial endógeno, mas, necessita ser planejado e gerido de forma eficaz, para não constituir uma ameaça direta ao geopatrimônio. Nesse sentido, é importante que parte da receita gerada seja empregada para a manutenção e conservação dos locais de visitação, assim como para a construção de infraestrutura adequada à movimentação das pessoas. Sobre esse aspecto, podemos citar como exemplo, a realização de estudos de capacidade de carga em trilhas que dão acesso aos locais de interesse geoturístico e à construção de trapiches, escadas, passarelas e mirantes que auxiliam na observação da paisagem e na geoconservação. Projetos de restauro e manutenção de prédios históricos, incluídos em possíveis roteiros geoturísticos também podem ser citados como exemplo do emprego das receitas arrecadadas com o Geoturismo, auxiliando na conservação patrimonial.

Na gestão do Geoturismo é necessário avaliar possíveis impactos negativos, para apoiar a formulação de políticas públicas e a tomada de decisão sobre quais os locais que podem ser aproveitados, sem prejudicar ou alterar o patrimônio local.

Frente às discussões apresentadas em relação ao Geoturismo é importante que a interpretação do geopatrimônio e do patrimônio histórico-cultural, seja a base das estratégias de aproveitamento do potencial geoturístico dos territórios, interconectada com as paisagens, atividades econômicas locais, produtos e valores culturais do território (CARVALHO *et al*, 2011).

2.3 A REDE GLOBAL DE GEOPARQUES E O PROGRAMA GLOBAL GEOPARKS DA UNESCO

O conceito de Geoparques, originalmente formulado na Europa no final dos anos 1990, refere-se a territórios onde é aplicada uma estratégia de desenvolvimento territorial, apoiada na conservação e ao mesmo tempo aproveitamento sustentável de paisagens que contém testemunhos geológicos fundamentais da evolução da Terra (ZOUROS, 2016). Conforme Moreira (2014) o desenvolvimento do conceito de patrimônio geológico, entre os anos 1991 e 1997, culminou com a ideia de criação de Geoparques. Modica (2009) destaca que a reflexão sobre a criação de Geoparques surgiu durante a realização do 30º Congresso Internacional de Geologia em 1996, realizado em Pequim (China), em razão das intervenções realizadas por Nickolas Zouros e Guy Martini, sobre as dificuldades de gerir o patrimônio geológico e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento dos territórios onde esse tipo de patrimônio se destaca.

Segundo Moreira (2014) em 1997 os subsídios econômicos fornecidos pelo programa LEADER (União Europeia) para o desenvolvimento e cooperação entre zonas rurais, possibilitou que quatro territórios europeus pudessem experimentar e desenvolver o conceito de Geoparques. Dessa forma, a Reserva Geológica de Haute-Provence, na França; a Floresta Petrificada de Lesvos, na Grécia; o Geoparque Vulkanaifel, na Alemanha; e o Geoparque Maestrazgo, na Espanha, iniciaram um processo de colaboração e troca experiências, com o objetivo comum de proteger o geopatrimônio local, promovendo-o ao público em geral, com base em sua valorização para o desenvolvimento econômico sustentável através do turismo (MODICA, 2009).

Modica (2009) destaca que esses quatro territórios possuíam características naturais e socioeconômicas em comum, apresentando geossítios de grande relevância científica e estética e problemas socioeconômicos, como elevadas taxas de desemprego, migração e abandono da área por parte da população jovem.

A partir da organização dos quatro Geoparques iniciais, em 2000 foi criada a Rede Europeia de Geoparques (*European Geoparks Network – EGN*), seguida da criação da Rede Global de Geoparques (*Global Geoparks Network – GGN*) em 2004, composta pelos Geoparques europeus e mais 8 Geoparques chineses, promovendo uma grande difusão mundial da filosofia e conceito referente aos Geoparques. A partir do sucesso da iniciativa e de uma certa pressão da comunidade científica

internacional, a Divisão de Ciências da Terra da UNESCO, em colaboração com GGN e a partir da adoção de diretrizes específicas, passou a reconhecer novos territórios que foram então denominados de “Geoparques Globais sob os auspícios da UNESCO”³ (HENRIQUES; BRILHA, 2017).

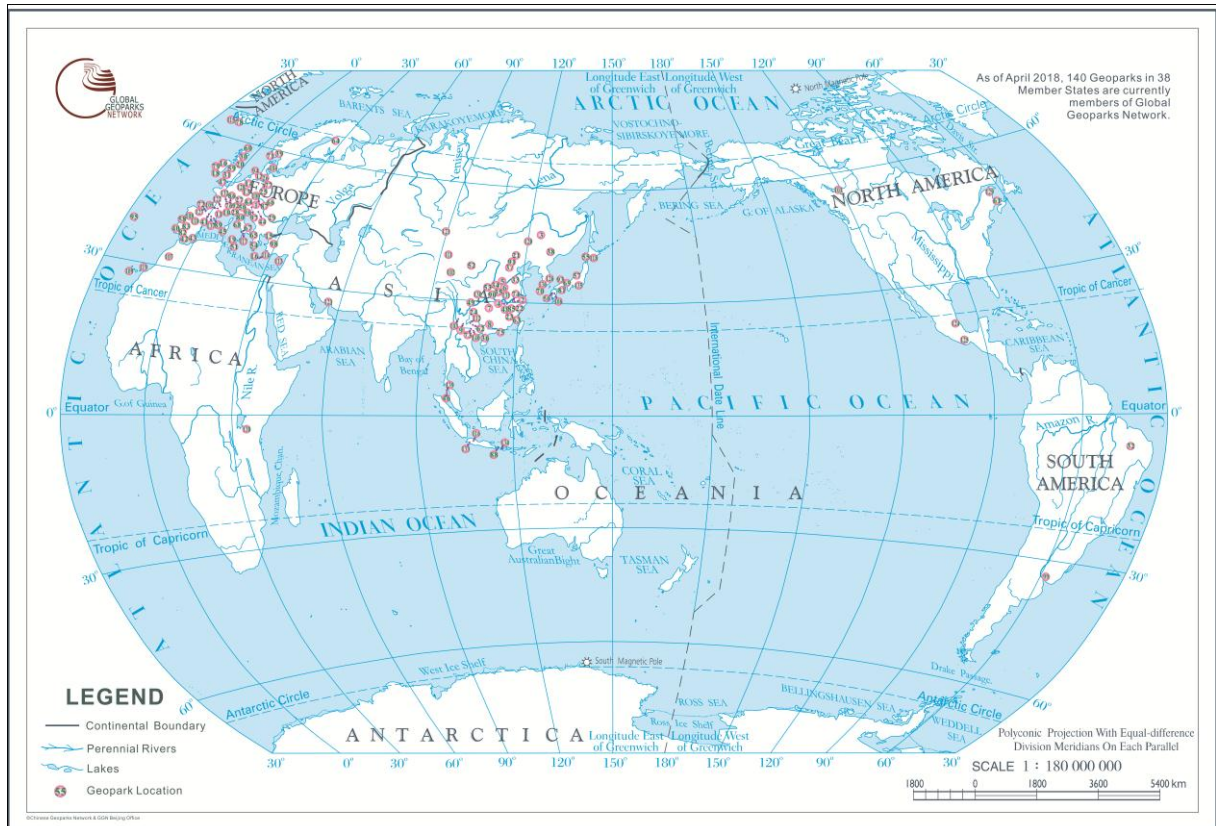
A GGN foi uma estrutura informal durante dez anos, até que em 2014 foi convertida em uma organização sem fins lucrativos, legalmente constituída, para poder participar da administração geral dos Geoparques Globais da UNESCO (HENRIQUES; BRILHA, 2017), fornecendo uma plataforma de cooperação internacional, reunindo órgãos governamentais e não-governamentais, cientistas e especialistas de diversos países ao redor do mundo (ZOUROS, 2016; GGN, 2018).

Atualmente a GGN congrega 140 Geoparques reconhecidos pela UNESCO, distribuídos em 38 países (figura 3), sendo que desse total 133 estão localizados no Hemisfério Norte, especialmente na China, país com o maior número (37), bem como nos países da Europa. No Hemisfério Sul há um número pequeno de Geoparques (7), sendo um destes, o Geoparque Araripe (Ceará), único Geoparque brasileiro.

O trabalho em rede contribui fortemente para o sucesso dos Geoparques e desempenha um papel valioso no compartilhamento de experiências, gestão da qualidade e projetos e iniciativas conjuntas (UNESCO, 2015), por isso a própria UNESCO recomenda e oferece apoio à criação de Redes Regionais e Nacionais de Geoparques. Assim, seguindo o modelo geral da Rede Europeia (EGN), foram criadas a Rede de Geoparques da Ásia-Pacífico (2007), composta por 42 geoparques e, recentemente a Rede Latino-americana e do Caribe (2017), composta por 4 Geoparques (Geoparque Araripe/Brasil, Geoparque Grutas Del Palácio/Uruguai, Geoparque Mixteca Alta e Comarca Minera /México) (HENRIQUES; BRILHA, 2017).

³ Esse reconhecimento, porém, ainda não constituía um programa formal da UNESCO.

Figura 3 – Mapa de localização dos Geoparques Globais da UNESCO



Fonte: GGN (2018).

A GGN (2016) destaca que os Geoparques são ferramentas para conservar e valorizar paisagens e formações geológicas importantes da Terra, promovendo as ligações entre o patrimônio geológico e todos os outros aspectos do patrimônio natural e cultural da região, demonstrando claramente que a geodiversidade é a base de todos os ecossistemas e a base da interação humana com a paisagem.

Um Geoparque Global é uma área reconhecida pela UNESCO, aberta ao público, que é responsável pela proteção e gestão racional de um território unificado com um único limite que compreende um número de sítios de patrimônio geológico internacionalmente importantes em qualquer escala, ou um mosaico de entidades geológicas de importância científica especial, raridade ou beleza. Esses recursos são representativos do histórico geológico de uma região e dos eventos e processos que a formaram. Um Geoparque Global protege, preserva, conserva, pesquisa, comunica e exhibe os locais patrimoniais tangíveis e intangíveis da Terra de valor internacional e seu ambiente para fins de educação, estudo e lazer (GGN, 2016, p.2).

Entre as principais atribuições da GGN estão: o estabelecimento de padrões éticos que devem ser adotados e respeitados pelos Geoparques e pelos profissionais que neles trabalham; a organização da cooperação e a assistência aos Geoparques

e o apoio aos profissionais que trabalham na gestão desses territórios; a responsabilidade de iniciar a formação e coordenar as Redes Regionais de Geoparques (nível nacional, regional ou continental), que fomentarão a troca de experiências e a realização de projetos em conjunto entre os Geoparques que compõem a GGN e, promover o avanço e a disseminação do conhecimento em relação a gestão da geodiversidade e outras disciplinas relacionadas aos estudos de geoconservação, Geoturismo, geoeducação e de outras atividades dos Geoparques (GGN, 2016).

Conforme o seu Estatuto, os objetivos da GGN (2016) são: (i) promover o estabelecimento geográfico equitativo, desenvolvimento e gestão dos Geoparques; (ii) avançar no conhecimento e compreensão da natureza, função e papel dos Geoparques; (iii) ajudar as comunidades locais a valorizar seu patrimônio natural e cultural; (iv) preservar o patrimônio da Terra para as gerações presentes e futuras; (v) educar e ensinar o público em geral sobre questões em geociências e sua relação com questões ambientais e riscos naturais; (vi) assegurar um desenvolvimento socioeconômico e cultural sustentável no meio natural (ou geológico); (vii) fomentar laços multiculturais entre patrimônio, conservação e manutenção da diversidade geológica e cultural, utilizando esquemas participativos de parceria e gestão; (viii) estimular a pesquisa quando apropriado; (ix) promover iniciativas conjuntas entre os Geoparques Globais (por exemplo, comunicação, publicações, troca de informações).

Destaca-se ainda que, de acordo com o seu Estatuto, a GGN é composta por uma Assembleia Geral, Conselho Executivo, Comitê Consultivo, Comitês Nacionais de Geoparques, Comitês Internacionais/Forças-tarefa/ou Grupos de Trabalho, Conferência Internacional sobre Geoparques, Redes Regionais de Geoparque, Organizações Afiliadas e Secretariado Operacional. Além disso, a GGN é composta por 4 categorias diferentes de membros associados: a) Membros Institucionais, que correspondem aos Geoparques instituídos (a participação na GGN é obrigatória para todos os territórios nomeados como Geoparques Globais da UNESCO); b) Membros individuais, que corresponde aos profissionais que trabalham na gestão de Geoparques; c) Membros Honorários e d) Membros cooperantes (GGN, 2016).

Em novembro de 2015, a 38ª Conferência Geral da UNESCO ratificou os estatutos do novo Programa Internacional de Geociências e Geoparques⁴ (IGGP –

⁴ O IGGP é um programa guarda-chuva (HENRIQUES; BRILHA, 2017) que compreende duas atividades: (1) o Programa Internacional de Geociências (IGCP), uma iniciativa cooperativa com a

International Geoscience and Geoparks Programme) e das Diretrizes Operacionais Globais da UNESCO, através do qual, todos os 120 Geoparques existentes naquele momento passaram a usar o novo selo “*UNESCO Global Geoparks*” (Geoparques Globais da UNESCO), como uma certificação de excelência fornecida às áreas já aprovadas e reconhecidas como Geoparque (UNESCO, 2015; ZOUROS, 2016). Com o IGGP a UNESCO incluiu oficialmente os Geoparques entre os seus programas.

Conforme o Estatuto do Programa *UNESCO Global Geoparks* foi definida uma estrutura de administração composta por Conselho, Escritório, Equipes de Avaliação e Secretariado, cuja composição e funções são apresentadas no quadro 2 e a partir da qual são realizadas atualmente a candidatura, nomeação e revalidação de Geoparques (UNESCO, 2015).

Quadro 2 – Estrutura administrativa do Programa *UNESCO Global Geoparks*

Composição	Deveres
<p>Conselho <i>UNESCO Global Geoparks</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - 12 membros ordinários nomeados pelo Diretor Geral da UNESCO por recomendação da Rede Global de Geoparques (GGN) e dos Estados-membros. - O Diretor-geral da UNESCO, o presidente da GGN, o secretário-geral da IUGS, o diretor-geral da IUCN ou seus representantes são membros <i>ex officio</i> sem direito a voto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aconselhar o Diretor Geral da UNESCO sobre a estratégia, o planejamento e a implementação de Geoparques Globais da UNESCO e, especificamente: a) levantar e alocar recursos; e b) cooperar com o UNESCO Global Geoparks e com outros programas relevantes; - Avaliar nomeações e revalidações de Geoparques do <i>UNESCO Global Geoparks</i>, recebidas de organismos designados nos Estados-membros; - Decidir se os novos pedidos devem ser encaminhados à Diretoria Executiva da UNESCO para endosso; - Credenciar extensões para Geoparques Globais da UNESCO revalidados.
<p>Escritório <i>UNESCO Global Geoparks</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Presidente, Vice-presidente e o Relator do Conselho. - O Diretor Geral da UNESCO e o Presidente da GGN ou seus representantes são membros <i>ex officio</i> sem direito a voto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Preparar com o Secretariado a documentação necessária para a Diretoria Executiva da UNESCO, para que esta possa fornecer um endosso final das novas nomeações e extensões do <i>UNESCO Global Geopark</i> com base nas decisões do Conselho; - Realizar reuniões de coordenação conjuntas, conforme necessário, com a IGGP; - Selecionar a equipe de avaliação para cada candidatura e revalidação.
<p>Equipes de Avaliação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Escolhidos através da lista de avaliadores do Escritório. 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar candidaturas, extensões e revalidações para o UNESCO Global Geoparks com base nas diretrizes fornecidas pelo Conselho; - Preparar um relatório ao Conselho sobre as candidaturas, extensões e revalidações avaliadas.
<p>Secretariado</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fornecido pela UNESCO. 	<ul style="list-style-type: none"> - Manter uma lista de avaliadores em conjunto com a GGN.

Fonte: elaborado pela autora com base em UNESCO (2015).

A UNESCO (2015) destaca que os Geoparques são uma ferramenta de cooperação internacional através da qual as áreas de patrimônio geológico de

União Internacional de Ciências Geológicas (IUGS) e (2) o *UNESCO Global Geoparks* (UNESCO, 2015). Os dois programas possuem organismos estatutários próprios e devem coordenar seu trabalho através de uma Secretaria conjunta da UNESCO (UNESCO, 2015).

relevância internacional, aplicam uma abordagem *bottom-up* (de baixo para cima) para a conservação e aproveitamento sustentável desse patrimônio, apoiando umas às outras para promover o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Para a UNESCO (2016) quatro fundamentos principais são considerados em relação aos Geoparques: (1) que o território tenha um patrimônio geológico ou geomorfológico singular e de valor internacional, o qual deve ser protegido de acordo com a legislação local, regional e/ou nacional; (2) que seja gerido a partir de uma estrutura reconhecida pela legislação nacional do país onde se localiza, possuindo um plano de gestão, acordado por todos os parceiros, atendendo às necessidades sociais e econômicas das comunidades locais; (3) promova o desenvolvimento local sustentável principalmente através do Geoturismo, dando visibilidade ao território e à divulgação do geopatrimônio local, incluindo a formulação de uma identidade corporativa e (4) promova o trabalho em rede, através não apenas da cooperação entre a população local que vive na área do Geoparque, mas com outros Geoparques Globais da UNESCO, através da GGN e de Redes Regionais e Nacionais de Geoparques.

Esses fundamentos são expressos nas diretrizes operacionais da UNESCO (2015, p.8-9), consideradas pré-requisitos indispensáveis para que um determinado território obtenha e/ou mantenha o selo de Geoparque Global da UNESCO:

(i) Os Geoparques Globais da UNESCO devem ser áreas geográficas únicas e unificadas, onde os locais e paisagens de significância geológica internacional são gerenciados com um conceito holístico de proteção, educação, pesquisa e desenvolvimento sustentável. Um Geoparque Global da UNESCO deve ter um território claramente definido, ser de tamanho adequado para cumprir suas funções e conter um patrimônio geológico de importância internacional, verificado independentemente por cientistas;

(ii) Um Geoparque Mundial da UNESCO deve usar esse patrimônio (geopatrimônio) em conexão com o restante do patrimônio natural e cultural do território, para promover a conscientização sobre os principais problemas enfrentados pela sociedade no contexto do planeta dinâmico em que todos nós vivemos, incluindo, mas não limitando, o aumento do conhecimento e compreensão sobre: geoprocessos; riscos geológicos; mudanças climáticas; a necessidade do uso sustentável dos recursos naturais da Terra; a evolução da vida e o empoderamento dos povos indígenas;

(iii) Os Geoparques Globais da UNESCO devem ser áreas com um órgão de gestão com existência legal reconhecida pela legislação nacional. Os órgãos de gestão devem estar devidamente equipados para abordar adequadamente a área do Geoparque na sua totalidade;

(iv) No caso de uma solicitação ser feita sobrepondo-se a outro local designado pela UNESCO, como um Patrimônio da Humanidade ou Reserva da Biosfera, a solicitação deve ser claramente justificada e evidências devem ser fornecidas sobre como o status do Geoparque Global da UNESCO agregará valor por ser de marca independente e em sinergia com as outras designações;

(v) Os Geoparques Globais da UNESCO devem envolver ativamente as comunidades locais e os povos indígenas como principais interessados no Geoparque. Em parceria com as comunidades locais, um plano de manejo precisa ser elaborado e implementado para atender às necessidades sociais e econômicas das comunidades locais, a fim de proteger a paisagem em que vivem e preservar sua identidade cultural. Recomenda-se que todos os atores e autoridades locais e regionais relevantes estejam representados na gestão de um Geoparque Global da UNESCO. O conhecimento local e indígena, a prática e os sistemas de gestão devem ser incluídos, juntamente com a ciência, no planejamento e gestão da área.

(vi) Os Geoparques Globais da UNESCO são encorajados a compartilhar suas experiências e realizar projetos conjuntos dentro da GGN. A afiliação à GGN é obrigatória.

(vii) Um Geoparque Global da UNESCO deve respeitar as leis locais e nacionais relacionadas à proteção do patrimônio geológico. Os locais definidores do patrimônio geológico dentro de um Geoparque Global da UNESCO devem ser legalmente protegidos antes de qualquer candidatura. Ao mesmo tempo, um Geoparque Global da UNESCO deve ser usado como alavanca para promover a proteção do patrimônio geológico local e nacionalmente. O órgão gestor não deve participar diretamente da venda de objetos geológicos como fósseis⁵, minerais, rochas polidas e rochas ornamentais do tipo normalmente encontradas nas chamadas "*rock-shops*" dentro de Geoparques Globais da UNESCO (independentemente da sua

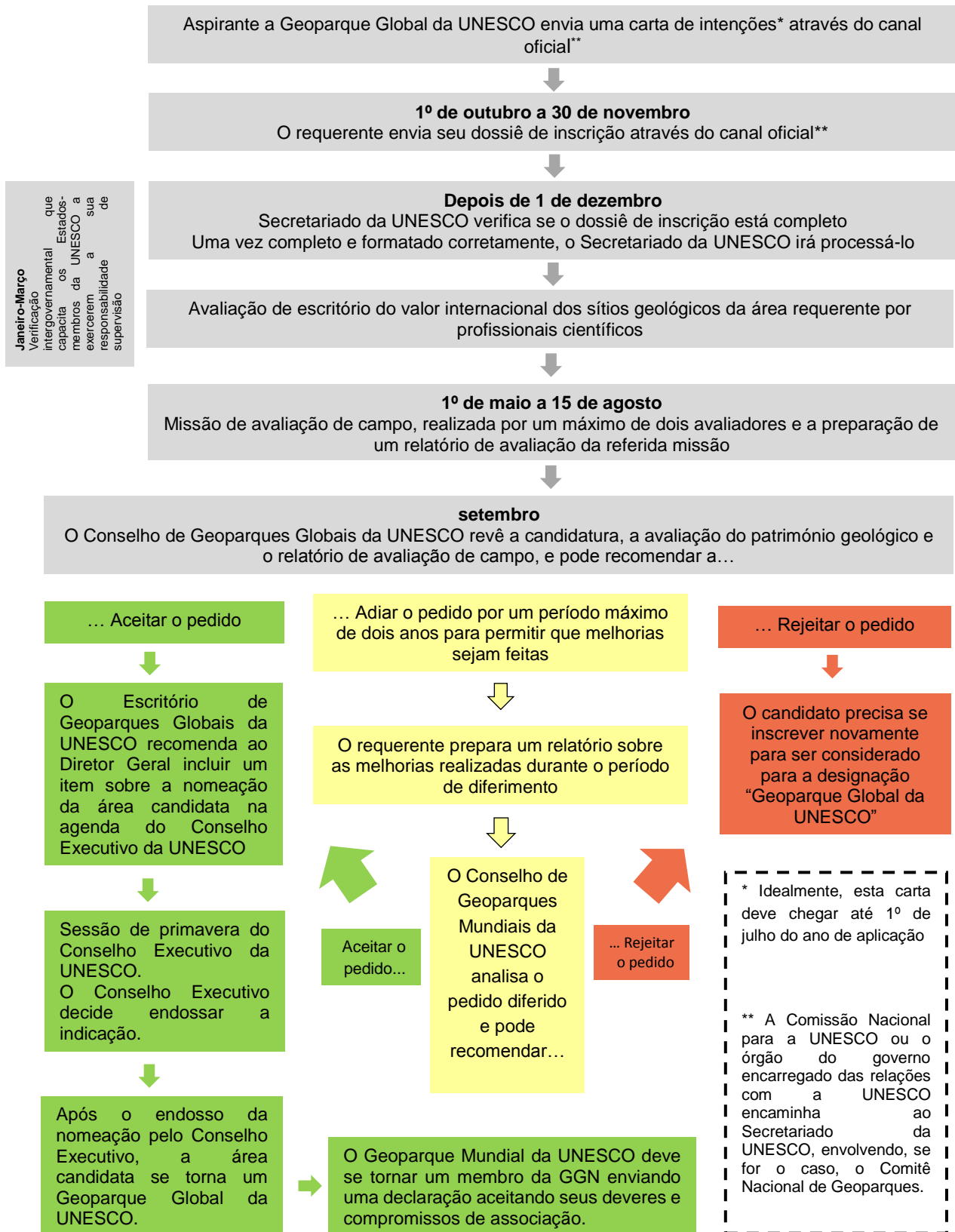
⁵ É importante destacar que o comércio de fósseis, assim como a possibilidade de adquiri-los e mantê-los em coleções particulares é permitido em vários países europeus e norte-americanos (SIMÕES; CADWELL, 2015). Entretanto, no Brasil, conforme o Decreto-Lei nº4.146 de 14 de março de 1942, os fósseis são um bem da União, sendo que a venda desse tipo de patrimônio é considerada ilegal em todo o território nacional.

origem) e devem desencorajar ativamente o comércio insustentável de materiais geológicos como um todo. De forma claramente justificada como uma atividade responsável e como parte do fornecimento dos meios mais eficazes e sustentáveis de gerenciamento do local, o Geoparque Global da UNESCO pode permitir a coleta sustentável de materiais geológicos para fins científicos e educacionais. O comércio de materiais geológicos baseado em tal sistema pode ser tolerado em circunstâncias excepcionais, desde que seja claramente e publicamente explicado, justificado e monitorado como a melhor opção para o Geoparque Global, em relação às circunstâncias locais. Tais circunstâncias estarão sujeitas à aprovação do Conselho de Geoparques Globais da UNESCO, caso a caso.

(viii) Estes critérios são verificados através de listas de verificação para avaliação e revalidação.

Para se candidatar a Geoparque Global da UNESCO, os territórios aspirantes devem atender aos pré-requisitos e diretrizes operacionais apontadas pela UNESCO (2016) e seguir uma série de etapas, contidas no cronograma de datas denominado “*Application Process*” (Processo de Candidatura) (figura 4) e elaborar o “*Application Dossier*” (Dossiê de Candidatura) (UNESCO, 2016).

Figura 4 – Processo de candidatura à Geoparque Global da UNESCO



Fonte: adaptado de UNESCO (2016).

O primeiro passo é apresentar uma carta de interesse, através de um canal oficial de comunicação com a UNESCO, que pode ser a Comissão Nacional de Geoparques (se ela existir) ou o órgão governamental nacional responsável pelas relações com a UNESCO (UNESCO, 2016). Após a carta de interesse deve ser encaminhado o Dossiê de Candidatura do Aspirante a Geoparque contendo dados detalhados sobre o território (quadro 3) (UNESCO, 2016).

Quadro 3 – Dossiê de candidatura para aspirantes a Geoparque

Dossiê de Candidatura a Geoparque	
A- Identificação da Área	<ol style="list-style-type: none"> 1. Nome do Geoparque proposto 2. Localização do Geoparque proposto (incluindo um mapa geográfico e as coordenadas geográficas longitude e latitude) 3. Superfície, características geográficas físicas e humanas do Geoparque proposto 4. Organização responsável e estrutura de gestão (descrição, função e organograma) do Geoparque proposto 5. Contato pessoal do responsável pela candidatura (nome, cargo, telefone/fax, e-mail)
B- Patrimônio Geológico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Descrição geológica geral do Geoparque proposto 2. Listagem e descrição dos geossítios dentro do Geoparque proposto 3. Detalhes sobre o interesse desses geossítios em termos de seu valor internacional, nacional, regional ou local (por exemplo, científico, educacional, estético) 4. Listagem e descrição de outros sítios de interesse do patrimônio natural, cultural e intangível e como estão relacionados com os geossítios e como estão integrados no Geoparque proposto
C- Geoconservação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Pressão atual ou potencial sobre o Geoparque proposto 2. Situação atual em termos de proteção dos geossítios dentro do Geoparque proposto 3. Dados sobre a gestão e manutenção de todos os sítios do patrimônio (geológico e não geológico)
D- Atividade Econômica e Plano de Negócios (incluindo informações financeiras detalhadas)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Atividades econômicas no Geoparque proposto 2. Instalações existentes e planejadas para o Geoparque proposto (por exemplo, geoeducação, Geoturismo, infraestrutura turística, etc.) 3. Análise do potencial de Geoturismo do Geoparque proposto 4. Visão geral e políticas para o desenvolvimento sustentável do: Geoturismo e economia; geoeducação; patrimônio geológico (incluir exemplos ilustrando atividades nestes setores) 5. Políticas e exemplos de empoderamento da comunidade (envolvimento e consulta) no Geoparque proposto 6. Políticas e exemplos de sensibilização do público e das partes interessadas no Geoparque proposto
E- Interesse e argumentos para se tornar um Geoparque Global da UNESCO	

Fonte: elaborado pela autora com base em UNESCO (2016).

Após o encaminhamento para o UNESCO, o dossiê⁶ de candidatura será estudado por um grupo independente de especialistas (designados pelo Escritório do Programa *UNESCO Global Geoparks*) que verificará se o Geoparque aspirante já cumpre de fato, há pelo menos um ano, com os fundamentos e diretrizes operacionais estabelecidos para se tornar um Geoparque Global da UNESCO (UNESCO, 2016). Se o dossiê de candidatura for considerado completo, o Conselho do Programa *UNESCO Global Geoparks* aprovará uma missão de avaliação para a área candidata.

Após a conclusão da missão de avaliação de campo, um relatório é preparado pelos avaliadores e apresentado ao Secretariado da UNESCO, que então disponibilizará o relatório ao Conselho para análise e parecer final. A decisão da avaliação será disponibilizada publicamente no site da UNESCO (UNESCO, 2016).

De acordo com Moreira (2014), três pontos principais devem ser levados em consideração pelas áreas que desejarem integrar a GGN:

Planejar: o processo de planejamento para a criação de um geoparque leva tempo e o governo deve estar ciente da intenção de que determinada região seja candidata. Comunicar: a Secretaria da Rede Global deve ser comunicada dessa intenção e geoparques integrantes da Rede devem ser visitados. Demonstrar para a UNESCO evidências da existência de um projeto de geoparque aspirante.

É importante destacar que o reconhecimento de um determinado território como Geoparque não é permanente, sendo revisto a cada quatro anos através do processo denominado de revalidação (UNESCO, 2016), a fim de verificar se os resultados alcançados e as ações realizadas estão de acordo com os fundamentos e diretrizes dos Geoparques Globais da UNESCO. Quando o nível de qualidade não é aceitável, este procedimento de revalidação pode implicar a perda de adesão e a saída do Geoparque da GGN (HERIQUES; BRILHA, 2017).

⁶ A elaboração do dossiê deve seguir criteriosamente os tópicos apresentados no quadro 3 e ser acompanhada de cinco documentos anexos: Anexo 1 – documento de autoavaliação (disponível no site da UNESCO); Anexo 2 – uma cópia adicional e separada da seção B “Patrimônio Geológico” da aplicação, prefaciada por um resumo geológico de no máximo de 150 palavras (isto será usado apenas para os avaliadores da IUGS - União Internacional de Ciências Geológicas); Anexo 3 – um endosso explícito das autoridades locais e regionais relevantes e uma carta de apoio da Comissão Nacional de Geoparques para a UNESCO ou do órgão governamental encarregado das relações com a UNESCO; Anexo 4 – Um mapa em grande escala do território Aspirante a Geoparque Mundial da UNESCO mostrando o limite claramente definido do Geoparque e marcando todos os geossítios, museus, cidades e vilarejos, outros locais de patrimônio cultural e natural, instalações turísticas incluindo centros de informações e/ou de visitantes, instalações de alojamento, instalações recreativas e meios de transporte público e Anexo 5 – resumo geológico e geográfico de uma página, incluindo um mapa detalhado indicando a localização do Geoparque (UNESCO, 2016).

Como parte do processo de revalidação, o Geoparque Global da UNESCO, sob revisão, deve preparar um relatório de progresso e uma missão de campo será realizada por dois avaliadores para revalidar a qualidade do Geoparque. Se, com base no relatório da avaliação de campo o Geoparque continua a cumprir os critérios, a área permanecerá como um Geoparque Global da UNESCO por um período de mais quatro anos, recebendo o chamado “*green card*” (cartão verde) (UNESCO, 2016).

Caso a área tenha deixado de preencher os critérios, o Geoparque receberá o chamado “*yellow card*” (cartão amarelo) e o órgão de administração será informado para tomar as medidas necessárias dentro de um período de dois anos para que o território não perca o título de Geoparque Global da UNESCO. Se o Geoparque não cumprir os critérios estabelecidos dentro de dois anos, receberá o denominado “*red card*” (cartão vermelho) e o território perderá seu status de Geoparque Global da UNESCO (UNESCO, 2016).

Entre os benefícios de integrar a Rede de Geoparques Globais da UNESCO está a cooperação entre os especialistas que trabalham nos Geoparques que compõem a Rede e a troca de experiências, especialmente nos domínios da gestão do território, na educação, Geoturismo e desenvolvimento sustentável (MOREIRA, 2014).

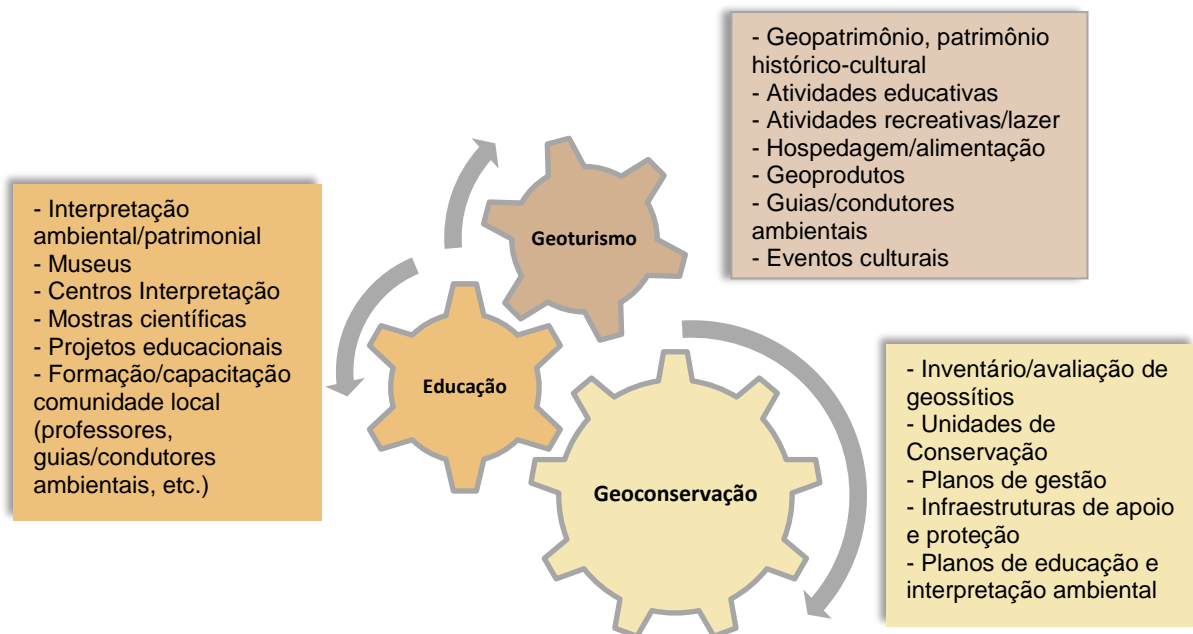
2.4 GEOPARQUES: UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO

Os Geoparques constituem uma estratégia de gestão territorial, assentada na geoconservação, na educação e no desenvolvimento sustentável através do Geoturismo (figura 5). Na base do funcionamento dos Geoparques deve estar a conservação do geopatrimônio, integrada à valorização e conservação das demais características naturais e histórico-culturais do território, com a realização de ações de interpretação ambiental, educação e promoção do Geoturismo para o desenvolvimento econômico (MODICA, 2009).

Os Geoparques exercem um papel ativo no desenvolvimento econômico, através da valorização da imagem do território, ligada ao excepcional patrimônio geológico, biológico e cultural (MODICA, 2009; LÓPEZ *et al*, 2009). O desenvolvimento deste papel exige um trabalho em redes de cooperação entre os

diferentes atores locais, para que essa relação permita o oferecimento de produtos e serviços com uma estreita ligação à ideia base, que seria o Geoturismo aliado à educação e à geoconservação (BRILHA, 2009; RAMOS; FERNANDES, 2010; FARSANI *et al*, 2012). Para isso é necessário buscar apoio nas potencialidades locais ou endógenas do território, com foco na melhoria das condições de vida das populações (LÓPEZ *et al*, 2009; CORTEZ, 2013; CASTRO *et al*, 2015).

Figura 5 – Os três pilares que sustentam o funcionamento dos Geoparques



Legenda: a geoconservação, a educação e o Geoturismo podem ser vistos como engrenagens de um mesmo sistema de desenvolvimento territorial endógeno, alicerçado na conservação do geopatrimônio e na promoção de seu entendimento através da interpretação ambiental e patrimonial realizadas a partir de atividades geoturísticas.

Fonte: elaborado pela autora com base em FAUSI; MISNI (2016).

Um Geoparque organiza atividades e fornece apoio logístico para transmitir conhecimento geocientífico e ambiental para o público. Isso é feito através da interpretação do geopatrimônio, com o apoio de instituições como Universidades, Museus, Centros de Interpretação Ambiental ou de Visitantes, percursos guiados e não-guiados, materiais educativos e interpretativos, mostras científicas e assim por diante (ÓLAFSDÓTTIR; DOWLING, 2013; FARSANI *et al*, 2014). Além disso, também promove pesquisa e cooperação científica com Universidades e outras instituições de pesquisa, estimulando a troca entre os geocientistas e as populações locais para a popularização conhecimento em Geociências (FARSANI *et al*, 2014; FAUZI; MISNI, 2016).

A geoconservação e gestão do geopatrimônio constitui um dos fundamentos da criação de um Geoparque, uma vez que os geossítios inventariados representam características, eventos ou processos ativos importantes da evolução da Terra (ZOUROS, 2016), que devem ser conservados e também aproveitados de forma sustentável pelas comunidades locais para o desenvolvimento do Geoturismo (ÓLAFSDÓTTIR; DOWLING, 2013). Nesse sentido, além da etapa de inventário, que constitui a primeira fase de um processo de geoconservação (BRILHA, 2005), os Geoparques seguem medidas específicas de gestão para a conservação do geopatrimônio, que variam conforme a legislação de cada país (ÓLAFSDÓTTIR; DOWLING, 2013), sendo importante também a realização de avaliações quantitativas quanto ao potencial de uso e de necessidade de proteção de seus geossítios (BRILHA, 2005; MANSUR, 2009).

A partir dessas avaliações é possível delimitar quais os geossítios passíveis de utilização em ações de divulgação e promoção, determinando aqueles que podem ser aproveitados em atividades educacionais e/ou geoturísticas e quais aqueles que devem passar por medidas pautadas na conservação, sendo disponíveis apenas para o desenvolvimento de práticas de cunho científico (BRILHA, 2005; MEIRA *et al*, 2017).

A avaliação quantitativa do potencial de uso e da necessidade de proteção é importante para estabelecer, por exemplo, regras de visitação, o manejo e as medidas de monitoramento de geossítios, ou, se, devido à alta vulnerabilidade (natural ou antrópica) (GARCÍA-ORTIZ *et al*, 2014), o geossítio deve ficar fora de possíveis roteiros geoturísticos em Geoparques.

Em alguns casos é necessário construir infraestruturas adequadas, que protegem a geodiversidade e/ou a biodiversidade de eventuais danos provocados pelo processo de visitação e que ao mesmo tempo facilitam a coordenação das atividades turísticas e educativas a serem desenvolvidas (figura 6 A). Brilha (2006) destaca que se um geossítio foi considerado importante por apresentar interesse científico, pedagógico, turístico ou outro, há que assegurar que o mesmo seja conservado nas melhores condições possíveis para a sua observação e compreensão pelo público.

No caso de geossítios com algum risco de degradação pela visitação como sítios paleontológicos, cavernas com pinturas rupestres ou espeleotemas, podem ser utilizadas barreiras físicas (BRILHA, 2005) para impedir o contato direto dos visitantes (figura 6 B). Outras medidas que podem ser utilizadas são as limitações em relação a capacidade de visitantes por dia e/ou por temporada, a determinação de períodos

específicos para a visitação e a utilização de placas de sinalização com orientações a serem seguidas pelos geoturistas.

Figura 6 – estruturas construídas para auxiliar na geoconservação



Legenda: (A) Passarelas em madeira construída para evitar a interferência dos visitantes e a captura de blocos nodulares do geossítio Pedras Parideiras, na aldeia da Castanheira, Geoparque Arouca (Portugal). As Pedras Parideiras são rochas graníticas que por ação de natureza geodinâmica, possuem nódulos que se soltam da rocha-mãe e se depositam em seu entorno, dando origem a um fenômeno geológico único no país e raríssimo no mundo inteiro; (B) Cerca de proteção em torno de tronco fossilizado de idade entre 15-20 milhões de anos, Geoparque Ilha de Lesbos (Grécia).
 Fonte: (A) GEOPARK AROUCA (2018); (B) GEOPARK ILHA DE LESVOS (2018).

A conservação do geopatrimônio presente em Geoparques deve estar contida em planos específicos (plano de gestão do Geoparque e plano de manejo), contemplando as medidas a serem seguidas, assim como prever contratação de profissionais especializados para trabalhar com a interpretação ambiental, com o monitoramento dos geossítios e com a manutenção das infraestruturas que fornecem apoio à visitação. Com efeito, é muito importante verificar e analisar a evolução do estado de conservação dos geossítios ao longo do tempo, seja devido à mudanças provocadas por processo naturais, seja devido à causas antrópicas (BRILHA, 2006).

Os geossítios que apresentam baixa vulnerabilidade de degradação ou perda são os que se encontram em melhores condições para serem alvo de estratégias de valorização e divulgação, sendo considerados por Brilha (2005) como ideais para serem integrados em ações de interpretação e educação ambiental em roteiros geoturísticos. A conservação do geopatrimônio passa fundamentalmente pela divulgação e compreensão do seu valor patrimonial junto às populações locais,

visitantes e turistas, sendo indispensável desenvolver atividades que proporcionem a interpretação geológico-geomorfológica e a educação em Geociências.

A educação em todos os níveis está no centro do conceito de Geoparques. Da Universidade aos grupos comunitários locais, os Geoparques promovem a divulgação e compreensão da história da Terra, interpretada a partir das rochas, paisagens e dos processos geológicos em andamento (UNESCO, 2015). Modica (2009) destaca que a educação é um dos principais objetivos dos Geoparques e são muito numerosas e variadas as intervenções educacionais implementadas para pessoas de diferentes idades.

Os geoparques são salas de aula e laboratórios ao ar livre onde a Geologia pode ser explicada/comunicada aos jovens nos seus aspectos mais charmosos e envolventes, e onde se pode praticar uma educação ambiental que destaca a relação entre os elementos bióticos e abióticos, que caracterizam a área, com outros aspectos (culturais, históricos, arquitetônicos etc.) que, juntos, constituem a essência do lugar. (...) Todos os geoparques estão particularmente comprometidos com esta função, com diferentes ações para diferentes grupos de pessoas (MODICA, 2009, p.25).

As atividades educativas realizadas dentro dos Geoparques buscam traduzir o conhecimento científico sobre o geopatrimônio, através de atividades interpretativas direcionadas aos geoturistas e aos estudantes de diferentes níveis de ensino, incluindo educandos de escolas do território e de outras regiões. Por isso, as ações relacionadas à educação em Geoparques visam proporcionar atividades lúdico-práticas facilitadoras do processo de ensino-aprendizagem de temas das Geociências (RUCHKYS *et al*, 2012), podendo estar atreladas à: inclusão de temas como geopatrimônio e geoconservação, no âmbito do currículo das instituições de ensino; projetos educacionais específicos, direcionados às escolas do território; atividades desenvolvidas em Museus e Centros Interpretativos ou de Visitantes, direcionadas tanto aos geoturistas quanto ao público escolar; visitação a geossítios, com o auxílio de meios e materiais interpretativos variados e, ainda, eventos que buscam popularizar os conhecimentos geocientíficos.

O conjunto de ações ou atividades voltadas à educação em Geociências tem sido chamada de geoeducação (MOREIRA, 2014; MOURA FÉ *et al*, 2016), contribuindo para a geoconservação e para o fortalecimento dos vínculos identitários entre a comunidade e seu geopatrimônio. É através da interpretação e da educação

que os diferentes tipos de patrimônios dos Geoparques serão entendidos como herança a ser conservada (RUCHKYS; MACHADO, 2010).

No Geoparque Naturtejo (Portugal) é desenvolvido um projeto permanente voltado à geoeducação, denominado Geonaturescola onde são organizadas atividades complementares aos programas curriculares do Ministério da Educação Português, desde a pré-escola até o ensino superior, incluindo programas de formação para professores. Através do projeto guarda-chuva Geonaturescola são desenvolvidos 4 subprojetos diferentes: 1) o Projeto a Escola vai ao Geoparque, que proporciona um total de 15 roteiros para atividades de campo, guiados por monitores, as quais podem ser selecionadas e agendadas pelos professores das escolas (figura 7 A); 2) o Projeto o Geoparque vai à Escola, que proporciona a realização de atividades de campo enfocando a geodiversidade do entorno das escolas, oficina de fósseis (elaboração e pintura de moldes ou réplicas) e workshops diversos que são realizados no ambiente escolar; 3) o Projeto Anim' a Rocha, que consiste no desenvolvimento de projetos anuais concebidos pelas escolas em conjunto com o Geoparque Naturtejo e outras entidades, com objetivo de conhecer a geodiversidade do entorno escolar através de atividades de campo e em sala de aula e 4) os programas para o ensino superior, que consistem na realização de atividades de campo voltadas a cursos de licenciaturas e pós-graduações na área de Geociências (GEOPARK NATURTEJO, 2018).

Os Centros de Visitantes e os Museus constituem importantes parceiros dos Geoparques para a realização de atividades educativas, já que podem constituir centros de apoio pedagógico, interpretativo e logístico, tanto para mostras científicas quanto para palestras ou oficinas pedagógicas. No Geoparque da Ilha de Lesbos (Grécia), uma das atividades de geoeducação desenvolvidas em parceria com o Museu de História Natural da Floresta Petrificada de Lesbos é o projeto "Processos naturais em nosso planeta: compreensão de terremotos", que tem o objetivo de orientar a população sobre a prevenção de risco sísmico e sua familiarização com medidas de proteção antes, durante e depois de um terremoto (figura 7 B) (GGN NEWLASTER, 2017).

Figura 7 – Atividades educativas em Geoparques



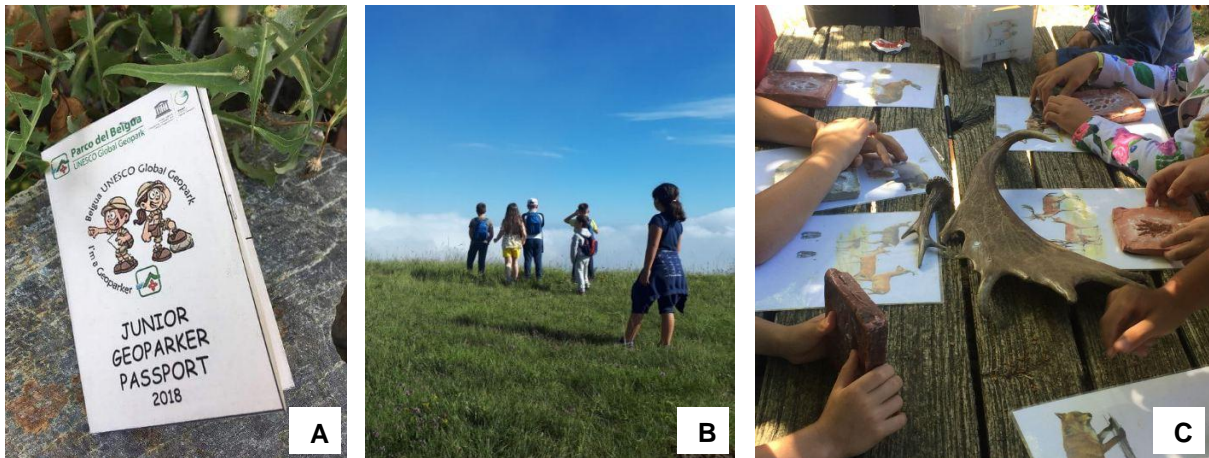
Legenda: (A) Estudantes em visita ao Parque Iconológico de Penha Garcia, pelo projeto “A escola vai ao Geoparque”, Geoparque Naturtejo (Portugal) e (B) Estudantes recebendo instruções de segurança em uma sala que simula sismos no Museu de História Natural da Floresta Petrificada de Lesvos, Geoparque Ilha de Lesvos (Grécia).

Fonte: GEOPARK NATURTEJO (2018); (B) GGN NEWLASTER (2017).

No Geoparque Beigua (Itália) a Sociedade Cooperativa DAFNE (*Divulgazione Ambientale e Formazione Naturalistico-Ecologica*), constituída por guias ambientais e turísticos, coordena desde 2014 as atividades de interpretação e educação no território. Entre as atividades promovidas pela DAFNE e pelos seus guias ambientais, está a programação das férias escolares de verão, que inclui atividades como a observação da paisagem e a identificação das marcas deixadas no solo pela fauna local e uma oficina de moldes ou réplicas das pegadas dos animais identificados (figura 8 A, B e C).

As equipes de gestão dos Geoparques também promovem cursos, palestras, oficinas e outras ações educacionais voltadas à capacitação ou formação da comunidade local, que busca se inserir nas atividades desenvolvidas (MODICA, 2009; GGN, 2018). Sobre essas atividades de formação é possível buscar auxílio e realizar parcerias com universidades e centros especializados de educação profissional, a exemplo dos cursos de guias de turismo que vem sendo realizados no Geoparque Araripe (Brasil), com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) (OLIVEIRA, 2014), que já capacitou mais de 30 pessoas.

Figura 8 – Atividades educativas, Geoparque Beigua



Legenda: (A) passaporte infantil para carimbar as atividades realizadas dentro do Geoparque Beigua. Após a obtenção de 10 carimbos a criança se torna um “Embaixador do Geoparque Beigua”; (B) Observação da paisagem e da fauna local com o auxílio de condutores ambientais e (C) Oficina de desenhos e réplicas das pegadas dos animais que vivem no território do Geoparque Beigua.
 Fonte: GEOPARK BEIGUA (2018).

A formação da comunidade local para o trabalho como guias turísticos ou como condutores ambientais, pode ser uma boa alternativa para a qualificação e geração de emprego e renda, especialmente para jovens que queiram trabalhar com o Geoturismo e/ou com atividades de geoeducação. Essa capacitação em relação aos aspectos geológicos e geomorfológicos do território é essencial para a qualidade da interpretação e das atividades educativas e turísticas (MOREIRA, 2014) a serem oferecidas pelos Geoparques. Na opinião de Farsani *et al* (2014) o envolvimento da comunidade local em atividades educacionais pode contribuir com a geoconservação e ao mesmo tempo, proporcionar um incremento na renda dos habitantes, contribuindo com o desenvolvimento local.

A compreensão dos valores patrimoniais da geodiversidade dos Geoparques passa também pela sua divulgação e aproveitamento enquanto recurso turístico, que pode ser utilizado de forma sustentável pelas comunidades receptoras para o desenvolvimento do Geoturismo (CARVALHO *et al*, 2011). Nesse sentido, ao propor a estruturação do território a partir da criação de um Geoparque é fundamental que o tipo de Geoturismo a ser desenvolvido, seja de base local ou comunitária (IRVING, 2009), baseado em alternativas criativas e inovadoras que internalizem a variável local e as identidades envolvidas como elemento central de planejamento, ou seja, que a comunidade local seja a provedora das atividades e experiências a serem oferecidas e que esta receba o apoio e a capacitação necessários para gerar desenvolvimento

socioeconômico e ao mesmo tempo garantir a conservação ambiental (LÓPEZ *et al*, 2009). Para isso, não é preciso “importar” conhecimento e ideias, mas sim valorizar a dinâmica pulsante do território, suas belezas naturais, os saberes e sabores tradicionais e a hospitalidade (PEREIRA, 2015) que faz parte da cultural local.

Para auxiliar os geoturistas a “descobrir” o território (PEREIRA, 2015), a sua história (Natural e cultural) pode ser contada pela própria comunidade, a partir do artesanato, da gastronomia típica, de suas atividades diárias, etc. É dentro deste contexto que os Geoparques podem ser entendidos como uma estratégia de desenvolvimento territorial endógeno, assentada na valorização da cultura local e no estímulo ao empreendedorismo da comunidade receptora, a partir do estabelecimento de pequenos negócios ligados à recepção de turistas, ao estabelecimento de hotéis, pousadas, restaurantes, lanchonetes, comércio de produtos locais típicos, artesanato, entre outras atividades.

Todas essas atividades econômicas podem ser consideradas atividades de suporte ao desenvolvimento do Geoturismo, atendendo ao incremento da demanda turística que acompanha a certificação de Geoparque fornecida pela UNESCO (LÓPEZ *et al*, 2009; FARSANI *et al*, 2012). A integração dos serviços e infraestruturas já existentes com novos serviços e produtos interpretativos, permite implementar um Geoturismo de qualidade, em estreita ligação com outras vertentes do Turismo de Natureza (PEREIRA, 2015) e com o turismo de experiência (SEBRAE, 2015) que oportuniza vivências significativas que estimulam os sentidos e o envolvimento emocional, a partir da interação com o espaço visitado.

Excelentes exemplos dessa integração entre Geoturismo e diferentes experiências em meio ao geopatrimônio são as casas rurais para hospedagem (figura 9 A, B, C e D) do Geoparque Villuercas Ibores Jara (Espanha) e o Geo-Restaurante Petiscos & Granitos (figura 9 E), que para além da denominação criativa proporciona aos geoturistas uma experiência gastronômica ligada ao contato com patrimônio natural e histórico-cultural da aldeia Monsanto (figura 9 F) em Indanha-a-Nova, Geoparque Naturtejo (Portugal).

Figura 9 – Exemplos atividades econômicas empreendedoras em Geoparques



Legenda: (A) Casa rural Finca La Sierra em Berzocana, localizada próxima ao geossítio “Canchos de las Sábanas” (B) no Geoparque Villuercas Ibores Jara (Espanha). Além de hospedagem o local dispõe de aluguel de bicicletas, passeio 4x4 e gastronomia típica da região da Extremadura; (C) e (D) Casa rural La Brizna em Cañamero, província de Cáceres, no Geoparque Villuercas Ibores Jara (Espanha), onde é possível desfrutar de aconchegantes casas de madeira com vista para os vales e sistemas montanhosos da Serra de Las Villuercas; (E) Geo-restaurante Petiscos & Granitos na aldeia Monsanto (F) em Idanha-a-Nova, no Geoparque Naturtejo (Portugal), instalado em uma das típicas casas de pedra do aldeamento construído em meio ao inselberg granítico. O restaurante, alia a divulgação do geopatrimônio à gastronomia local, servindo pratos típicos com denominações que fazem referência às rochas da região e a Aldeia de Monsanto, que representa uma adaptação urbanística do homem à geodiversidade. Fonte: (A), (B), (C) e (D) GEOPARK VILLUERCAS IBORES JARA (2018); (E) FRADE, R. B (disponível em: <<https://avoltadeumportugalsemcrise.blogs.sapo.pt/8465.html>>. (F) <<https://radiomonsanto.pt/en/galeria-fotos-monsanto.php>>.

A visitação e conhecimento da geodiversidade dos Geoparques pode ser realizada das mais variadas formas – a pé, de bicicleta, de barco, à cavalo, ou automóvel – a partir de itinerários que interligam patrimônio natural e cultural. A disponibilização de percursos pedestres com auxílio de meios interpretativos personalizados e não-personalizados (MOREIRA, 2014) são exemplos de atividades geoturísticas desenvolvidas nos Geoparques e uma das principais formas de contato entre os geoturistas e os diferentes tipos de patrimônios presentes nestes territórios. Além da existência de infraestrutura adequada com a presença de sinalização e de painéis interpretativos, que contém informações sobre a geo e a biodiversidade local, os percursos pedestres podem ser realizados com o auxílio de intérpretes ou condutores ambientais (meio de interpretação personalizado), ou com a utilização de folders e mapas que auxiliam na realização dos trajetos e na compreensão das paisagens (meios não-personalizado) (MOREIRA, 2014).

No Geoparque Arouca (Portugal) foram planejados uma série de percursos pedestres de curta e longa distância, como o percurso “Nas Escarpas da Mizarela”, que além desse geossítio (figura 10 A), considerado a maior queda d’ água de Portugal continental, inclui outros 6 pontos de visitação (GEOPARK AROUCA, 2018). O percurso de curta duração (8 km) e de dificuldade média/alta, passa por vales de rochas graníticas e xistosas, onde se localizam pequenas aldeias como a da Ribeira (figura 10 B) e da Mizarela, onde destacam-se diversas construções centenárias, possuindo ainda, pontos para a prática de escalada.

Figura 10 – Percurso geoturístico “Nas Escarpas da Mizarela”



Legenda: (A) Geossítio Frecha da Mizarela (cascata ao centro), localizado na Serra da Freita, vista a partir de um miradouro; (B) Construção centenária na Aldeia da Ribeira, umas das aldeias que ficam próximo ao geossítio Frecha Mizarela; (C) Painel interpretativo instalado no miradouro Frecha Mizarela; (D) e (E) parte externa e interna do folheto produzido pela Câmara Municipal de Arouca (um dos parceiros do Geoparque Arouca), contendo mapa do percurso, pontos de parada e informações detalhadas como locais para alojamento, festas e romarias, cuidados especiais e condutas que os geoturistas devem adotar, etc.
 Fonte: GEOPARK AROUCA (2018).

As atividades esportivas ou de aventura em meio a geodiversidade também constituem atrativos importantes oferecidos aos geoturistas (FARSANI *et al*, 2012), como por exemplo, o mountain bike e o cicloturismo, a cavalgada, a canoagem, os passeios de barco, a pesca, a escalada, a observação de aves, entre outras atividades, que variam conforme as características de cada Geoparque. No Geoparque Stonehammer (Canadá) algumas empresas de esportes de aventura parceiras oferecem atividades ao ar livre como, por exemplo, a escalada em rochas vulcânicas que podem ser realizadas no geossítio Rocwood Park (figura 11 A). Alguns Geoparques disponibilizam em suas páginas de internet, catálogos de atividades geoturísticas, incluindo roteiros geoturísticos, percursos pedestres, locais para hospedagem e alimentação e os valores de cada opção de programação. Como exemplo podemos citar o Geoparque Beigua que disponibiliza um catálogo elaborado pela DAFNE, contendo diversas opções para a realização de atividades como o mountain-bike (figura 11 B), trekking (figura 11 C), o canyionismo, observação de aves entre outras atividades.

Figura 11 – Atividades esportivas ao ar livre em Geoparques



Legenda: (A) atividade de escalada acompanhada por instrutor, desenvolvida no geossítio Rockwood Park (Geoparque Stonehammer, Canadá), promovida pela empresa Inside Out Nature Center; (B) mountain-bike em estradas da floresta Lerone, (Geoparque Beigua, Itália) (C) caminhada na Floresta Deiva, onde os geoturistas dispõem de informações florestais, botânicas, ornitológicas e geomorfológicas durante o percurso de 11 km de extensão (Geoparque Beigua, Itália).

Fonte: (A) <https://stonehammergeopark.com/geosite/rockwood-park/>; (B) e (C) http://www.parcobeigua.it/iti_dettaglio.php?id_iti=4071

Farsani *et al* (2012) destacam a importância de programas geoturísticos e educativos voltados à pessoas com necessidades especiais, como por exemplo, o livro em Braille para deficientes visuais, desenvolvido pelo Geoparque Naturtejo; ou por exemplo, a construção de infraestruturas que facilitem o acesso de cadeirantes aos locais de interesse geoturístico.

A experiência de um turista em um destino vai muito além de visitar um atrativo, pois as pessoas desejam levar consigo uma lembrança ou souvenir que materialize a viagem após seu regresso (VALE *et al*, 2014). Nesse sentido, a produção e comercialização de produtos locais e de souvenirs⁷ constitui uma segunda linha de atividades impulsionadas pelos Geoparques para a geração de emprego e renda para as comunidades locais. Com a difusão dos Geoparques em diversos países do mundo, os proprietários de pequenos negócios, artesãos, produtores rurais, entre outros, passaram a ser parceiros dessa estratégia de desenvolvimento territorial, adotando ideias criativas para promover seus produtos com a certificação (selo) de Geoparque obtida junto à UNESCO.

A partir disso, surgiram os denominados geoprodutos, conceituados por Rodrigues *et al* (2017) como produtos tradicionais inovadores ou reinventados, relacionados com a geodiversidade dos Geoparques, que constituem uma estratégia para promover as características e a atratividade destes territórios. Para Vale *et al* (2014) os geoprodutos procuram destacar os aspectos geológicos dos locais visitados.

Os geoprodutos são derivados de souvenirs ou de produtos locais típicos, podendo ser um produto em si, que destaque algum elemento da geodiversidade local utilizado como recurso para a elaboração do produto, ou mesmo a elaboração de um rótulo com uma denominação ou imagem que remeta à geodiversidade local ou a algum outro tipo de patrimônio associado à ela. Para Farsani *et al* (2012) a elaboração de geoprodutos é uma estratégia inovadora e criativa para identificar o geopatrimônio como um novo atrativo turístico dos Geoparques, sendo mais uma das formas de auxiliar o desenvolvimento da economia local.

Vários Geoparques desenvolvem geoprodutos já consolidados como ferramenta de valorização e divulgação da geodiversidade, geração de renda e emprego. No Geoparque Magma (Noruega) foi elaborada a Marca GEOfood, com o objetivo de promover a conexão entre o geopatrimônio e os alimentos produzidos em solos especiais, que representam uma herança alimentar e gastronômica do território. A partir da vinculação entre geopatrimônio e recursos locais alguns geoprodutos e

⁷ Horodyski *et al* (2012) destacam que o termo souvenir pode ser considerado um conceito mais amplo para se referir aos bens adquiridos pelos turistas, tais como o artesanato, os objetos de arte, as manufaturas ou industrializados, produtos alimentícios e audiovisuais, entre outros. Quando possuem uma forte ligação com o território e com a cultura local, estes bens são denominados de “produtos locais” (KRUKEN, 2009).

roteiros geoturísticos vem recebendo a Marca GEOfood (VALE et al, 2014), com o objetivo de promover os chefs de cozinha, os restaurantes, uma sorveteria artesanal (figura 12 A) e produtores de alimentos que trabalham com mel (figura 12 B), carne de cordeiro, peixes, legumes e verduras (MAGMA GEOPARK, 2018). A Marca GEOfood pertence ao Geoparque Magma, mas mediante solicitação e cumprimento de critérios específicos⁸, o seu uso pode ser concedido à Geoparques Europeus que queiram utilizá-la para promover seus geoprodutos. Entre os Geoparques que utilizam a GEOfood estão: Geoparque Rokua (Finlândia) (figura 12 C), Geoparque Rejkyanes (Islândia), Styrian Eisenwurzen Nature e Geoparque (Austria), Geoparque Sierra Subbeticas (Espanha), Naturtejo (Portugal), Geoparque Terras de Cavaleiros (Portugal), Geoparque Villuercas (Espanha) (figura 12 D) e Geoparque North West Highlands (Escócia) (GEOFOOD, 2018).

Figura 12 – Geoprodutos associados a Marca GEOfood



Legenda: Os geoprodutos associados à GEOfood devem ter forte ligação com o geopatrimônio local e devem ser fornecidas informações sobre essa conexão nos rótulos dos alimentos e nos *menus* dos restaurantes que utilizam a Marca. (A) sorveteria artesanal que utiliza a Marca Geofood, Geoparque Magma; (B) Mel de abelhas marrons, produzido no território do Geoparque Magma; (C) pão com a Marca Geofood, Geoparque Rokua e (D) Azeite de oliva produzido pela Sociedad Cooperativa del Campo Santa Catalina de Alia, Geoparque Villuercas Ibores Jara. A Cooperativa também desenvolve a atividade de oleoturismo e geoturismo, como alternativa de difusão da cultura local, da geologia e das técnicas tradicionais da produção do azeite de oliva.

Fonte: (A), (B) e (C), GEOFOOD (2018); (D) GEOPARQUE VILLUERCAS IBORES JARA (2018).

Outros exemplos de geoprodutos são os souvenirs gastronômicos⁹ (HORODISK *et al*, 2014) como, por exemplo, as bolachas que possuem formato de fósseis (figura 13 A) ou de flores (figura 13 B); os produtos típicos como vinhos, licores,

⁸ Os critérios para uso da Marca GEOfood podem ser acessados em: <https://www.geofood.no/the-criteria>.

⁹ Horodyski *et al* (2014, p.3) conceituam souvenir gastronômico como “um produto derivado de alimentos ou bebidas, com identidade diferenciadora, identificação da origem, embalagem adequada e transporte facilitado, que seja capaz tanto de materializar a experiência da visita e prolongar as sensações vividas pelas pessoas após o retorno de suas viagens turísticas quanto permita compartilhar lembranças com outras pessoas e motivar novas viagens”.

queijos, embutidos, entre outros, que destacam em seus rótulos geopatrimônios locais (figura 13 C) e também os artefatos produzidos por artistas e artesãos, utilizando matérias-primas ligadas à geodiversidade e/ou destacando algum geopatrimônio do território (figura 13 D, E, F).

Figura 13 – Geoprodutos encontrados em diferentes Geoparques



Legenda: (A) Bolacha produzida com o formato de fósseis de Amonites, Geoparque Schwäbische Alb (Alemanha); (B) Bolacha em homenagem à aldeia de Toulões (Idanha-a-Nova), capital das Rosas Albardeiras (*Paeonia broteri*), produzida pela padaria Geocakes, Geoparque Naturtejo (Portugal); (C) Vinho produzido na Vila Madalena, com rótulo destacando o vulcão da Ilha de Pico, Geoparque Açores (Portugal). A vitivinicultura realizada na Ilha de Pico pode ser considerada única, pois as videiras são cercadas por muros de rochas que as protegem dos ventos salinos da região; (D) Pingente elaborado em prata e com o formato dos fósseis de Trilobitas, encontrados em Penha Garcia ou na Serra das Talhadas, Geoparque Naturtejo (Portugal); (E) Chaveiros artesanais produzidos a partir do reaproveitamento de calcário laminado do geossítio Pedra Cariri, representando fósseis de libélulas encontrados no Geoparque Araripe (Brasil). A técnica utilizada para a elaboração dos chaveiros é conhecida como litogravura; (F) Arte cerâmica produzida com argila, Geoparque Misteca Alta (México).
Fonte: (A) GEOPARK SCHWÄBISCHE ALB (2018); (B) GEOPARK NATURTEJO; (C) GEOPARK AÇORES (2018) (D) GEOPARK NATURTEJO (2018); (E) GEOPARK ARARIPE (2018); (F) GEOPARK MISTECA ALTA (2018).

A elaboração de geoprodutos passa pela valorização dos produtos locais e das características do território, o que segundo Kruken (2009, p.98) envolve ações essenciais como:

- Reconhecer as qualidades do produto e do território;
- Ativar as competências situadas no território;
- Comunicar o produto e o território;
- Proteger a identidade local e o patrimônio material e imaterial;

- Apoiar a produção local;
- Promover sistemas de produção e de consumo sustentáveis;
- Desenvolver novos produtos e serviços que respeitem a vocação e valorizem o território;
- Consolidar redes no território.

A comercialização de geoprodutos pela comunidade local é uma fonte de renda, que gera empregos e fomenta a divulgação dos Geoparques, além de possuir um grande potencial para a manutenção das tradições culturais do território (FARSANI, *et al*, 2012; FAUZI; MISNI, 2016), com a valorização da gastronomia, do artesanato e da arte. Além disso, os geoprodutos promovem o conhecimento da bio e da geodiversidade, auxiliando sua conservação através das informações e mensagens que são repassadas aos geoturistas, ou à pessoas que recebem *souvenirs* como presente (VALE *et al*, 2014).

As festas típicas associadas aos produtos locais ou à religiosidade, o patrimônio arquitetônico, as lendas e histórias, entre outros tipos de patrimônio material e imaterial, também são valorizadas como parte do produto turístico ligado ao Geoturismo em Geoparques (DELPHIN, 2009; RUCHYNS *et al* 2010; FARSANI *et al*, 2012) contribuindo para consolidar a atratividade do território.

O caráter holístico e abrangente dos Geoparques, integrando os três pilares em que a estratégia se apoia – a geoconservação, a geoeducação e o Geoturismo, promove o aproveitamento sustentável do patrimônio natural, cultural e a valorização da organização social e econômica dos territórios para o desenvolvimento territorial endógeno.

2.5 A GESTÃO DE GEOPARQUES

O movimento para a criação de um Geoparque deve partir do interesse da comunidade local e do compromisso desta em desenvolver uma estratégia de desenvolvimento territorial que promova a conservação do geopatrimônio e o seu aproveitamento para o desenvolvimento do Geoturismo, trazendo benefícios sociais, econômicos, culturais e ambientais. Nesse sentido, é necessário que seja definido uma estrutura de gestão adequada, pessoal qualificado e apoio financeiro apropriado,

que satisfaça aos interesses da comunidade local e, que ao mesmo tempo, possa dar suporte às atividades de Geoturismo, de educação, pesquisa e geoconservação desenvolvidas (LÓPEZ *et al*, 2009).

A UNESCO (2016, p.5) destaca que:

Os Geoparques Globais da UNESCO são administrados por um órgão legal reconhecido pela legislação nacional. Este órgão de gestão deve estar adequadamente equipado para lidar com toda a área e deve incluir todas as autoridades e atores locais e regionais relevantes. Os Geoparques Globais da UNESCO requerem um plano de gestão, acordado por todos os parceiros, que cubra as necessidades sociais e econômicas das populações locais, proteja a paisagem em que vivem e preserve sua identidade cultural. Este plano deve ser abrangente, incorporando a governança, o desenvolvimento, a comunicação, a proteção, a infraestrutura, as finanças e associações do Geoparque Global da UNESCO.

Como não estão atrelados a nenhuma lei específica, os Geoparques são gerenciados a partir de distintos modelos de gestão, podendo apresentar diferentes estruturas organizacionais. Entretanto, a gestão deve estar em conformidade com a legislação do país onde o Geoparque se insere, sendo necessário a elaboração de um Plano de Gestão que englobe os três pilares em que a estratégia se apoia (MEDEIROS *et al*, 2015). Essa flexibilidade facilita a participação e a inserção de organismos e instituições locais como o poder público, o tecido empresarial e as representações da sociedade civil, tendo assim uma grande capacidade de agregação e articulação dos diferentes atores locais do território.

Nascimento *et al* (2015) destacam que a criação de um Geoparque implica na formação de uma equipe interdisciplinar, bem suportada pelos organismos que, de fato, podem assegurar uma gestão efetiva do território.

O apoio político ao nível do município é absolutamente essencial, não só porque é dele que advêm inicialmente os recursos para colocar em marcha um projeto deste tipo (embora possa e deva ter outras fontes complementares, públicas ou privadas) como é por meio do município que se conseguem articular as diversas políticas de desenvolvimento local. A criação de um Geoparque em uma determinada região pode se revelar como um agente transformador da realidade das comunidades que o compõe. Para o Estado um Geoparque pode representar uma alternativa adequada para promover a conservação em consonância com atividades econômicas. Para as Empresas da Iniciativa Privada que apoiam o Geoparque o retorno é imediato, pois, propicia maior visibilidade e promoção. (...) E para a população um Geoparque pode representar desenvolvimento socioeconômico local, por meio do geoturismo, do comércio, atração do capital privado além do desenvolvimento científico/educativo inerente a função do Geoparque (NASCIMENTO *et al*, p.351-352, 2015).

No estudo realizado por Medeiros *et al* (2015) sobre Planos de Gestão de Geoparques Globais da UNESCO, são identificados pelo menos três formas ou modelos de gestão que são utilizados:

(i) *Associações de Direito Privado* sem fins lucrativos, a exemplo da Associação Geoparque Arouca (AGA), que realiza a gestão do referido Geoparque, a partir uma estrutura administrativa composta por Assembleia Geral, Direção, Conselho Fiscal e Conselho Científico, contando com contrapartida financeira do Município de Arouca. O Estatuto da AGA define que esta pode ser constituída por associados (individuais ou coletivos, públicos ou privados) distribuídos nas categorias associado fundador, efetivo, honorário e protetor e que os membros representantes de seus órgãos constituintes devem ser eleitos através de votação secreta, para mandatos de 4 anos, com exceção do Conselho Científico que é designado pela Direção (ESTATUTO AGA, 2010);

(ii) *Universidades*, a exemplo Universidade Regional do Cariri (URCA) que realiza a gestão do Geoparque Araripe (Brasil) que é vinculado à reitoria de extensão universitária. A estrutura de gestão é composta por um Comitê Científico, integrado majoritariamente por professores universitários, e um Conselho Gestor, do qual participam representantes da sociedade civil, órgãos públicos e entidades empresariais (OLIVEIRA, 2014). O Conselho Gestor é composto por setores: *Administrativo*, de *Infraestrutura e Manutenção*, responsável pela infraestrutura adequada do Geoparque, de *Comunicação*, responsável pela veiculação de informações e *Cooperação Institucional e Novos Projetos*, responsável pela busca de apoio técnico e financeiro ao Geoparque.

(iii) *Gestão compartilhada* a partir do desenvolvimento de rede de parcerias público-privada, como no caso do Geoparque Stonehammer (Canadá), onde o Conselho Administrativo do Geoparque, composto por um Diretor geral e Secretário, representantes da comunidade local e por profissionais técnicos na área de turismo, marketing e geologia (selecionado pelo Conselho) realizam a gestão do Geoparque. Os parceiros podem se enquadrar em categorias diferentes como *proprietários dos locais* (proprietário ou responsável por manter um geossítio localizado dentro do Stonehammer), *operador direto* (que opera um produto turístico ou atividade relacionada a um geossítio do Stonehammer), *operador indireto* (que opera um produto turístico dentro do Stonehammer ou o divulga como um de seus pacotes ou destinos turísticos), *produtos de varejo* (comerciantes de produtos locais, aprovados

pelo Conselho Administrativo) e os *influenciadores* (governo e organizações sem fins lucrativos que estão promovendo o Stonehammer, como parte de atividades de marketing mais amplas, e que não estão ganhando receita diretamente com o Geoparque) (GEOPARK STONEHAMMER, 2018).

A definição de Planos de Gestão com vigência pré-determinada é um fator importante para o funcionamento dos Geoparques, pois garante um melhor planejamento das ações a serem desenvolvidas e também, a avaliação dos avanços alcançados ao final da vigência de cada Plano. Estes Planos além conter as ações que serão realizadas para a geoconservação, educação e Geoturismo, devem trazer as prioridades de atuação, cronogramas e os responsáveis pela execução das ações, além de apresentar uma estratégia de marketing e comunicação com o objetivo de promover a identidade territorial, os produtos e atividades desenvolvidas pelos Geoparques (MEDEIROS *et al*, 2015), destacando os seus colaboradores ou parceiros. Alguns Planos de Gestão se utilizam de ferramentas da Administração, como a Análise SWOT (análise dos pontos fortes e fracos e das oportunidades e ameaças) adotadas, por exemplo, para a composição dos Planos dos Geoparques Arouca (Portugal) e English Riviera (Reino Unido) (MEDEIROS *et al*, 2015), o que pode contribuir significativamente para identificar as potencialidades e desafios a serem enfrentados para a gestão territorial dos Geoparques.

A gestão dos Geoparques ainda é um tema pouco abordado no que se refere à produção científica (MEDEIROS *et al*, 2015) não existindo uma orientação específica da UNESCO sobre qual o modelo a ser seguido, justamente em função das especificidades socioeconômicas, culturais e político-administrativas dos territórios onde são criados.

Entretanto, para uma gestão territorial de sucesso é fundamental que os Geoparques busquem um forte envolvimento da comunidade local e o estabelecimento de parcerias com o setor público e privado, mediante protocolos de compromisso, convênios ou acordos de cooperação, para auxiliar o seu funcionamento, destacando-se a colaboração de atores locais e instituições do território como:

- Proprietários rurais onde se localizam geossítios;
- O Poder Público (Governos Municipal, Estadual e Federal, Câmaras Municipais de Vereadores, Secretarias Estaduais e Municipais de Turismo, de Educação, etc.);

- Proprietários de hotéis, pousadas, restaurantes, bares, lanchonetes, etc.
- Associações de artesãos, produtores rurais, etc., que trabalham com a produção de souvenirs e/ou produtos locais típicos (os geoprodutos);
- Empresas de recepção de turistas;
- Empresas de esportes de aventura;
- Empresas de transporte e aluguel de automóveis;
- Associações de guias de turismo ou condutores ambientais locais;
- Instituições de ensino e pesquisa como universidades, escolas, centros de pesquisa, etc.;
- Sociedades científicas ou órgãos ambientais (Municipais, Estaduais e Federais);
- Órgãos de conservação do patrimônio histórico-cultural, como IPHAN e IPHAES;
- Museus e centros de interpretação ambiental, entre outros.

O modelo de gestão participativa de um Geoparque busca o empoderamento social e pode servir como um organismo que canaliza competentemente os instrumentos de apoio para os desenvolvimento territorial, em que a participação das comunidades, seus conhecimentos tradicionais, artes, tradições e estilos de vida, são vitais para o uso sustentável dos recursos do território (CORTEZ, 2013), especialmente para ações de geoeducação e para o desenvolvimento do Geoturismo.

Segundo Cortez (2013) através dos processos participativos os Geoparques constituem uma estratégia de autogestão do território, frente à coordenação intersetorial e interinstitucional que permita melhorar a comunicação entre os atores e alcançar objetivos a médio e longo prazo, sendo uma alternativa viável para melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais com um importante patrimônio natural, através da educação, conservação e fomento da identidade, que por sua vez fortalece a valorização do território.

2.6 GEOCONSERVAÇÃO E GEOPARQUES NO BRASIL

A geoconservação, entendida como um conjunto de estratégias que visam a conservação do geopatrimônio, conta com poucos recursos legais para a proteção

desse tipo de patrimônio (PEREIRA *et al*, 2008). No Brasil, Pereira *et al* (2008) destacam a existência de dois instrumentos onde a geoconservação pode ser melhor enquadrada: 1) *O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, o qual também inclui o tombamento¹⁰ e proteção dos “monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza, ou agenciados pela indústria humana” (§ 2º do art. 1º, Capítulo I) (BRASIL, 1937); e 2) *A Lei 9.985 de 18 de julho de 2000*, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) onde é destacado como um dos seus objetivos (Capítulo II) “proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural” (Art. 4º, alínea VII) e “proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos” (Art. 4º, alínea VIII), apontando assim um grande avanço da legislação brasileira para a conservação dos elementos abióticos da natureza (PEREIRA *et al*, 2008).

No caso do enquadramento da proteção de geopatrimônios dentro da categoria de tombamento através do Decreto-Lei nº 25 de 1937, Pereira *et al* (2008) salientam que a utilização desse instrumento legal só deve ocorrer naqueles casos onde há uma conexão explícita com elementos culturais, em vista que, ficarão sob tutela do Ministério da Cultura e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), entidades cuja aptidão e enfoque principal não estão necessariamente alinhados com a proteção e gestão ambiental.

Já no segundo caso, com a proteção do geopatrimônio através de uma das categorias de Unidades de Conservação (UCs) que fazem parte do SNUC, estas serão geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que por sua vez está inserido no Ministério do Meio Ambiente (MMA), ambos órgãos envolvidos na conservação ambiental brasileira (PEREIRA *et al*, 2008).

O SNUC divide as UCs brasileiras em duas categorias: (a) Unidades de Proteção Integral, que têm a preservação da natureza como o objetivo principal, incluindo parques, reservas biológicas, estações ecológicas, monumentos naturais e refúgios de vida silvestre; e (b) Unidades de Uso Sustentável, que permitem a

¹⁰ Instrumento legal através do qual o valor cultural de um bem é reconhecido, instituindo-se sobre ele um regime especial de proteção. Para ser tombado, um bem passa por um processo administrativo, até ser inscrito em pelo menos um dos quatro Livros do Tombo instituídos pelo Decreto: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas (BRASIL, 1937).

compatibilização de variadas formas e graus de uso humano, incluindo as áreas de proteção ambiental, áreas de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reservas extrativistas, reservas de fauna, reservas de desenvolvimento sustentável e reservas particulares do patrimônio natural.

Para Pereira *et al* (2008) e Mansur (2010) apesar do SNUC mencionar a necessidade de proteção dos recursos abióticos em seus objetivos, a lei ainda está essencialmente centrada na proteção da biodiversidade. Além disso, atenta-se para o fato de que a proteção do geopatrimônio não se enquadra em todas as categorias estabelecidas nos dois grupos acima citados, destacam-se como mais indicadas as categorias apresentadas no quadro 4 elaborado por PEREIRA *et al* (2008).

Quadro 4 – Categorias do SNUC compatíveis para a proteção do Geopatrimônio

Unidades de Conservação Integral	<p>Parque Nacional: tem como objetivo, preservar ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisa científica, de atividades educacionais e de interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico. O regime de visitação pública é definido no Plano de Manejo da respectiva unidade.</p> <p>Monumento Natural: tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares e/ou de grande beleza cênica. Pode ser constituído por propriedades particulares, desde que haja compatibilidade entre a utilização da terra e a conservação dos recursos naturais por parte dos proprietários. Se não houver compatibilidade, a área é desapropriada. A visitação é permitida, porém a pesquisa depende de autorização prévia. Constitui a categoria onde melhor se enquadra o patrimônio geológico.</p>
Unidades de Uso Sustentável	<p>Área de Proteção Ambiental: geralmente áreas extensas, com certo grau de ocupação humana, com atributos bióticos, abióticos, estéticos ou culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. As APAs têm como objetivo proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Passível de ser utilizada para a proteção do patrimônio geológico, tal como ocorre na APA estadual Marimbus-Iraquara (Bahia).</p> <p>Área de Relevante Interesse Ecológico: geralmente áreas de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais singulares ou que contemplem exemplares raros dos biota regionais. A sua criação visa a manutenção desses ecossistemas naturais de importância regional ou local, bem como a regulação do uso admissível destas áreas, compatibilizando-o com os objetivos da conservação da natureza. Categoria similar ao Monumento Natural, porém permite usos e propriedade dos geossítios.</p> <p>Reserva Extrativista: área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência se baseia no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. A sua criação visa proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. As populações que vivem nessas unidades possuem um contrato de concessão de direito real de uso, tendo em vista que a área é de domínio público. A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e com o disposto no plano de manejo da unidade. Aplicável a locais onde as populações façam uso dos recursos da geodiversidade, sem denegrir o patrimônio geológico local.</p> <p>Reserva de Desenvolvimento Sustentável: área natural que abriga populações tradicionais, que vivem basicamente em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições locais. O uso é regido, como nas Reservas Extrativistas, por contrato de concessão de direito real de uso, sendo que a área da RDS é de domínio público.</p> <p>Reserva Particular do Patrimônio Natural: unidades de conservação instituídas em áreas privadas, de carácter permanente, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. Promove-se assim o envolvimento do cidadão na proteção dos ecossistemas brasileiros, nomeadamente através da isenção de impostos. O SNUC especifica que é compatível a conservação da natureza nessas áreas, com o uso sustentável dos seus recursos ambientais renováveis. Por uso sustentável entende-se a realização de pesquisa científica e a visitação pública com finalidade turística, recreativa e educacional.</p>

Fonte: PEREIRA *et al* (2008).

De todas as UCs previstas no SNUC, a categoria Monumento Natural, tem sido considerada a categoria de manejo mais adequada para a proteção do geopatrimônio (PEREIRA *et al*, 2008; MANSUR, 2010). Entretanto, é importante destacar que este tipo de UC é classificada como de Proteção Integral, apresentando restrições e limitações do uso destes territórios (BRASIL, 2000) que podem resultar em desapropriações de terras e retirada das populações locais. As especificidades presentes em Unidades de Proteção Integral, em alguns casos, é uma questão que não se alinha com as perspectivas de criação de Geoparques, que constituem figuras de gestão territorial que preveem a conservação do geopatrimônio pelas comunidades locais, com fins de desenvolvimento territorial e fixação da população em territórios, geralmente empobrecidos e localizados em áreas pedregosas e de difícil aproveitamento econômico.

Nesse sentido, destaca-se que mesmo os Monumentos Naturais sendo a categoria do SNUC que mais se enquadra para proteger o geopatrimônio com base na Lei 9.985/2000 é necessário estudar cada contexto territorial e definir a categoria que melhor se adequa também com relação às especificidades de ocupação populacional.

Por outro lado, Alvarenga *et al* (2018) discutem importância das *Áreas Especiais de Interesse Turístico (AEIT)* e dos *Locais de Interesse Turístico (LIT)*, como úteis à instituição e operacionalização de espaços de geoconservação no Brasil. Segundo os autores (*op.cit.*) esses instrumentos legais contidos na *Lei Federal nº 6.513, de 1977* e no *Decreto nº 86.176, de 1981*, que disciplinam as AEIT e os LIT, apresentam diversas categorias de bens de interesse turístico, para fins de subordinação a tratamento especial, que concernem direta ou indiretamente a sítios ou elementos da geodiversidade, a exemplo dos “bens de valor pré-histórico”, “das paisagens notáveis”, “das localidades e os acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas ou de lazer”, “fontes hidrominerais aproveitáveis”, entre outras categorias (BRASIL, 1977). Tais categorias, possibilitam considerar geossítios como bens passíveis de gestão especial para fins turísticos (ALVARENGA *et al*, 2018).

As *Áreas Especiais de Interesse Turístico (AEIT)* são trechos contínuos do território nacional, inclusive suas águas territoriais, a serem preservados e valorizados no sentido cultural e natural, e destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico. Já os *Locais de Interesse Turístico (LIT)* são trechos do

território nacional, compreendidos ou não em Áreas Especiais, destinados por sua adequação ao desenvolvimento de atividades turísticas e à realização de projetos específicos, e que compreendam: I) bens não sujeitos a regime específico de proteção e II) os respectivos entornos de proteção e ambientação¹¹. Segundo Alvarenga *et al* (2018) o que essencialmente diferencia as AEIT dos LIT é a dimensão espacial, maior naquelas (escala de território) do que nestes.

A criação de LIT impõe disciplina específica para usos, ocupação, proteção (preservação e conservação) e ambientação de certos lugares, entre os quais podem figurar, concretamente, alguns de interesse geológico (ALVARENGA *et al*, 2018). Essas normas devem prever expressamente: os limites do LIT; seus entornos de proteção e ambientação (buffers); principais aspectos e características; regras gerais de uso e ocupação do local, destinadas a preservá-lo e à disciplinar a introdução de edificações e a realização de outras intervenções (ALVARNGA *et al*, 2018).

As AEIT subdividem-se em *prioritárias* e de *reserva*, conforme se trate de aproveitamentos turísticos imediatos ou futuros. Enquanto as últimas aparecem na lei como categoria compreensiva de espaços carentes de medidas para ulterior fruição social, as primeiras singularizam-se, por suas características, como contentoras de potencialidade turística a priori, a qual torna pertinente a elaboração, para já, de planos e projetos de preservação ou recuperação dos LIT presentes na área (ALVARENGA *et al*, 2018).

Conforme destacam Alvarenga *et al* (2018), as AEIT objetivam induzir à elaboração de planos e programas para: desenvolver o turismo; preservar e valorizar o patrimônio natural e cultural; regular o uso e a ocupação do solo; orientar a alocação de recursos e incentivos para a melhoria do turismo. Para a criação de AEIT deve ser especificado: os limites geográficos do território correspondente; as principais características que lhe conferem potencialidade turística; prazos de elaboração de planos e programas de desenvolvimento turístico; unidades administrativas responsáveis; normas intercorrentes, vigorantes até a aprovação dos planos e programas sobre uso e ocupação do solo, bem como sobre atividades, obras e

¹¹ Entorno de proteção é o espaço físico necessário ao acesso do público ao Local de Interesse Turístico e à sua conservação, manutenção e valorização e, entorno de ambientação é o espaço físico necessário à harmonização do local de Interesse Turístico com a paisagem em que se situar (BRASIL, 1977).

serviços permissíveis, vedados ou sujeitos a parecer prévio (ALVARENGA et al, 2018).

Ramos (2015) salienta ainda que é raro encontrar estados ou municípios onde a Lei Federal nº 6.513/77 tenha sido utilizada, citando como exemplo, localidades situadas nos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná instituídas com esse propósito no Paraná.

Para Alvarenga et al (2018, p. 197) “(...) *num momento em que importantes salvaguardas da legislação ambiental do país são postas em marcha de retrocesso a bem do propalado progresso econômico, faz-se oportuno recuperar e ampliar o sentido prático das normas de conservação remanescentes ou subutilizadas*”.

Atualmente existe um projeto pra revogação da Lei 6.513/1977, para que ela seja atualizada em relação a alguns parâmetros de implantação e também em relação a órgãos e entidades responsáveis pela implantação das AEIT e dos LIT. O Ministério do Turismo (MTur) é quem hoje tem a atribuição de declarar e instituir as AEIT e os LIT.

Apesar dos instrumentos legais citados acima preverem algum enquadramento legal para a proteção do geopatrimônio, o marco institucional das estratégias com foco na geoconservação no Brasil foi a criação da Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP) (MANSUR, 2010). Conforme Schobbenhaus e Winge (2012) no final de 1993, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) recebeu a solicitação de dar apoio a uma iniciativa de conservação internacional do Grupo de Trabalho Sítios Geológicos e Paleobiológicos do Patrimônio Mundial, através de propostas do Brasil para a Lista Indicativa Global de Sítios Geológicos (*Global Indicative List of Geological Sites-GILGES*) e/ou para a Base de Dados Global de Sítios Geológicos da União Internacional de Ciências Geológicas (Geosites Global Data Base of Geological Sites of IUGS International Union of Geological Sciences). Como resposta criou-se no DNPM um Grupo de Trabalho Nacional, que em 1997 deu origem a Comissão Brasileira dos Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP)¹².

¹² A constituição da SIGEP contou com representantes de diversificadas entidades públicas e/ou privadas: Academia Brasileira de Ciências (ABC), Associação Brasileira de Estudos do Quaternário (ABEQUA), Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE), Sociedade Brasileira de Geologia (SBGeo) e Sociedade Brasileira de Paleontologia (SPB), contando ainda com o apoio de grandes organismos internacionais, tais como: World Heritage Committee (WHC/UNESCO), International Union for the Geological Sciences (IUGS), International Geological Correlation Programme (IGCP), International Union for the Conservation of the

A principal atribuição da SIGEP em relação à geoconservação foi a constituição e gerenciamento de um banco de dados nacional de geossítios, disponibilizado em uma página na internet (www.sigep.cprm.gov.br). Esse banco de dados, envolveu inicialmente o trabalho de inventário e a elaboração de artigos científicos (em português e inglês), de autoria de pesquisadores e especialistas que trabalharam na descrição de geossítios, previamente aprovados e cadastrados pela SIGEP (SCHOBENHAUS; WINGE, 2012). Com o apoio da CPRM, a SIGEP organizou a publicação de livros técnicos denominados “Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil”, onde um total de 116 geossítios brasileiros são apresentados em edições distintas, publicadas em 2002 (Volume I), 2009 (Volume II) e 2013 (Volume III)¹³. Cada um dos 116 geossítios inventariados compõe um dos capítulos destes livros, abordando sua localização, relevância, características específicas e, por fim, os mecanismos vigentes para sua proteção, dando-se destaque para o estado atual de conservação, recomendações e eventuais restrições aos diversos usos (SIGEP, 2018).

Entretanto, a inclusão de geossítios na lista da SIGEP não implica, necessariamente que ações concretas para a sua proteção sejam deflagradas (MANSUR, 2010), sendo necessário a adoção de medidas específicas baseadas nos mecanismos legais existentes no país, citados acima, ou a adoção de medidas alternativas em consonância com os interesses das comunidades locais que vivem próximo aos geossítios cadastrados.

Do total de 116 geossítios descritos e publicados, 12 estão localizados no RS (quadro 5), incluindo 2 geossítios no município de Caçapava do Sul (RS), área de pesquisa da presente tese.

Nature (IUCN) e Working Group on Geological and Palaeobiological Sites (GEOTOPES) (SILVA; AQUINO, 2017).

¹³ Ao todo a SIGEP recebeu a identificação de 208 geossítios, dos quais 16 foram cancelados, 116 publicados e 76 foram aprovados e/ou sugeridos mas não descritos e publicados.

Quadro 5 – Geossítios descritos e publicados pela SIGEP/CPRM no RS

Geossítios SIGEP/CPRM no Rio Grande do Sul (RS)		
Denominação do Geossítio	Município	Volume
1-Sítios Paleobotânicos do Arenito Mata	Mata e São Pedro do Sul	I
2-Tetrápodes Triássicos do Rio Grande do Sul	Região central do RS (Santa Maria, Candelaria, São Pedro)	I
3-Minas do Camaquã	Caçapava do Sul	I
4-Cânions Itaimbezinho e Fortaleza	Cambará do Sul	II
5-Dunas do Albardão	Santa Vitória do Palmar, Chuí	II
6-Afloramento Morro do Papaléo	Mariana Pimentel	II
7-Barrancas Fossilíferas do Arroio Chuí	Chuí	II
8-Afloramento Quitéria	Encruzilhada do Sul	II
9-Passo das Tropas	Santa Maria	III
10-Paleotocas do Município de Cristal	Cristal	III
11-Sítio Fossilífero Predebon	Quarta Colônia	III
12-Guaritas do Camaquã	Caçapava do Sul	III

Fonte: elaborado pela autora com base em SCHOBENHAUS *et al* (2002); WINGE *et al* (2009) e WINGE *et al* (2013).

A inventariação e publicação de geossítios através do trabalho da SIGEP representou a iniciativa mais importante e abrangente no movimento nacional pela divulgação e conservação do geopatrimônio brasileiro (MANSUR *et al*, 2013). No entanto, em meados de 2012 ocorreu a suspensão do envio de novas propostas de geossítios a serem cadastradas pela Comissão (SIGEP, 2018), devido ao fato de que a SIGEP não foi oficializada de direito no âmbito do Poder Público, o que lhe tira a capacidade de adotar medidas legais para a preservação dos geossítios ¹⁴ (SCHOBENHAUS; WINGE, 2012; MANSUR *et al*, 2013).

Com base na experiência desenvolvida pela SIGEP, a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM) iniciou em 2006 o “Projeto Geoparques do Brasil”, que desde então vem realizando atividades de inventariação de geossítios, caracterização e divulgação de áreas de significativa importância geológica-geomorfológica, com potencial para elaboração de projetos de Geoparques no Brasil. Para desenvolver este Projeto a CPRM conta com o apoio de seu corpo técnico e com o auxílio de profissionais das Geociências, estabelecendo parcerias com entidades

¹⁴ A suspensão do recebimento de novas propostas de geossítios pela SIGEP ocorreu em virtude da publicação de Portaria Nº 170, de 20 de junho de 2012, da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial de Sítios Geológicos e Paleontológicos (GTI-SIGEP), com a responsabilidade de propor a institucionalização das atividades da SIGEP e a revisão dos procedimentos para a seleção de novos sítios geológicos e paleontológicos de natureza especial e o gerenciamento e divulgação de tais informações (MANSUR *et al*, 2013), o que de fato até julho de 2018 não ocorreu.

governamentais ou privadas, em especial Universidades e grupos de pesquisa que trabalham nas áreas potenciais (SCHOBENHAUS; SILVA, 2012).

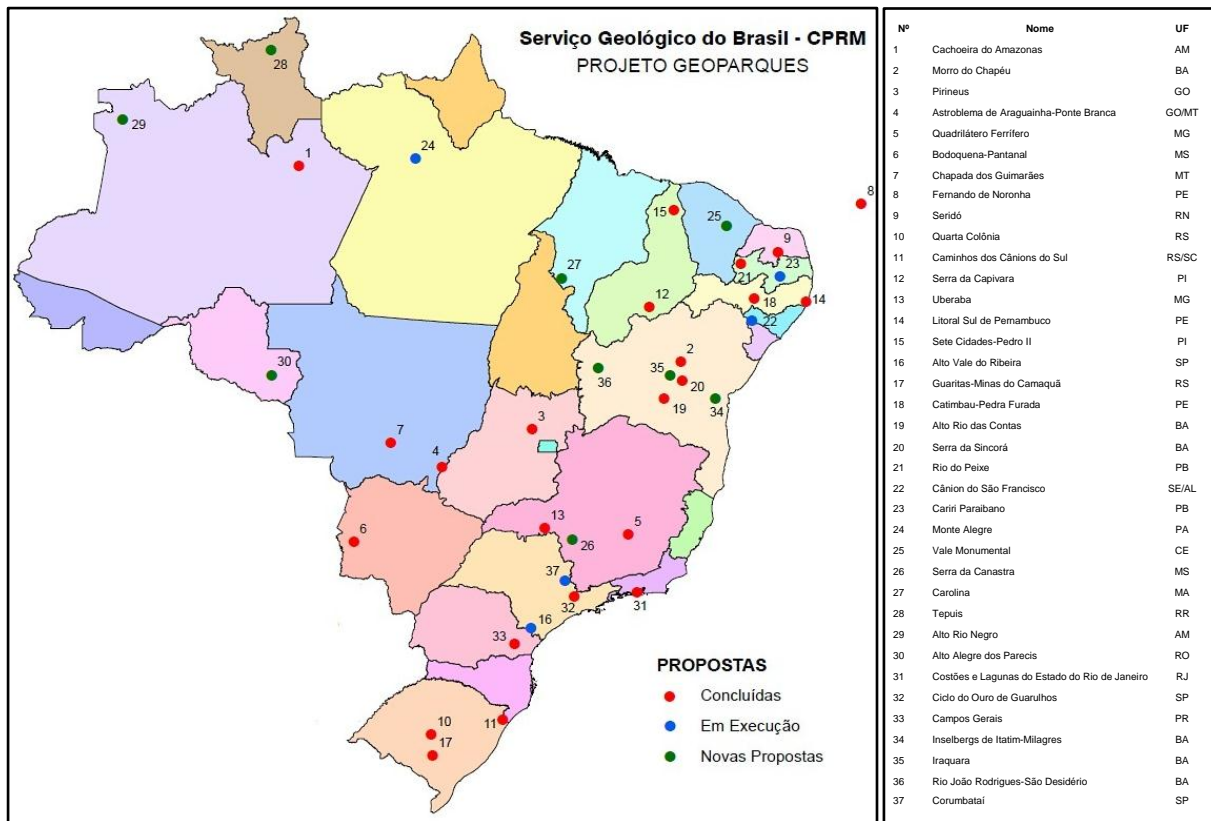
Além disso, o Projeto Geoparques da CPRM envolve o cadastramento e avaliação quantitativa dos geossítios¹⁵ inventariados através do aplicativo web GEOSSIT, utilizado para padronizar as informações levantadas e compor uma base de dados denominada GEOBANK, contendo o Inventário de Sítios do Patrimônio Geológico do Brasil (MANSUR *et al*, 2013).

Outras importantes contribuições da CPRM no sentido de popularizar e divulgar o conhecimento geocientífico são: o desenvolvimento do Mapa Geodiversidade do Brasil (escala 1:2.500.000) em 2006; a elaboração de livros sobre a geodiversidade dos estados brasileiros e do Distrito Federal; a disponibilização em sua página web (<http://www.cprm.gov.br/>) de “Excursões Virtuais” com o objetivo de divulgar a geodiversidade e os atrativos turísticos de um determinado roteiro, a exemplo da “Excursão Virtual aos Aparados da Serra (RS)” e da “Excursão Virtual Pedra da Gavea”; entre outras ações.

Em 2012 a CPRM publicou o livro “Geoparques do Brasil: propostas” (SCHOBENHAUS; SILVA, 2012), contendo 17 áreas identificadas e descritas, das quais 14 relacionam-se ao Projeto Geoparques e outras 3 constituem contribuições externas: Campos Gerais (Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG) e Minérios do Paraná – Mineropar); Guarulhos (Prefeitura de Guarulhos, SP) e Costões e Lagunas do Rio de Janeiro (Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro (Departamento de Recursos Minerais). Entre as propostas apresentadas no livro, estão o projeto Geoparque Quarta Colônia, na região Central do RS e o projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, localizado entre o RS e SC. Através da figura 14, podemos identificar a localização das áreas descritas no livro da CPRM, assim como outras propostas avaliadas e publicadas através de relatórios técnicos da CPRM, incluindo a proposta denominada Geoparque Guaritas-Minas do Camaquã, abrangendo parte dos municípios de Caçapava do Sul, Bagé, Lavras do Sul e Santana da Boa Vista (PEIXOTO, 2017) e, ainda, outras elaboradas de forma independente, totalizando 37 áreas identificadas.

¹⁵ A metodologia utilizada na avaliação quantitativa dos geossítios inventariados e cadastrados no aplicativo GEOSSIT é baseada nas metodologias desenvolvidas por Brilha (2005) e Córtez e Urquí (2009) (MANSUR *et al*, 2013).

Figura 14 – Mapa de localização das propostas identificadas pelo Projeto Geoparques do Brasil da CPRM e por projetos independentes



Legenda: No mapa as áreas de nº 1 a 14 e, do nº 31 a 33 fazem parte do livro “Geoparques do Brasil: propostas (2012)”. Todos os pontos em vermelho constituem propostas de Geoparques publicadas no livro ou em relatórios técnicos (áreas de nº 15 a 21). O nº 17 corresponde a proposta da CPRM para um Geoparque na região de Caçapava do Sul, englobando parte dos municípios de Caçapava do Sul, Bagé, Lavras do Sul e Santana da Boa Vista (PEIXOTO, 2017). As áreas em azul encontram-se em fase de elaboração dos relatórios técnicos e as áreas em verde correspondem a novas áreas levantadas.

Fonte: adaptado pela autora de CPRM (2018).

Cabe ressaltar que as propostas de Geoparques apresentadas pelo Projeto Geoparques do Brasil da CPRM não constituem dossiês de candidaturas a serem encaminhados à UNESCO (SCHOBENHAUS; SILVA, 2012), podendo ser melhor enquadrados como trabalhos de inventário geológico realizados em áreas potenciais para a constituição de futuros projetos de Geoparques. Conforme destacam Schobbenhaus e Silva (2012), o Brasil tem grande potencial para a criação de Geoparques, devido sua enorme extensão territorial, com uma rica geodiversidade, aliada à presença de sítios de importância ecológica, arqueológica, histórica ou cultural. Contudo, desde a aceitação do Geoparque Araripe (CE) em 2006, na Rede Global de Geoparques (GGN), o Brasil permanece com um único Geoparque.

Para Bacci *et al* (2009) a existência de problemas de cunho político, desconhecimento das práticas geoconservacionistas, defasagem de projetos educacionais e a falta de interação com a comunidade, ocasionam uma série de eventos que impossibilitaram a aceitação de novos Geoparques pela UNESCO no Brasil. Em adição, a estes problemas, a falta de uma cultura geocientífica e as confusões em torno do conceito de Geoparque, ainda pouco conhecido no Brasil, inclusive entre os geólogos, que ainda o confundem com parques com motivos geológicos ou roteiros geológicos (BACCI *et al*, 2009), demonstram alguns dos muitos desafios a serem superados para uma maior participação do Brasil na Rede Global de Geoparques (GGN).

O estudo realizado por Oliveira (2014) sobre 18 projetos de Geoparques no Brasil¹⁶ identifica alguns desses entraves enfrentados para a efetivação de novas adesões junto à GGN. Segundo o autor (*op. cit.*), dos 18 projetos de Geoparques analisadas até junho de 2014, apenas Quadrilátero Ferrífero (MG) e Bodoquena-Pantanal (MS) chegaram a encaminhar dossiês de candidatura à UNESCO, mas suas propostas, no entanto, não foram aceitas. Segundo Oliveira (2014) entre as dificuldades identificadas junto a profissionais ligados aos projetos de Geoparques analisados, estão problemas: 1) financeiros e de logística; 2) de compreensão do conceito Geoparque, tanto pelas comunidades locais quanto por agentes públicos; 3) sobreposição com unidades de conservação, com a identificação de conflitos herdados da criação dessas UCs, especialmente fundiários e de gestão; 4) resistência do setor produtivo local, especialmente de produtores rurais e de mineradoras; 5) limite geográfico da proposta, já que algumas possuem áreas muito extensas, gerando dificuldades de gestão; 6) dificuldade de entendimentos de alguns critérios da UNESCO; 7) falta de governança/diretriz nacional (algumas das ações conjuntas esperadas para alavancar as propostas nacionais de Geoparque não se concretizaram, a exemplo da Rede Brasileira de Geoparques); 8) legislação (criação de Geoparques via Decretos/Municipais ou Estaduais; e 9) mobilização da comunidade (quadro 6).

¹⁶ Entre os 18 projetos de Geoparques consideradas no estudo de Oliveira (2014), 15 são propostas apresentadas pela CPRM no Livro "Geoparques do Brasil: propostas", sendo que as propostas Astroblema Araguainha - Ponte Branca-GO/MT e Uberaba - Terra dos Dinossauros do Brasil-MG não puderam ser incluídas na pesquisa porque não conseguiu-se contato com seus coordenadores. Além das 15, foram incluídas no estudo outras 3 proposta: a do Geoparque urbano/metropolitano do Rio de Janeiro (proposta independente), a proposta Chapada Diamantina (BA) (proposta independente) e do Alto Vale do Ribeira (SP/PR) (publicada em relatório técnico da CPRM).

Quadro 6 – dificuldades enfrentadas pelos projetos de Geoparques no Brasil

Propostas	Dificuldades
1-Cachoeiras do Amazonas (AM)	Poucos estudos geológicos referenciais; sem informações sobre envolvimento da comunidade
2-Morro do Chapéu (BA)	Dificuldades financeiras e burocráticas na formatação da estrutura de controle; falta de infraestrutura prévia; dificuldade de entendimento do conceito de geoparque pelas autoridades locais
3-Pireneus (GO)	Exploração mineral (“Pedra de Pirenópolis”) desordenada; dificuldades na conscientização sobre geoconservação; sem informações sobre o envolvimento da comunidade
4-Quadrilátero Ferrífero (MG)	Poucos recursos financeiros; redefinição do tamanho original (por exigências da UNESCO/GGN); dificuldade no entendimento do conceito de geoparque
5-Bodoquena-Pantanal (MS)	Dificuldade de adaptação às exigências da UNESCO/GGN; dificuldades na montagem da equipe administrativa; desconfianças na viabilidade econômica do geoturismo
6-Chapada dos Guimarães (MT)	Falta de infraestrutura prévia e de sintonia com demais órgãos públicos; entraves fundiários (uso ilegal do solo) e jurídicos; sem informações sobre o envolvimento da comunidade
7-Fernando de Noronha (PE)	Falta de estrutura e de pessoal
8-Seridó (RN)	Pouco diálogo com o governo estadual (RN); apoio restrito das prefeituras envolvidas
9-Quarta Colônia (RS)	Dificuldade de criação e manutenção de infraestrutura; resistências pontuais do setor produtivo
10-Caminhos dos Cânions do Sul (RS/SC)	Dificuldades na articulação de gestão compartilhada intermunicipal e interestadual
11-Serra da Capivara (PI)	Falta de recursos financeiros; falta de apoio público (estadual e municipais); conflitos fundiários ligados ao Parque Nacional
12-Litoral Sul de Pernambuco-(PE)	Falta de apoio e de diálogo com órgãos municipais e estaduais
13-Chapada Diamantina (BA)	Sem registro
14- Costões e Lagunas (RJ)	Dificuldade de gestão compartilhada de território extenso; ocupação desordenada do litoral fluminense; pressões do setor imobiliário; turismo predatório; projetos de portos do pré-sal
15-Campos Gerais (PR)	Forte reação de ruralistas; falta de apoio das autoridades públicas locais
16-Ciclo do Ouro, Guarulhos (SP)	Falta de recursos financeiros e de apoio político; dificuldades na montagem da equipe gestora; geossítios em áreas de mineração
17-Alto Vale do Ribeira (SP/PR)	Imobilismo de prefeituras; desconhecimento do conceito de geoparque
18-Rio de Janeiro (RJ)	Prioridade para a proposta dos Costões e Lagunas; candidatura do RJ a patrimônio mundial; falta de pessoal

Fonte: adaptado de OLIVEIRA (2014).

Segundo Oliveira (2014), entre as dificuldades mais recorrentes identificadas pelos coordenadores dos projetos estão a falta de apoio político e financeiro, devido a dificuldades de diálogo junto à administração pública dos municípios, o desconhecimento sobre o que são os Geoparques e o baixo envolvimento das comunidades locais com os projetos. O processo participativo e de envolvimento da comunidade local (processo *bottom-up*) é definido como um dos critérios-chaves abordados pela UNESCO (2016) para que um determinado território obtenha a certificação de Geoparque.

Nesse sentido, a não valorização desse critério-chave na formulação de projetos ou o desconhecimento da população sobre o que são os Geoparques pode representar o abandono da proposta ou mesmo gerar um movimento contrário a sua criação, como ocorre atualmente com o projeto Geoparque Campos Gerais (PR), que enfrenta resistência do setor produtivo (ruralistas) ligados à Sociedade Rural dos Campos Gerais e à Federação de Agricultura do Estado do Paraná (GUIMARÃES *et al* 2012; OLIVEIRA, 2014; CLARINDO NETO; FELD, 2017); ou ainda, pode levar a iniciativas institucionais, desvinculadas da base comunitária local e implantadas de cima para baixo, como por exemplo, a criação de Geoparques através de Decretos, como no caso do Geoparque Cachoeiras do Amazonas (AM), criado pela Prefeitura de Presidente Figueiredo (Decreto Municipal nº 1.301, de 2011) e do Geoparque Bodoquena-Pantanal, criado pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (Decreto Estadual nº 12.897, de 22 de dezembro de 2009).

Sobre esse último exemplo, Lunas *et al* (2017, p. 139) em estudo realizado sobre o histórico do projeto Geoparque Bodoquena-Pantanal, ressaltam:

Após ser recusado como membro da Rede Global, o Geoparque Bodoquena-Pantanal passa por um período de “limbo” gerencial. Todas as ações e expectativas estavam voltadas para um geoparque membro da rede global. Quando essa expectativa não se concretiza, o interesse pelo projeto se perde, especialmente nos municípios pouco envolvidos com o projeto, aqueles que haviam ficado de fora da proposta do dossiê e outros, cujo território não abrigam geossítios em quantidade ou importância significativa.

Exatamente pelo fato relatado acima, torna-se fundamental que, para além do inventário de geossítios presentes em um determinado território e de sua relevância em termos científicos, educativos e/ou turísticos, sejam realizadas ações no sentido de envolver e informar as comunidades locais sobre o que representa o conceito de Geoparque e, principalmente, quais os benefícios que a sua criação pode trazer para a população em geral. Para isso é necessário definir estratégias a médio e longo prazo, com um planejamento bem estruturado e com apoio institucional apropriado para o desenvolvimento de projetos de educação, geoconservação e fomento às atividades locais que podem ser consideradas de suporte ao desenvolvimento do Geoturismo, envolvendo portanto, a elaboração do Plano de Gestão do território do Geoparque, com a participação da comunidade. A partir dessas ações busca-se o amadurecimento das atividades desenvolvidas no território do projeto de Geoparque,

para que, então, se compreenda qual o momento oportuno de se submeter uma candidatura à análise e reconhecimento da UNESCO (BACCI *et al*, 2009).

Figueiró e Borba (2014) ao analisarem as propostas elaboradas para os Geoparques gaúchos Quarta Colônia e Caminhos dos Cânions do Sul, presentes na publicação “Geoparques do Brasil – Propostas” (SCHOBENHAUS; SILVA, 2012), destacam problemas nos inventários realizados como: a sobrevalorização de afloramentos paleontológicos, no caso do território da Quarta Colônia; a definição de limites territoriais que acabaram deixando de fora do inventário dos Aparados da Serra alguns geossítios de comprovada relevância geológico-geomorfológica nacional; a exclusão de geossítios de importância turística já consolidada, como cascatas e mirantes naturais nos dois territórios; e a pouca valorização dos aspectos culturais ligados à geodiversidade e o baixo envolvimento comunitário nos dois territórios, o que na opinião dos autores são características que distanciam estas propostas da filosofia presente na estratégia de Geoparques da UNESCO.

O levantamento desses problemas identificados no trabalho de Figueiró e Borba (2014), abre o debate sobre o fato de que mesmo que esses inventários signifiquem um grande avanço em termos de divulgação de áreas potenciais à criação de projetos de Geoparques no Brasil, eles estão fortemente centrados na identificação de geossítios/geopatrimônios, em detrimento da realização de um inventário global desses territórios, abarcando, por exemplo, o patrimônio histórico-cultural e os possíveis parceiros e iniciativas locais de aproveitamento turístico que poderiam alicerçar ou fortalecer a elaboração de verdadeiros projetos de Geoparques no Brasil.

Além disso, Borba (2017) observa a inviabilidade de algumas das propostas apresentadas no livro “Geoparques do Brasil: propostas”, devido a não observação ou compreensão do conceito de território nas delimitações areais adotadas pelos autores de algumas das propostas. Segundo Borba (2017, p. 107) a inadequação dos recortes areais aplicados às propostas de Geoparques “talvez explique, juntamente com outros fatores, o insucesso de muitas iniciativas, estratégias e propostas realizadas nesse sentido no Brasil”. Para Borba (2017, p. 108) algumas das propostas de Geoparques, são consideradas inviáveis do ponto de vista da abordagem territorial, já que constituem:

(...) (a) áreas poligonais recortadas, aleatoriamente traçadas sobre um mapa geológico, semelhantes a requerimentos de lavra ao DNPM ou a projetos de mapeamento (recortes de cartas topográficas), como nas propostas de Morro

do Chapéu/BA (ROCHA & PEDREIRA, 2012), Pireneus/GO (THOMÉ FILHO et al., 2012), Bodoquena-Pantanal/MS (ROLIM & THEODOROWICZ, 2012), Chapada dos Guimarães/MT (VIEIRA JÚNIOR et al., 2012) ou Astroblema de Araguainha – Ponte Branca/GO-MT (THOMÉ FILHO et al., 2012), este último simplesmente um quadrado traçado em torno de uma estrutura de impacto de formato circular; ou (b) porções de municípios, como no caso da proposta Cachoeiras do Amazonas/AM, em um fragmento do município de Presidente Figueiredo (LUZARDO, 2012), e no caso da proposta Ciclo do Ouro/SP, exatamente nas porções menos povoadas do município de Guarulhos, na região metropolitana da capital paulista (PÉREZ-AGUILAR et al., 2012). Isso não significa, de forma alguma, que os contextos geológicos das áreas citadas não sejam relevantes ou dignos de estratégias do tipo geopark; apenas que os limites geográficos dessas propostas não se adaptavam, naquela publicação, ao conceito de território.

A abordagem territorial de que o autor fala é a que permite reconhecer e apreender os processos econômicos, políticos, culturais e naturais concomitantemente (SAQUET, 2007) e que permite potencializar as condições locais para a elaboração de projetos ou programas de desenvolvimento com mais justiça social. De fato, como apontado nas definições apresentadas nos documentos oficiais publicados pela UNESCO, como UNESCO (2010) é referido que um Geoparque deve constituir um “território de limites bem definidos com uma área suficientemente grande para servir de apoio ao desenvolvimento socioeconômico”, o que leva ao entendimento de que para a UNESCO as propostas de Geoparques encaminhadas devem ser referentes a territórios onde exista uma população residente e que esta possua vínculos identitários com o local, para que possam gerir uma estratégia sustentável de desenvolvimento baseada em seus recursos locais.

Ao utilizar o termo “território” em suas definições de Geoparque, a UNESCO não está apenas fazendo referência a um recorte espacial qualquer (dimensão físico-espacial). O termo território é utilizado pela acepção geográfica que carrega, que o compreende como o espaço socialmente organizado pela sociedade, que transforma (humaniza) a natureza, controlando certas áreas e atividades, política e economicamente (SAQUET, 2007). A formação do território dá-se no processo de apropriação, dominação e produção do espaço por meio das relações de poder, das redes de circulação e comunicação e dos processos identitários (SAQUET, 2007). Por isso, o território possui além da dimensão físico-espacial, uma dimensão simbólica, na qual a identidade cultural está diretamente atrelada ao espaço social de vivência das comunidades, conferindo singularidade ao território. É dentro deste quadro conceitual que o termo território é utilizado nas definições de Geoparque porque essa categoria de análise espacial pode subsidiar a construção democrática de projetos de

gestão e desenvolvimento, considerando a sua multidimensionalidade social e natural (SAQUET, 2007).

Para propor qualquer política de desenvolvimento em que seja estimulada a descentralização do poder do Estado para proporcionar a autonomia dos atores locais, é necessário conhecer as especificidades, os componentes e territorialidades, enfim, o patrimônio de cada território. Assim, a base territorial precisa ser construída através da participação coletiva, reconhecendo-se os diferentes sujeitos, os distintos interesses, os anseios, os sonhos, as necessidades; as identidades, as desigualdades e a possibilidade de conquista de autonomia (SAQUET; GALVÃO, 2009).

A abordagem territorial adotada no conceito de Geoparque é utilizada também para que seja possível conciliar o aproveitamento econômico do geopatrimônio (Geoturismo) com a sua conservação, em vista dos laços identitários da comunidade com o seu patrimônio (natural e histórico-cultural), que auxiliam para que, acima dos interesses estritamente econômicos, esteja a preocupação com a conservação de seus recursos territoriais. Diante dessa problemática questiona-se: seria viável construir e sustentar uma proposta de Geoparque baseada em uma delimitação espacial que privilegie apenas geossítios? ou ainda: como gerir, de forma sustentável e com a ajuda dos atores locais, uma área com recortes espaciais definidos apenas pelo critério dos geossítios, com os quais a comunidade local pode não se identificar? Tendo como base a conjuntura de dificuldades enfrentadas pelos projetos de Geoparques no Brasil e o fato de que sem envolvimento das comunidades locais não há Geoparque, podemos afirmar que dificilmente teremos novas adesões de territórios brasileiros junto à Rede Global de Geoparques (GGN) caso a questão da identidade territorial continue sendo negligenciada pelos projetos atualmente desenvolvidos.

Outro ponto importante a ser ressaltado é que o Brasil ainda não possui uma Rede Brasileira de Geoparques, apesar da intensão expressa desde dezembro de 2009, quando foi assinada a Carta do Araripe, no I Encontro Brasileiro de Geoparques realizado no Crato (CE) (OLIVEIRA, 2014), onde foram apontados os objetivos da criação de uma rede nacional para compartilhar experiências, desenvolver projetos em cooperação e divulgar os projetos de Geoparques do país. A criação de uma “Rede Brasileira de Geoparques” poderia contribuir para a troca de informações e de experiências entre os projetos existentes em território nacional, lembrando que a formação de redes de cooperação nacionais e regionais de Geoparques é uma das recomendações da UNESCO (UNESCO, 2016). A recente criação da Rede de

Geoparques da América Latina e do Caribe (maio de 2018), tem esse papel de fomentar a criação de redes nacionais de Geoparques.

Apesar das dificuldades apontadas, os projetos de Geoparques no Brasil tem promovido importantes avanços para divulgar o geopatrimônio presente em seus territórios e promover ações voltadas ao tripé geoconservação, educação e Geoturismo, popularizando entre as comunidades locais estes projetos.

Nascimento *et al* (2010) e Mansur *et al* (2013) destacam algumas iniciativas desenvolvidas com o apoio dos Serviços Geológicos Estaduais, onde a implantação de painéis interpretativos e a realização de percursos geoturísticos (guiados e não-guiados) tem sido um dos principais instrumentos utilizados para divulgação do geopatrimônio. Entre essas iniciativas destacam-se a instituição de projetos pioneiros como: o projeto Caminhos Geológicos do Estado do Rio de Janeiro (2001) (figura 15 A); o projeto "Sítios Geológicos e Paleontológicos do Paraná (2003); o projeto Caminhos Geológicos da Bahia (2003, hoje desativado); o projeto Monumentos Geológicos do Rio Grande do Norte (2006) e o projeto Monumentos Geológicos do Estado de São Paulo (2007) (figura 15 B) (NASCIMENTO *et al*, 2010; MANSUR *et al*, 2013). Também no Rio Grande do Norte (RN), o projeto "As Rochas contam sua História", através de um percurso geoturístico urbano promove a visitação a locais do centro histórico da cidade de Natal (figura 15 C), onde existem monumentos e construções diversas com o emprego de diferentes tipos de rochas (SILVA *et al*, 2015).

Figura 15 – Exemplos de projetos estaduais/municipais envolvendo a divulgação do geopatrimônio



Legenda: (A) Painel interpretativo instalado na entrada do Parque Paleontológico São José de Itaboraí. Este painel é um dos cerca de 100 atualmente instalados em diferentes municípios, pelo Projeto Caminhos Geológicos do Estado do Rio de Janeiro; (B) Painel interpretativo instalado no Morro do Diabo (Teodoro Sampaio), um dos 7 geomonumentos identificados pelo Projeto Monumentos Geológicos de São Paulo; (C) Projeto de desenvolvimento do Geoturismo Urbano na cidade de Natal (RN), que promove a visitação a pelo menos 12 pontos onde diversos tipos de rochas podem ser identificadas na construção de edificações no centro da cidade.

Fonte: (A) BERGQVIST, *et al* (2008); (B) MONUMENTOS GEOLÓGICOS DE SÃO PAULO (2018) e (C) <<http://www.geoconservacao.com.br/2015/10/mapa-geoturistico-do-centro-historico.html>>.

Nascimento *et al* (2010) ressaltam ainda que os projetos envolvendo a implantação de painéis interpretativos como forma de sinalização geoturística, possuem desdobramentos importantes ao gerarem outras formas de divulgação de informações sobre o geopatrimônio como folders, marcadores de página, cartilhas, guias geoturístico, entre outros materiais, além de incentivarem o desenvolvimento de projetos educacionais em escolas. Todas essas iniciativas auxiliam na divulgação dos conceitos de geodiversidade, geoconservação e geopatrimônio, facilitando a adesão de mais atores locais aos projetos de Geoparques.

Na área de educação em Geociências alguns projetos de Geoparques tem desenvolvido ações em escolas, contando com o apoio de professores, Secretarias Municipais de Turismo e Educação, Universidades, guias e condutores ambientais, entre outros, visando principalmente a divulgação e compreensão do geopatrimônio pelas populações. Entre essas iniciativas podemos citar o “Projeto Educação Patrimonial: conhecendo Currais Novos através do Geoparque Seridó (RN)”,

desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Turismo de Currais Novos, que atualmente apoia uma série de projetos de educação dessa proposta de Geoparque, revelando uma mudança positiva desde as dificuldades identificadas por Oliveira (2014).

Esse também tem sido o caminho adotado pelos projetos Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul e Geoparque Quarta Colônia, que têm avançado na divulgação de suas propostas com o desenvolvimento de projetos de educação em Geociências e palestras de formação continuada de professores das escolas municipais situadas em seus territórios. No Geoparque Quarta Colônia, vem sendo desenvolvido o projeto “O Geoparque vai à Escola”, com a realização de oficinas de formação para professores (figura 16 A) e ações que visam a aproximação da sociedade com o geopatrimônio local, como por exemplo, a realização do I e II Paleodias em 2017 e 2018, respectivamente (figura 16 B, C, D) (CECHIN *et al*, 2018). O Paleodia¹⁷ correspondeu a uma tarde de atividades de geoeeducação voltadas para a divulgação geopatrimonial do projeto Geoparque Quarta Colônia, com especial destaque para o patrimônio paleontológico (CECHIN *et al*, 2018).

Figura 16 – Ações do projeto Geoparque Quarta Colônia



Legenda: (A) Oficina de formação de professores desenvolvida pelos integrantes do Grupo de Pesquisa PANGAEA da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em apoio ao projeto Geoparque Quarta Colônia; (B) Quebra-cabeças desenvolvido para o 1º Paleodia, com a reconstrução paleoambiental de cenas do período Triássico, com destaque para os cinodontes, rincossauros e dinossauros; (C) Oficina de escavação de fósseis; (D) Visita à Mostra Paleontológica Irmãos Cargnin, no Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica (CAPPA) de São João do Polesine durante o 1º Paleodia.

Fonte: (A) acervo da autora; (B), (C) e (D) CECHIN *et al* (2018).

Destaca-se ainda a participação de projetos de Geoparque do Brasil na segunda edição do Dia Latinoamericano e Caribenho de Geoturismo (2018) coordenado pelo Geoparque Global da UNESCO Grutas Del Palácio (Uruguai), com

¹⁷ O Paleodia foi inspirado na realização do Geo.Dia (CECHIN *et al*, 2018), que ocorre em Caçapava do Sul desde 2015 e que será abordado na sessão 4.2. desta tese.

o apoio da Rede de Geoparques da América Latina e Caribe (ReALC), que incentiva a realização simultânea de atividades geoturísticas nos Geoparques Globais da UNESCO e em propostas de Geoparques na América Latina e Caribe. A edição de 2018 contou com a participação do Geoparque Araripe (CE) (figura 17 A) e dos projetos Geoparque Seridó (RN) (figura 17 B), Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul (RS/SC) e Geoparque Corumbataí (SP).

Figura 17 – Divulgação do Dia Latinoamericano e Caribenho de Geoturismo no Brasil



Legenda: (A) Folder de divulgação da Expedição ao Parque Estadual Sítio do Fundão, Geossítio Batateiras no Crato, realizado pelo Geoparque Araripe, CE); (B) Folder de divulgação para a visita do Geossítio Cânions dos Apertados, em Currais Novos do projeto Geoparque Seridó, RN).
Fonte: (A) GEOPARK ARARIPE (2018); (B) PROJETO GEOPARQUE SERIDÓ (2018).

Para Bacci *et al* (2009, p. 12) é primordial desenvolver estratégias e meios para que o envolvimento da sociedade se verifique à altura do que a concepção dos Geoparques exige, ou seja, que a academia, o cidadão e o governo entendam o valor dessas iniciativas e se comprometam na viabilização de uma linguagem única, que promova a compreensão dos conceitos de proteção ao patrimônio natural e cultural e o respeito à identidade local para o desenvolvimento territorial.

2.6.1 Geoparque Aripe

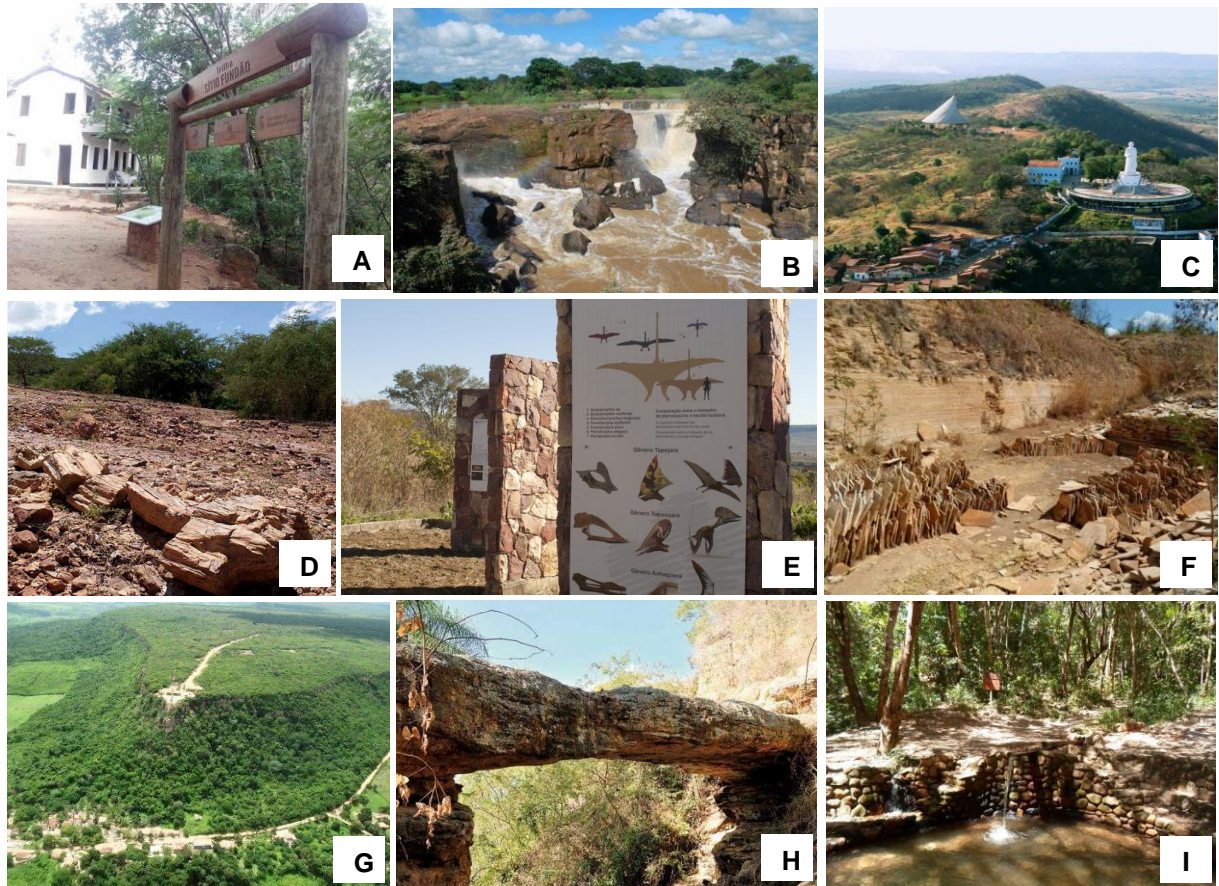
O Geoparque Araripe, localizado no sul do Estado do Ceará, na Região metropolitana do Cariri é o único território brasileiro integrante da Rede Global de Geoparques (GGN), tendo obtido esse reconhecimento em 2006. Este território possui

uma área de 3.441 km² e uma população total de 492.390 habitantes, englobando os municípios de Crato, Barbalha, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri, região situada na Bacia Sedimentar do Araripe, com a ocorrência de depósitos diversificados de rochas sedimentares (calcários, argilitos, arenitos, depósitos espessos de gipsita), entre as quais se encontra preservada um excepcional registro de fósseis do período Cretáceo inferior, com registros entre 150 e 90 milhões de anos (CEARÁ, 2012).

Oliveira (2014, p. 17), esclarece que a ideia de criar um Geoparque na Chapada do Araripe surgiu por iniciativa da Universidade Regional do Cariri (URCA), que apresentou ao governo do Estado do Ceará “a proposta de aproveitar as ações da UNESCO para preservar e incrementar as riquezas geológicas, humanas e ambientais do sertão do Cariri”. Inicialmente a proposta foi engavetada, mas acabou implementada por meio das articulações da URCA com a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia e Educação Superior do Ceará e com a *Deutscher Akademischer Austausch Dienst* (DAAD), principal instituição alemã de intercâmbio acadêmico (OLIVEIRA, 2014). A partir dessas articulações iniciais ocorreu o trabalho de inventário do geopatrimônio, seguido de acordos com parceiros locais para a criação da infraestrutura e para obter apoio junto à população, para então realizar o encaminhamento do dossiê de candidatura, realizado no ano de 2005.

O Geoparque Araripe apresenta atualmente 9 geossítios com estrutura para apoiar o desenvolvimento turístico e atividades de geoeducação: Batateiras (Crato), Cachoeira de Missão Velha (Missão Velha), Colina do Horto (Juazeiro do Norte), Floresta Petrificada (Missão Velha), Parque dos Pterossauros (Santana do Cariri), Pedra Cariri (Nova Olinda), Pontal da Santa Cruz (Santana do Cariri), Ponte de Pedra (Nova Olinda) e Riacho do Meio (Barbalha) (figura 18).

Figura 18 – Geossítios do Geoparque Araripe



Legenda: (A) Geossítio Batateiras, sede do Parque Estadual Sítio Fundão; (B) Geossítio Cachoeira de Missão Velha, durante período chuvoso; (C) Geossítio Colina do Horto, onde situa-se um complexo religioso em homenagem a Padre Cícero; (D) Geossítio Floresta Petrificada, com destaque para fragmentos de trocos petrificados do local; (E) Painéis interpretativos no geossítio Parque dos Pterossauros; (F) Antiga pedreira localizada no geossítio Pedra Cariri, de onde era retirado calcário laminado para o uso na construção civil; (G) Vista frontal do geossítio Pontal da Santa Cruz; (H) Ponte natural de pedra que deu origem a denominação do geossítio Ponte de Pedra; (I) Uma das fontes d'água do geossítio Riacho do Meio.

Fonte: A, B, C, E, G, I: <<http://encostadaserra.com.br/geossitio/>>. D, F e H CEARÁ (2012).

Estes geossítios caracterizam diferentes períodos da evolução geológica da Bacia Sedimentar do Araripe, apresentando relevante interesse científico, como no caso dos geossítios Parque dos Pterossauros, Floresta Petrificada e Pedra Cariri; valor histórico-cultural, como os geossítios Colina do Horto, Ponte de Pedra, Cachoeira de Missão Velha e Pontal de Santa Cruz, e outros de interesse ecológico, como Riacho do Meio e Batateiras (CEARÁ, 2012) (quadro 7).

Além da importância geológica e ecológica, o Cariri é considerado uma das regiões brasileiras de destaque do ponto de vista da originalidade cultural, com artesanatos em madeira, argila e couro, literatura popular de cordel, festa populares e

religiosidade marcadamente católica, destacando-se a figura popular do Padre Cícero e a realização de romarias em Juazeiro do Norte (CEARÁ, 2012).

Quadro 7 – Geossítios do Geoparque Araripe

GEOSSÍTIO	DESCRIÇÃO
Bateiras (Crato)	Está localizado na área do Parque Estadual Sítio Fundão, onde é possível realizar diversas trilhas, entre a vegetação de No local existe uma casa feita de taipa (edificação de barro batido e madeira), comum no Nordeste, e as ruínas de um antigo engenho de cana-de-açúcar datado de 1880.
Cachoeira de Missão Velha (Missão Velha)	Este geossítio caracteriza-se por quedas d'água (Formação Cariri) com aproximadamente 12 m de altura, formadas pelo Rio Salgado. O geossítio possui importância histórica pois é associado a várias lendas e estórias de encantamentos e mortes, vestígios de populações indígenas que remontam a tempos pré-históricos, local de encontro de cangaceiros (início séc. XX) e associado a escassez d' água no Sertão, já que era um dos únicos locais onde se podia encontrar água todas as épocas do ano. Está inserido no Parque Natural Municipal da Cachoeira de Missão Velha e na área do Monumento Natural Cachoeira do Rio Salgado.
Colina do Horto (Juazeiro do Norte)	Cerro de maior destaque na paisagem de Juazeiro do Norte, possibilitando uma visão panorâmica de grande beleza cênica da região do Cariri e da Chapada do Araripe. Neste geossítio localizam-se uma estátua do Padre Cícero (importante figura religiosa e política do séc. XX, na região), o Museu Vivo do Padre Cícero, a Igreja do Senhor Bom Jesus do Horto e a Trilha de acesso ao Santo Sepulcro, sendo um ponto de peregrinação religiosa e visitação turística, conhecido nacionalmente.
Floresta Petrificada (Missão Velha)	Geossítio paleontológico de grande importância científico-didático para o estudo da paleobotânica e da evolução geológica (Arenito Missão Velha), com a ocorrência de fragmentos de troncos petrificados (antigas coníferas) com aproximadamente 145 milhões de anos.
Parque dos Pterossauros (Santana do Cariri)	Localizado no Sítio Canabrava, de propriedade da URCA, apresenta importância científico-didático, onde são realizadas escavações paleontológicas em rochas do membro Romualdo (Formação Santana), em busca de concreções calcárias que geralmente possuem fósseis de peixes, Pterossauros, dinossauros, tartarugas e vegetais, que existiram nessa região em um ambiente lagunar há aproximadamente 100 milhões de anos (Período Cretáceo).
Pedra Cariri (Nova Olinda)	Este geossítio compreende uma antiga área de mineração de calcário (Formação Santana), onde é possível visitar a área de exploração denominada Pedra Cariri (usada na construção civil desde o início do séc. XIX). Possui elevado valor científico-didático devido a excepcional qualidade de preservação de fósseis de insetos, Pterossauros, peixes e vegetais.
Pontal da Santa Cruz (Santana do Cariri)	O Pontal da Santa Cruz (Formação Exu), ponto de observação panorâmica em Santana do Cariri, está localizado no topo da Chapada do Araripe, em uma altitude de aproximadamente 750 m. Seguindo a trilha que leva ao topo é possível chegar até a Capela e a Grande Cruz, que, segundo a crença popular, foi construída para proteger o povoado de assombrações que habitavam aquele local. Este geossítio é protegido desde 2006 (Monumento Natural Pontal da Santa Cruz). No topo do Pontal existe um restaurante que costuma servir pratos típicos da região.
Ponte de Pedra (Nova Olinda)	Localizado no Sítio Olho D'água de Santa Bárbara, este geossítio se destaca pela formação rochosa semelhante a uma ponte, esculpida no arenito (Formação Exu). O local constitui um mirante natural da paisagem do Cariri. Próximo à ponte existem pinturas rupestres de populações pré-históricas que habitaram a região.
Riacho do Meio (Barbalha)	Está localizado no Parque Municipal Riacho do Meio, no sopé da Chapada do Araripe, local com a ocorrência de vegetação densa e úmida, com três nascentes de água cristalina que abastecem as comunidades que vivem em seu entorno. Estas fontes surgem, precisamente, no contato de dois tipos de rochas: os arenitos permeáveis da Formação Exu, do topo da chapada, e os arenitos impermeáveis da Formação Arajara. Neste geossítio são realizadas trilhas, observação de aves, em especial o soldadinho-do-araripe (<i>Antilophia bokermanni</i>).

Fonte: elaborado pela autora com base em CEARÁ (2012).

Entre as atividades geoturísticas que podem ser realizadas com o auxílio de guias turísticos estão os percursos pedestres ou trilhas (Picoto, Belmonte e Serrano na Chapada do Araripe e Santo Sepulcro, na Colina do Horto), escalada, rapel, passeios de bicicleta e visitação aos geossítios (GEOPARK ARARIPE, 2018). Destaca-se a realização de cursos Técnicos de Guia de Turismo, realizados pelo SENAC-Crato em parceria com o Geoparque Araripe e governo federal (através do

PRONATEC), com o intuito de capacitar a comunidade local para trabalhar na região do Cariri. Estes profissionais, legalmente registrados no CADASTUR (Sistema Nacional do Ministério do Turismo), atualmente possuem um blog para divulgar o seu trabalho (<http://soldatrilhacariri.blogspot.com/>) e formaram a Associação de Guias de Turismo do Cariri – AGTURC (<http://www.turism monocariri.com.br/agturc/>).

As atividades ligadas à geoeducação no Geoparque Araripe são desenvolvidas através dos seguintes projetos: “Colônia de Férias”, realizado no período de férias escolares, com a realização de brincadeiras, jogos, gincanas e trilhas ecológicas que acontecem no Centro de Interpretação e Educação Ambiental do Geoparque; o concurso escolar anual “GEA – Terra Mãe”, que visa fomentar discussões nas escolas sobre temáticas relacionadas às geociências, realizando premiações para os melhores trabalhos, conforme diferentes categorias; o projeto “Geopark e a Educação Inclusiva”, que busca promover atividades com alunos da educação especial através da adequação de técnicas de condução e visitação aos geossítios do Geoparque Araripe; o projeto “O Geopark nas Escolas” que desenvolve processos e práticas educativas como palestras, oficinas e exibição de vídeos em escolas do entorno do Geoparque, promovendo a disseminação do conhecimento geológico, paleontológico e das riquezas naturais da região e o projeto “O Geopark e as Escolas no Museu” que busca integrar as escolas com o Museu de Paleontologia da Universidade Regional do Cariri e Geoparque Araripe, proporcionando aos alunos conhecimentos relativos aos fósseis encontrados na região (GEOPARK ARARIPE, 2018).

O Geoparque Araripe é administrado pela Universidade Regional do Cariri URCA e vinculado à reitoria de extensão universitária. A estrutura de gestão é composta por um Comitê Científico, integrado majoritariamente por professores universitários, e um Conselho Gestor, do qual participam representantes da sociedade civil, órgãos públicos e entidades empresariais. O poder público fornece apoio através da manutenção de sua sede (localizada na cidade do Crato), via governos estadual e federal, e na sinalização de trânsito para facilitar a localização dos principais geossítios (OLIVEIRA, 2014).

Desde a sua criação em 2006, o Geoparque Araripe tem se estruturado em redes de parcerias com as diversas instituições e atores locais presentes em seu território, entre as quais se destacam: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e

dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); as Prefeituras Municipais; escolas Municipais e Estaduais; o Centro de Pesquisas Paleontológicas do Araripe (Crato); o Museu de Paleontologia (Santana de Cariri); a Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Cariri (Nova Olinda); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); a Associação de Guias de Turismo do Cariri (AGTURC); Fundação Cearense de Apoio a Pesquisa (FUNCAP), entre outros (OLIVEIRA, 2014; DUARTE; MIRANDA, 2014)

3. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO E CAPITAL SOCIAL

3.1 CAPITAL SOCIAL: CORRENTES TEÓRICAS E DEFINIÇÕES

Desde o início dos anos 1990, tem-se verificado um crescimento de estudos enfocando o capital social como dispositivo teórico para explicar e impulsionar o desenvolvimento econômico e social (GOMES *et al*, 2002). O capital social é abordado a partir de diferentes aspectos de acordo com a formação teórica de cada autor, mas pode ser entendido a partir da ideia central de que as relações sociais interferem e constituem um ativo para melhorar o desenvolvimento econômico, o bem-estar-social e a participação cidadã, uma vez que promove a cooperação entre atores locais com objetivos comuns, possibilitando-lhes a obtenção de recursos, que não poderiam alcançar como agentes individuais (FERREIRA; PESSÔA, 2012).

Putnam (2000) aponta que o primeiro a usar a expressão “capital social” foi Lyda Judson Hanifan em 1916, em estudos que descreveram os centros comunitários no entorno de escola rurais, destacando a importância do envolvimento da comunidade para a construção de escolas bem-sucedidas. Segundo Hanifan (1916 *apud* Putnam 2000, p. 19):

As substâncias tangíveis que mais compõem a vida cotidiana das pessoas são a boa vontade, a comunhão, a simpatia e o convívio social entre os indivíduos e as famílias que compõem uma unidade social. O indivíduo é impotente socialmente, se deixado para si mesmo. Se entrar em contato com seu vizinho e com outros vizinhos, haverá uma acumulação de capital social que poderá satisfazer imediatamente suas necessidades sociais e que pode ter uma potencialidade social suficiente para a melhoria substancial das condições de vida em toda a comunidade. A comunidade como um todo se beneficiará da cooperação de todas as suas partes, enquanto o indivíduo encontrará em suas associações as vantagens da ajuda, da simpatia e da comunhão de seus vizinhos.

Apesar das primeiras observações sobre capital social terem surgido no início do século XX foi a partir dos anos 1980 que o tema adquiriu notoriedade, especialmente a partir dos trabalhos de Pierre Bourdieu (1980, 1983), James Coleman (1988, 1990) e Robert Putnam (1996). Estes autores se tornaram os mais importantes estudiosos do tema, enfatizando elementos como confiança, redes sociais, cooperação, engajamento cívico e coesão social para trabalhar com o conceito de capital social (SANTOS, 2003).

Santos (2003, p. 77) destaca que existem pelo menos quatro principais correntes de pensamento sobre capital social: a visão conhecida como culturalista que é atribuída à Robert Putnam, onde a ênfase se dá nas relações entre os habitantes da comunidade, as instituições locais e a cultura da região; a corrente atribuída a James Coleman, onde o capital social aparece como um conceito mais econômico e com um papel de destaque para a criação de capital humano; uma terceira corrente atribuída a Pierre Bourdieu, onde o capital social aparece como um bem individual e não coletivo, mas tendo um papel importante para potencializar os demais tipos de capital (capital econômico, cultural e simbólico) detidos por todos os “nós” da teia de relações do indivíduo; e por último, a visão da economia institucional liderada por Douglass North, onde as instituições formais têm um papel fundamental, não só na criação de capital social, mas também para promover o crescimento econômico.

O sociólogo francês **Pierre Bourdieu** iniciou seu trabalho sobre capital social a partir do estudo sobre a teoria da ação, com a chamada teoria do senso prático, onde destaca que o homem não faz escolhas refletidas, mas age de acordo com as exigências da vida prática que demandam por ações urgentes, e segundo o seu *habitus*; isto é, estruturas de ação que são assimiladas em parte à estrutura social e em parte são respostas pessoais dos próprios sujeitos a situações ocorridas ao longo de sua vida (SILVA; SANTOS, 2008).

Bourdieu usou o termo capital social pela primeira vez em 1980 (ALBAGLI; MACIEL, 2002) para se referir as vantagens de como indivíduos inseridos em uma rede de relações sociais estável, podem se beneficiar de sua posição ou gerar externalidades positivas para seus membros. Segundo Bourdieu (1980, p. 2) capital social pode ser definido como (...) “o agregado de recursos atuais ou potenciais, que estão ligados à participação em uma rede durável de relações de familiaridade e reconhecimento mais ou menos institucionalizada”.

De acordo com essa concepção o capital social é constituído pelas redes de relações sociais, que permitem aos indivíduos ter acesso aos recursos dos membros do grupo ou da rede. Os ganhos obtidos pelos indivíduos em decorrência de sua participação em grupos, permite apropriar-se dos benefícios materiais e simbólicos que circulam entre os membros da rede (BOURDIEU, 1980). Assim, o volume de capital social de um indivíduo depende, tanto da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar, como do volume dos diferentes tipos de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é propriedade exclusiva de cada um dos

agentes a quem o indivíduo está ligado (BOURDIEU, 1983). Para Bourdieu (1983) mesmo que o capital social seja totalmente distinto ele não é completamente independente do capital econômico e cultural possuído por um indivíduo ou pelo grupo a quem está ligado.

O sociólogo norte-americano **James Coleman**, considerado um dos autores que mais contribuiu com o desenvolvimento do conceito de capital social realizou estudos que marcaram o contexto social da educação, atrelando a importância do capital social à criação de capital humano, entendido por ele como as habilidades e conhecimentos adquiridos por um indivíduo (ALBAGLI; MACIEL, 2002).

Em um artigo intitulado “*Social Capital in the Creation of Human Capital*”, Coleman faz uma análise relacionando o efeito da falta de capital social sobre o abandono escolar antes da graduação, estabelecendo um vínculo claro entre capital social e acesso a recursos (COLEMAN, 1988). Nesse trabalho Coleman (1988) destaca três formas de capital social: obrigações e expectativas, canais de informação e normas sociais. A primeira forma abrange o nível de confiança e a real extensão das obrigações existentes em um ambiente social, destacando que o capital social é elevado onde as pessoas confiam umas nas outras e onde essa confiança é exercida pela aceitação mútua de obrigações. A segunda forma corresponde a existência de canais de troca de informações e ideias entre as pessoas. E, a terceira forma de capital social diz respeito às normas e sanções existente e a forma com que elas encorajam os indivíduos a trabalharem em torno do bem comum.

Coleman (1988, p.98) destaca que

(...) como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos fins que, em sua ausência, não seriam possíveis. Assim como o capital físico e o capital humano, o capital social não é completamente tangível, mas pode ser específico de certas atividades.

Em outro trabalho intitulado “*Foundations of Social Theory*” Coleman (1990, p.304) define capital social como [...] “o conjunto das relações sociais em que um indivíduo se encontra inserido e que o ajudam a atingir objetivos que, sem tais relações, seriam inalcançáveis ou somente alcançáveis a um custo mais elevado”.

A partir dessa definição é possível compreender que para Coleman (1990) as relações sociais, favoráveis à ação coletiva organizada, existentes entre os membros de um grupo de pessoas, permitem que estas consigam satisfazer alguns de seus

interesses agindo conjuntamente. Na concepção de Coleman o capital social é entendido em termos funcionais e está relacionado aos fundamentos normativos capazes de produzir integração social; ou seja, capital social compreende todos aqueles elementos de uma estrutura social que cumprem a função de servir como recursos para que atores atinjam suas metas e satisfaçam seus interesses (HIGGINS, 2005). Para Coleman, capital social é importante porque, através do grau de confiança existente em determinadas estruturas sociais, promove a formação de arranjos institucionais capazes de gerar o desenvolvimento econômico e social (SILVA; SANTOS, 2008).

Abu-El-Haj (1999) destaca que Coleman levantou a hipótese de que existe uma complementação entre capital físico-econômico (insumos, infraestrutura e financiamento), capital humano (educação e preparação técnica) e capital social (relações de confiança).

A otimização do capital físico-econômico e do capital humano é alcançada na medida em que as relações de confiança e reciprocidade aumentam na comunidade. Em outras palavras, em duas ou mais comunidades em que o nível educacional das pessoas e os recursos materiais oferecidos são constantes, o que distingue o desempenho de seus membros é a confiança estabelecida, que permite mobilização coletiva e maximização dos recursos individuais existentes. A capacidade de ação é ampliada em situações em que a confiança permeia uma coletividade (ou associação), facilitando a otimização do uso de recursos socioeconômicos e humanos disponíveis (ABU-EL-HAJ, 1999, p. 68).

Ao contrário de Bourdieu (1980), que aborda o capital social como um bem individual, Coleman (1988) argumenta que o capital social não é um atributo dos indivíduos, mas um aspecto dependente do contexto e da estrutura social, isto é, é inerente à estrutura das relações entre dois ou vários indivíduos (CAZELLI, 2005) sendo, portanto, um bem coletivo.

Outro importante pesquisador é o cientista político **Robert Putnam**, considerado hoje a principal referência teórica sobre o tema, tendo sua obra influenciada por Coleman (HIGGINS, 2005). O trabalho de Putnam "*Making democracy work: civic traditions in modern Italy*" (1993), traduzido no Brasil em 1996 com o título "Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna", analisa as mudanças administrativas e a reforma governamental ocorridas no início dos anos 1970 na Itália, abordando em seu último capítulo a teoria de que o capital social

promove cooperação social e que esta reflete no desempenho das instituições e no desenvolvimento econômico das sociedades.

Para Putnam (1996, p. 177) “capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Em seu estudo Putnam (1996) procura explicar as diferenças de engajamento cívico entre as regiões Norte e Sul da Itália, concluindo que os governos regionais do Norte tiveram um desempenho melhor que os do Sul, devido a existência de uma comunidade cívica, caracterizada por um número expressivo de organizações da sociedade civil, vinculadas à natureza do associativismo.

A ideia central defendida por Putnam (1996) é que a qualidade e eficiência dos governos democráticos dependem fundamentalmente da participação dos cidadãos em associações cívicas e em atividades comunitárias (engajamento cívico), sendo estas últimas o resultado de um longo processo de amadurecimento dos laços de confiança e da disponibilidade para a cooperação por parte dos indivíduos (GOMES *et al*, 2002).

A teoria de Putnam, adota uma vertente cultural na explanação das fontes de confiança (ABU-EL-HAJ, 1999), pois para Putnam a cultura política e a história local determinam a existência ou inexistência do associativismo horizontal, considerado por ele a base do engajamento cívico. O associativismo horizontal, aglutina membros de igual status e poder, sendo fruto de confiança, normas e redes de solidariedade; já o vertical reúne sujeitos desiguais, numa relação assimétrica de hierarquia e dependência, sendo caracterizado pela desconfiança e ausência de normas transparentes, gerando a obstrução da ação coletiva (ABU-ELHAJ, 1999).

Conforme destaca Higgins (2005, p. 67)

A análise de Putnam sobre capital social enquanto fator explicativo da comunidade cívica, que por sua vez constitui o contexto do bom desempenho institucional, conclui com a ideia de que os estoques de confiança, normas e sistemas de participação tendem a ser cumulativos e a se reforçar mutuamente. Criam-se círculos virtuosos que redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo, características que definem a comunidade cívica.

Nos anos 1990 uma quarta corrente teórico-analítica trouxe um enfoque na abordagem considerada institucionalista, principalmente com o trabalho de **Douglas North**. Essa corrente, aborda a importância das instituições para solucionar o

problema da cooperação, enfatizando que para que ocorra a cooperação ou ação coletiva em torno de objetivos comuns é preciso existir um ambiente institucional propício (GOMES *et al*, 2002). Para North (1990) as instituições, sejam elas formais ou informais, possuem um papel determinante na formação de capital social.

As instituições podem ser entendidas como as regras formais e informais da sociedade que, através de convenções, códigos de conduta, normas de comportamento, leis e contratos, regulam as interações humanas e limitam o conjunto de escolhas dos indivíduos (NORTH, 1990).

A eficiência das instituições é diretamente proporcional ao estoque de capital social presente na sociedade, pois o acúmulo de capital social facilita as ações coordenadas, estimula a cooperação espontânea, e inibe os comportamentos oportunistas. Estes fatores estão, por sua vez diretamente associados a um conjunto de características tais como laços de confiança entre os atores, normas de comportamento e grau de interação nas relações sociais. É esse conjunto de características que constitui o Capital Social dessa sociedade (GOMES *et al*, 2002, p.14).

Destaca-se ainda o trabalho de Peter Evans (1995) que com base na análise de casos de políticas realizadas por países em desenvolvimento, sustenta que as instituições possuem um papel central na formação do capital social, através de uma sinergia na relação entre Estado e sociedade civil, quando da implementação de programas de desenvolvimento (SANTOS; SILVA, 2008). O autor define capital social como vínculos sociais baseados em confiança e enraizamento nas interações do dia a dia, que se desenvolve através da sinergia Estado-sociedade (SANTOS; SILVA, 2008).

Higgins (2005) esclarece que a ideia de sinergia defendida no trabalho de Evans, em termos práticos, convida a ativar o potencial de capital social que está latente na sociedade, assim como a construí-lo de uma nova forma, entendida em termos de confiança e normas que promovam a cooperação, na linha divisória entre o público-estatal e o privado.

Diante das diferentes conceituações e discussões apresentadas é possível concluir que: a) o capital social envolve um conjunto subjetivo de bens sociais como confiança, relações de solidariedade e reciprocidade e também recursos estruturais como a existência de redes de cooperação e ação coletiva; b) o capital social é um bem coletivo, que consiste em recursos sociais mobilizados através das redes de interação e relações dos indivíduos; c) o capital social é cumulativo, sendo que seu

“uso” aumenta seu “estoque” ou disponibilidade por meio de ações que incentivam sua criação, reprodução e mobilização; d) quanto maior a disponibilidade de capital social, maior é o empoderamento social, a cidadania, a cooperação, que facilitam a obtenção de recursos e meios indispensáveis ao desenvolvimento de estratégias que possam melhorar a qualidade de vida das comunidades locais.

A partir das diferentes linhas de conceituação destacamos que o capital social constitui um recurso social, formado pelas redes sociais, instituições, atitudes e valores que permeiam as interações entre as pessoas e que viabiliza as ações coletivas e cooperativas que contribuem para o desenvolvimento social e econômico. O atributo chave do capital é que ele é um estoque acumulado a partir do qual um fluxo de benefícios flui. A visão de que o capital social é um ativo, ou seja, que representa um verdadeiro capital significa que é mais do que apenas um conjunto de organizações sociais ou valores sociais (GROOTAERT; BASTELAER, 2001).

3.2 AS DIMENSÕES DO CAPITAL SOCIAL

Grootaert e Bastelaer (2001) destacam que o capital social é distinguido em capital social cognitivo e estrutural e que o mesmo pode ser investigado a partir de três diferentes níveis de escopo: os níveis micro, meso e macro social. O nível macro inclui o ambiente social e político que modela a estrutura social e permite o desenvolvimento das normas sociais. Refere-se ao regime político, o Estado de direito, o sistema judicial e as liberdades civis e políticas, estruturas institucionais, etc. O nível de análise meso considera as relações entre os grupos sociais, incluindo associações horizontais e verticais. E o nível micro refere-se aos processos de formação de redes horizontais de relação e de ação estabelecidas entre pessoas igualmente situadas nas hierarquias sociais, no interior das comunidades de referência do agente individual (GROOTAERT; BASTELAER, 2001).

Qualquer que seja o escopo da investigação (níveis micro, meso ou macro-social), o capital social envolve necessariamente, o capital social cognitivo e o capital social estrutural (GROOTAERT; BASTELAER, 2001).

O capital social cognitivo é constituído pelo conjunto de normas e valores localmente compartilhados e que promovem a confiança mútua, a solidariedade e a cooperação e que, portanto, refere-se às motivações que as pessoas têm para agir

coletivamente. Para os membros de qualquer comunidade agirem coletivamente, eles precisam ter certas motivações que os levem a isso, tais como identificação com o grupo ou comunidade, interesses compartilhados, confiança mútua, solidariedade, espírito de cooperação com os membros do grupo, sentimento de responsabilidade em relação ao futuro e a existência do grupo, avaliação positiva da própria capacidade de protagonizar ações coletivas e benéficas ao grupo, medo da sanção do grupo em casos de alheamento, entre outros (COSTA; ROMANO, 2007, p. 152).

Já o capital social estrutural envolve o conjunto de instituições e redes de instituições localmente existentes que facilitam o fluxo de informações, os processos de tomada de decisão e a ação coletiva; ou seja, os arranjos ou condições que permitem que as pessoas ajam coletivamente e que viabilizam ou fornecem uma estrutura logística para essa ação, tais como as relações de vizinhança, amizade, redes de colaboração, instituições representativas, canais de acesso a informações, canais de contato com agentes externos estimuladores, etc. (COSTA; ROMANO, 2007, p. 152).

Desde o início dos anos 1990, o capital social tem sido um tema trabalhado pelo Banco Mundial (*World Bank*) e pela Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), que passaram a sistematizar as informações existentes e estimular novos estudos, principalmente com relação ao desenvolvimento econômico e a redução da pobreza (SANTOS, 2003). A partir da formação de um grupo de trabalho o Banco Mundial buscou elaborar uma metodologia para medir ou avaliar capital social, através da análise de diferentes aspectos ou dimensões. Essa metodologia de trabalho de autoria de Grootaert *et al* (2003), intitulada “Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)”, destaca a necessidade de analisar seis dimensões básicas a que o capital social está associado, propondo a aplicação de um questionário contendo questões que possibilitam auxiliar na descrição de um quadro mais detalhado em relação ao capital social estrutural e cognitivo, existente em uma determinada comunidade. Conforme o QI-MCS as seis dimensões do capital social compreendem: (i) Grupos e redes; (ii) Confiança e Solidariedade; (iii) Ação Coletiva e Cooperação; (iv) Informação e Comunicação; (v) Coesão e inclusão social e (vi) Empoderamento e Ação Política.

i) Grupos e redes: redes e grupos constituem a base do que é considerado capital social estrutural. As redes e organizações a que pertencem as pessoas, assim como as normas e valores subjacentes, contêm benefícios mensuráveis para esses

indivíduos e levam, direta ou indiretamente, a um maior nível de bem-estar social (GROOTAERT *et al*, 2003). Esta constitui a dimensão ou categoria mais comumente associada ao capital social, já que a natureza e a extensão da participação de um indivíduo em um grupo formal ou informal, pode trazer benefícios básicos para a sociedade, tais como a redução dos custos de transação, a disseminação de conhecimentos, informações e inovação, bem como a promoção da cooperação. Para Franco (2004) quanto mais redes e quanto mais democracia participativa houver, maior será o nível, o estoque ou o fluxo de capital social de uma sociedade; e quanto menos redes e processos democrático-participativos houver, menor será o capital social de uma localidade.

No QI-MCS essa dimensão pode ser analisada a partir da descrição das associações e grupos existentes em uma determinada comunidade ao longo de quatro dimensões fundamentais: a densidade de membros, a diversidade dos membros, a extensão do funcionamento democrático e a existência de conexão com outros grupos.

ii) Confiança e solidariedade: a confiança constitui um conceito abstrato, difícil de interpretar ou medir, mas que é um dos valores que dá corpo e sentido ao capital social, sendo, por sua vez a chave nos processos de intercâmbio de recursos que operam dentro das redes sociais (ARIAS; PÁEZ, 2006). A confiança constitui um canal de fluxo das redes de relações interinstitucionais e interpessoais que permitem ser articuladas no marco de um capital social dado (ARIAS; PÁEZ, 2006). Nesse sentido, a confiança e a solidariedade podem ser consideradas então, os motores da ação coletiva e da cooperação, pois em comunidades em que essas dimensões são fortalecidas, o capital social tem mais chances de ser mobilizado para o trabalho cooperativo e/ou associativo (GROOTAERT *et al*, 2003).

No QI-MCS essa dimensão é analisada através da percepção sobre a confiança em relação aos vizinhos, aos principais prestadores de serviços e em estranhos.

iii) Ação coletiva e cooperação: somente é possível ocorrer ação coletiva ou cooperação voluntária quando há um nível significativo de capital social na comunidade (GROOTAERT *et al*, 2003). A ação coletiva consiste basicamente em atividades comunitariamente organizadas e a participação em projetos conjuntos ou em resposta a uma situação de crise (GROOTAERT *et al*, 2003).

Fukuyama (2000) ressalta que as normas de cooperação são o resultado da repetida interação comunitária; ou seja, ao interagirem uns com os outros, repetidas vezes, os sujeitos criam um ambiente propício à cooperação. A habilidade de cooperação está assentada, portanto, no hábito e na prática (HIGGINS, 2005). A principal exceção ocorre no caso de sociedades totalitárias, onde o governo pode forçar as pessoas a trabalharem juntas em algumas atividades determinadas (HIGGINS, 2005).

No QI-MCS essa dimensão é abordada a partir de questões que buscam apreender se e como os membros de uma comunidade tem trabalhado em projetos comuns e/ou em resposta a situações de crise. Nesse sentido, sobre essa dimensão o QI-MCS busca obter informações sobre a extensão da ação coletiva, o tipo de atividades realizadas em conjunto e uma avaliação global do grau de disponibilidade para cooperar e participar em ações coletivas.

iv) Informação e comunicação: para conhecer o capital social disponível em uma comunidade é necessário também conhecer as condições e os obstáculos para a geração e circulação de informações e conhecimentos, no âmbito das diversas formas de interação no território (ALBAGLI; MACIEL, 2004). O acesso à informação é cada vez mais reconhecido como central para ajudar as comunidades pobres a terem uma voz mais forte em questões que afetam o seu bem-estar (GROOTAERT *et al*, 2003). Assim, no QI-MCS as questões referentes a essa dimensão buscam identificar, de forma simples, quais os meios utilizados pelas pessoas e até onde possuem acesso às infraestruturas de informação e comunicação. A análise dessa informação no QI-MCS é bastante direta, buscando compreender variáveis geográficas e socioeconômicas, a fim de identificar se certas áreas possuem um pior ou melhor acesso à informação e comunicação em comparação à outras (GROOTAERT *et al*, 2003).

v) Coesão e inclusão: Grootaert *et al* (2003) destacam que um grau elevado de capital social em uma determinada comunidade pode ser identificado pela ocorrência de frequentes interações sociais cotidianas, como por exemplo a participação em eventos comunitários e o hábito de visitar vizinhos. Já a presença de conflito pode ser interpretada como um indicador de falta de confiança ou de capital estrutural apropriado para resolver conflitos ou como indicador de divisão interna (GROOTAERT *et al*, 2003). As comunidades não são entidades coesas, mas antes se caracterizam

por várias formas de divisão e diferenças que podem levar ao conflito (GROOTAERT *et al*, 2003).

No QI-MCS essa dimensão abrange desde percepções gerais sobre o sentimento de comunhão e unidade social em uma comunidade, até experiências com exclusão e conflitos.

vi) Empoderamento e Ação Política: os indivíduos são empoderados ao passo que têm uma medida de controle sobre instituições e processos que afetam diretamente o seu bem-estar (GROOTAERT *et al*, 2003). Nesse sentido, o empoderamento pode ser definido mais precisamente como a habilidade para tomar decisões que afetam as atividades cotidianas e que podem mudar o curso de vida das pessoas, sendo um conceito mais amplo que o de capital social. Essa dimensão refere-se a expansão dos recursos e capacidades das pessoas em tomar decisões, negociar, influenciar, controlar e responsabilizar instituições que afetam suas vidas (GROOTAERT *et al*, 2003). A ação ou engajamento político por exemplo, dentro dessa dimensão é apenas uma das atitudes que podem ser tomadas para aumentar o empoderamento (GROOTAERT *et al*, 2003).

No QI-MCS as questões nesta seção buscam averiguar o sentimento de felicidade, eficácia pessoal e a capacidade das pessoas para influenciar tanto eventos locais como respostas políticas mais amplas.

Levando-se em conta essas dimensões, é possível identificar o capital social disponível em uma comunidade e as possíveis dificuldades de sua mobilização para a cooperação em torno de determinados objetivos, sendo uma ferramenta valiosa para entender o potencial de desenvolvimento endógeno de territórios.

Entretanto, Grootaert *et al* (2003) destacam que a ferramenta QI-MCS não deve ser considerado como um modelo pronto, como uma receita, mas sim, uma orientação, um instrumento, que pode ser utilizado em pesquisas que visam avaliar o capital social de determinados territórios ou comunidades. Além disso os autores (*op. cit.*) destacam que dependendo do foco da pesquisa alguns módulos podem ser mais importantes do que outros e que as questões contidas no QI-MCS podem ser adaptadas ao contexto/área pesquisada. Segundo os autores (*op. cit.*) existe muito interesse em informação acerca do capital social no contexto da elaboração e implementação de projetos de desenvolvimento, e o QI-MCS também serve para este propósito, podendo ser utilizado em combinação com outras bases de dados com o objetivo de levantar informações socioeconômicas.

3.3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO E CAPITAL SOCIAL

Antes de discutir o desenvolvimento territorial endógeno, faz-se necessário introduzir brevemente a categoria de análise geográfica território e qual a concepção teórica que guia sua utilização nesta tese.

Conforme salienta Saquet (2017), na Geografia desde o final do século XX e início do XXI, houve a expansão do uso do conceito de território, diante das distintas possibilidades de sua utilização no estudo da realidade, destacando-se ora os processos culturais, ora os políticos, ora os econômicos e também os ambientais. No Brasil, segundo Saquet (2017) a utilização do conceito de território, em perspectivas ditas renovadas, assume maior centralidade a partir do início dos anos 1990, tanto em função das distintas possibilidades de sua utilização citadas anteriormente, quanto em função da introdução das políticas públicas de desenvolvimento territorial, como tentativas de reproduzir características do Programa LEADER¹⁸, efetivado em alguns países europeus.

Para Saquet (2007) o território é uma construção social, a partir das diferentes formas de uso e apropriação do espaço geográfico. O espaço é múltiplo, dinâmico e relacional, constituído pelo ambiente físico e também pela sociedade. As relações sociais definidas espaço-temporalmente estão na base da organização do território num processo continuado de diversos acontecimentos e arranjos (SAQUET; GALVÃO, 2009).

Nesse sentido, Saquet e Galvão (2009) destacam que a formação do território dá-se no processo de apropriação, dominação e produção do espaço por meio das relações de poder, das redes de circulação e comunicação e dos processos identitários (SAQUET; GALVÃO, 2009). Na visão de Haesbaert (2007, p. 20-21), território, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional poder político; “ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação”.

¹⁸ O LEADER (Liaisons Entre Activités de Développement de L’Economie Rural, que significa Relações Entre Atividades de Desenvolvimento da Economia Rural) corresponde ao conjunto de políticas de desenvolvimento rural implementado nos países membros da União Europeia desde o início dos anos 1990, com o intuito de resolver problemas como esvaziamento populacional, envelhecimento e masculinização da população rural, degradação de recursos naturais, entre outros (COMISSÃO EUROPEIA, 2006).

Os atores ao se apropriarem dos espaços acabam por territorializar os mesmos, através de um conjunto de ações, posturas, práticas e comportamentos que revelam relações de poder, fundamentais para esse processo de empoderamento e manutenção do território (RAFFESTIN, 1993).

Na formação histórica de cada território há redes locais de sujeitos, condições ambientais, relações dos sujeitos com o meio e relações externas entre diferentes níveis escalares (regional, nacional, internacional). O território é assim uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades (SAQUET, 2009). A territorialidade refere-se, justamente, às relações entre os sujeitos e o meio, ou grupo social e seu lugar de referência, expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir em um dado espaço geográfico (SAQUET, 2009).

Todo grupo necessita de uma base material ou simbólica, que é o território, para nele construir sua identidade. A identidade caracteriza-se como “um conjunto de elementos (i)materiais¹⁹, construído historicamente por um grupo social que confere singularidade ao território e unidade entre os sujeitos locais” (SAQUET; GALVÃO, 2009, p. 104), podendo ser entendida também, conforme Magnaghi (2000 *apud* Saquet; Galvão, 2009, p. 140) como um “código genético local, material e cognitivo, considerado um produto social, da territorialização e que constitui o patrimônio territorial de cada lugar”.

Nesse sentido, ressaltamos que o território não é apenas material, concreto; também é imaterial, simbólico e identitário.

É consubstanciado cotidianamente, por processos e componentes econômicos (produção, circulação, consumo...), culturais (símbolos, crenças, valores, mitos, monumentos...), naturais e políticos (ideologias, normas, regras...) (SAQUET; GALVÃO, 2009, p.102).

Através do estudo de diferentes obras e autores, publicadas entre os anos 1950-1970, Saquet (2007, p.15) identifica quatro tendências e/ou perspectivas de abordagem do território, que se sucedem no tempo histórico e coexistem em algumas situações, momentos e períodos:

¹⁹ Saquet utiliza o termo (i)material para referir-se a combinação de fatores e componentes materiais e imateriais que constituem cada território, ou seja, econômicos, políticos, culturais e naturais (SAQUET; GALVÃO, 2009).

a) uma predominantemente *econômica*, elaborada com base no materialismo histórico e dialético, na qual se entende a territorialidade como relações de produção acompanhadas por forças produtivas, isto é, como relações de subordinação e exploração. O território é resultado e determinante da produção, da circulação e do consumo, ou seja, da acumulação de capital; b) outra, *materialista* e pautada na *dimensão geopolítica*, na qual a territorialidade está diretamente vinculada à atuação do estado-nação e à área-fronteira-movimento a partir de relações econômicas, políticas e culturais; c) a terceira, *fenomenológica*, dando ênfase às dinâmicas política e cultural (simbólico-identitária), em que a territorialidade corresponde às relações sociais centradas em percepções, sentimentos, memórias, identidades e representações; d) a última, que ganha força a partir dos anos 1990, é constituída a partir das discussões sobre *sustentabilidade ambiental* e o desenvolvimento local: a territorialidade significa relações políticas de governança sem deixar de envolver processos econômicos, culturais, e diferentes formas de apropriação e uso do ambiente.

Dentro dessas abordagens destacadas pelo autor (*op. cit.*) pode-se situar a presente pesquisa na quarta perspectiva de abordagem, voltada ao desenvolvimento territorial de base local, visando a compreensão de estratégias de desenvolvimento que tenham como base a melhoria das condições de vida da população urbana e rural, a conservação da natureza, a valorização do saber-fazer, da participação popular e das identidades locais (SAQUET, 2007).

Para Saquet (2017, p. 43)

O território, portanto, é construído histórica e socialmente, com identidades, redes, ecossistemas, nós e relações de poder; o desenvolvimento está intimamente vinculado ao local (comunidade), à cooperação, à concorrência (mercado), ao Estado, à auto-organização, à preservação ambiental, à conquista de autonomia e à autogestão. No território existe uma capacidade de mobilização e autogestão que precisa ser muito bem compreendida e valorizada juntamente com a natureza, a ajuda mútua, o pequeno comércio, a autonomia, o trabalho manual, os saberes populares, o patrimônio, a biodiversidade etc.

Na discussão e implementação participativa do desenvolvimento, os sujeitos, organizados socialmente, precisam atuar no planejamento, participar das discussões, das decisões e da concretização das políticas públicas de desenvolvimento de maneira incondicional (SAQUET, 2017). Embora em cada grupo social seus membros possam ter parte de interesses comuns e parte conflituosos, há, ao mesmo tempo, a possibilidade de potencializar os objetivos comuns dando centralidade à ética, à partilha, à solidariedade, à conservação da natureza e à cooperação (SAQUET, 2017).

Com base nessa concepção, o território pode ser compreendido como o espaço estratégico de articulação da sociedade, da identidade cultural, das redes sociais, das

instituições e das diversas formas de conhecimentos e saberes em direção ao que se entende por desenvolvimento endógeno (FERREIRA; PESSÔA, 2012).

O desenvolvimento endógeno, também denominado de desenvolvimento regional ou local, está relacionado com o uso efetivo dos recursos locais e da mobilização das capacidades, competências e habilidades das comunidades (FERREIRA; PESSÔA, 2012), de modo que os benefícios desse desenvolvimento permaneçam no local.

Vázquez Barquero (2007) destaca que a teoria do desenvolvimento endógeno surge no início dos anos 1980, como convergência de duas linhas de pesquisa: uma, que nasce da tentativa de encontrar uma concepção de desenvolvimento que permitisse chegar ao desenvolvimento de localidades e territórios considerados “atrasados”; e outra, que surge da análise dos processos de desenvolvimento industrial endógeno em localidades e regiões do sul da Europa. Desde os anos 1980 uma mudança profunda ocorreu na política econômica, quando os atores locais e regionais iniciaram ações destinadas a influenciar os processos de crescimento das economias locais, como uma resposta aos desafios apresentados pela desindustrialização e aumento do desemprego (VÁZQUEZ BARQUERO, 2007). As concepções do desenvolvimento territorial com base no potencial endógeno ou desenvolvimento de “baixo para cima” (processo bottom-up), constituiu então uma reação à insatisfação provocada pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento exógeno, proposto desde o pós-guerra (BORBA, 2002; BENI, 2006).

Vázquez Barquero (2007) destaca que o desenvolvimento endógeno é uma interpretação que inclui diversos enfoques que compartilham uma mesma lógica teórica e um mesmo conjunto de políticas, integrando e dando coesão a visões diferentes de desenvolvimento. De forma geral, podemos dizer que as características dessas interpretações sobre desenvolvimento colaboram no entendimento do que constitui o denominado desenvolvimento endógeno.

Entre as visões abordadas por Vázquez Barquero (2007) destaca-se a visão do desenvolvimento autocentrado, baseada na compreensão de que cada comunidade local é formada, historicamente, em função das relações e vínculos de interesse de seus grupos sociais, da construção de uma identidade e de uma cultura própria que a diferencia de outras comunidades (VÁZQUEZ BARQUERO, 2007). Segundo essa interpretação a comunidade territorial, por iniciativa própria pode ter novas ideias e projetos que lhes permitam utilizar os recursos locais e encontrar soluções a suas

necessidades e problemas. Assim, os atores locais através de suas iniciativas e decisões de investimento e da participação na formulação e gestão das políticas públicas, contribuem para a dinâmica produtiva ao interagirem entre si de forma coordenada. Essa concepção tem recebido o apoio daqueles que argumentam que o desenvolvimento não é importado, mas sim construído graças ao trabalho e esforço econômico e social das comunidades locais (VÁZQUEZ BARQUERO, 2007).

Uma segunda interpretação de desenvolvimento conforme salienta Vázquez Barquero (2007) seria a ligada a economia social, assentada na democracia participativa, explicando o surgimento de diversas iniciativas e estratégias de desenvolvimento baseadas na solidariedade, na autonomia das comunidades locais e na utilização dos recursos e potencialidades do território. Conforme esta interpretação os empreendimentos são voltados ao bem-estar social, surgindo como resposta da sociedade as carências sociais que nem o mercado, nem o Estado são capazes de atender (VÁZQUEZ BARQUERO, 2007).

Uma outra interpretação citada por Vázquez Barquero (2007), denominada autodesenvolvimento com iniciativas locais, sustenta que na atualidade o importante é o caráter autônomo do desenvolvimento, baseado na utilização de recursos próprios e na gestão realizada pelos próprios cidadãos e pelas organizações locais, de forma que a comunidade local controle as iniciativas de desenvolvimento. Essa interpretação, avalia a utilidade dos recursos locais e considera que o que importa são as características e capacidades territoriais, que constituem o patrimônio sobre o qual deve se basear a geração de renda e a satisfação das necessidades da comunidade. Além disso, também considera que a ação cidadã é a base das políticas de desenvolvimento, de modo que as ações públicas mais eficientes são aquelas projetadas e gerenciadas desde baixo.

Também entre as interpretações abordadas por Vázquez Barquero (2007) o desenvolvimento humano e cultural é citado como uma visão endógena de desenvolvimento. O desenvolvimento endógeno ocorre em territórios em que as instituições e a cultura estimulam o progresso econômico e as transformações sociais. Os processos de desenvolvimento estão condicionados por fatores culturais como o espírito de trabalho, a capacidade criativa e empreendedora, assim como as normas e regras que regulam as relações entre as pessoas e as organizações do território. O núcleo dos processos de desenvolvimento residiria no desenvolvimento das

capacidades humanas e, em especial, na capacidade criadora e empreendedora da população (VÁZQUEZ BARQUERO, 2007).

Sobre esse aspecto é importante ressaltar o que Amartya Sen (2000) problematiza em relação ao desenvolvimento ao destacar que este compreende mais que crescimento econômico e níveis de renda per capita de um país ou território, de forma que o desenvolvimento está relacionado, sobretudo, com a melhoria da vida das pessoas e com o fortalecimento de suas liberdades. Para Sen (2000), todas as pessoas deveriam ter garantidas as liberdades instrumentais (liberdades políticas, disponibilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência e proteção social) como meios para atingir as liberdades substantivas (direito universal ao acesso à educação, saúde, habitação e saneamento) como fins. Segundo Sen (2000) o que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde e educação e pelo incentivo e estímulo a suas iniciativas.

É neste ponto que a expansão das liberdades se relaciona com o desenvolvimento endógeno ao permitir que as pessoas realizem suas capacidades criativas e empreendedoras, a partir das habilidades que possuem e que possam escolher a melhor forma de viverem suas vidas. A capacidade empresarial e organizativa é uma manifestação da capacidade criadora das pessoas que permite produzir algo novo no entorno em que vivem.

O processo criativo ocorre de acordo com os recursos, potencialidades e fatores de atração que caracterizam um território e que mudam de um lugar para outro. Portanto, a capacidade empresarial é sempre condicionada pelos fatores culturais que explicam a especificidade do território. Assim, pode-se dizer que o desenvolvimento ocorre graças à criatividade empresarial dos cidadãos em um ambiente cultural específico (VÁZQUEZ BARQUERO 2007, p.192).

Vázquez Barquero (2007) conclui que o desenvolvimento endógeno integra e dá coesão a esses diferentes enfoques sobre desenvolvimento e independente da linha que se adote, as políticas de desenvolvimento devem estruturar-se a partir de fatores econômicos, sociais, ambientais, institucionais, políticos e culturais que se combinam de forma única em cada território.

Pilonieta e Arias (2006) conceituam o desenvolvimento endógeno acrescido do termo sustentável. Para os autores a noção de “desenvolvimento endógeno sustentável” faz parte da identificação, apropriação e compreensão de um ponto de

inflexão histórico do conceito de desenvolvimento, denotando uma mudança paradigmática e a superação da dimensão positivista, buscando descentralizar o desenvolvimento em relação ao econômico e formulá-lo em torno do homem. Nesse sentido, os autores (*op. cit.*) apresentam uma nova conceituação para o termo “desenvolvimento” segundo o viés do desenvolvimento endógeno.

Desenvolvimento: desenvolver do saber fazer social em harmonia com seu ambiente. Por ambiente entendemos o espaço das relações espaciais, materiais, culturais, políticas e econômicas em que o homem constrói significado coletivamente, isto é, onde o homem faz mundo. Neste contexto, um processo de desenvolvimento orientado ao desenvolver das potencialidades do homem em seu meio, ou seja, do saber fazer social exige: 1. A decisão local sobre as opções de desenvolvimento. 2. O controle local sobre os processos de desenvolvimento. 3. A retenção no local dos benefícios do desenvolvimento. Esta forma de entender o desenvolvimento denominamos de **desenvolvimento endógeno sustentável** (PILONIETA; ARIAS, 2006, p. 24-25). (Grifo dos autores).

A concepção de desenvolvimento endógeno apresentada por Pilonieta e Arias (2006) é um processo orientado ao desenvolver da sociedade, desde suas próprias potencialidades e vocações e de acordo com as especificidades culturais, políticas, econômicas e ambientais do local. Na mesma linha de reflexão apresentada, o economista e professor da Universidade do Chile, Sergio Boisier (2003, p. 1) destaca que:

(...) hoje o desenvolvimento é entendido como a conquista de um contexto, meio, momento, situação, entorno, ou como queira chamar-se, que facilita a potenciação do ser humano para transformar-se em pessoa humana, em sua dupla dimensão, biológica e espiritual, capaz, nesta última condição, de conhecer e amar. Isto significa refundar o conceito de desenvolvimento em um marco construtivista, subjetivo e intersubjetivo, valorativo ou axiológico, e, por certo, endógeno, ou seja, diretamente dependente da autoconfiança coletiva na capacidade para ‘inventar’ recursos, mobilizar os já existentes e atuar em forma cooperativa e solidária, desde o próprio território.

Boisier (2003) problematiza, a partir da abordagem sistêmica, o desenvolvimento como um fenômeno complexo, multidimensional e altamente sinérgico. A ideia central apresentada pelo autor é de que o desenvolvimento constitui uma propriedade emergente de um sistema territorial que depende da interação e da conectividade entre vários fatores e processos de escala local, como por exemplo, da cultura, das relações de confiança, do papel das instituições, da justiça, da liberdade, do conhecimento socializado em uma comunidade, das

habilidades incorporadas pelas pessoas, da saúde, dos sentimentos e das emoções que delimitam e direcionam uma suposta racionalidade instrumental (BOISIER, 2003).

A partir dessa ideia central se questiona: “é possível identificar, em um sistema territorial qualquer, os subsistemas locais mais relevantes para gerar desenvolvimento?” (BOISIER, p. 13). Diante dessa questão o autor identifica um conjunto de seis subsistemas que segundo ele, constituem a causalidade do desenvolvimento.

O primeiro subsistema identificado por Boisier (2003) é o **axiológico**, que constitui os **valores universais** e **singulares** das comunidades. Os valores universais tais como liberdade, democracia, justiça, paz, solidariedade, igualdade ou equidade (ausência de discriminação), ética, estética, heterogeneidade e alteridade, são indispensáveis e sem os mesmos é impensável o desenvolvimento em geral; já os valores considerados singulares e próprios do território, conferem uma identidade, que unifica desde dentro e que distingue o território de outros. Sem esse segundo conjunto de valores não seria possível conformar uma comunidade forte, que faça do próprio território sua principal referência identitária e que viabilize a cooperação e solidariedade interna (BOISIER, 2003). Os valores universais e singulares, para se transformarem em elementos ativos do desenvolvimento, precisam muitas vezes serem resgatados e reforçados, tendo a educação um papel-chave nesse processo (BOISIER, 2003).

Os **atores**, individuais, corporativos, coletivos, públicos e privados constituem um segundo subsistema, sendo considerados por Boisier os verdadeiros agentes do desenvolvimento e com poder efetivo para incidir sobre o curso dos acontecimentos, sendo necessário serem identificados com exatidão a fim de serem convocados quando oportuno (BOISIER, 2003).

As **organizações**, públicas e privadas, configuram um terceiro subsistema. Na opinião de Boisier (2003), não somente interessa um cadastro das organizações que operam no território, mas fundamentalmente interessa a evolução de suas características, em relação a contemporaneidade. Isto se refere a velocidade dos processos de decisão, a flexibilidade de resposta às mudanças de demanda no entorno, a maleabilidade, a resiliência, sua identidade com o próprio território e, sobretudo, a sua inteligência organizacional; finalmente, interessa também estabelecer um padrão de relações interorganizacionais, a fim de avaliar o clima de cooperação ou de conflito entre as organizações (BOISIER, 2003). É importante

destacar ainda que é principalmente no entorno das organizações que se desenvolve a associatividade, que representa uma forma de sinapse-chave no contexto atual da globalização e da sociedade do conhecimento (BOISIER, 2003).

Os **procedimentos**, conjunto de modalidades sob os quais o governo local governa, administra, informa e se posiciona em relação ao entorno e ao seu próprio território, constituem o quarto subsistema. É papel do governo local assumir a tarefa de recolher o fluxo de informações, reestruturando-a e ordenando-a em função dos próprios objetivos da sociedade, para devolvê-la a seus potenciais usuários, reduzindo os custos de transação, as incertezas e a assimetria (BOISIER, 2003). Da mesma forma, ninguém senão o governo, pode encabeçar a tarefa permanente de posicionar o território no novo cenário contextual da globalização. Mas, na opinião de Boisier (2003), as estruturas tradicionais de governo não têm dado conta do papel que se espera delas no fomento ao desenvolvimento, devido a muitos fatores, sendo o principal, a falta de capacidade de condução social, de legitimidade popular e autoridade para assinalar caminhos de futuro, em alguma medida, divergentes em relação ao projeto nacional.

A acumulação de **capital econômico** configura um quinto subsistema identificado por Boisier (2003). Mesmo que o desenvolvimento não possa ser interpretado de forma simplista ou linear, como apenas sinônimo de crescimento econômico, vários aspectos ou processos requerem uma base material sólida e em expansão para atrair capital, transformando o território em um território competitivo desde dentro (BOISIER, 2003). Assim, é necessário desenvolver um trabalho profissional e sistemático vinculado a criação de uma imagem corporativa, uma ideia força e uma marca para a promoção e publicidade ou marketing territorial, apoiada na cultura e no próprio projeto de desenvolvimento (BOISIER, 2003), que se assenta sobre os recursos e atividades do território.

O sexto e último subsistema trata dos **capitais intangíveis**, que na opinião de Boisier constitui o subsistema mais importante. Boisier (2003) destaca dez categorias de capitais intangíveis: capital cognitivo, capital simbólico, capital cultural, capital social, capital cívico, capital institucional, capital psicossocial, capital humano, capital midiático e capital sinérgico. Esses tipos de capitais intangíveis, tem tido sua importância cada vez mais reconhecida para o desenvolvimento e, ao contrário de outros tipos de capital, à medida que são usados aumentam seu “estoque” ou disponibilidade (BOISIER, 2003), mantendo naturalmente articulações ente si.

Segundo Boisier (2003) é necessário estabelecer sinapses e sinergia entre esses subsistemas, ou seja, é necessário trabalhar para o estabelecimento de interações e trocas, reunindo conhecimento e ação política, que possa fazer emergir o desenvolvimento a partir da própria organização social do território. Essa organização social depende também do que Boisier denomina de sinergia cognitiva, que corresponde a capacidade coletiva para realizar ações sob a base de uma mesma interpretação da realidade e de suas possibilidades de mudança (BOISIER, 2003). Nesse sentido, as categorias ou subsistemas identificados por Boisier (2003) definiriam os conceitos observantes do desenvolvimento endógeno.

O desenvolvimento endógeno se produz como o resultado de um forte processo de articulação de atores locais e de variadas formas de capital intangível, no marco de um projeto político coletivo de desenvolvimento do território em questão (BOISIER, 2004). Boisier (2004, p. 3) questiona para que e, sobretudo para quem, se busca o desenvolvimento endógeno.

Para que o desenvolvimento endógeno? Para gerar em um determinado território as condições de entorno que permitam aos seres humanos potenciar-se a si mesmos para chegarem a ser verdadeiras *peças humanas*, porque há de compreendermos de uma vez, que o desenvolvimento não faz nada senão as pessoas em sua individualidade e em sua sociabilidade. Nem o Estado, nem o capital, nem o setor privado, nem o público, podem produzir o desenvolvimento das pessoas; somente podem criar as condições de entorno. Para quem é o desenvolvimento endógeno? Para o ser humano e para a pessoa humana, esta última, como “categoria superior” do ser humano. Esta é a teleologia do desenvolvimento, em grande medida perdida na confusão do materialismo. (Grifos do autor).

Dentro da perspectiva do desenvolvimento endógeno o território não constitui um mero suporte dos recursos e atividades econômicas, pois ocorre uma forte interação entre as empresas e os demais atores sociais, que se organizam para desenvolver a economia e a sociedade (ABRAMOVAY, 2000). Depende então da capacidade de organização e envolvimento da sociedade civil, de instituições, do poder público e de empresas locais, para identificar potencialidades e fragilidades do território e, a partir delas, planejar as ações que possibilitem chegar ao futuro desejado. Estratégias de desenvolvimento endógeno são pensadas a partir de algum tipo de vocação do território com uma cadeia de atividades interligadas, contando com atividades típicas ou alguma atividade econômica planejada em função da vontade

política das lideranças locais ou regionais, a qual pode se agregar vantagens competitivas (AMARAL FILHO, 1996).

O desenvolvimento endógeno se propõe a atender às necessidades e demandas da comunidade local através da participação ativa e da mobilização social e política, em direção aos seus anseios e interesses, se opondo ao conjunto de metas e modelos de desenvolvimento vindos de fora (BORBA, 2002), reconhecendo estratégias sócioprodutivas que mantêm estreita ligação com a cultura e com as especificidades territoriais. A partir dessa perspectiva, o desenvolvimento endógeno pressupõe uma forte ação cidadã e autonomia das comunidades locais na construção de estratégias autênticas, pensadas a partir daqueles potenciais que as constituem e enriquecem, valorizando seus próprios saberes e conhecimentos (BORBA, 2002).

Os cidadãos inseridos no exercício ativo de deveres e responsabilidade no território e em sua comunidade mais próxima, são chamados a impulsionar suas capacidades intrínsecas de organização comunitária, através do desenvolvimento de redes sociais (ARIAS; PAEZ, 2006). Como em todo sistema de interação social, grande parte da responsabilidade da manutenção de uma comunidade, reside na interação de atores que compartilham o espaço de construção do sentido de trabalho ativo do cidadão, e que está vinculado ao capital social, entendido como o valor coletivo dos vínculos e redes sociais (ARIAS; PAEZ, 2006). As redes sociais desempenham um papel crucial neste processo de auto-organização, que é revertido no enriquecimento do capital social da comunidade (ARIAS; PAEZ, 2006) e dos atores sociais, que constituem a base de estratégias endógenas de desenvolvimento.

Entretanto, Ferreira e Pessôa (2012) destacam que apesar das grandes contribuições da teoria do desenvolvimento endógeno, ao destacar o potencial e os atributos dos atores locais como sujeitos do desenvolvimento, existem limites na atuação dos atores que não podem ser superados por eles próprios, já que o território não pode ser encarado como uma bolha isolada de seu entorno. Entre os limites apontados estão o risco de se transferir toda a responsabilidade para a sociedade civil, minimizando o papel do Estado e supervalorizando as capacidades locais (BOISER, 2004; FERREIRA, PESSÔA, 2012).

Ferreira e Pessôa (2012) também destacam que outro ponto de ressalva é o caráter essencialmente de longo prazo da concepção de desenvolvimento endógeno, por estar atrelado a fatores sociais, culturais e políticos, construídos historicamente, sendo necessário o planejamento de ações de governo, e não simplesmente ações

administrativas (de curto prazo), bem como a análise do contexto histórico da região ou território em desenvolvimento.

A densidade das redes sociais e instituições locais, bem como a natureza das interações interpessoais, que são dimensões relacionadas ao capital social, interferem de forma significativa na eficiência e sustentabilidade dos projetos de desenvolvimento (GROOTAERT; BASTELAER, 2001). Assim, o desenvolvimento endógeno se propõe a, além de desenvolver os aspectos produtivos, potencializar as dimensões sociais, culturais, ambientais e políticas, que constroem o bem-estar da sociedade (WELLEN, 2009). A sociedade civil, por meio da integração social e cooperação, pode ser considerada o principal agente de modernização e transformação socioeconômica do território (BOISIER, 2004). E é nesse ponto que o capital social se relaciona diretamente com o desenvolvimento territorial endógeno (FERREIRA; PESSÔA, 2012).

A partir do aporte teórico fornecido pelo desenvolvimento endógeno e pelo capital social, esta tese discute o Geoturismo e a criação de um Geoparque enquanto uma estratégia endógena de desenvolvimento territorial para Caçapava do Sul, assentada sob as iniciativas autênticas pensadas e desenvolvidas pela comunidade local para a geração de trabalho, renda e bem-estar social.

4. O TERRITÓRIO DE CAÇAPAVA DO SUL COMO POTENCIAL GEOPARQUE

4.1 CAÇAPAVA DO SUL: A CAPITAL GAÚCHA DA GEODIVERSIDADE

O território que hoje compreende o município de Caçapava do Sul, constituía um local habitado por índios charruas (“Caa-ça-pabaa”, em tupi-guarani “Clareira na Mata”), que a partir do sec. XVIII passou a ser conhecido como “Paragem de Cassapava”, utilizado por tropeiros e bandeirantes que arrebanhavam gado xucro da região Pampa (ABRÃO, 1992). Devido as disputas territoriais entre portugueses e espanhóis pelo domínio das terras ao sul do continente, após o Tratado de Santo Idelfonso, em 1777, soldados portugueses estabeleceram-se na localidade em um acampamento militar, com o objetivo de resguardar as fronteiras de possíveis invasões espanholas. Com isso, a ocupação desse território foi intensificada, estabelecendo-se um pequeno povoado, reconhecido oficialmente como Vila em 25 de novembro de 1831 (ABRÃO, 1992).

Caçapava do Sul é conhecida como 2ª Capital Farroupilha, já que entre os anos de 1839 e 1840, a Capital do Governo Republicano Rio-Grandense foi transferida de Piratini (ABRÃO, 1992), sendo este um dos fatos históricos relevantes da história do município, motivo de orgulho para muitos caçapavanos.

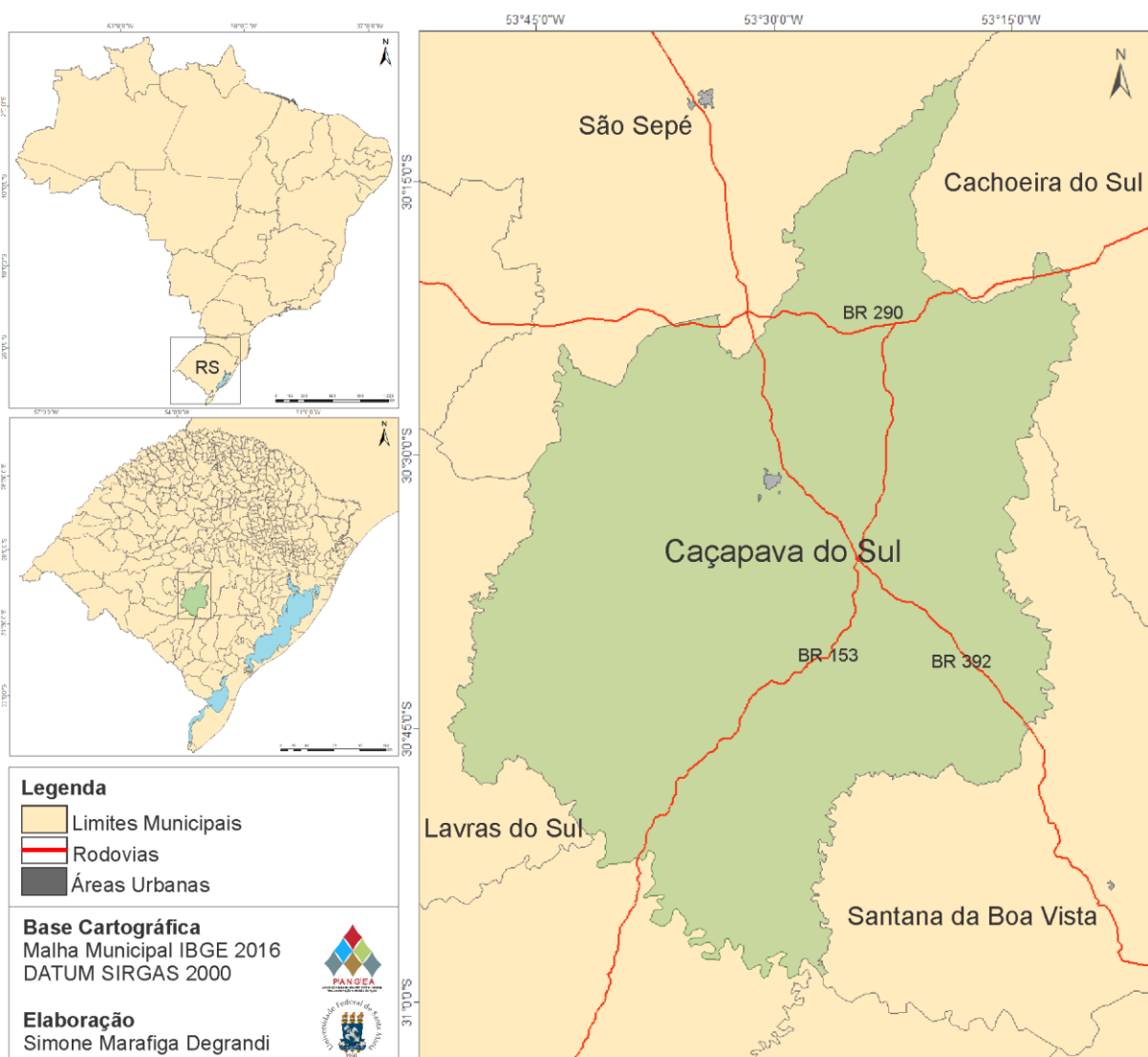
Localizada no centro-sul do RS (figura 19), na Microrregião da Campanha gaúcha, há aproximadamente 260 km da capital Porto Alegre, Caçapava do Sul compreende uma área de 3.047 Km², com uma população total de 34.810 habitantes (FEE, 2016). Em divisão territorial datada de 1979, o município é constituído por 6 distritos: 1º distrito Caçapava do Sul, 2º distrito Santa Bárbara, 3º distrito Cerro do Martim, 4º Forninho, 5º Bom Jardim e 6º Seival-Carajá.

Devido a excelente localização, Caçapava do Sul é considerada “portal do Pampa” com importantes rodovias que lhe dão acesso como a BR-392, que interliga a região noroeste do RS ao Porto de Rio Grande, a BR-290 que liga o oeste do RS à Porto Alegre, e a BR-153 que interliga a cidade de Bagé com a BR-290, possuindo assim importantes vias de ligação com os países vizinhos como Argentina e Uruguai.

O Índice de desenvolvimento Humano (IDH) municipal é de 0,704, considerado alto, mas menor que o IDH do RS que é de 0,746. Do ponto de vista socioeconômico Caçapava do Sul tem como base de sua economia a pecuária extensiva, atividade

econômica tradicional, desenvolvida sobre os campos do Pampa, em pequenas e médias propriedades, a agricultura, a mineração, os serviços/comércio e o turismo (CAÇAPAVA DO SUL, 2018).

Figura 19 – Mapa de localização do município de Caçapava do Sul no RS



Fonte: elaborado pela autora.

Na agricultura tem importância a produção de soja, milho, feijão, trigo, arroz, contando com a Cooperativa Tritícola Caçapavana (COTRISUL) que é responsável pelo recebimento e comercialização de grãos, não apenas do município como também de municípios vizinhos (CAÇAPAVA DO SUL, 2018). Destaca-se também a produção de agroindústrias familiares com a produção de mel, hortifrutigranjeiros e o artesanato em lã, este último com significativa importância sócioprodutiva para os moradores da

Vila Progresso, no distrito de Santa Bárbara (CAÇAPAVA DO SUL, 2018). Nos últimos anos Caçapava do Sul está se destacando como um dos municípios com maior área plantada de oliveiras no Sul do Brasil, possuindo, indústrias de beneficiamento de azeite de oliva, atingindo uma produção de 12.950 toneladas da fruta (IBGE, 2018).

A pecuária de corte constitui uma atividade econômica tradicional do território, resultado da herança cultural de portugueses, espanhóis e indígenas que habitaram e colonizaram a região. O quadro 8 apresenta dados do último Censo Agropecuário realizado em 2017 sobre a produção pecuária do COREDE Campanha (Conselho Regional de Desenvolvimento da Campanha), onde podemos observar que Caçapava do Sul apresenta a 2º maior produção de caprinos, a 3º maior de bovinos e ovinos e o 4º maior de equinos, possuindo uma produção pecuária significativa em comparação aos municípios de Aceguá, Candiota, Hulha Negra e Lavras do Sul.

Quadro 8 – Produção Pecuária COREDE Campanha

Produção Pecuária COREDE Campanha				
Municípios	Espécie de Efetivo			
	Bovinos	Ovinos	Equinos	Caprinos
Caçapava do Sul	178.911	53.588	5.639	3.619
Bagé	243.115	75.257	10.704	6.253
Lavras do Sul	164.612	51.055	6.456	976
Dom Pedrito	299.465	78.641	10.786	70
Aceguá	93.734	23.235	5.043	124
Hulha Negra	39.915	9.927	1.546	84
Candiota	35.451	8.541	1.716	156
Total	785.194	300.244	41.890	7.663

Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE (2018).

A mineração passou a constituir uma importante atividade econômica dessa região a partir do final do século XVIII quando, em 1796, bandeirantes e garimpeiros descobriram ouro no Arroio Camaquã das Lavras, no município vizinho de Lavras do Sul (TEIXEIRA, 1992). Alguns anos mais tarde, por volta de 1865, ocorreu a descoberta do minério de cobre por ingleses que garimpavam ouro em Lavras do Sul, dando início a atividade de mineração na localidade que ficou conhecida como Minas do Camaquã, localizada no extremo sul do município (PAIM, 2002). A descoberta e exploração de minérios metálicos (cobre, ouro, prata, chumbo, zinco) nas Minas do Camaquã, devido à riqueza mineral associada à evolução geológica da Bacia do Camaquã, se constituiu em um marco da história da mineração do cobre no Brasil,

tendo ocorrido o encerramento das atividades em 1996, com o esgotamento das reservas economicamente viáveis conhecidas (PAIM, 2002).

Atualmente a mineração se concentra na extração de mármore calcínicos e dolomíticos, explorados por 7 empresas localizadas às margens da BR-392, na região conhecida como Caieiras, para a produção de argamassa, calcário e cal que são utilizados para a correção do pH dos solos do norte gaúcho, contribuindo assim para a agricultura de grãos do RS (BORBA, 2017).

Durante muitas décadas explorou-se intensamente o cobre e subprodutos nas Minas do Camaquã, e seu aproveitamento suscita uma possível retomada das atividades através da *Nexa Resources* (antiga Votorantim Metais) que pretende instalar uma planta polimetálica para exploração de cobre, chumbo, prata e zinco, em uma área com cerca de 388 hectares, localizada no Passo do Cação, a 5 km da Vila de Minas do Camaquã (VOTORANTIM METAIS/GEOPROSPEC, 2016). O “Projeto Caçapava” como é denominado pela *Nexa Resources*, enfrenta fortes manifestações contrárias a sua implantação por parte de moradores dos municípios vizinhos à Caçapava do Sul, que temem a contaminação das águas do Rio Camaquã²⁰, principal rio do Bioma Pampa, contando com apoio do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã e de pesquisadores de diversas Universidades do RS que formaram o Grupo “Rio Camaquã – União Pela Preservação” (BARCELLOS et al, 2017). Este conflito foi registrado em 2018 como “Conflito Socioambiental de Atenção Mundial no Atlas Global de Justiça Ambiental”, que oferece uma plataforma virtual interativa de mapeamento de conflitos socioambientais e que busca disponibilizar informações e dar mais visibilidade a estes tipos de conflito (ENVIRONMENTAL JUSTICE ATLAS, 2018).

Como constitui um dos municípios mais antigos do RS, Caçapava do Sul, apresenta um rico patrimônio edificado, com construções preservadas que datam do início do séc. XIX, com destaque para o conjunto de edificações localizadas na Zona de Interesse do Patrimônio no centro da cidade (PDDM, 2006), onde se encontram alguns prédios tombados pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (IPHAEE), como o

²⁰ O Rio Camaquã é a principal drenagem que corta o domínio do Planalto Sul-Riograndense (DANTAS et al, 2010), tendo sua nascente oficial localizada na divisa entre os municípios de Lavras do Sul, Bagé e Caçapava do Sul, a partir da confluência do Arroio do Hilário com o Arroio Camaquã Chico, com desembocadura a Leste na Laguna dos Patos.

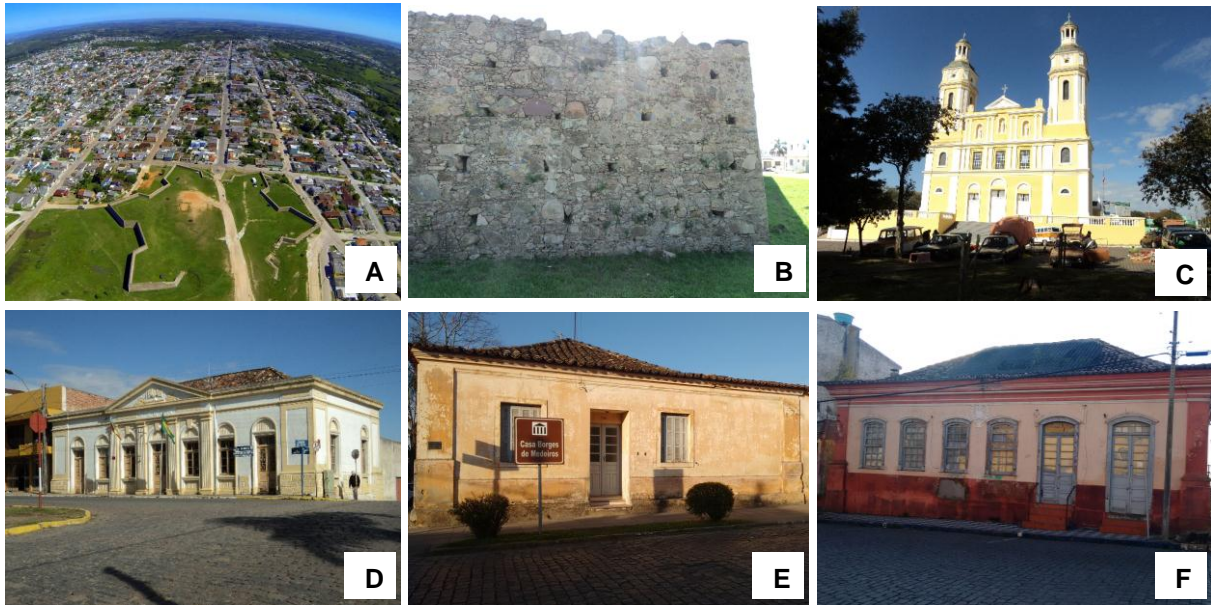
Forte Dom Pedro II, a Igreja Matriz Nossa Senhora de Assunção, o prédio do antigo Fórum, a Casa de Antônio Augusto Borges de Medeiros e a Casa Ulhôa Cintra.

O Forte D. Pedro II (figura 20 A e B), tombado pelo IPHAN em 1938 é a única fortificação remanescente no Estado do RS, construída para resguardar o território de possíveis invasões na época do Império. Este Forte começou a ser construído em 1848 e apresenta a forma de um polígono hexagonal, com uma área interna de aproximadamente 19.000 m² (ABRÃO, 1992).

Na Praça Dr. Rubens da Rosa Guedes, encontram-se quatro edificações tombadas pelo IPHAE: a Igreja Matriz Nossa Senhora de Assunção (figura 20 C), que começou a ser construída em 1815 e apresenta linhas portuguesas (MORAIS, 2013), sendo de propriedade da Mitra Diocesana de Cachoeira do Sul; o prédio do antigo Fórum (figura 20 D) que é de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul e atualmente abriga o Centro Municipal de Cultura Arnaldo Luiz Cassol, que inclui a Biblioteca Domingos José de Almeida e o Museu Lanceiros do Sul; a casa onde nasceu Antônio Augusto Borges de Medeiros (figura 20 E), advogado e político brasileiro que foi governador do Rio Grande do Sul por 25 anos, durante o período conhecido como República Velha e, a Casa Ulhôa Cintra (figura 20 F) de propriedade particular, também conhecida como Casa dos Ministérios ou Casa das Reuniões dos Farrapos, devido ao fato de ter sido um dos prédios utilizados pelos republicanos (IPHAE, 2018). Apesar de importantes patrimônios histórico-culturais, as edificações, a exceção da Igreja Matriz que foi restaurada, não encontram-se em bom estado de conservação, especialmente a Casa Ulhôa Cintra, que apresenta danos severos na cobertura.

Além do importante patrimônio histórico-cultural, Caçapava do Sul se destaca pela configuração marcante de suas paisagens, onde planícies e coxilhas do Pampa gaúcho, dividem espaço com conjuntos de serras e cerros que podem atingir mais de 500 m de altitude em alguns pontos (DANTAS et al, 2010). O chamado Escudo Sul-rio-grandense, onde Caçapava do Sul se insere, corresponde a divisão geomorfológica do Planalto Sul-rio-grandense ou Serras de Sudeste do RS (DANTAS et al, 2010).

Figura 20 – Edificações tombadas em Caçapava do Sul



Legenda: (A) Vista aérea do Forte Dom Pedro II, de onde se pode observar sua forma hexagonal e a área central da cidade; (B) Registro do Forte D. Pedro II, mostrando detalhe de sua construção com a utilização de rochas graníticas; (C) Igreja Matriz Nossa Senhora de Assunção, na Praça Dr. Rubens da Rosa Guedes, onde são realizados eventos e atividades como a Feira Livre do Produtor Rural; (D) Prédio do antigo fórum, hoje Centro de Cultura Arnaldo Luiz Cassol; (E) edificação em estilo colonial português construída por volta de 1840, onde nasceu Antônio Augusto Borges de Medeiros; (F) Casa Ulhôa Cintra, também conhecida como Casa dos Ministérios onde funcionava, além de todo o Ministério Republicano, a tipografia do jornal oficial da Revolução "O Povo".

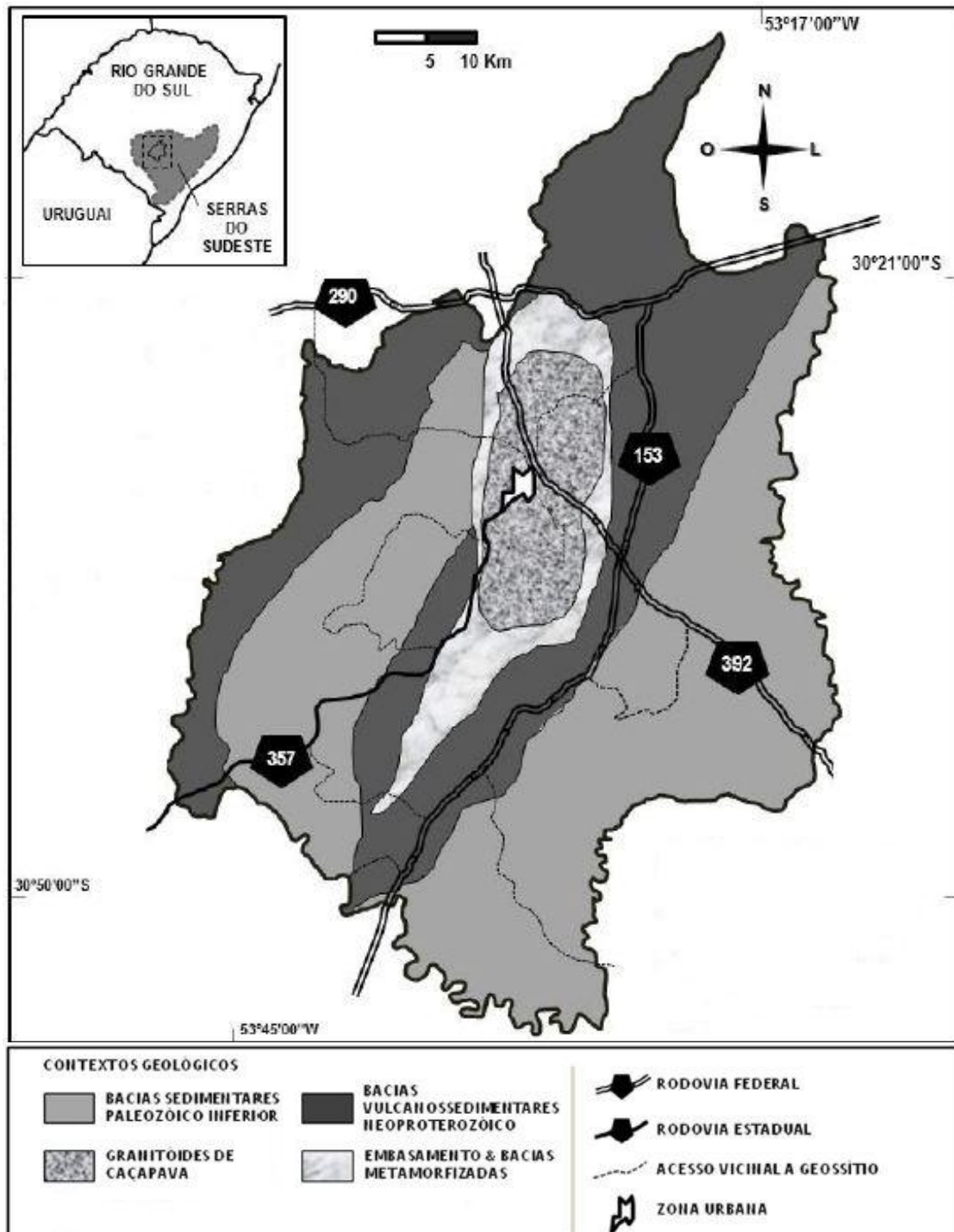
Fonte: (A) GALERA DO PEDAL (2018); (B), (C), (D), (E) e (F) acervo particular da autora.

A configuração geológica dessa área inclui uma grande diversidade de rochas ígneas, metamórficas e sedimentares de idade Pré-cambriana a Ordoviciano, que Borba et al (2013) dividem em 4 grandes contextos geológicos principais (figura 21):

- (a) Embasamento e bacias Metamorfizadas – embasamento antigo (Paleoproterozoico) com sedimentação química marinha, de carbonatos da mesma faixa de idade e o desenvolvimento de bacias vulcanossedimentares Proterozoicas, de idade indefinida, com posterior metamorfismo. Nesse contexto podem ser encontradas rochas metamórficas de origens e composições diversas, como gnaisses, xistos básicos e ultrabásicos, metarenitos, metapelitos e mármore;
- (b) Bacias vulcanossedimentares do Neoproterozóico – compostas por sucessões vulcânicas e sedimentares, de origem marinha e continental, com idades entre 630 e 550 Ma, reunidas nas unidades Maricá, Bom Jardim e Acampamento Velho;
- (c) Granitóides de Caçapava do Sul – compreende uma intrusão granítica, localizada na porção central do município (sítio urbano), com idade em torno de 550 Ma e
- (d) Bacias sedimentares do Paleozoico inferior – composta por sucessões sedimentares

continentais, avermelhadas, de origem flúvio-lacustre e eólica, reunidas nas unidades Santa Bárbara, Guaritas e Rodeio Velho.

Figura 21 – Mapa dos contextos geológicos de Caçapava do Sul



Fonte: Borba *et al* (2013).

Relacionado a este complexo contexto geológico-geomorfológico, existe um expressivo geopatrimônio em Caçapava do Sul que vem sendo inventariado por pesquisadores como Paim (2002), Paim *et al* (2010), Degrandi (2011), Borba *et al* (2013) e Peixoto (2015; 2017), que identificaram um total de 47 geossítios listados no quadro 9, incluindo minas ativas e/ou desativadas (figura 22 A e B), cerros de destaque na paisagem (figura 22 C), afloramentos rochosos (figura 22 D), cascatas (figura 22 E), cerros testemunhos (figura 22 F, G), cavernas (figura 22 H), cortes em rodovias ou estradas para aulas práticas de geologia, miradouros em pontos estratégicos para a observação da paisagem (figura 22 I), entre outros.

Quadro 9 – Geossítios inventariados em Caçapava do Sul

Geossítios de Caçapava do Sul			
Contexto Geológico	Geossítios	Inventariado/descrito por	Descrição
Embasamento e Bacias Metamorfizadas	1-Cascata Neto Rodrigues	BORBA, et al (2013).	Pequena queda d'água, onde afloram granitoides bandados com os zircões mais antigos da região
	2-Área das Caieiras	BORBA, et al (2013); PEIXOTO (2015; 2017)	Distrito industrial mineiro (pedreiras de onde se extraem o calcário)
	3-Seção Arroio Passo Feio	BORBA et al (2013)	---
	4-Arroio Mudador	BORBA, et al (2013)	Afloramento rochoso com evidências de vulcanismo subaquático em ambiente oceânico
	5-Cerro dos Andradas	BORBA, et al (2013); PEIXOTO (2015; 2017)	Cerro de 394 m de altitude, que constitui uma antiga área de prospecção mineral. É utilizado como miradouro, já que possibilita uma boa visão da Serra da Santa Bárbara, Serra do Segredo e Vale dos Lanceiros
	6-Pedreira de Talco	BORBA, et al (2013); PEIXOTO (2015; 2017)	Antiga mina de talco a céu aberto, que encontra-se desativada, localizada na Colônia de Santa Bárbara
	7-Dobra Recumbente BR-392	BORBA, et al (2013)	Dobra recumbente desenvolvida sobre rochas metavulcânicas às margens BR-392, com excelente potencial didático-científico
Bacias vulcanossedimentares do Neoproterozoico (unidades Maricá, Bom Jardim e Acampamento Velho)	8-Passo da Promessa	BORBA, et al (2013)	---
	9-Passo das Ilhas BR-290	BORBA, et al (2013)	---
	10-Pedreira de Lamprófiros - Santa Fé	BORBA, et al (2013)	Afloramento de rochas vulcânicas singulares que exibem estruturas colunares bastante didáticas
	11-Cerro dos Martins	BORBA, et al (2013)	Cerro de destaque na paisagem
	12-Cerro da Angélica	DEGRANDI (2011); BORBA, et al (2013); PEIXOTO (2015; 2017)	Cerro de destaque do ponto de vista cênico, considerado uma das melhores rampas para voo livre do país. Localizado às margens da BR-153 (20km de Caçapava do Sul)
	13-Cortes BR-153 arroio Lajeado	BORBA, et al (2013)	---
	14-Pedreira Argilitos Bella Gres	BORBA, et al (2013)	---
	15-Minas do Camaquã	PAIM (2002); DEGRANDI (2011); BORBA et al (2013); PEIXOTO (2015; 2017)	Antigo distrito mineiro, de onde eram extraídos cobre e subprodutos. Na vila ocorrem formações rochosas como a Pedra da Cruz e do Engenho. Infraestrutura turística com pousadas, restaurantes e empresa de esportes de aventura
	16-Entroncamento BR-153/BR-392	BORBA, et al (2013)	---

	17-Cerro do Bugio	DEGRANDI (2011); BORBA, et al (2013); PEIXOTO (2015; 2017)	Cerro de destaque cênico na paisagem, recoberto por vegetação nas laterais e com a presença de rocha exposta no topo
	18-Cascata do Pessegueiro	DEGRANDI (2011); BORBA, et al (2013); PEIXOTO (2015; 2017)	Pequena queda d'água localizada no arroio de mesmo nome, localizada próximo ao local onde foram encontrados fósseis de uma preguiça gigante (<i>Megatherium Americanum</i>)
	19-Cerro do Espinilho	BORBA, et al (2013)	Cerro de destaque na paisagem da Serra da Santa Bárbara
	20-Cerro dos Machados	BORBA et al (2013)	Cerro de destaque na paisagem da Serra da Santa Bárbara
	21-Cerro dos Nascimento	BORA, et al (2013)	Cerro de destaque na paisagem da Serra da Santa Bárbara
	22-Mirador Espinilho BR-290	BORBA, et al (2013)	---
Granitóides de Caçapava do Sul	23-Matacões Vila Frigorífico	BORBA, et al (2013)	Matacões graníticos com forma esférica que afloram nas imediações da Vila Frigorífico
	24-Cerro do Perau	BORBA, et al (2013); PEIXOTO (2015; 2017)	Cerros de base alongada, em forma de cristas localizado na localidade do Passo do Pessegueiro
	25-Cerro do Reginaldo	BORBA, et al (2013).	Cerros de base alongada, em forma de cristas localizado na localidade do Passo do Pessegueiro
	26-Cascata do Salso	DEGRANDI (2011); BORBA, et al (2013); PEIXOTO (2015; 2017)	Queda d'água com aproximadamente 20m, localizada há cerca de 8km do centro
	27-Matacões Capela Santo Antônio	BORBA, et al (2013); PEIXOTO (2015; 2017)	Matacões graníticos com forma esférica que afloram próximo a Capela Santo Antônio
	28-Matacões CORSAN	BORBA, et al (2013)	Matacões graníticos com forma esférica que afloram na superfície próximo ao reservatório d'água da CORSAN
	29-Chácara do Forte	DEGRANDI (2011); BORBA, et al (2013); PEIXOTO (2015; 2017)	Matacões graníticos que afloram na superfície junto a sede da Pousada Chácara do Forte, dispo de serviços de recepção, camping, turismo rural, etc.
	30-Paredão BR-392	BORBA, et al (2013)	Paredão de rochas graníticas que compõem a lateral de um cerro às margens da BR-392
Bacias sedimentares do Paleozoico inferior (unidades Santa Bárbara, Guaritas e Rodeio Velho)	31-Cortes Santa Fé RS-357	BORBA, et al (2013)	---
	32-Granja Don Augusto RS-357	BORBA, et al (2013); PEIXOTO (2015; 2017)	Feições de superfície de aplainamento, representadas por um conjunto de fragmentos rochosos
	33-Corte Altos da Serra RS-357	BORBA, et al (2013)	---
	34-Arroio Carajá	BORBA, et al (2013); PEIXOTO (2015; 2017)	Afloramento de rochas vulcânicas, onde podem ser observadas estruturas em cordas e amígdalas preenchidas com quartzo e/ou carbonatos
	35-Tocas Fazenda São João	PEIXOTO (2015; 2017)	Cavidades naturais esculpidas em rochas areníticas na base de um morro testemunho, localizado na sede da pousada rural Fazenda São João Turismo Rural
	36-Corte Guaritas BR-153 Tenda Colonial	BORBA, et al (2013)	---
	37-Pedra das Guaritas	PAIM, et al (2010); DEGRANDI (2011); BORBA, et al (2013); PEIXOTO (2015; 2017)	Conjunto expressivo de cerros testemunhos de aspecto ruiforme, de grande beleza cênica com destacada importância científica, visitado por turistas e pesquisadores. No local fica a sede da Associação dos Moradores das Guaritas
	38-Mirador Guaritas BR-153	BORBA, et al (2013)	Mirante natural que permite a observação das belas feições ruiformes das Guaritas, localizado na rodovia BR-153
	39-Pedra da Guarda Velha (piquete)	BORBA, et al (2013); PEIXOTO (2015; 2017)	Cerros testemunhos, de topo plano e inclinado formado por rochas areníticas, utilizados para a prática de escalada. No local existe um pequeno balneário
	40-Gruta da Varzinha	DEGRANDI (2011); BORBA, et al (2013); PEIXOTO (2015; 2017)	Caverna extensa e pouco profunda, subdividida em 3 cavidades principais, repletas de estalagmites e estalactites. De difícil acesso, mas visitada através de agendamento com os proprietários do local
	41-Toca das Carretas	DEGRANDI (2011); BORBA, et al (2013); PEIXOTO (2015; 2017)	Caverna situada na base de um cerro testemunho, com registro de sua utilização como abrigo por índios charruas, além de local de descanso e abrigo durante a Revolução Farroupilha. Localizada às margens da BR-392. Pode ser visitada através de agendamento com os proprietários do local

42-Mirador Serra do Segredo RS-357	DEGRANDI (2011); BORBA, et al (2013); PEIXOTO (2015; 2017)	Mirante natural com vista para a Serra do Segredo, às margens da RS-357 (sentido Lavras do Sul), também conhecido como Capão das Galinhas
43-Pedra do Segredo	DEGRANDI (2011); BORBA, et al (2013); PEIXOTO (2015; 2017)	Um dos cerros testemunhos de grande beleza cênica que compõem a Serra do Segredo. Apresenta 3 cavernas em sua face sul. Constitui o Parque Municipal da Pedra do Segredo, possui infraestrutura de trilhas para visitação
44-Pedra do Leão	DEGRANDI (2011); BORBA, et al (2013); PEIXOTO (2015).	Um dos cerros testemunhos da Serra do Segredo, que possui a forma curiosa de um leão. O local faz parte do Camping Galpão de Pedra, com infraestrutura para recepção de turistas
45-Passo do Meio - Arroio Lanceiros	BORBA, et al (2013).	---
46-Rincão da Tigra	BORBA, et al (2013); PEIXOTO (2015).	Afloramento rochoso em forma de cristas
47-Cerro Colorado	PEIXOTO (2015).	Cerro formado por rochas avermelhadas, vertentes suaves e topo arredondado, localizado junto ao Hotel Fazenda Cerro Colorado Turismo Rural

Fonte: elaborado pela autora com base em PAIM (2002); PAIM, *et al* (2010); DEGRANDI (2011); BORBA, *et al* (2013); PEIXOTO (2015); PEIXOTO (2017).

Figura 22 – Exemplos de geossítios inventariados em Caçapava do Sul



Legenda: (A) Mineração Dagoberto Barcellos, localizada no Geossítio Caieiras; (B) Mina Uruguai, no geossítio Minas do Camaquã; (C) Geossítio Cerro da Angélica; (D) Matacões de granito no geossítio Chácara do Forte; (E) Geossítio Cascata do Salso; (F) Cerros testemunhos do Geossítio Pedras das Guaritas; (G) Face sul do Geossítio Pedra do Segredo; (H) Face externa do Geossítio Toca das Carretas; (I) Geossítio Mirador Serra do Segredo RS-357.

Fonte: acervo pessoal da autora.

Muitos desses geossítios, listados no quadro 9, a exemplo das Guaritas, Pedra do Segredo, Camping Galpão de Pedra, Pousada Chácara do Forte, Minas do Camaquã, entre outros, constituem locais de interesse geoturístico com alguma infraestrutura em funcionamento, tais como campings, pousadas, restaurantes ou lancherias, sede para eventos, etc., que vêm sendo implementadas pela comunidade local desde o final dos anos 1990, para a recepção de turistas interessados nas belezas naturais dessas paisagens.

A expressiva geodiversidade de Caçapava do Sul, torna este um dos territórios gaúchos de grande importância no ensino de diferentes conceitos e processos em Geologia e Geomorfologia (BORBA, 2015), o que contribuiu para que Caçapava do Sul fosse declarada “Capital Gaúcha da Geodiversidade”, através da Lei 14.708, de 15 de julho de 2015, aprovada na Assembleia Legislativa do RS (RIO GRANDE DO SUL, 2015). Esta iniciativa, embora recente, pode ser considerada um importante avanço para o conhecimento da geodiversidade do município, contribuindo para divulgar o geopatrimônio e despertar o interesse da população local em relação ao potencial do território para o desenvolvimento do Geoturismo, assim como para a criação de um Geoparque.

Conforme destaca Borba (2015, p. 406):

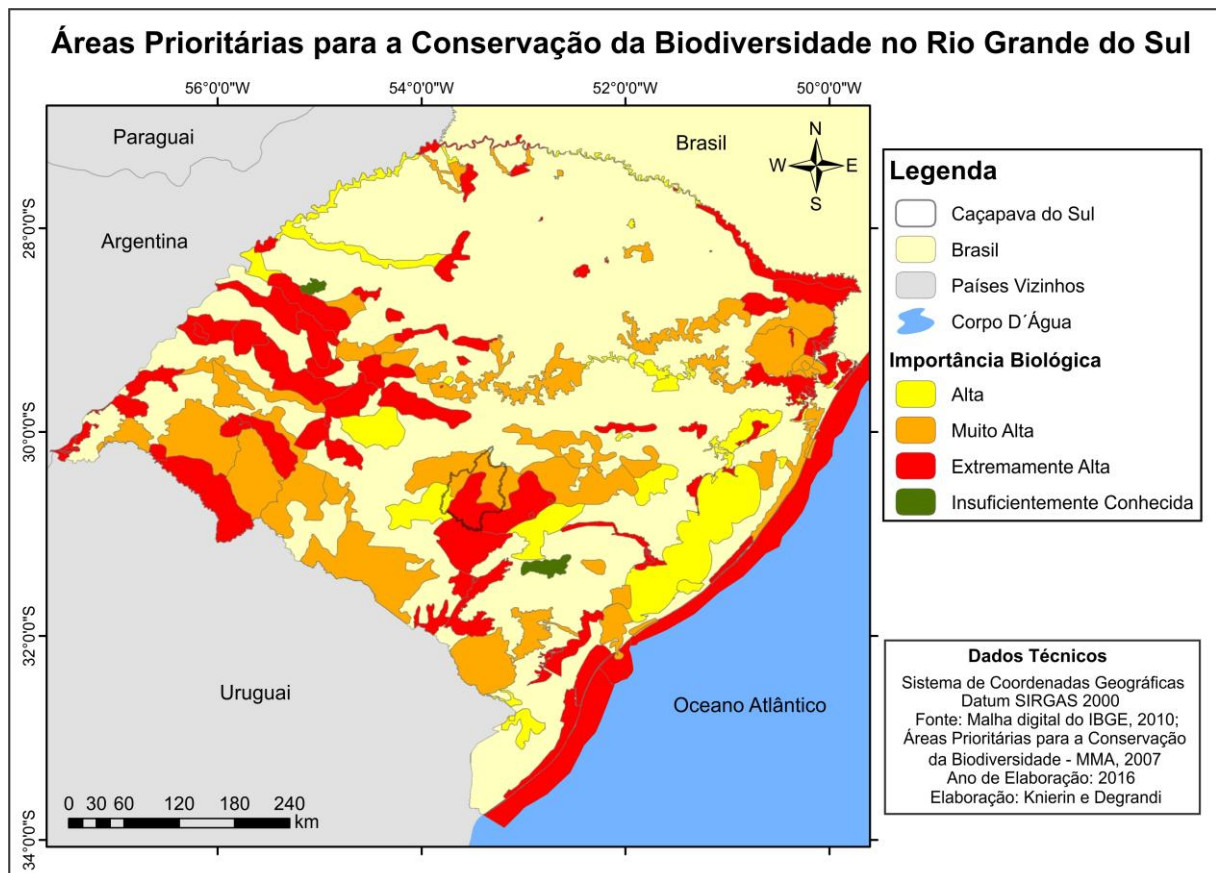
A excelência didática das exposições de rocha e das paisagens de Caçapava do Sul tem trazido àquele município, nos últimos 50 anos, grupos numerosos de profissionais, pesquisadores, professores e estudantes de todas as ciências da Terra e da vida, não apenas das escolas gaúchas de geologia, geografia e biologia, mas também de outras regiões do Brasil, para adquirirem ou aperfeiçoarem seus conhecimentos. Neste sentido, pode-se afirmar que o município é uma incomparável “sala de aula ao ar livre” para o ensino das geociências em todas as suas vertentes.

As extensas áreas com afloramentos de rochas e áreas de relevo ondulado conferem grandes restrições ao uso agrícola (FRÓES, 2007), mas, por outro lado, proporcionam uma beleza paisagística única e o ambiente adequado para o desenvolvimento de espécies endêmicas da fauna e flora do Pampa, o que tem despertado a atenção do poder público e de vários pesquisadores em relação à conservação e proteção do patrimônio natural desse território. Diversos estudos vem alertando sobre a importância da criação de UCs, bem como a adoção de outras políticas de conservação do patrimônio natural de Caçapava do Sul, especialmente nas áreas de ocorrência de afloramentos rochosos onde se desenvolvem espécies

endêmicas (MMA, 2000; MMA 2007; FEPAM, 2007; PROJETO RS BIODIVERSIDADE 2014; BORBA *et al*, 2016; SILVA, 2016).

Sobre este aspecto o projeto do Ministério do Meio Ambiente (MMA) publicado em 2000, intitulado “Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira” (PROBIO), identificou áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade nos biomas Mata Atlântica e Pampa apontando a Serra do Sudeste como uma área de “extrema importância biológica” para a conservação da biodiversidade no RS (MMA, 2000). Em 2007 o estudo foi atualizado, indicando novas áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade no Pampa, destacando as Guaritas em Caçapava do Sul como uma área de importância biológica “Extremamente Alta” (figura 23), com urgência de ação “Muito Alta” e como ação prioritária indica a criação de uma UC de Proteção Integral (MMA, 2007) englobando este geossítio.

Figura 23 – Mapa Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade no RS



Legenda: no mapa a área delimitada no centro-sul do RS corresponde ao município de Caçapava do Sul, que apresenta prioridade “extremamente alta” e “muito alta” de conservação da biodiversidade. Fonte: adaptado de MMA (2007).

A partir desses estudos, observou-se a importância das áreas de afloramentos rochosos como habitat específico de espécies endêmicas e em perigo de extinção, orientando a realização de pesquisas mais aprofundadas como o estudo realizado no geossítio Pedra do Segredo pelo Projeto RS Biodiversidade (2014), intitulado “Avaliação Ecológica Rápida – Pedra do Segredo”, que constatou a grande relevância em relação à Vegetação Rupestre, associada aos afloramentos rochosos, platôs, encostas íngremes e topos de morro, que proporcionam ambientes adequados ao desenvolvimento de famílias de Bromeliáceas, Cactáceas, Astareáceas, entre outras, indicando a necessidade de criação de uma UC que permita a visita e o desenvolvimento de pesquisas científicas, como por exemplo, um Parque Estadual (PROJETO RS BIODIVERSIDADE, 2014). A condição de refúgio vegetacional desta fisionomia, com longo período de evolução como vegetação relíquia e fatores edafoclimáticos específicos, acarreta na ocorrência de espécies raras e endêmicas, em grande parte classificadas como ameaçadas de extinção (figura 24 A, B, C).

Figura 24 – Espécies endêmicas da flora encontradas no geossítio Pedra do Segredo



Legenda: espécies endêmicas que ocorrem no geossítio Pedra do Segredo, (A) *Petunia secreta* (Solanaceae); (B) *Pavonia secreta* (Malvaceae) e (C) *Parodia rudibuenekeri* (Cactaceae).
Fonte: PROJETO RS BIODIVERSIDADE (2014).

Outro estudo realizado por Borba *et al* (2016) destaca que nos geossítios Pedra das Guaritas e Pedra do Segredo, a geodiversidade intrínseca de ambos os afloramentos rochosos, favorece, de diferentes maneiras, a estruturação e a manutenção de habitats e de refúgios ou abrigos necessários para uma série de espécies nativas (figura 25 A, B, C). Além disso, a vegetação rupestre existentes sobre os afloramentos rochosos, são diretamente relacionados com o aumento de diversidade da avifauna nessas áreas (PROJETO RS BIODIVERSIDADE, 2014).

Figura 25 – Habitats relacionados a geodiversidade intrínseca



Legenda: (A) Pedra das Guaritas, onde podemos observar a presença de vegetação arbustiva e florestal que cresce por entre as fraturas das rochas, em locais onde os solos são mais desenvolvidos; (B) *Opuntia viridirubra*, exemplo de cactácea encontrada na Pedra das Guaritas e (C) Pedra da Abelha, na Serra do Segredo, com destaque para as palmeiras jerivá (*Syagrus romanzoffiana*) que crescem em locais onde os Tafonis são amalgamados (BORBA *et al*, 2016).

Fonte: acervo particular da autora.

Também o estudo realizado por Silva (2016) propõe a delimitação de uma UC na categoria Monumento Natural na região da Serra do Segredo, com base em suas características bióticas e abióticas, permitindo a conservação de sítios naturais raros, singulares e/ou de grande beleza cênica, que pode ser constituído por propriedades particulares, desde que haja compatibilidade entre o uso da terra e a conservação dos recursos naturais por parte dos proprietários.

Contudo, até o momento, o município de Caçapava do Sul não apresenta nenhuma UC instituída integrante do Sistema Estadual ou Federal de Unidades de Conservação (SEUC/SNUC). Na Serra do Segredo, o município conta com o Parque Municipal da Pedra do Segredo, com uma área de 4,8157 hectares, instituído pela Prefeitura através da Lei Nº 1.055, de 1999 (RS BIODIVERSIDADE, 2014), mas que apesar de sua importância, ainda não possui reconhecimento formal como uma UC efetiva.

4.2 O GEO.DIA: UMA ESTRATÉGIA DE GEOEDUCAÇÃO E DE DIVULGAÇÃO DA GEODIVERSIDADE

Em Caçapava do Sul desde 2015, quando o município foi declarado “Capital Gaúcha da Geodiversidade”, vem sendo realizado um conjunto de mostras geocientíficas e propostas variadas em geoeeducação designadas como “Geo.Dia” (BORBA; FIGUEIRÓ; FOLETO, 2016), com o intuito de divulgar a geodiversidade e o

geopatrimônio do território, principalmente para a comunidade local²¹. Este “dia de estudo sobre a geodiversidade caçapavana”, é realizado sempre no mês de novembro e é organizado pelo Grupo de Pesquisa em Patrimônio Natural, Geoconservação e Gestão da Água (PANGEA)²², contando com o apoio de Universidades da região como a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), além da Administração Pública Municipal de Caçapava do Sul, via Secretaria de Cultura e Turismo (SECULTUR) e Secretaria Municipal de Educação.

As atividades desenvolvidas durante o Geo.Dia são programadas a partir de uma base central localizada na Praça Dr. Rubens da Rosa Guedes, onde ocorrem atividades educativas e de onde partem excursões guiadas para a visita e interpretação ambiental de importantes geopatrimônios de Caçapava do Sul. Entre as atividades realizadas na Praça estão a oficina de escavação de fósseis e pintura de réplicas, referentes à preguiça gigante (*Megatherium americanum*) (figura 26 A e B), mostra de rochas e minerais (figura 26 C), oficina de pintura de réplicas de cactáceas e atividade de *Geo-caching* direcionadas ao conhecimento das várias espécies de cactos encontrados no município (figura 26 D e E), exposição fotográfica dos geopatrimônios caçapavanos (figura 26 F), oficina de escalada para crianças e jovens (figura 26 G), planetário e exibição de vídeos com foco na Natureza (figura 26 H), feira com a comercialização de produtos locais, entre outras atividades.

Já as excursões guiadas são direcionadas à compreensão e interpretação de três importantes geopatrimônios e do conjunto de construções histórico-culturais tombadas no município sendo: (1) uma excursão até o Parque Municipal da Pedra do Segredo, onde se destacam geomonumentos de contornos arredondados formados por arenitos e conglomerados, utilizados para atividades de escalada e percursos interpretativos (figura 26 I); (2) a realização de um percurso interpretativo nas Minas do Camaquã, que até 1996 foi um importante sítio de mineração do cobre no Brasil e onde se concentra um diversificado patrimônio natural e histórico-cultural de Caçapava do Sul (figura 26 J, k e L); (3) uma excursão até as feições ruiniformes que formam o geossítio Pedra das Guaritas, onde são realizadas atividades de

²¹ Essa iniciativa é baseada nos “Geolodías” realizados na Espanha desde 2005, que visam a promoção de atividades de campo e a popularização de conhecimentos geológicos em mais de 50 províncias espanholas (SGE, 2017).

²² O PANGEA é vinculado ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo) e ao Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

interpretação geopatrimonial, observação de aves e de cactáceas endêmicas da região (figura 26 M) e (4) um percurso interpretativo pelo centro-histórico de Caçapava do Sul, com destaque para o Forte Dom Pedro II (figura 26 N), importante patrimônio construído com blocos de rochas graníticas da região, incluindo no percurso a Pousada Chácara do Forte onde os matacões rochosos apresentam boa exposição na paisagem.

Figura 26 – Conjunto de atividades geoeducativas desenvolvidas durante o Geo.Dia



Legenda: (A) e (B) oficinas de escavação e pintura de réplicas de garras de preguiça gigante (*Megatherium americanum*), cujos fósseis já foram encontrados na localidade do Arroio Passo do Pessegueiro; (C) Mostra de rochas e minerais encontrados no RS; (D) oficina de pintura de réplicas de cactáceas; (E) atividade de *Geo-caching* que proporciona aos jovens o conhecimento sobre as diversas espécies de cactáceas que ocorrem nos afloramentos rochosos de Caçapava do Sul; (F) exposição fotográfica dos principais geopatrimônios de Caçapava do Sul; (G) oficina de escalada com auxílio de parede artificial e instrutores; (H) planetário móvel e inflável da Unipampa destinado à apresentações sobre Astronomia; (I) jovens realizando um percurso interpretativo no geossítio Pedra do Segredo; (J) Visitação à Vila Minas do Camaquã, com exposição sobre a história da exploração do cobre e sobre a organização social da Vila; (K) e (L) percursos interpretativos nas Minas do Camaquã com destaque para os processos de formação geológico-geomorfológica da Pedra do Engenho e Pedra da Cruz, respectivamente; (M) percurso interpretativo por entre os cerros testemunhos de aspecto ruiforme que compõem o geossítio Pedra das Guaritas; (N) percurso interpretativo pelo centro histórico de Caçapava do Sul com foco no Forte Dom Pedro II, um dos patrimônios tombados no município.

Fonte: Acervo pessoal da autora; (I), (L) e (M) Acervo do Grupo de Pesquisa PANGEA.

Outra atividade desenvolvida é a realização de um concurso fotográfico, relacionado ao geopatrimônio de Caçapava do Sul, que ocorre a partir de inscrições via e-mail (geo.dia.geodiversidade@gmail.com) e na página do Geo.Dia no face book (<https://www.facebook.com/geodiacacapava/>), onde o evento também é divulgado.

O Geo.Dia pode ser considerado uma iniciativa pioneira em relação a valorização e divulgação do geopatrimônio no RS, promovendo a geoeducação e o contato entre a comunidade caçapavana e o seu patrimônio, já que em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e com as escolas de Caçapava do Sul reuniu aproximadamente 1.000 participantes durante as três edições do evento realizadas em 2015, 2016 e 2017. Além de promover um maior conhecimento sobre a Natureza local e sobre as Geociências, o Geo.Dia, através da realização das excursões guiadas, proporciona muitas vezes o primeiro contato entre a comunidade e os geopatrimônios que se localizam no interior do município, como no caso dos geossítios Pedra das Guaritas, Minas do Camaquã e Parque Municipal da Pedra do Segredo. Por isso, as visitas guiadas e a realização de atividades interpretativas possuem um papel fundamental para a conservação da geodiversidade e da biodiversidade caçapavana.

O reconhecimento de Caçapava do Sul como “Capital Gaúcha da Geodiversidade” e a realização do Geo.Dia podem ser consideradas as principais iniciativas de divulgação desse território para que a comunidade local se aproprie dos conceitos ligados à geoconservação e, assim, possa contribuir para a construção de um futuro projeto de Geoparque como estratégia de desenvolvimento endógeno.

4.3 GEOPARQUE GUARITAS-MINAS DO CAMAQUÃ OU CAÇAPAVA DO SUL?

Desde as descrições dos geossítios Minas do Camaquã e Pedra das Guaritas²³, realizadas respectivamente por Paim (2002) e por Paim *et al* (2010) e publicadas pela SIGEP/CPRM, Caçapava do Sul vem sendo apontada por diferentes pesquisas como um território potencial à criação de um Geoparque e para o desenvolvimento do Geoturismo (DEGRANDI, 2011; BORBA *et al*, 2013; GARCIA, 2014; SOUZA; 2014; PEIXOTO, 2015; DOMINGUES, 2016; SILVA, 2016; SANTOS,

²³ Esse geossítio é descrito por Paim *et al* (2010) com a denominação “Guaritas do Camaquã”.

2016; PEIXOTO, 2017; BORBA, 2017). Entre estes trabalhos destacam-se o relatório de autoria de Peixoto (2017) sobre a criação de um Geoparque em Caçapava do Sul com a denominação Guaritas-Minas do Camaquã, realizado a partir das orientações da CPRM e relacionado ao Projeto Geoparques do Brasil e, o trabalho publicado por Borba (2017), que propõe 5 possíveis delimitações territoriais para um Geoparque na região de Caçapava do Sul.

Em 2013 foi realizado na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) *campus* Caçapava do Sul um Workshop sobre Geoparques, com a participação de representantes do Projeto Geoparques do Brasil da CPRM, onde ocorreu a divulgação da proposta que estava sendo elaborada naquele momento para Caçapava do Sul, sob a denominação de “Geoparque Guaritas-Minas do Camaquã”. Depois de alguns anos em fase de elaboração, o relatório da proposta Geoparque Guaritas-Minas do Camaquã foi publicado em 2017 pela CPRM, abrangendo uma área de 2.839 Km², formada por parte dos territórios dos municípios de Caçapava do Sul, Bagé, Lavras do Sul e Santana da Boa Vista (figura 27) (PEIXOTO, 2017). Segundo Peixoto (2017, p. 10), a delimitação dessa área

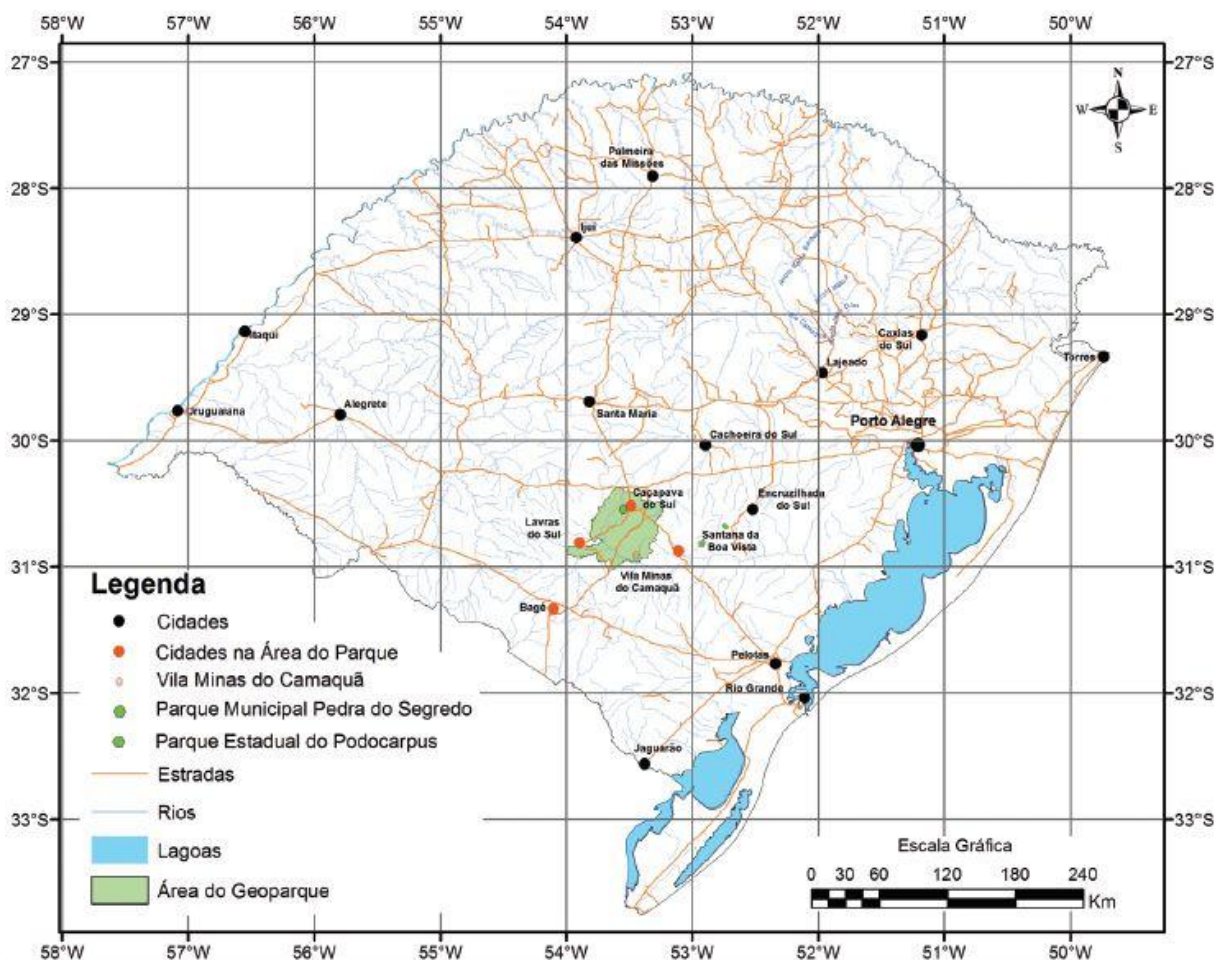
(...) envolve a região das Minas do Camaquã e entorno das Guaritas, destacando-se em primeiro lugar, a geomorfologia da região como principal aspecto do meio físico, e o que melhor qualifica a proposta de Geoparque; em segundo lugar, a evolução geológica, registrada em afloramentos de importância e destaque geocientífico mundiais; e por fim, a longa história mineira, que deixou minas abandonadas e estruturas industriais, mostrando a tecnologia utilizada na época.

Ao todo são descritos pela proposta de Peixoto (2017) um total de 30 geossítios, dos quais: 24 localizam-se em Caçapava do Sul²⁴; 3 em Bagé (Rincão do Inferno, Galpão de Pedra e Toca do Sapateiro); 2 em Santana da Boa Vista (Pedra Pintada e Morro da Cruz) e 1 em Lavras do Sul (Campo de Matações de Lavras do Sul). Todos os 30 geossítios foram incluídos em 3 roteiros geoturísticos sugeridos por Peixoto (2017) sendo: 1) o *Roteiro Pedra do Segredo*, que tem como base de apoio a cidade de Caçapava do Sul e que é composto por 10 geossítios que se localizam bastante próximos a este sítio urbano; 2) o *Roteiro Rincão do Inferno*, incluindo outros 10 geossítios, praticamente todos localizados à grandes distâncias da cidade de Lavras do Sul, que é indicada como ponto de apoio para este roteiro e 3) o *Roteiro*

²⁴ Geossítios de número 2, 5, 6, 12, 15, 17, 18, 24, 26, 27, 29, 32, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46 e 47 apresentados no quadro 9, na subseção 4.1 desta tese.

Guaritas do Camaquã, que inclui outros 10 geossítios, localizados no entorno dos geossítios Pedra das Guaritas e Minas do Camaquã, com distâncias variáveis, situadas até 55 km da antiga Vila industrial, indicada como base de apoio para este roteiro.

Figura 27 – Mapa de localização da proposta Geoparque Guaritas-Minas do Camaquã



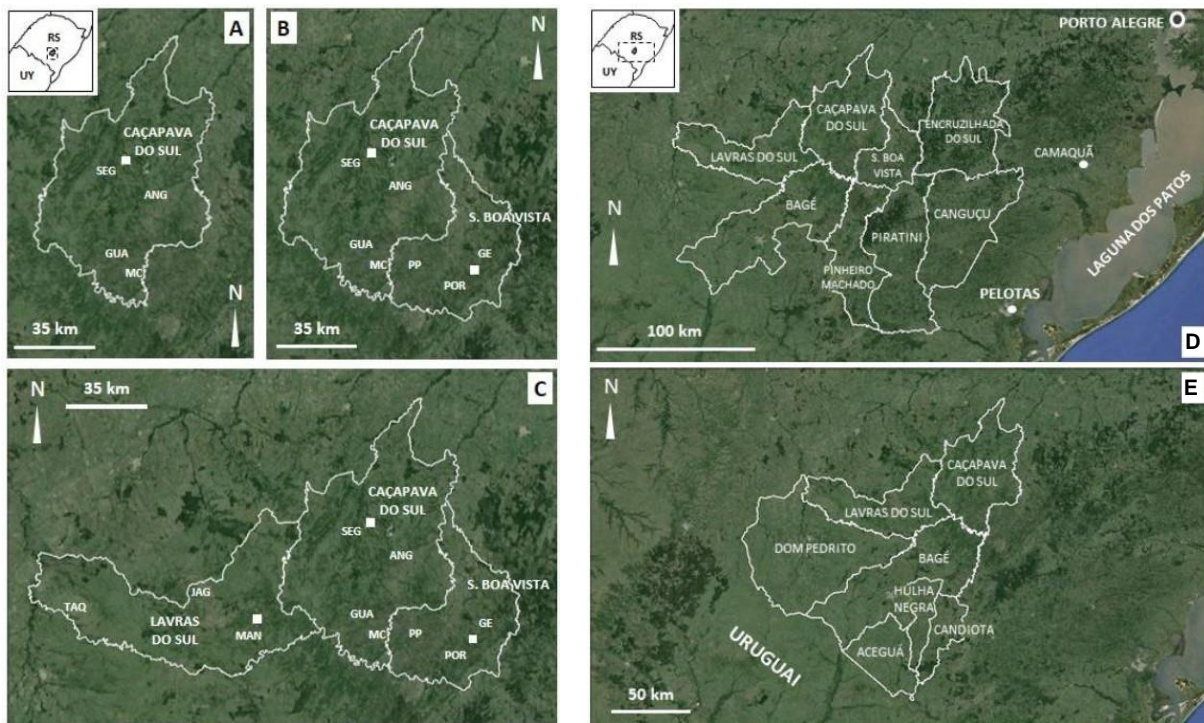
Legenda: a área delimitada em verde envolve 73,64% do território de Caçapava do Sul, 9,71% do território de Santana da Boa Vista, 9,38% do território de Lavras do Sul e 5,20% do território de Bagé. Fonte: PEIXOTO (2017).

Já o trabalho de Borba (2017) identifica e discute 5 possíveis recortes territoriais para uma futura proposta de Geoparque na região de Caçapava do Sul, apontando como critério fundamental para a aceitação e certificação junto a UNESCO, o contexto geológico singular da Bacia do Camaquã. A Bacia do Camaquã registra os episódios vulcano-sedimentares do estágio de transição da Plataforma Sul-americana e está relacionada aos processos tectono-magmáticos tardios do Cinturão Dom Feliciano (evento Brasileiro no Sul do Brasil), como afirmam Paim e Lopes (2000), estando

assentada sobre terrenos ígneos e metamórficos do Escudo Sul-rio-grandense, apresentando um contexto de preenchimento bastante complexo. A área de abrangência da Bacia do Camaquã engloba Caçapava do Sul e os municípios vizinhos de Bagé, Lavras do Sul, Santana da Boa Vista e Pinheiro Machado e segundo Borba (2017) encerra “um contexto tectônico e sedimentar de relevância continental” e, portanto, de importância geológica internacional. Além disso, segundo o autor (*op. cit*) os arenitos e conglomerados das duas sucessões sedimentares mais jovens da Bacia do Camaquã, as unidades Santa Bárbara e Guaritas, expõem um relevo ruiforme também singular, materializado em patamares estruturais, morros-testemunho e vales encaixados em lineamentos tectônicos, que compõem o geossítio Pedras das Guaritas (BORBA, 2017).

Os 5 recortes territoriais possíveis para a criação de um Geoparque na região de Caçapava do Sul sugeridos por Borba (2017) são: *Recorte 1* – envolvendo todo o território do município de Caçapava do Sul (figura 28 A) e os diversos geossítios já inventariados na área; *Recorte 2* – envolvendo os municípios de Caçapava do Sul e Santana da Boa Vista (figura 28 B), compondo uma área de 4.467 km² que engloba importantes geossítios para a compreensão da totalidade do contexto geológico-geomorfológico da região das Guaritas, com por exemplo, a Pedra Pintada; *Recorte 3* – englobando o território dos municípios de Caçapava do Sul, Santa da Boa Vista e Lavras do Sul (figura 28 C), compondo uma área de 7.067 km², incluindo aspectos relevantes como a história da mineração do ouro em Lavras do Sul e geossítios como o Cerro Mantiqueira (registro de uma crosta oceânica de mais de 700 milhões de anos), entre outros; *Recorte 4* – envolvendo todos os municípios que compreendem o COREDE Campanha, ou seja, Aceguá, Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra e Lavras do Sul (figura 28 E), compondo uma área total de 18.000 Km² e aproveitando esta organização para a gestão do território e *Recorte 5* – a região do Alto Camaquã, formado pelo terço superior da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã (municípios de Bagé, Caçapava do Sul, Canguçu, Encruzilhada do Sul, Lavras do Sul, Pinheiro Machado, Piratini e Santana da Boa Vista) (figura 28 D), compondo uma área de 24 mil km², envolvendo os territórios que fazem parte da Associação para o Desenvolvimento do Alto Camaquã (ADAC) ligada a produção pecuária, produção de produtos típicos e ao turismo rural (BORBA, 2017).

Figura 28 – recortes territoriais sugeridos por Borba (2017)



Legenda: Recortes territoriais sugeridos por Borba (2017) para um Geoparque na região de Caçapava do Sul, sendo: (A) Recorte 1; (B) Recorte 2; (C) Recorte 3; (D) Recorte 5 e (E) Recorte 4.
 Fonte: BORBA (2017).

Entre os recortes territoriais sugeridos para um Geoparque na região da Bacia Sedimentar do Camaquã, Borba (2017) considera como mais viáveis os que incluem o território de Caçapava do Sul compartilhando a estratégia com os municípios vizinhos de Lavras do Sul e Santana da Boa Vista (recortes 2 ou 3), já que os recortes 4 e 5 constituem áreas muito extensas e que acarretariam grandes dificuldades de gestão e também de certificação junto a UNESCO.

Em síntese o relatório de Peixoto (2017) publicado pela CPRM e o trabalho de Borba (2017), apresentam delimitações espaciais diferentes, mas que envolvem Caçapava do Sul como território-chave para a elaboração de uma proposta de Geoparque na região do Escudo Cristalino Sul-rio-grandense e da Bacia do Camaquã. Nas 5 propostas apresentadas por Borba (2017), qualquer das delimitações territoriais podem ser consideradas verdadeiros territórios com potencial à constituição de um Geoparque, embora os recortes 4 e 5, como o próprio autor salienta, apresentem áreas muito extensas, as quais acarretariam grandes dificuldades de gestão.

Por outro lado, a proposta de Peixoto (2017) apresenta algumas questões a serem discutidas. O primeiro aspecto refere-se à delimitação da área da proposta

Geoparque Guaritas-Minas do Camaquã, que abrange apenas parte dos territórios dos municípios de Caçapava do Sul, Bagé, Lavras do Sul e Santana da Boa Vista, não observando o critério da delimitação territorial sugerida nas orientações da UNESCO, já discutida nesta tese na subseção 2.6. Como a área delimitada pela proposta de Peixoto (2017) inclui apenas 5,20%, 9,38% e 9,71% dos territórios de Bagé, Lavras do Sul e Santana da Boa Vista, respectivamente, ficaram de fora do inventário de geossítios, importantes geopatrimônios como os currais de pedra²⁵ construídos entre os séc. XVIII e XIX que se encontram em Bagé e Lavras do Sul (DEGRANDI *et al* 2015), além de outros geossítios como a Toca do Eusébio, o Balneário Praia do Paredão, a Gruta Nossa Senhora de Lourdes, entre outros (DEGRANDI, 2011).

O segundo aspecto refere-se aos roteiros geoturísticos propostos, que não incluem os municípios de Bagé e Santana da Boa Vista como referência de apoio para hospedagem e alimentação dos geoturistas, e também a baixa valorização do patrimônio histórico-cultural dos municípios que integram a proposta, que poderia ter incluído e descrito, por exemplo, o conjunto de bens arquitetônicos e locais de venda de artesanato e produtos típicos, encontrados nos centros das cidades, enriquecendo assim os roteiros geoturísticos apresentados no relatório. Além disso, os roteiros sugeridos apresentam longas distâncias a serem percorridas pelos geoturistas. No caso do Roteiro Geoturístico Rincão do Inferno, os geossítios ficam muito distantes da cidade de Lavras do Sul, como no caso dos geossítios Toca do Sapateiro e Rincão do Inferno, que ficam a uma distância de mais de 80 km da referida cidade.

Nesse sentido, levando em consideração as observações realizadas em relação à proposta de Peixoto (2017) denominada Geoparque Guaritas-Minas do Camaquã, entende-se que seria necessário redefinir a área do Geoparque proposto, englobando a totalidade dos territórios dos municípios incluídos na proposta, com a atualização do inventário dos geossítios, inclusão do patrimônio histórico-cultural e divulgação da proposta ao poder público e à comunidade local de todos os municípios.

²⁵ Os currais ou mangueiras de pedra, como são denominados pela cultura gaúcha, constituem antigas encerras para o manejo do gado construídas a partir do empilhamento de rochas. Estes currais eram utilizados por tropeiros que viajavam levando o gado xucro no séc. XVIII da região Sul até a região de Sorocaba (SP), onde os animais eram comercializados (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 2006). Preservadas, muitas dessas estruturas são ainda hoje utilizadas em propriedades rurais, constituindo-se em um patrimônio pouco conhecido e valorizado no RS (DEGRANDI *et al* 2015).

Diante da discussão das propostas de delimitação territorial apresentadas por Peixoto (2017) e por Borba (2017), entende-se que em qualquer delas o território de Caçapava do Sul possui maior destaque em relação ao seu potencial para alavancar a criação de um Geoparque na região, pois: a) esse território é o que apresenta o maior número de geossítios inventariados e descritos por pesquisas realizadas na região (PAIM, 2002; PAIM *et al* 2010; DEGRANDI, 2011; BORBA *et al* 2013; PEIXOTO, 2015; 2017); b) é um território que já dispõe de um histórico de atividades voltadas a realização do turismo de Natureza e turismo rural, com destaque para aquelas onde o geopatrimônio é o principal atrativo cênico na paisagem e onde a existência de diferentes iniciativas da comunidade local, possuem maior potencial para alicerçar o desenvolvimento do Geoturismo (DEGRANDI, 2011; GARCIA, 2014; SOUZA; 2014; DOMINGUES, 2014); e c) é o único município da região no qual as discussões relativas à geoconservação já se iniciaram, muito em razão de seu reconhecimento como Capital Gaúcha da Geodiversidade e da realização do Geo.Dia, além da recente criação de uma Associação para o desenvolvimento do Geoturismo, recebendo o apoio do poder público.

Sobre essa última questão destaca-se que a Administração Pública Municipal de Caçapava do Sul, com apoio de pesquisadores da UNIPAMPA e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), realizou dois Seminários entre o final de 2017 e início de 2018, voltado à população sobre o potencial geoturístico do município. Desde então, a comunidade local tem se organizado em torno da Associação para o Desenvolvimento do Geoturismo de Caçapava do Sul (AGEOTUR), que constitui uma Associação civil, sem fins lucrativos, oficializada em março de 2018, com sede na Associação Comercial e Industrial de Caçapava do Sul (ACIC), no centro da cidade.

Conforme os objetivos de sua criação, previstos em seu Estatuto, entre as atividades a serem desenvolvidas pela AGEOTUR está a intenção de “desenvolver atividades e iniciativas inerentes a uma futura candidatura de integrar o Programa de *Geopark da UNESCO*, bem como gerir a estratégia em caso de certificação” (ESTATUTO AGEOTUR, 2018, p. 2).

A criação da AGEOTUR, constitui um grande passo e uma iniciativa fundamental para o desenvolvimento do Geoturismo em Caçapava do Sul, assim como para uma futura candidatura de Geoparque a ser encaminhada à UNESCO, envolvendo este município. Porém, diante do avanço desta discussão em Caçapava do Sul com a criação da AGEOTUR e com a publicação do relatório da proposta

Geoparque Guaritas-Minas do Camaquã pela CPRM, observa-se a urgência de se debater e definir, em primeiro lugar, a questão da delimitação territorial da área a ser abrangida pelo Geoparque e, também, a denominação que será adotada, visto que observam-se divergências em relação a estas duas questões. Para a AGEOTUR a denominação utilizada é “Geoparque Caçapava do Sul”, englobando todo o território do município. Por outro lado, a CPRM utiliza a denominação Geoparque Guaritas-Minas do Camaquã e delimita um recorte territorial envolvendo também parte dos municípios de Bagé, Lavras do Sul e Santana da Boa Vista, ocorrendo assim uma certa confusão, como se existissem dois projetos diferentes de Geoparques sendo discutidos.

Outra questão central a ser discutida pela comunidade local e pelo Poder Público (municipal, estadual e federal) é a necessidade de criar áreas protegidas dentro do território englobando o geopatrimônio, o que constitui um dos critérios-chave de exigência da UNESCO para a inclusão de Geoparques na GGN. Nesse sentido, paralelamente à realização das atividades de divulgação e fomento do potencial do território para o desenvolvimento do Geoturismo e das iniciativas ligadas a geoeducação, seria fundamental que entre as ações da AGEOTUR sejam incluídas discussões sobre a criação de Unidade de Conservação da Natureza (UCs), tal como Monumentos Naturais, Reservas Particulares do Patrimônio Natural ou Áreas de Proteção Ambiental (SNUC, 2000), entre outras, que pudessem conciliar o desenvolvimento das atividades tradicionalmente desenvolvidas no território, como a pecuária extensiva, com as atividades de visitação ligadas ao Geoturismo.

De qualquer modo, mesmo existindo alguns importantes desafios a serem transpostos para a elaboração de um projeto de Geoparque a ser encaminhado a UNESCO, consideramos que Caçapava do Sul vem trilhando importantes passos para a valorização e divulgação de seu geopatrimônio, contando com o apoio do poder público e da comunidade local, o que é fundamental para o sucesso de uma futura candidatura deste território.

5. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

5.1 A PESQUISA QUALITATIVA

A realização da presente pesquisa orienta-se a partir da perspectiva da pesquisa qualitativa, que atualmente ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem o homem e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes (GODOY, 1995), sendo adotada largamente, tanto no campo da geografia humana, como no campo da geografia física (LIMA; MOREIRA, 2015).

Conforme destaca Godoy (1995, p.58) a pesquisa qualitativa

Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

Pesquisas qualitativas são investigações cuja principal fonte de informação são os depoimentos orais, as práticas espaciais cotidianas, as histórias de vida e visões de mundo das pessoas, tendo como características marcantes as descrições detalhadas de fenômenos, comportamentos; citações diretas de pessoas sobre suas experiências; trechos de documentos, registros, correspondências; gravações ou transcrições de entrevistas e discursos; dados com maior riqueza de detalhes e profundidade; interações entre indivíduos, grupos e organizações (RAMOS; PESSÔA, 2017).

Nesse sentido, o pesquisador procura, na sua elaboração, seguir, a tradição compreensiva ou interpretativa, pois de acordo com Paulilo (1999, p.135) a pesquisa qualitativa

(...) trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna.

Para Godoy (1995) quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade, a pesquisa qualitativa de caráter exploratório, descritivo e reflexivo é a que melhor auxilia na compreensão e explicação da realidade social. Ainda segundo o autor (*op. cit.*) quando a nossa preocupação for a compreensão da teia de relações sociais e culturais que se estabelecem no interior das organizações, o trabalho qualitativo pode oferecer interessantes e relevantes dados.

Assim, entende-se que a partir da pesquisa qualitativa é possível compreender as iniciativas locais existentes e o potencial de organização dos atores locais, a partir da perspectiva do capital social, para o desenvolvimento do Geoturismo e para a criação de um Geoparque em Caçapava do Sul como estratégia de desenvolvimento territorial endógeno.

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador tem a possibilidade de desvendar as relações socioespaciais de um determinado contexto geográfico, a partir da utilização de um arcabouço metodológico diverso, que no caso da presente pesquisa seguiu um caminho metodológico estruturado nas seguintes etapas: 1ª etapa – pesquisa teórica, com a realização da pesquisa bibliográfica e documental; 2ª etapa – pesquisa de campo, com o auxílio de técnicas de pesquisa como a entrevista estruturada (MARCONI; LAKATOS, 2003), observação não estruturada ou assistemática (MARCONI; LAKATOS, 2003), o diário de campo e o registro fotográfico e 3ª etapa – sistematização e análise das informações/dados com o auxílio da análise de conteúdo (BARDIN, 1977) e discussão e apresentação dos resultados.

Em relação às técnicas de pesquisa utilizadas, destaca-se que a entrevista constitui uma das técnicas de coleta de dados fundamentais da pesquisa qualitativa (GODOY, 1995) sendo empregada com objetivo principal de obter informações, dados e opiniões dos entrevistados, sobre determinado assunto ou problema (MARCONI; LAKATOS, 2003) relacionado aos objetivos da pesquisa.

Ao realizar a entrevista o entrevistador e entrevistado partilham uma conversa permeada de perguntas, destinadas a "evocar ou suscitar" uma verbalização que expresse o modo de pensar ou de agir das pessoas face aos temas focalizados, surgindo então, a oportunidade de investigar crenças, sentimentos, valores, razões e motivos que se fazem acompanhar de fatos e comportamentos, numa captação, na íntegra, da fala dos sujeitos (ALVES; SILVA, 1992). Nesse sentido, a análise qualitativa se caracteriza por buscar uma apreensão de significados na fala dos

sujeitos, interligada ao contexto em que eles se inserem e delimitada pela abordagem conceitual (teórica) do pesquisador, trazendo à tona, na redação, uma sistematização da realidade investigada (ALVES; SILVA, 1992).

A utilização da fala do indivíduo representa na pesquisa uma adição à proposta metodológica que, em conjunto com o referencial bibliográfico, a observação de campo e o ensaio fotográfico abrangem a multiplicidade de fenômenos que se pode observar no espaço (PEDROSO, 2017).

O tipo de entrevista selecionada para esta tese foi a estruturada ou padronizada, a qual segundo Marconi e Lakatos (2003), é aquela em que o entrevistador segue um roteiro de questões elaboradas previamente. O motivo da padronização é obter, dos entrevistados, respostas às mesmas perguntas, permitindo que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas (ALVES; SILVA, 1992).

A observação constitui uma técnica de pesquisa complementar à realização das entrevistas, que contribuiu para a coleta de dados, onde procurou-se recolher e registrar os fatos da realidade com o auxílio de diário de campo. A observação utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade, sendo um elemento básico da investigação científica, utilizado na pesquisa de campo (MARCONI; LAKATOS, 2003). Para Marconi e Lakatos (2003, p.190) a observação “não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar”. Dentre os tipos de observação apontadas pelos autores (*op. cit.*) a não estruturada ou assistemática constitui a utilizada durante as pesquisas de campo realizadas. Esse tipo de observação permite obter e registrar fatos da realidade investigada sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas.

Além das técnicas de pesquisa citadas, também o registro fotográfico trouxe importantes contribuições para a realização e escrita da tese. A fotografia é um documento que pode ser consultado tanto para recordar o contexto empírico da pesquisa, quanto para ilustrar informações, dados e fenômenos investigados (PEDROSO, 2017). Pedroso (2017) destaca que a fotografia torna-se um elemento comunicacional que em conjunto com outros procedimentos metodológicos, como a entrevista, deixa de ser um dado secundário ou ilustrativo do texto e passa a denotar uma textualização da realidade verificada.

A seguir são apresentadas as etapas 1^a, 2^a e 3^a e como as técnicas de pesquisa descritas anteriormente foram utilizadas na tese.

5.2 AS ETAPAS DA PESQUISA

• **1^a etapa – pesquisa teórica:** pesquisa bibliográfica, levantamento dos atores locais e elaboração dos roteiros de entrevista

A pesquisa bibliográfica envolveu a revisão de conceitos como geodiversidade, geoconservação, patrimônio geológico ou geopatrimônio, Geoturismo, Geoparques, território, desenvolvimento territorial endógeno e capital social, para a construção do referencial teórico da tese. Além desses conceitos centrais, buscou-se realizar uma revisão dos trabalhos que caracterizam o território de Caçapava do Sul e de trabalhos que discutem o seu potencial para a criação de um Geoparque.

Concomitantemente, realizou-se o levantamento dos principais atores locais ligados à gestão e ao desenvolvimento do turismo em Caçapava do Sul, os quais constituem os sujeitos da pesquisa. Atores locais “são todos aqueles agentes que no campo político, econômico, social e cultural são portadores e fomentadores das potencialidades locais” (TENÓRIO, 2004, p. 2). Estes atores podem ser individuais, coletivos, corporativos, públicos e privados (BOISIER, 2003). Como aponta Boisier (2003) é necessário identificar os atores locais mais relevantes, que representam efetivamente os verdadeiros agentes do desenvolvimento territorial.

Nesse sentido, os atores locais considerados nesta tese são as pessoas que trabalham na gestão e no planejamento do turismo em Caçapava do Sul, assim como, todas aquelas pessoas que possuem atividades ou oferecem “serviços” que podem ser considerados de suporte à estruturação do Geoturismo ou para a criação de um Geoparque neste território, tais como: proprietários de pousadas e hotéis que realizam a recepção e hospedagem de turistas; artesãos que comercializam artesanato e/ou souvenirs em suas casas, ateliês e lojas; pessoas da comunidade que trabalham com a comercialização de produtos locais como hortifrutigranjeiros, doces, compotas, bebidas artesanais, etc.; guias ou condutores ambientais de turismo, empresas de esportes de aventura ou grupos que praticam atividades de lazer em meio à Natureza e Associações ligadas ao desenvolvimento do turismo e/ou Geoturismo.

Para a identificação desses atores locais consultou-se fontes variadas de informação que divulgam o potencial turístico de Caçapava do Sul, como sites, blogs, redes sociais, folders, mapas turísticos e publicações científicas, além de informações obtidas junto à comunidade local por meio de conversas informais. A realização desse levantamento foi acompanhada da organização de um quadro contendo os atores locais identificados, tipo de atividade desenvolvida, endereço e contato telefônico e/ou e-mail.

A partir desse levantamento, elaborou-se os roteiros de entrevistas, estruturados em 3 partes (apêndice A) conforme os objetivos da pesquisa:

Parte 1 – a primeira parte dos roteiros de entrevistas contém questões de identificação do ator local (nome, idade, sexo, escolaridade e naturalidade) e questões direcionadas à caracterização da atividade que estes desenvolvem, ligada ao turismo. Nesse sentido, as questões que compõem a primeira parte são diferentes e direcionadas a cada grupo de ator identificado (artesão, proprietário de hotel ou pousada, produtor de produtos típicos, etc.);

Parte 2 – a segunda parte das entrevistas contém perguntas relacionadas à compreensão e percepção dos atores locais sobre questões a gestão e ao atual desenvolvimento do turismo em Caçapava do Sul, assim como questões sobre o título recebido recentemente de Capital Gaúcha da Geodiversidade, a realização do Geo.dia e sobre a possibilidade de desenvolvimento do Geoturismo e criação de um Geoparque no território, entre outras;

Parte 3 – a terceira e última parte, abarca um conjunto de questões relacionadas a identificação de como está constituído o capital social em Caçapava do Sul. Essa parte da entrevista foi baseada no Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS) (GROOTAERT *et al*, 2003), onde questões relacionadas às dimensões grupos e redes; confiança e solidariedade; ação coletiva e cooperação; informação e comunicação; coesão social e inclusão; empoderamento e ação política, foram adaptadas aos objetivos da tese e para o contexto do território de Caçapava do Sul. Enfatiza-se que, diferentemente do QI-MCS, as questões adaptadas não constituíram um questionário, e sim um roteiro para entrevistas estruturadas.

As partes 2 e 3 das entrevistas são idênticas para todos os grupos de atores entrevistados. Entretanto, destaca-se que a parte 3 das entrevistas, relativa ao capital social, foi desenvolvida exclusivamente com atores locais que residem em Caçapava

do Sul, de forma que foram deixados de fora 2 dos 37 atores locais entrevistados, já que estes residem nos municípios vizinhos de Bagé e Pinheiro Machado.

• **2ª etapa – pesquisa de campo:** realização das entrevistas

A partir do levantamento dos atores locais ligados à gestão e ao desenvolvimento do turismo em Caçapava do Sul e da elaboração dos roteiros de entrevista, o passo seguinte constituiu-se na realização da pesquisa campo, com as entrevistas. Entretanto, como o número de atores locais identificados foi bastante significativo, foi necessário selecionar aqueles que apresentam uma maior importância dentro da gestão e planejamento do turismo, como a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULTUR), as Associações ou grupos que foram criadas com o objetivo de desenvolver o turismo e/ou para apoiar as políticas públicas nesse setor, e demais atores locais, que foram selecionados a partir do tipo de amostragem classificada como não probabilística por acessibilidade (MARCONI; LAKATOS, 2003).

O primeiro passo para a realização das entrevistas constituiu-se no contato prévio por telefone, para verificar a disponibilidade dos atores locais em participar da pesquisa. A partir da sinalização positiva, agendava-se um horário e uma data para o trabalho de campo. Ao todo foram contatados 40 atores locais e realizadas 37 entrevistas, intercaladas em diferentes datas, concentradas em sua maioria entre os meses de dezembro de 2016 e julho de 2017.

A realização das entrevistas foi precedida pela explicação dos objetivos da pesquisa e da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice B), contendo a autorização da gravação do áudio das falas com o auxílio de um gravador de voz MP4. Destaca-se que as entrevistas foram realizadas no local de trabalho dos atores locais, de forma que possibilitou observações em relação ao ambiente empírico da pesquisa e a elaboração de diários de campo, que auxiliaram na escrita da tese. Além das entrevistas e das anotações realizadas nos diários de campo, foram obtidas fotografias que contêm informações relevantes em relação às atividades desenvolvidas pelos atores locais, assim como também de geossítios que constituem o geopatrimônio de Caçapava do Sul.

• **3ª etapa – sistematização e análise das informações/dados; discussão e apresentação dos resultados**

A partir da realização das entrevistas, as falas dos atores locais entrevistados, obtidas através da gravação dos áudios em MP4, foram transcritas e impressas para que se pudesse realizar uma primeira leitura e análise das informações e dados obtidos. Essa etapa também compreendeu a organização do quadro 10, contendo o nome, a atividade desenvolvida, a data da realização da entrevista e o estabelecimento de um código de identificação dos atores locais, visando preservar suas identidades no decorrer da composição da redação dos resultados e citação das falas na escrita da tese.

Quadro 10 – atores locais entrevistados e códigos de identificação adotados

Nome	Atividade	Data	Código
Ator local 1	Secretária de Cultura e Turismo	12/12/2016	E-01
Ator local 2	Associação	12/12/2016	E-02
Ator local 3	Camping/pousada	12/12/2016	E-03
Ator local 4	Esportes de aventura	12/12/2016	E-04
Ator local 5	Esportes de Aventura	13/12/2016	E-05
Ator local 6	Esportes de Aventura/guia condutor turismo	13/12/2016	E-06
Ator local 7	Camping/pousada	13/12/2016	E-07
Ator local 8	Pousada/hotel	13/12/2016	E-08
Ator local 9	Artesanato	13/12/2016	E-09
Ator local 10	Esportes de Aventura	14/12/2016	E-10
Ator local 11	Artesanato	14/12/2016	E-11
Ator local 12	Artesanato	13/02/2017	E-12
Ator local 13	Camping	14/02/2017	E-13
Ator local 14	Lanchonete	14/02/2017	E-14
Ator local 15	Pousada/hotel/restaurante	14/02/2017	E-15
Ator local 16	Associação	15/02/2017	E-16
Ator local 17	Pousada/hotel/restaurante	15/02/2017	E-17
Ator local 18	Produtos Típicos	30/03/2017	E-18
Ator local 19	Produtos Típicos	30/03/2017	E-19
Ator local 20	Produtos Típicos	30/03/2017	E-20
Ator local 21	Artesanato	31/03/2017	E-21
Ator local 22	Artesanato	31/03/2017	E-22
Ator local 23	Artesanato	31/03/2017	E-23
Ator local 24	Artesanato	12/04/2017	E-24
Ator local 25	Artesanato	12/04/2017	E-25
Ator local 26	Artesanato	27/04/2017	E-26
Ator local 27	Produtos Típicos	28/04/2017	E-27
Ator local 28	Produtos Típicos	28/04/2017	E-28
Ator local 29	Produtos Típicos	28/04/2017	E-29
Ator local 30	Secretária de Cultura e Turismo	06/03/2018	E-30
Ator local 31	Associação	12/05/2017	E-31
Ator local 32	Associação	12/05/2017	E-32
Ator local 33	Artesanato	06/07/2017	E-33
Ator local 34	Artesanato	06/07/2017	E-34
Ator local 35	Artesanato	06/07/2017	E-35
Ator local 36	Produtos Típicos	06/03/2018	E-36
Ator local 37	Associação	26/06/2018	E-37

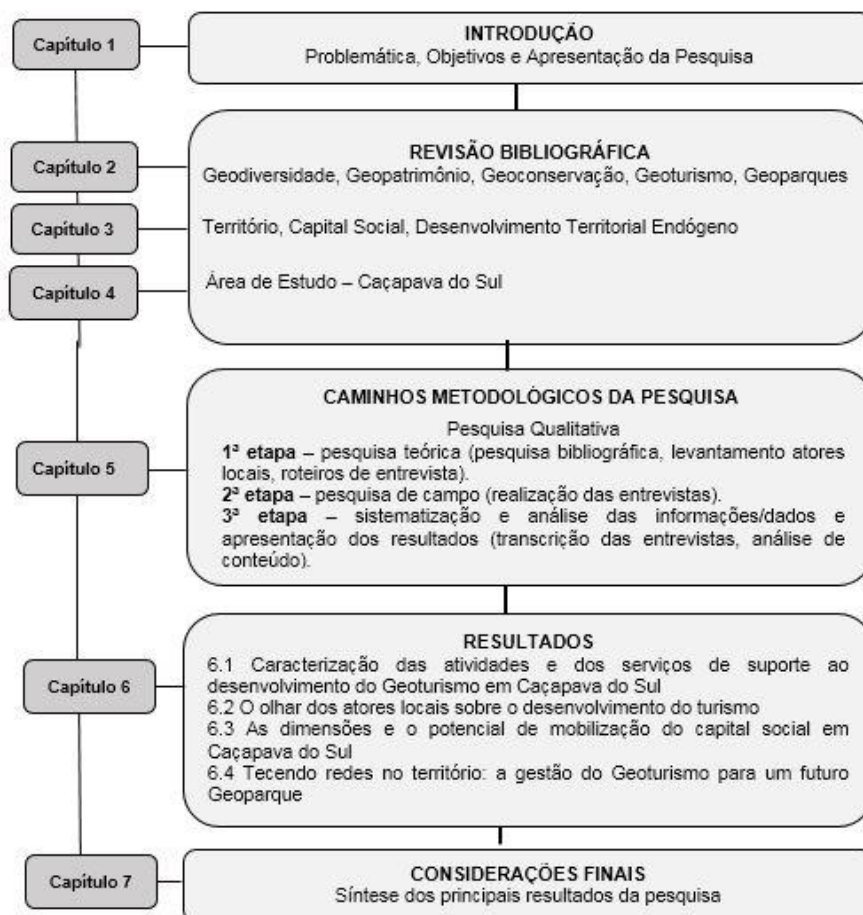
Legenda: No quadro apresentado a cima, na primeira coluna o nome dos atores locais entrevistados foi substituído por “Ator local” para preservar a identidade dos mesmos, conforme explicitado para a obtenção da autorização de gravação dos áudios das entrevistas. Na última coluna, a letra “E” corresponde a palavra “entrevistado” e o número ao lado constitui a ordem da realização das entrevistas, de forma que a junção desses dois dados representa o código de identificação utilizado para cada ator local citado na redação dos resultados da tese.

Fonte: elaborado pela autora.

Para a análise e interpretação das entrevistas transcritas foi utilizada a análise de conteúdo (BARDIN, 1977) que prevê três fases fundamentais que são a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Entende-se por análise de conteúdo um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição (codificação, classificação e categorização), o conteúdo das mensagens obtidas (GODOY, 1995), ou seja, o conteúdo das falas/entrevistas realizadas. Nesse sentido, através da análise de conteúdo podemos entrar em contato com as experiências vivenciadas, com as opiniões, visões e atitudes dos sujeitos entrevistados. Por fim, realizou-se a composição da redação dos resultados da pesquisa, ancorada na revisão bibliográfica e nas próprias verbalizações dos atores locais entrevistados.

A figura 29, contém o diagrama da tese, que conforme os objetivos da pesquisa, demonstra a estrutura do trabalho e os caminhos que foram percorridos.

Figura 29 – Diagrama da tese



Fonte: elaborado pela autora.

6. ATORES LOCAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO EM CAÇAPAVA DO SUL

O município de Caçapava do Sul tem sido apontado como um território de grande potencial para a criação de um Geoparque, como estratégia de desenvolvimento territorial sustentável (PAIM, 2002; PAIN *et al*, 2010; DEGRANDI, 2011; PEIXOTO, 2015; 2017; BORBA, 2017). A grande maioria dos estudos tem focado a geodiversidade local, com a realização de trabalhos de inventário de geossítios, alguns dos quais identificados como os principais locais de interesse geoturísticos do território.

Entretanto, não basta contar com uma grande geodiversidade ou geopatrimônio para que uma estratégia de desenvolvimento territorial como os Geoparques seja efetivada com o reconhecimento da GGN e da UNESCO. É necessário que a comunidade local através de sua auto-organização e capacidade de cooperação social, possa ter condições de empreender e coordenar a criação dos Geoparques, que apresentam uma metodologia de implantação definida como um processo *bottom-up*, ou seja, que parte da iniciativa dos próprios habitantes do território.

Nesse sentido, destaca-se que mesmo em territórios onde exista um diversificado patrimônio natural e histórico-cultural disponível ao aproveitamento geoturístico, como é o caso de Caçapava do Sul, dificilmente este potencial conseguirá ser desenvolvido se os atores locais do território não conseguirem mobilizar capital social, a fim de alicerçar os processos cooperativos que promovem a oferta de serviços e atividades interpretativas aos turistas.

A partir dessas observações, a presente tese apresenta um panorama mais detalhado em relação às principais iniciativas e estratégias atualmente desenvolvidas pela comunidade local para o desenvolvimento e gestão do turismo neste território. A identificação e caracterização das atividades, atrativos, serviços e/ou iniciativas, assim como o levantamento dos atores locais e das instâncias de gestão e governança que desenvolvem atividades ligadas ao turismo em um determinado território, constituem informações base para fins de planejamento e elaboração de projetos de Geoparques. Nesse sentido, buscou-se identificar e caracterizar quais são os serviços e iniciativas empreendedoras ligadas ao turismo existentes atualmente no território de Caçapava

do Sul, que podem ser consideradas atividades de suporte ao desenvolvimento do Geoturismo e alicerçar uma futura candidatura de Geoparque junto à UNESCO.

Também buscou-se ouvir e compreender o olhar dos agentes produtivos do turismo – os chamados atores locais – em relação as principais dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento da atividade no território e como estão sendo divulgados e compreendidos, os conceitos ligados a geoconservação, como geodiversidade, Geoparques e Geo.dia. Além disso, buscou-se investigar quais os canais de cooperação e organização social (redes), assim como as principais dificuldades relacionadas aos processos de interação social, comunicação, empoderamento social, entre outros, ligadas ao conceito de capital social, que podem produzir mudanças significativas em relação a geração de pequenos negócios, emprego e renda, em torno de produtos (geoprodutos) e serviços voltados aos geoturistas. O capital social é concebido através das relações sociais, com valores baseados em confiança, cooperação, compromisso e uma participação política mais efetiva, que podem ser importantes ferramentas no planejamento de projetos turísticos (ALVES; ALVES, 2014) e para o desenvolvimento territorial endógeno.

6.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES E DOS SERVIÇOS DE SUPORTE AO GEOTURISMO EM CAÇAPAVA DO SUL

6.1.1 Gestão e Governança Local do Turismo: a atuação dos atores locais institucionais e das Associações

Em Caçapava do Sul são identificados diferentes instituições públicas e Associações da sociedade civil que atuam na gestão e desenvolvimento do turismo, tais como: i) a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULTUR); ii) a Associação dos Moradores das Guaritas; iii) a Associação Pampa Gaúcho de Turismo (APATUR); iv) a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC); v) o Núcleo Integrado de Desenvolvimento Turístico (NIDETUR) e vi) a Associação para o Desenvolvimento do Geoturismo (AGEOTUR).

i) Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULTUR)

A Administração Pública Municipal de Caçapava do Sul, através da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULTUR) desenvolve alguns projetos e iniciativas que procuram valorizar eventos culturais e também alguns locais de interesse turístico do território, contando atualmente com 9 profissionais trabalhando na pasta, que se dividem entre as atividades desenvolvidas pela Secretaria e pelo Centro Municipal de Cultura Arnaldo Luiz Cassol.

A SECULTUR tem promovido e/ou apoiado eventos culturais como o Carnaval de Rua, a Feira do Livro, a Festa Mundial do Folclore, a Semana Farroupilha, os Rodeios Crioulos, a Expofeira Agropecuária e a Semana do Município, em comemoração ao aniversário de Caçapava do Sul (25 de outubro).

Entre estes eventos destaca-se a Festa Mundial do Folclore, promovida pelo Grupo de Arte Nativa os Chimangos, que ocorre a cada dois anos e promove um valoroso intercâmbio cultural entre grupos de dança vindos de vários países e a comunidade caçapavana. O Grupo Chimangos completou em 2018, 40 anos de existência, com a realização da 12ª Edição da Festa Mundial do Folclore (figura 30), que contou com a participação de grupos de dança da Argentina, da Áustria, do Chile e do Uruguai.

Figura 30 – Apresentações da 12º Festa Mundial do Folclore



Legenda: (A) Abertura da 12ª Festa Mundial do Folclore, realizada em julho de 2018 no Ginásio de Esportes Dr. Ciro Carlos de Melo (Melão); (B) Ballet Tierra a Dentro, do Uruguai.

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL (2018).

Já a Semana Farroupilha, os Rodeios Crioulos e a Expofeira Agropecuária se destacam pelo cultivo e difusão da história, formação social e folclore e podem ser denominados festas da cultura gaúcha, que aparecem inseridas no calendário de eventos turísticos do estado do RS (OLEGÁRIO *et al*, 2014) constituindo um

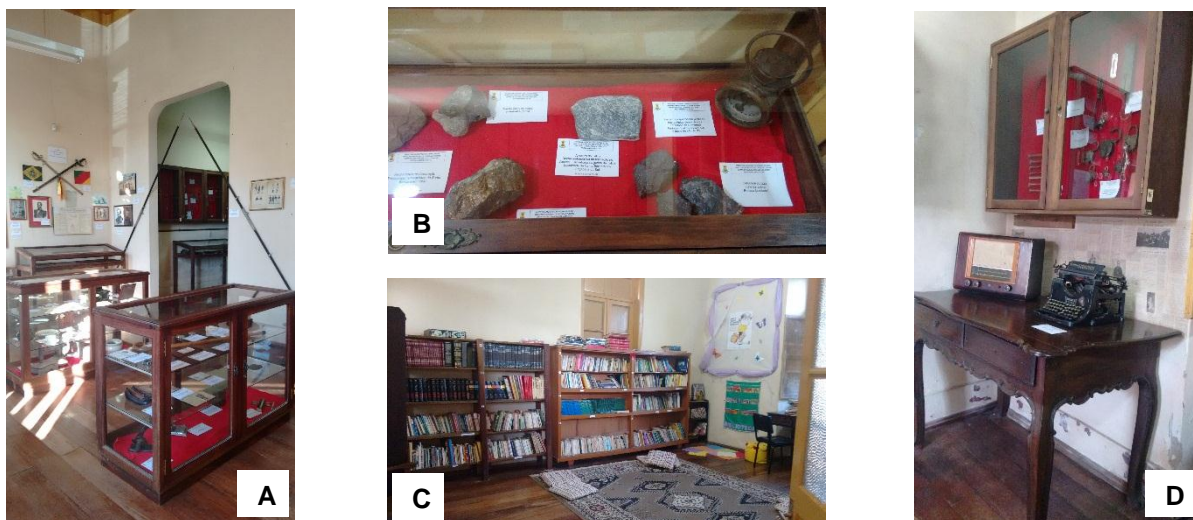
importante incremento ao desenvolvimento turístico de Caçapava do Sul. As festas populares ou folclóricas caracterizam os bens culturais, que fazem parte dos atrativos turísticos de uma localidade, compondo a oferta turística, que com o status de bens, devem ser valorizados e protegidos, garantindo sua manutenção como bens imateriais (OLEGÁRIO et al, 2014).

A realização de Rodeios Crioulos e da Expofeira Agropecuária estão ligados ao ciclo da atividade agropastoril e ao cotidiano do homem no campo, podendo ser caracterizadas como festas campeiras (OLEGÁRIO et al, 2014). Esses eventos são realizados em locais de rodeios e exposições como o Parque Elyseu Benfica, onde é comum a organização de feiras do setor alimentício, de artesanato e do comércio industrial e agropecuário.

O Centro Municipal de Cultura que abriga o Museu Lanceiros do Sul (figura 31 A, B e C) e a Biblioteca Domingos José de Almeida e (figura 31 D), tem contribuído para a preservação e promoção do conhecimento em relação à história e ao patrimônio cultural, arqueológico e fossilífero de Caçapava do Sul e região, com a realização de mostras permanentes e itinerantes. O Museu, após ser organizado e reaberto à visitação em 2017, tem recebido um público de cerca de 600 pessoas por mês, constituído tanto por pessoas da comunidade quanto por moradores de municípios vizinhos como São Sepé, Cachoeira do Sul, Santana da Boa Vista, Bagé, Santa Maria e da capital Porto Alegre²⁶. Já a Biblioteca Domingos José de Almeida, além do empréstimo de livros à comunidade, desenvolve projetos voltados ao público escolar, com destaque para o “Hora Encantada”, um projeto de contação de histórias para crianças da educação infantil.

²⁶ Informações obtidas através do livro de visitas do Museu Lanceiros do Sul, durante trabalho de campo.

Figura 31 – Salas do Museu Lanceiros do Sul e da Biblioteca Domingos José de Almeida



Legenda: (A) Sala principal do Museu Lanceiros do Sul, com exposição de objetos variados do séc. XIX e XX; (B) Mostra de rochas encontradas em Caçapava do Sul e Lanterna à querosene utilizada entre o final do séc. XIX e início do séc. XX nas galerias das Minas do Camaquã; (C) Sala utilizada pelo projeto a Hora Encantada, na Biblioteca Domingos José de Almeida; (D) Rádio e Máquina de escrever de meados do século XX.

Fonte: Trabalho de campo, julho de 2017.

O Parque Municipal da Pedra do Segredo – PMPS (geossítios nº 43 do quadro 9) também constitui um espaço de responsabilidade da Administração Pública Municipal que realiza licitações para o contratação de empresas que desempenham a gestão do Parque, promovendo atividades esportivas, educativas e voltadas a recepção de turistas. Desde janeiro de 2018 o Parque está passando por um processo de melhoria de sua infraestrutura, com abertura de novas trilhas, instalação de água encanada e iluminação e preparo de uma área para camping. O PMPS constitui um dos principais locais de interesse geoturístico de Caçapava do Sul onde é possível realizar escalada (figura 32 A , B e C), rapel, percursos pedestres guiados e não-guiados (figura 32 D), observação da fauna e flora local, entre outras atividades.

Figura 32 – Atividades desenvolvidas no Parque Municipal da Pedra do Segredo



Legenda: (A) e (B) Escalada e rapel (Gruta Percival Antunes), na via “Sem Medo de Ser Feliz”, da Pedra do Segredo, com 160 m de extensão. Esta via é considerada pelos escaladores uma das importantes do RS; (C) Croqui das vias de escalada da Pedra do Segredo, elaborado por escaladores; (D) Trilha interpretativa realizada no área do PMPS, durante o 2º Geo.Dia em 2016.
Fonte: (A) e (B) PARQUE MUNICIPAL DA PEDRA DO SEGREDO (2018); (C) NAOKIARIMA (2018); (D) Acervo do Grupo de Pesquisa PANGEA (2016).

Atualmente a gestão do PMPS é realizada pelo Grupo Flor de Tuna Cia de Aventura, responsável pela coordenação das atividades desenvolvidas no local.

Outro espaço importante para a realização das atividades da SECULTUR é o Parque da Fonte do Mato (figura 33 A e B), localizado na área urbana, que passou por um processo de revitalização, recebendo pórtico, quiosque, anfiteatro à céu aberto, bancos, passarelas e pista para caminhadas, sendo um espaço pensado para proporcionar lazer e integração para a comunidade local e turistas. No local ocorrem eventos culturais como mateada, shows, apresentações artísticas, mostras de artesanato e comercialização de produtos gastronômicos.

Figura 33 – Parque da Fonte do Mato



Legenda: A Fonte do Mato foi uma das primeiras fontes de água para o abastecimento da zona urbana, utilizada desde 1777 até meados dos anos 1960, constituindo um local de interesse histórico-cultural de Caçapava do Sul; (A) Evento de inauguração do Parque da Fonte do Mato, realizado em julho de 2017; (B) Entrada do Parque e Quiosque para a realização de feiras e mostras de artesanato. Do lado direito da imagem, ao fundo, é possível identificar a antiga construção que protege a fonte d' água. Fonte: (A) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL (2018); (B) Trabalho de campo, 06 de julho de 2017.

A divulgação dessas atividades e projetos da SECULTUR é realizada principalmente através das redes sociais (<https://www.facebook.com/centro.municipaldecultura>) e, também, através dos meios impressos de divulgação como folders disponibilizados em hotéis, pousadas e postos de combustíveis.

A SECULTUR é atualmente o principal local de informações turísticas e desempenha o papel de recepcionar grupos de pessoas que buscam seu auxílio para conhecer Caçapava do Sul. Entretanto, conforme informações obtidas em entrevista, a SECULTUR não possui guias turísticos ou condutores ambientais locais contratados ou cadastrados para desempenhar esta função, de forma que a recepção dos turistas é realizada pelos secretário geral ou secretário adjunto da pasta.

Além dos projetos citados a SECULTUR vem trabalhando desde o início do ano de 2018 para a reativação do Conselho Municipal de Turismo, com o intuito de que este auxilie na elaboração de um Plano de Turismo para Caçapava do Sul e de que a população local participe das decisões e projetos desenvolvidos na área do turismo.

ii) Associação dos Moradores das Guaritas

Junto ao geossítio Pedra das Guaritas (geossítio nº 37 do quadro 9) localizado no 3º Distrito Cerro Martim, está localizada a sede da Associação dos Moradores das Guaritas, uma das Associações comunitárias mais antigas e importantes de Caçapava

do Sul, ligada ao turismo, criada em 1999 com o objetivo de servir como um espaço de integração entre os pecuaristas familiares que residem na localidade. A principal atividade econômica desenvolvida nesta localidade é a criação de gado de corte, combinada com outros sistemas de criação em menor escala, como ovinos e caprinos, além de pequenos sistemas de cultivos voltados basicamente para a subsistência.

A sede da Associação localizada às margens da RS-625, conta com uma construção bastante interessante produzida em madeira e coberta com capim santa fé (figura 34 A, B e C), utilizada para a realização de eventos, reuniões da comunidade e para a recepção de turistas e estudantes, com a possibilidade de agendamento de refeições para grupos, onde são servidos pratos típicos da culinária campeira gaúcha. Além disso, o local conta ainda com uma casa construída para as filmagens do filme *Valsa para Bruno Stein*²⁷ (2007), hoje utilizada pela Associação para visitação.

No local é possível realizar percursos interpretativos por entre os principais cerros testemunhos que formam o geossítio Pedra das Guaritas e que apresentam diversas características singulares para o estudo das Geociências, como feições geomorfológicas esculpidas pelos processos erosivos, tais como tafonis e marmitas (figura 34 D), assim como para o estudo da biodiversidade associadas aos afloramentos rochosos (SOUZA, 2014). Algumas trilhas foram mapeadas por Souza (2014) que descreve 4 percursos interpretativos com diferentes graus de dificuldade, idealizados para interconectar 10 pontos que representam características geopatrimoniais importantes do geossítio Pedra das Guaritas.

²⁷ A construção em madeira também foi utilizada para as filmagens da Série “Animal”, do canal GNT em 2013.

Figura 34 – Sede da Associação dos Moradores das Guaritas



Legenda: (A) Sede da Associação dos Moradores das Guaritas, chamada pela comunidade de “Galpão Crioulo das Guaritas”; (B) Seminário sobre Turismo realizado na sede Associação, pela Associação para o Desenvolvimento do Alto Camaquã (ADAC) em novembro de 2014; (C) Estudantes de Caçapava do Sul em visita ao geossítio Pedra das Guaritas, durante o 2º Geo.Dia (2016); (D) Realização de percurso interpretativo e observação de feições geomorfológicas como as marmitas, com alunos do PPPGGEO da UFSM.

Fonte: (A) e (B) Trabalho de campo, 03 de novembro de 2014; (C) Acervo da autora, novembro de 2016; (D) Trabalho de campo, 10 de novembro de 2014.

Salienta-se que apesar da existência de certa infraestrutura para o turismo receptivo na sede da Associação, o geossítio Pedra das Guaritas ainda não possui um planejamento adequado em relação a seu uso geoturístico, já que as trilhas realizadas não possuem nenhum plano de manejo, estudo de capacidade de carga ou mecanismos para auxiliar a interpretação ambiental como, por exemplo, painéis interpretativos (SOUZA, 2014) ou condutores ambientais locais com formação especializada.

No início de suas atividades, a Associação possuía cerca de 40 associados; porém ao longo dos últimos 10 anos diversos problemas ocasionaram uma redução no número de participantes, que hoje constituem um total de 12 pessoas.

Sobre a redução no número de associados, são destacados pela presidência da Associação, diversos problemas relacionados ao êxodo rural e às dificuldades de manter as visitas turísticas. O êxodo rural está relacionado tanto às dificuldades de produtividade da pecuária, desenvolvida sobre campos pedregosos e bastante rasos da região, quanto por questões ligadas aos interesses familiares, já que a maioria dos jovens tem migrado para a cidade em busca de qualificação profissional e/ou outras atividades econômicas. Em decorrência disso, existe um envelhecimento da população rural que reside na localidade, acompanhando uma tendência que ocorre em diversas regiões do RS, como por exemplo, na Região Central (FROEHLICH *et al*, 2011) e na região do Alto Jacuí (MERA; MIELITZ NETTO, 2014), interferindo na dinâmica social e produtiva do espaço rural.

Por outro lado, a diminuição da mão de obra familiar nas propriedades rurais localizadas na região das Guaritas, também contribuiu para que muitos associados deixassem a Associação, em função das dificuldades de conciliar o trabalho com o gado nas propriedades rurais e a participação nas atividades ligadas à visita turística.

Uma segunda problemática enfrentada é o fato de que a sede da Associação não possui Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndios (APPCI), já que o mesmo foi negado pelo Corpo de Bombeiros em razão do tipo de construção daquele local. Esta questão, constitui um dos impasses para o desenvolvimento das atividades de recepção de turistas na sede da Associação, já que os associados não aceitam descaracterizar a construção em madeira e capim santa fé, que representa a identidade cultural dos associados e um patrimônio para a comunidade local.

Outra preocupação da Associação é a necessidade de contratar condutores ambientais para trabalhar na recepção e condução dos turistas nos percursos que levam até os cerros testemunhos. Entretanto, os gastos com essas contratações seriam onerosos para a Associação que se mantém com poucos recursos financeiros.

Também existe o interesse da Associação em promover a adequação das trilhas que são utilizadas para a realização dos percursos pedestres, já que há a preocupação em garantir a segurança dos turistas e das pessoas da comunidade que visitam o local. Outro ponto de ressalva entre os associados é a preocupação com a preservação das cactáceas encontradas sobre os afloramentos rochosos, pois além do risco de pisoteamento, podem ocorrer subtrações dessas plantas por pessoas que visitam o local.

Mesmo com todos os problemas relatados a Associação dos Moradores das Guaritas segue fornecendo o apoio necessário para recepcionar grupos de turistas e, principalmente, grupos de estudantes e pesquisadores de diversas Universidades que visitam o local, não apenas pela beleza cênica e importância geocientífica dos afloramentos rochosos, mas também, para conhecer as propriedades familiares e os sistemas sustentáveis de produção pecuária desenvolvidos sobre pastagens naturais do Pampa (AZEVEDO; FIALHO, 2016), com técnicas de manejo adaptadas às restrições impostas pela configuração rochosa dos campos.

iii) Associação Pampa Gaúcho de Turismo (APATUR)

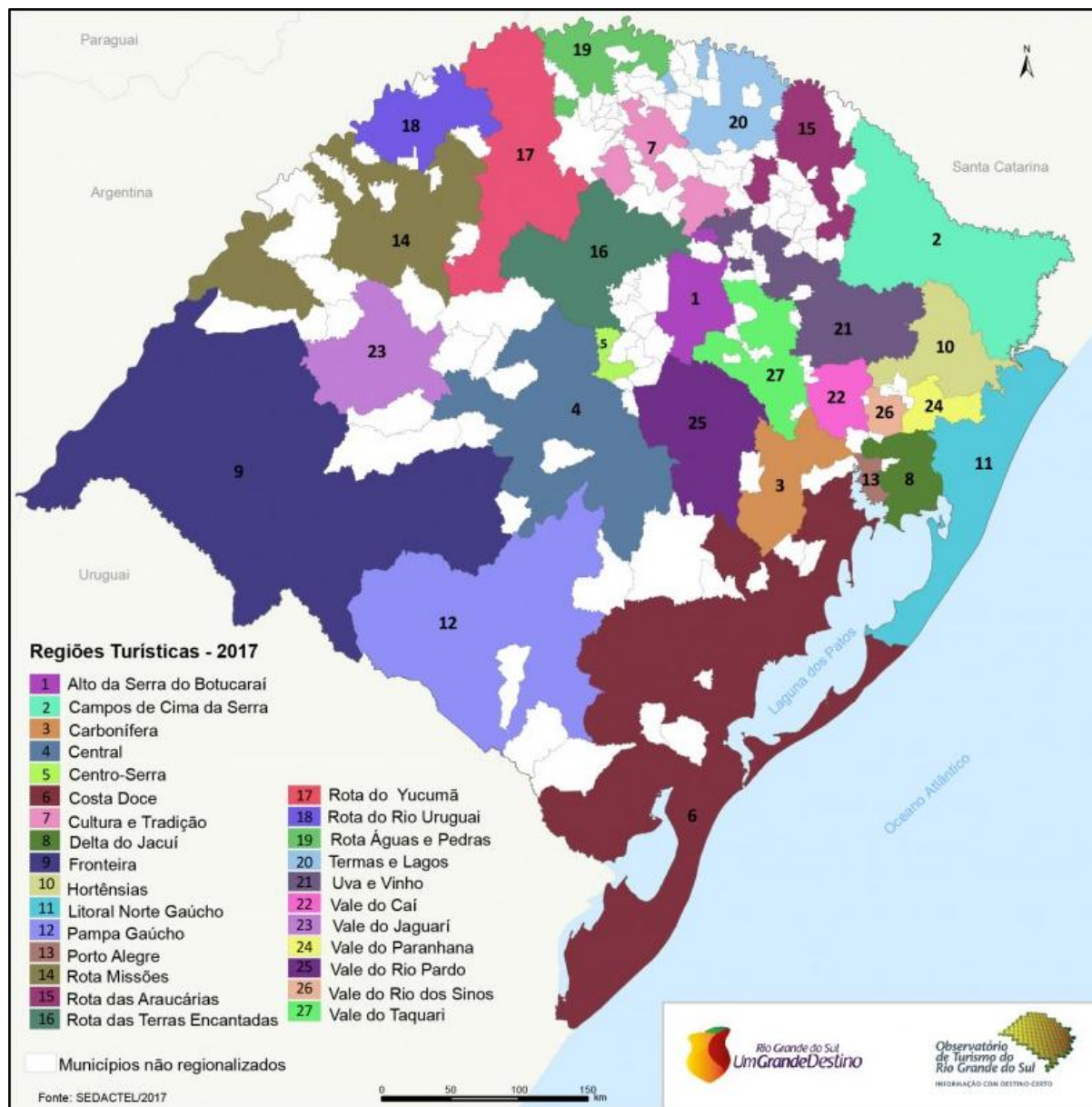
A Associação Pampa Gaúcho de Turismo (APATUR) surgiu entre os anos de 2009 e 2010, no período da regionalização do estado do RS em 26 regiões turísticas²⁸, com a exigência do Ministério do Turismo (MTur) de que cada região estabelecida possuísse uma associação ou fórum de discussão sobre a atividade. Desde então, a APATUR atua como uma entidade de governança em relação ao desenvolvimento do turismo na Região Turística do Pampa Gaúcho (figura 35), sendo a interlocutora entre os municípios, a Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (SEDACTEL) do estado do RS e o MTur.

Conforme destacado pela presidência da APATUR é fundamental a adesão dos municípios a uma das regiões, para que possam compor o Mapa das Regiões Turísticas do RS e, planejar ações de divulgação e desenvolvimento da atividade turísticas nos territórios, com apoio das SEDACTEL e MTur. A APATUR trabalha no intuito de estimular a articulação entre os municípios no sentido de fomentar o desenvolvimento do turismo na região do Pampa, realizando reuniões com as Secretarias Municipais de Turismo, preparando fóruns de discussão sobre a atividade e participando de eventos promovidos pela SEDACTEL e MTur. A diretoria é composta pelo presidente, vice-presidente e um tesoureiro e o quadro social é composto por empreendedores ligados a cadeia produtiva do turismo da região como proprietários de hotéis e pousadas, agências de turismo, restaurantes, artesãos, guias de turismo e/ou condutores ambientais locais, entre outros. A sede da Associação

²⁸ Atualmente o Estado do RS está regionalizado em 27 regiões turísticas, em decorrência do Programa de Regionalização do Ministério do Turismo (MTur). Este Programa trabalha a convergência entre todas as ações desenvolvidas pelos estados e municípios, apoiando a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no país.

localiza-se no município de Bagé, em um espaço cedido pela Prefeitura, onde também se localiza um Centro de Informações Turísticas sobre o Pampa.

Figura 35 – Mapas das Regiões Turísticas do Estado do Rio Grande do Sul



Legenda: a área 12 corresponde aos territórios dos municípios de Aceguá, Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Lavras do Sul e Pinheiro Machado, compondo a Região Turística do Pampa. Fonte: (SEDACTEL, 2017).

Os recursos da APATUR são provenientes das mensalidades pagas pelos associados e seus diretores trabalham voluntariamente. Conforme destacado pela diretoria atual, a principal dificuldade da APATUR é a participação do quadro social da Associação nas reuniões e fóruns organizados e a redução do número de associados que era de 90 pessoas em 2013 e hoje é de cerca de 40 pessoas. Em

relação à participação de atores locais/associados de Caçapava do Sul, destaca-se que apenas os proprietários da pousada Chácara do Forte compõe o quadro social da APATUR.

APATUR também realiza parcerias com instituições como Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o SEBRAE e a Universidade Regional da Campanha (URCAMP) *campus* Bagé, para a realização de cursos como de associativismo, empreendedorismo, guias de turismo.

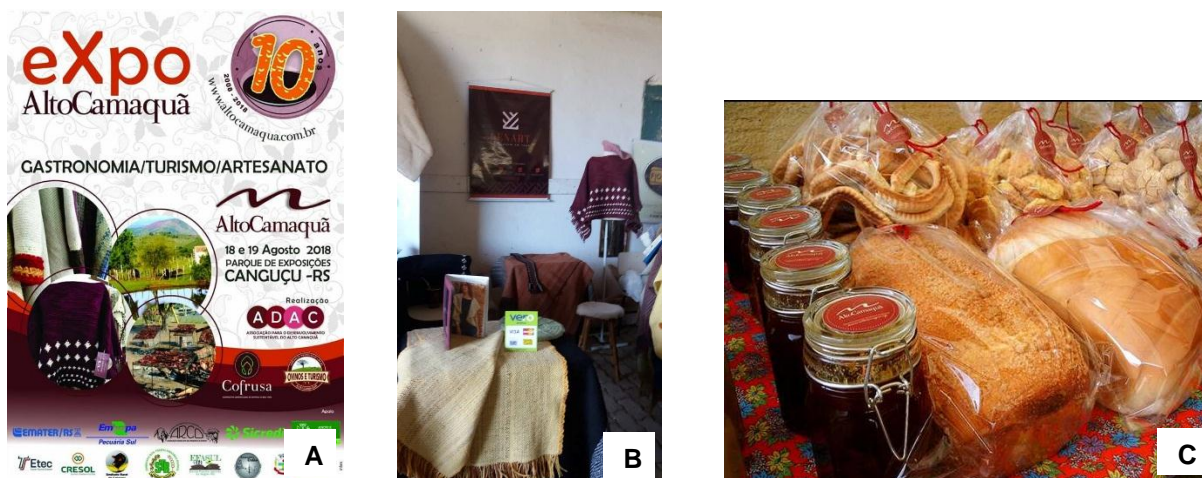
iv) Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC)

As iniciativas promovidas pela Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC) tem incentivado há pelo menos uma década o desenvolvimento do turismo em Caçapava do Sul e nos demais municípios que compõem o território Alto Camaquã²⁹. O surgimento da ADAC se deu a partir da Rede de Produtores do Alto Camaquã (ReAC), que tem como objetivo integrar os pequenos e médios pecuaristas familiares, em torno de uma estratégia de desenvolvimento sustentável que promove a valorização e comercialização de produtos diferenciados produzidos no território, como a carne de cordeiro, o mel, os doces e produtos produzidos com receitas tradicionais, o artesanato em lã ovina e, também, os roteiros turísticos ligados ao Turismo Rural e ao Ecoturismo.

A ADAC constitui uma estrutura formal que atua como instrumento de mobilização social, captação de recursos e planejamento de ações em torno de serviços e produtos produzidos no Alto Camaquã, contando atualmente com cerca de 500 famílias associadas. Assim, uma das ações do projeto foi a criação da Marca Coletiva Alto Camaquã, que vincula os produtos ao território e aos conceitos de sustentabilidade, alimentos saudáveis, saberes tradicionais, história e cultura (BORBA, 2016). Essa marca tem sido empregada pelos produtores rurais na comercialização de produtos em feiras locais e na Expo Alto Camaquã (figura 36 A), exposição agropecuária realizada anualmente que tem o papel de divulgar a marca coletiva, contando com a participação de artesãos e pecuaristas familiares de Caçapava do Sul.

²⁹ O território do Alto Camaquã compreende a porção superior da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã, da qual fazem parte os municípios de Caçapava do Sul, Lavras do Sul, Bagé, Piratini, Pinheiro Machado e Santana da Boa Vista. Atualmente os municípios de Canguçu e Encruzilhada passaram a integrar a ADAC.

Figura 36 – 10 Expo Alto Camaquã e produtos com a Marca Coletiva



Legenda: (A) Folder de divulgação da 10ª edição da Expo Alto Camaquã, realizada em agosto de 2018 no município de Canguçu; (B) Stand do Ateliê LENART tecelagem em tear de Caçapava do Sul, na 10ª Expo Alto Camaquã; (C) Exemplos de produtos locais com a Marca Alto Camaquã.

Fonte: (A) e (C) ALTO CAMAQUÃ (2018); (B) FAGUNDES (2018).

Com o apoio da ADAC, em 2015 a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI) reconheceu o Arranjo Produtivo Local (APL) Ovinos & Turismo Alto Camaquã. Esse reconhecimento permitiu a obtenção de recursos captados pela AGDI³⁰, provenientes do Banco Mundial, aplicados no desenvolvimento de ações realizadas pelo APL como a Rota do Cordeiro³¹ que tem o objetivo de promover o desenvolvimento do turismo rural em propriedades que desenvolvem a ovinocaprinocultura (BRASIL, 2017). Além desse recurso, o território do Alto Camaquã, através do trabalho da ADAC, foi selecionado pelo BNDS em 2015, para receber um recurso de cinco milhões de reais, que serão investidos para a construção de uma planta frigorífica para trabalhar com a carne ovina produzida pelos pecuaristas familiares da Associação.

Destacam-se ainda que as ações da ADAC para a linha do turismo estão sendo realizadas dentro de três frentes de atuação que são a montagem de roteiros, realizadas pela assessoria de turismo da Associação, as capacitações técnicas, com a realização de oficinas e cursos profissionalizantes na área de gastronomia e de recepção turística e os encontros de intercâmbio para que os pecuaristas familiares

³⁰ A AGDI foi extinta pelo governo do Estado em 2016 e hoje os Arranjos Produtivos Locais (APLs) recebem apoio através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT) do RS.

³¹ A Rota do Cordeiro faz parte do projeto “Rotas de Integração Nacional” que integra redes de APLs que trabalham para a integração econômica de regiões menos favorecidas de todo o país (BRASIL, 2017).

possam conhecer iniciativas de desenvolvimento do turismo de outros territórios. É importante destacar que o município de Caçapava do Sul, se integra às ações da ADAC a partir da participação de pecuaristas familiares que fazem parte da Associação Caçapavana de Produtores de Ovinos e Caprinos (ACPOC) e da Associação dos Moradores das Guaritas, sendo que esta última integra um dos roteiros turísticos elaborados pela ADAC e disponibilizados em sua página na internet.

Conforme as informações advindas da entrevista com assessoria de comunicação da ADAC, apesar dos diversos avanços promovidos no Alto Camaquã, o turismo se apresenta hoje muito mais como uma potencialidade do que como uma realidade, já que são muitas as dificuldades de avanço dessa frente dentro do território por parte dos pecuaristas familiares que participam da ADAC. A ADAC avalia que existe muito trabalho a ser desenvolvido para a valorização dos lugares, saberes e tradições das comunidades rurais que residem no Alto Camaquã, pois ainda predomina entre os produtores rurais a compreensão de que o território é “pobre”, “atrasado”, “subdesenvolvido” e que para desenvolver qualquer atividade relacionada ao turismo a comunidade teria que realizar muitos investimentos. Também é destacado a dificuldade de comunicação devido à grande extensão do território, com a existência de áreas rurais isoladas, onde ainda não se conta com acesso ao sinal de telefonia móvel ou internet.

A ADAC se mantém financeiramente através das anuidades pagas pelos pecuaristas familiares, contando ainda com apoio institucional e parcerias para a realização de cursos, oficinas e projetos, realizadas com instituições como a Universidade Regional da Campanha (URCAMP) *campus* de Bagé, a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), a Embrapa Pecuária Sul, o Serviço de Nacional de Apoio Comercial (SENAC), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no RS (FETAG), a Associação Brasileira de Criadores de Ovinos (ARCO – Assistência aos Rebanhos de Criadores de Ovinos) e a APATUR.

v) Núcleo Integrado de Desenvolvimento Turístico de Caçapava do Sul (NIDETUR)

Além dos projetos da Administração Pública Municipal e das iniciativas em âmbito regional, é importante destacar as ações recentes promovidas pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) *campus* Caçapava do Sul, através do

projeto de extensão denominado “Empreendimentos Turísticos no Processo de Desenvolvimento Socioeconômico e Cultural dos Municípios da Metade Sul do Rio Grande do Sul com Sede de Campus da Unipampa ou por eles Assistidos”. O projeto surgiu a partir de um curso promovido por Técnicos Administrativos em Educação da Unipampa, sobre gestão de negócios e marketing, ofertado à pedido de membros da Associação de Micro e Pequenas Empresas de Caçapava do Sul. A partir da solicitação da comunidade, a Unipampa *campus* Caçapava do Sul buscou parcerias com outros *campi* da instituição para a formulação e concretização do projeto.

Através da realização de fóruns com a comunidade formaram-se grupos de trabalho com a finalidade de discutir problemas e propor ações em 5 grandes eixos de atuação dentro do turismo no município, como: 1) educação, inclusão da comunidade e criação de uma cultura turística; 2) potencial turístico e meio ambiente; 3) infraestrutura, sinalização turística e comunicação 4) hotelaria e gastronomia e 5) produtos regionais e artesanato. Estes grupos de trabalho originaram o Núcleo Integrado de Desenvolvimento Turístico de Caçapava do Sul, conhecido como NIDETUR, reunindo diversos atores locais que deram o apoio necessário ao prosseguimento do projeto.

Ao longo de quatro anos (2010 a 2013) o NIDETUR promoveu diversas ações em parceria com instituições de ensino como a Unipampa (*campus* de Caçapava do Sul, São Borja e Jaguarão), a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) e a Universidade Regional da Campanha (URCAMP), para o desenvolvimento de atividades como: palestras sobre empreendedorismo no processo de desenvolvimento do turismo; seminários sobre educação para o turismo; oficinas de capacitação técnica para a elaboração de souvenirs ou lembranças de Caçapava do Sul; oficina de capacitação técnica de boas práticas na manipulação de alimentos e atendimento aos turistas; mostras de artesanato e produtos locais; concurso artístico voltado ao público escolar (“Arte no Muro”); palestras sobre o patrimônio natural e cultural para estudantes de escolas municipais e estaduais e a campanha “Tchê Amo Caçapava do Sul”, com o intuito de resgatar o orgulho da população pelo município e promover a educação patrimonial.

Dentre todas as ações desenvolvidas pelo NIDETUR destacam-se duas em especial: 1) a campanha “Tchê Amo Caçapava do Sul”, realizada em comemoração ao aniversário do município em 2013, que promoveu uma grande mobilização da comunidade local, com a realização de mutirões de limpeza e embelezamento da

cidade, confecção de produtos com a marca elaborada, palestras e City Tour no centro histórico com alunos das escolas (figura 37 A), sendo premiada pela SEDACTEL como uma das melhores práticas de Turismo de Base Comunitária (Prêmio Inovação no Turismo 2013) do RS e 2) a criação do website www.cacapavadosul.com.br (figura 37 B), que apresenta diversas informações sobre locais de interesse turístico e sobre os serviços de hospedagem, alimentação, artesanato e produtos locais, e que pode ser considerada atualmente o principal meio de divulgação do turismo em Caçapava do Sul. A construção da página mobilizou grande parte da comunidade caçapavana, que contribuiu com fotografias e informações utilizadas para a elaboração da página.

O NIDETUR não chegou a constituir uma associação formal, mas contou com a participação de atores locais de diversos segmentos ligados ao turismo e com o apoio da APATUR, Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul e SECULTUR, Câmara de Vereadores e empresários locais. Em 2013, ao final do projeto, infelizmente não houveram pessoas dispostas a dar continuidade e gerir as ações do NIDETUR, apesar dos esforços promovidos por parte da coordenação para a criação de uma Associação. Entretanto, os avanços e conexões sociais promovidos pelo NIDETUR, contribuíram para que em 2018 os atores locais se reorganizassem para a criação da Associação para o Desenvolvimento do Geoturismo (AGEOTUR).

Figura 37 – Ações do Projeto NIDETUR



Legenda: (A) Alunos da Escola Patrício Dias em frente à Igreja Matriz Nossa Senhora de Assunção, realizando um City Tour pelo centro histórico da cidade acompanhados pelos coordenadores do NIDETUR; (B) Página inicial do *website* “Turismo Caçapava do Sul”, principal rede de informações turísticas sobre o território; (C) Mutirão de limpeza e embelezamento do pórtico de entrada da cidade (BR-392), com alunos da Escola ETERGS; (D) Mutirão de limpeza e embelezamento da Praça Dr. Rubens da Rosa Guedes, realizado com integrantes da Brigada Mirim.

Fonte: (A), (C), (D) PROJETO NIDETUR (2013); (B) TURISMO CAÇAPAVA DO SUL (2018).

vi) Associação para o Desenvolvimento do Geoturismo (AGEOTUR)

Desde dezembro de 2017 a comunidade local de Caçapava do Sul tem se organizado em torno da Associação para o Desenvolvimento do Geoturismo (AGEOTUR), que constitui uma Associação sem fins lucrativos que visa congregar atores locais que trabalham com atividades relacionadas a cadeia produtiva do turismo. A AGEOTUR foi oficialmente criada em março de 2018 (figura 38 A), sendo

administrada por quatro órgãos sociais: (1) Assembleia geral; (2) Diretoria; (3) Conselho Fiscal e (4) Conselho Científico. A Diretoria, órgão executivo da AGEOTUR é composta por presidente, vice presidente, secretário, vice secretário, tesoureiro e vice tesoureiro e seu quadro social é constituído por proprietários de hotéis e pousadas, artesãos, proprietários de restaurantes e lancherias, comerciantes, professores e técnicos administrativos da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), professores de escolas do município, entre outros.

Entre os objetivos presentes no Estatuto da AGEOTUR, destaca-se a finalidade de “promover e realizar ações e projetos voltados ao desenvolvimento do potencial geoturístico local e regional” e o objetivo de “apresentar futuramente uma candidatura junto ao Programa Geoparques da UNESCO, assim como gerir a estratégia em caso de certificação” (ESTATUTO AGEOTUR, 2018).

Entre as ações desenvolvidas pela AGEOTUR destaca-se a divulgação dos conceitos ligados à geodiversidade e a geoconservação em Caçapava do Sul, através da página oficial da Associação no facebook (<https://www.facebook.com/ageotur/>) e a realização de eventos com o apoio da SECULTUR (figura 38 B, C e D).

Pode-se afirmar que atualmente a AGEOTUR constitui um dos principais espaços de governança local para a estruturação do Geoturismo e para a efetivação de um Geoparque em Caçapava do Sul, assumindo um papel determinante para a realização de uma futura candidatura junto à UNESCO.

Figura 38 – Atividades realizadas pela AGEOTUR



Legenda: (A) Reunião realizada em 06 de março de 2018 para a criação da AGEOTUR; (B), (C) e (D) Folder de divulgação e fotografias da participação de estudantes de escolas de Caçapava do Sul na atividade “Geodiversidade no Museu”, promovida pela Associação em parceria com a SECULTUR no Museu Lanceiros do Sul. No canto superior esquerdo da figura 38 B, observa-se a identidade visual adotada pela AGEOTUR em homenagem aos cerros rochosos que formam a Pedra do Segredo. Fonte: (A) Trabalho de campo, março de 2018; (B) CENTRO MUNICIPAL DE CULTURA (2018).

6.1.2 Os Serviços de Hospedagem

Entre os serviços oferecidos aos turistas, a hospedagem e a alimentação possuem um papel de destaque no atendimento das necessidades básicas das pessoas quando estão fora de sua residência, sendo a qualidade dos serviços fundamental para a manutenção dos destinos turísticos (ANDRADE; SOUZA; POLO, 2014).

Em Caçapava do Sul são encontrados meios de hospedagem como hotel, pousada e pousada rural, conforme é apresentado no quadro 11.

Quadro 11 – meios de hospedagem encontrados em Caçapava do Sul

Meios de Hospedagem	Denominação	Localização	Unidades Habitacionais
Hotel Estabelecimento com serviço de recepção, alojamento temporário, com ou sem alimentação, ofertados em unidades individuais e de uso exclusivo dos hóspedes, mediante cobrança de diária.	Hotel Portal do Pampa	Av. Presidente Kennedy, 635 entrada da cidade	16
	Cyro Palace Hotel	Av. Presidente Kennedy, 171 entrada da cidade	38
	Karlton Hotel	Rua 1 de Novembro, 487 centro	29
	Residencial Hotel	Rua XV de Novembro, 656 centro	20
	Novo Hotel	Av. Alfredo Duarte, 340 centro	---
Pousada Rural Localizado em ambiente rural, dotado de exploração agropecuária, que ofereça entretenimento e vivência do campo.	Fazenda São João Turismo Rural	BR-153, km 420,4 zona rural/3º distrito Cerro do Martim	5
	Fazenda Cerro Colorado Turismo Rural	Estrada do Seival zona rural/6º distrito Seival-Carajá)	6
Pousada Empreendimento de característica horizontal, composto de no máximo 30 unidades habitacionais e 90 leitos, com serviços de recepção, alimentação e alojamento temporário, podendo ser em um prédio único com até três pavimentos, ou contar com chalés ou bangalôs.	Chácara do Forte	Rua Wantuil Albarnaz, s/n Bairro Floresta	5
	Pousada Minas Outdoor Sports	Rua 2 de Outubro Minas do Camaquã/3º distrito Cerro do Martim	6 + Alojamento coletivo 30 pessoas
	Bellamina Pousada e Restaurante	Rua Fernando Lacourt, nº 3801 Minas do Camaquã/3º distrito Cerro do Martim	--- 58 pessoas
	Minas Hotel	Rua P. Júlio Marin, nº 4602 Minas do Camaquã/3º distrito Cerro do Martim)	---
	Portal do Camaquã Restaurante e Pousada	Minas do Camaquã 3º distrito Cerro do Martim	6
	Hotel e Pousada Maravilha	BR-392, Km 260	---

Fonte: organizado pela autora com base na Portaria nº 100 de 16 de junho de 2011 e em dados levantados nos trabalhos de campo.

Dentre os meios de hospedagem se destacam aqueles encontrados junto a importantes geopatrônios ou locais de interesse geoturístico como a Fazenda São João Turismo Rural, a Fazenda Cerro Colorado Turismo Rural, a Chácara do Forte, a Bellamina Pousada e Restaurante, a Pousada Minas Outdoor Sports, a Pousada e Restaurante Portal do Camaquã e o Minas Hotel.

A *Fazenda São João Turismo Rural* (figura 39 A) é uma propriedade localizada na BR-153, no 3º distrito Cerro do Martim, próximo ao geossítio Pedra das Guaritas, que oferece entretenimento e vivências no ambiente rural desde o ano 2000. Na

Fazenda, além dos serviço de hospedagem é oferecida alimentação diferenciada com produtos típicos da culinária campeira, produzidos pelo proprietário, percursos guiados à cavalo ou a pé, pesca e contato com as lidas do campo. Através de agendamento prévio também é possível realizar um dia de campo para grupos.

Entre os atrativos geoturísticos está o cerro testemunho formado por conglomerados e arenitos esculpidos por processos erosivos que formaram cavidades naturais que receberam a denominação de “Tocas da Fazenda São João” (geossítio nº 35 do quadro 9). A maior delas serviu como moradia ao proprietário, antes da construção da sede da fazenda, como pode ser observado na figura 39 B.

Figura 39 – Fazenda São João Turismo Rural



Legenda: (A) Sede da fazenda São João Turismo Rural, onde os turistas são recepcionados; (B) Cavidade principal da formação rochosa denominada “Tocas da Fazenda São João”. No centro da fotografia, em pé, é possível ver o Sr. Celso Simões Pires Ferreira, proprietário da fazenda São João. Fonte: Trabalho de campo, 14 de fevereiro de 2017.

A Fazenda São João Turismo Rural constitui um dos únicos meios de hospedagem de Caçapava do Sul divulgado no *website* da SEDACTEL.

Também na mesma categoria de serviços voltados a Turismo Rural, destacamos a *Fazenda Cerro Colorado* (figura 40 A), instalada em construção preservada datada de 1904, localizada no 6º distrito Seival-Carajá. A Cerro Colorado oferece pernoite, refeições e acompanhamento nas atividades da propriedade através de agendamento. A organização e decoração dos quartos e salas segue a estética da antiga construção, utilizando móveis e peças preservados, pertencentes aos antepassados da família que viveram na residência (figura 40 B). O nome da propriedade é inspirado no “Cerro Colorado” (geossítio nº 45 do quadro 9), constituído por rochas areníticas e conglomeráticas de cor avermelhada, pertencentes ao Grupo Guaritas (PEIXOTO, 2017) que encontra-se junto a sede da Fazenda.

Figura 40 – Fazenda Cerro Colorado Turismo Rural

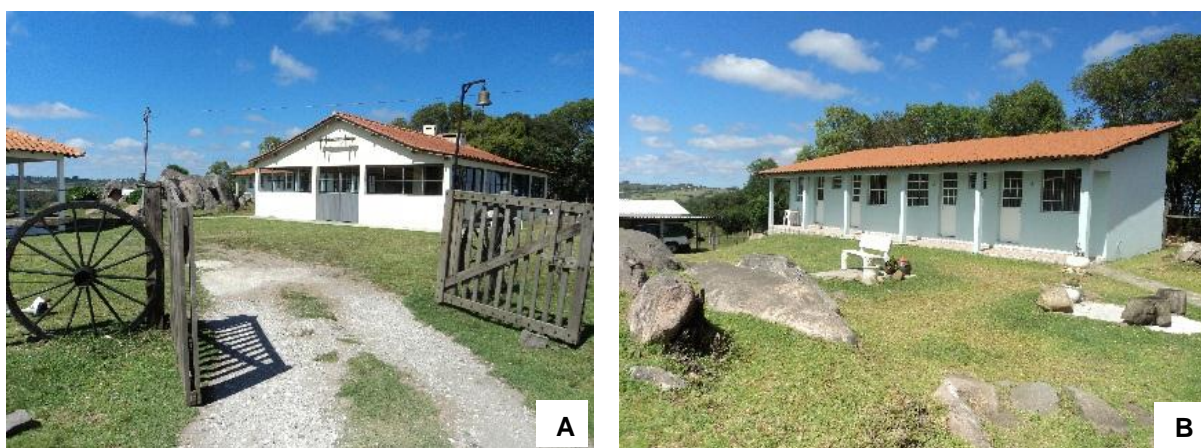


Legenda: (A) Sede da Fazenda Cerro Colorado, utilizada para recepcionar e hospedar turistas; (B) Uma das salas da propriedade, decorada com objetos e móveis antigos, datados do final do séc. XIX e início do séc. XX.

Fonte: DANZMANN (2011).

Outro importante meio de hospedagem é a *Pousada Chácara do Forte* (figura 41 A e B) (geossítio nº 29 do quadro 9), localizada em uma área de grande beleza cênica, com vista para a Serra da Santa Bárbara e com a presença de matacões de granito que afloram na superfície em decorrência do processo de erosão esferoidal sobre rochas ígneas pertencentes a Suíte Granítica Caçapava do Sul (PEIXOTO, 2017).

Figura 41 – Pousada Chácara do Forte



Legenda: (A) Entrada da Pousada Chácara do Forte. Ao fundo encontra-se o espaço utilizado para refeições, festas e eventos; (B) Instalações da pousada Chácara do Forte, construída em meio aos matacões graníticos.

Fonte: Trabalho de campo, 13 dezembro de 2016.

Além dos serviços de hospedagem e alimentação, os proprietários da Chácara do Forte organizam percursos guiados em locais de interesse geoturístico do

município, possuindo uma página na internet como principal meio de divulgação (<http://www.chacaradoforte.com.br/new/?i=>). Este geossítio é frequentemente visitado por grupos de estudantes dos cursos de Geologia de todo o RS, para a realização de pesquisas e aulas de campo.

Na Vila Minas do Camaquã (geossítio nº 15 do quadro 9), a infraestrutura remanescente após o encerramento das atividades minerárias em 1996, somada ao patrimônio natural da região, levou à instalação nos últimos 20 anos, de 4 meios de hospedagem: Bellamina Pousada e Restaurante; Pousada Minas Outdoor Sports; Portal do Camaquã Restaurante e Pousada e Minas Hotel³². Todas as pousadas funcionam em antigos prédios utilizados pela Companhia Brasileira do Cobre (CBC)³³.

A *Pousada e Restaurante Bellamina* (figura 42 A) foi a primeira a iniciar as atividades no ano de 2005, disponibilizando atualmente serviços de hospedagem e alimentação, academia e unidades habitacionais com cozinha privativa que podem ser locadas, empregando um total 12 pessoas. Na pousada, através da vivência dos proprietários que trabalharam na CBC é possível conhecer a história e os diversos ciclos de mineração pelos quais as Minas do Camaquã passaram ao longo de mais de um século de exploração (1865-1996).

A *Pousada Minas Outdoor Sports* (figura 42 B) constitui parte do empreendimento da empresa de Turismo de Aventura com denominação homônima, que funciona desde 2014 nas Minas do Camaquã. A pousada e um auditório para eventos, estão instalados na antiga hospedaria e cozinha utilizadas pela CBC, com capacidade para 30 e 80 pessoas, respectivamente. Alguns quartos da pousada possuem denominações em homenagem aos principais geopatrimônios de Caçapava do Sul como “Pedra da Cruz”, “Guaritas” e “Pedra do Segredo”.

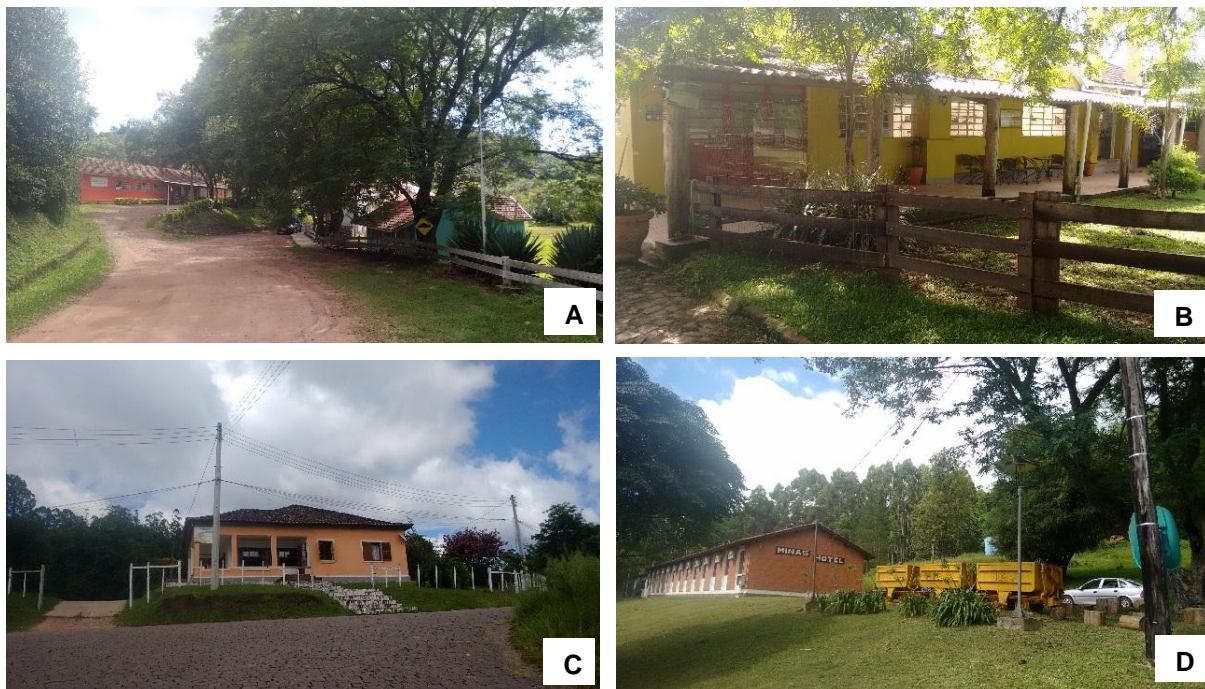
O *Portal do Camaquã Restaurante e Pousada* (figura 42 C) foi um empreendimento pensado para atender as equipes de filmagem da série de televisão “Animal”, produzida pela Rede Globo e canal GNT em 2013, no geossítio Pedra das Guaritas. Depois do encerramento das filmagens da série, as atividades da pousada

³² Sobre a Pousada Minas Hotel não foi obtido contato com os proprietários que residem no município de Bagé.

³³ A CBC é uma empresa de mineração criada em 1942 pelo governo do Estado do RS e a Laminação Nacional de Metais de Francisco Pignatari, que explorou as jazidas de cobre das Minas do Camaquã até 1974, quando o Governo Federal comprou a empresa. Em 1988, a CBC foi colocada a leilão, mas não foi arrematada e acabou sendo comprada por seus funcionários, que criaram a Bom Jardim S.A., empresa que coordenou as atividades mineiras até 1996, quando ocorreu o fechamento definitivo do empreendimento (DOMINGUES, 2016).

e restaurante continuaram com o intuito de atender turistas e pesquisadores da empresa *Nexa Resources* (antiga *Votorantim Metais*) na localidade, constituindo atualmente um dos principais estabelecimentos nas Minas do Camaquã onde é possível realizar refeições sem agendamento prévio.

Figura 42 – Pousadas na Vila Minas do Camaquã



Legenda: (A) Bellamina Pousada e Restaurante; (B) Pousada Minas Outdoor Sports; (C) Portal do Camaquã Restaurante e Pousada e (D) Minas Hotel.
Fonte: Trabalho de campo, 14 de fevereiro de 2017.

Além dos meios de hospedagem citados destaca-se a categoria acampamento turístico, caracterizada por constituir áreas preparadas para a montagem de barracas e para o estacionamento de reboques habitáveis, ou equipamento similar, possuindo ainda instalações, equipamentos e serviços específicos para facilitar a permanência dos usuários ao ar livre (BRASIL, 2008).

Nessa categoria se enquadram, o Camping Refúgio dos Escaladores Álvaro Moreira e o Camping Galpão de Pedra, localizados junto a importantes geopatrimônios de Caçapava do Sul.

O *Camping Galpão de Pedra* localiza-se próximo ao Parque Municipal da Pedra do Segredo, a cerca de 9 km do centro de Caçapava do Sul, em uma propriedade rural que possui a agropecuária como principal atividade econômica. O local, devido à grande concentração de afloramentos rochosos com formas curiosas que fazem

parte da Serra do Segredo (figura 43 A, B e C), constitui-se em um dos principais pontos de encontro de escaladores do RS, onde em junho de 2000 foi fundada a Federação Gaúcha de Montanhismo (FGM) (FGM, 2018).

Figura 43 – Serra do Segredo e Camping Galpão de Pedra



Legenda: (A) Principais geofomas que formam a Serra do Segredo, com denominações que remetem ao formato dos cerros rochosos que se localizam no entorno do Camping Galpão de Pedra; (B) Entrada do Camping Galpão de Pedra. Ao fundo Pedra do Leão (geossítio 44 do quadro 9); (C) Pedra do ET (esquerda) e Pedra Redonda (direita), vistas a partir da estrada de acesso ao Parque Municipal da Pedra do Segredo.

Fonte: (A) NAOKIARIMA (2018); (B) e (C) Trabalho de campo, 12 de dezembro de 2016.

O Galpão de Pedra disponibiliza uma infraestrutura, composta por cozinha comunitária, banheiros, churrasqueiras, luz elétrica, água encanada e piscina. Além disso, o Camping disponibiliza alguns quartos com infraestrutura para hospedagem e alimentação através de agendamento. Desde 1997, quando ainda não havia luz elétrica na localidade, o camping vem recebendo melhorias para receber os turistas. Conforme as informações obtidas em entrevista realizada com o proprietário,

as atividades iniciaram em 1998 a pedido de grupos de escaladores e de estudantes de Universidades que vinham até a localidade para realizar estudos sobre a fauna, a flora e a geologia local, sendo esse o seu principal público atualmente. A divulgação do Camping é realizada através de uma página na internet mantida pela Federação Gaúcha de Montanhismo (<https://www.galpaodepedra.cacapava.net/>), folder da Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul e redes sociais (<https://www.facebook.com/galpaodepedra/>).

Já o *Camping Refúgio dos Escaladores Álvaro Moreira* localiza-se na divisa entre a Vila Minas do Camaquã e o município de Santana da Boa Vista, ao sopé da Pedra da Cruz (figura 44), em uma propriedade rural familiar, que tem a produção pecuária como principal atividade econômica. O camping funciona há cerca de 15 anos, recebendo principalmente grupos de escaladores que visitam a localidade em busca dos paredões da Pedra da Cruz para a prática de escalada. A infraestrutura do Camping é composta por churrasqueiras, luz elétrica, água encanada, cozinha com fogões e geladeiras e banheiro. A divulgação do Camping é realizada através das redes sociais.

Figura 44 – Camping Refúgio dos Escaladores Álvaro Moreira



Legenda: Parte da área do Camping Refúgio dos Escaladores Álvaro Moreira, localizado nas Minas do Camaquã (geossítio nº 15 do quadro 9), divisa entre os municípios de Caçapava do Sul e Santana da Boa Vista. No primeiro plano está a construção utilizada como cozinha e ao fundo é possível observar a face Sul da Pedra da Cruz.

Fonte: Trabalho de campo, 14 de fevereiro de 2017.

É importante destacar que os Campings Refúgio dos Escaladores Álvaro Moreira e Galpão de Pedra, possuem a atividade turística como uma fonte complementar de renda, inserida nas atividades das propriedades em função da movimentação de escaladores na região, que frequentemente buscavam autorização dos proprietários para acampar nestes locais. Conforme as informações obtidas nas entrevistas realizadas, a agropecuária permanece sendo a principal fonte de renda, embora os pecuaristas familiares manifestem a intenção de melhorar a infraestrutura para garantir serviços de qualidade na recepção dos turistas.

6.1.3 As Atividades de Recreação e Entretenimento ao Ar Livre

As atividades de recreação e entretenimento, praticadas durante o tempo de lazer das pessoas (SANTOS, 2012), constituem serviços e facilidades que complementam a oferta turística e que contribuem para a permanência do turista no local. Entre essas atividades, possuem grande importância os esportes de aventura que tem impulsionado o desenvolvimento do denominado Turismo de Aventura.

As atividades de aventura constituem as experiências físicas e sensoriais recreativas que envolvem desafios e que podem proporcionar sensações diversas como liberdade, prazer e superação, a depender da expectativa, do envolvimento e da experiência do turista além do nível de dificuldade de cada atividade (BRASIL, 2010). Essas atividades podem ocorrer em espaços urbanos, rurais ou em áreas protegidas e, frequentemente têm como uma das suas origens os esportes na natureza, pressupondo determinado esforço e riscos assumidos, que podem variar de intensidade conforme a exigência de cada atividade e a capacidade física e psicológica do turista (BRASIL, 2010).

A diversidade de atividades de Turismo de Aventura que materializam esse segmento, variam sob diferentes aspectos em função dos territórios em que são desenvolvidas, podendo ser divididas em: 1) atividades em terra – Arvorismo, Bungee jump, Cachoeirismo, Canionismo, Caminhada ou trekking, Cavalgada, Cicloturismo, Espeleoturismo, Escalada, Montanhismo, Turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues e Tirolesa; 2) atividades na água – Bóia-cross, Canoagem, Duck, Flutuação, Kitesurfe, Mergulho autônomo turístico e Rafting, Windsurfe e 3) atividades no ar – Balonismo, Paraquedismo e Voo Livre (Asa Delta e/ou Parapente) (BRASIL, 2010).

Essas atividades, mesmo que tendo origem nos esportes de aventura, são oferecidas comercialmente aos turistas por seu caráter recreativo e não competitivo (BRASIL, 2010).

Caçapava do Sul, devido a seu diversificado geopatrimônio, com um variado conjunto de afloramentos rochosos e cerros testemunhos de considerável altitude, tem inspirado a população local à realizar algumas atividades de aventura como a escalada, o rapel, o voo livre, a canoagem, a caminhada ou trekking (CUNHA; BAZOTTI, 2015), entre outros. Essas características, somadas ao potencial para a realização de diversos segmentos de turismo, tem refletido no surgimento de alguns empreendimentos e iniciativas que focam suas atividades no entretenimento e recreação ao ar livre.

Entre essas iniciativas e empreendimentos destacamos: i) a empresa Minas Outdoor Sports; ii) o Grupo Flor de Tuna Cia de Aventura; iii) o Clube Caçapava do Sul de Voo Livre e o iv) Grupo de Canoagem e Expedições Martin Pescador.

i) Minas Outdoor Sports

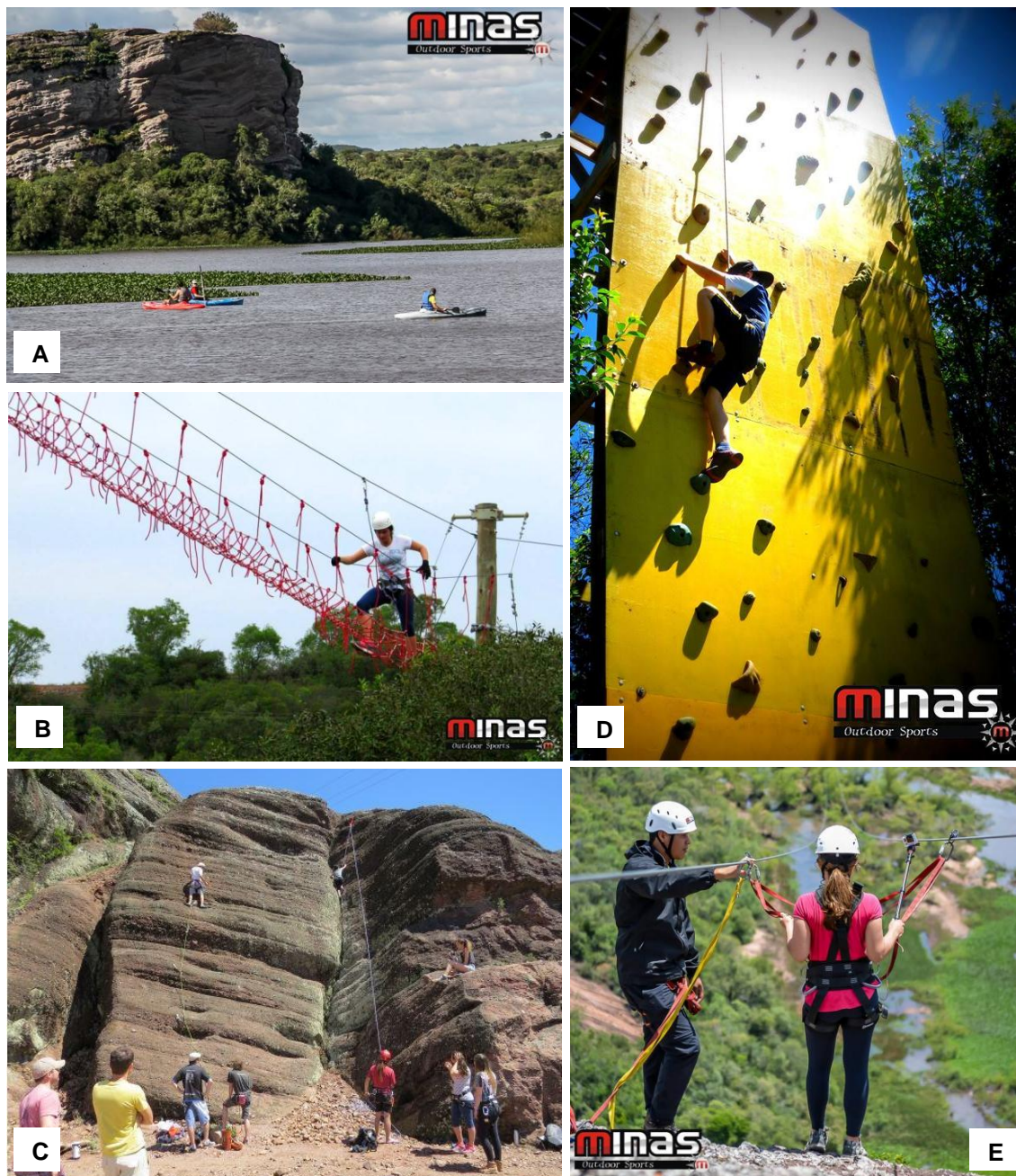
O Minas Outdoor Sports é uma empresa localizada nas Minas do Camaquã, que desenvolve atividades comerciais de aventura (figura 45) como o cicloturismo, o caiaque, a canoagem, passeios de quadríciclo, passeios à cavalo, tirolesa, circuito de arvorismo, escalada em rocha e *outdoor*, rapel e City Tour, enfocando a história da mineração do cobre na localidade. A área utilizada pela empresa para a prática dessas atividades foi acordada a partir de uma cedência na forma de comodato, com a Companhia Brasileira do Cobre (CBC) na Vila Minas do Camaquã.

A empresa desenvolve suas atividades com o auxílio de 4 condutores de Turismo de Aventura, contando com equipamentos de segurança adequados às modalidades esportivas e possuindo licença junto a Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (SEDACTEL) para atuar como operadora de Turismo de Aventura. A inserção da empresa na comunidade conta com um trabalho constante de formação e qualificação de condutores que são originários da própria Vila Minas do Camaquã.

O Minas Outdoor Sports dispõe de infraestruturas como: 1) pousada e auditório (citados anteriormente); 2) uma base operacional, para organização das atividades e recepção dos turistas, instalada em uma das antigas casas dos trabalhadores da mineração; 3) um muro, para a prática de escalada *outdoor* com 9 m de altura; 4) circuito de arvorismo com 10 m de altura, percurso de 180 metros e 9 obstáculos e 5)

uma tirolesa com 170 m de altura e 1.200 m de extensão, partindo da Pedra da Cruz, passando sobre a barragem do Arroio João Dias, importantes geopatrimônios de Caçapava do Sul.

Figura 45 – exemplos de atividades desenvolvidas pelo Minas Outdoor Sports



Legenda: (A) Canoagem na repesa do Arroio João Dias, onde se localiza a Pedra da Cruz; (B) Circuito de Arvorismo; (C) Escalada na Pedra do Engenho; (D) Parede para a prática de escalada outdoor; (E) Tirolesa partindo da Pedra da Cruz, considerada atualmente a maior do RS.

Fonte: MINAS OUTDOOR SPORTS (2018).

A empresa recebe diversos grupos de escolas, universidades, escoteiros, entre outros, totalizando um fluxo crescente de turistas ao longo dos anos e que vem contribuindo com o desenvolvimento local devido ao aumento do fluxo de pessoas que se hospedam nas pousadas (CUNHA; BAZOTTI, 2015).

Desde o ano de 2013 o Minas Outdoor Sports realiza o Festival Gaúcho de Esportes de Aventura, que além de oferecer a prática amadora de esportes para turistas, promove competições esportivas, mostra fotográfica, oficinas técnicas, palestras, apresentações musicais, entre outras atividades (CUNHA; BAZOTTI, 2015) tendo o apoio da SEDACTEL, da Associação das Federações Esportivas do Rio Grande do Sul (AFERS), da Universidade Federal do Pampa *campus* Caçapava do Sul, da Prefeitura Municipal e de diversas associações esportivas do RS.

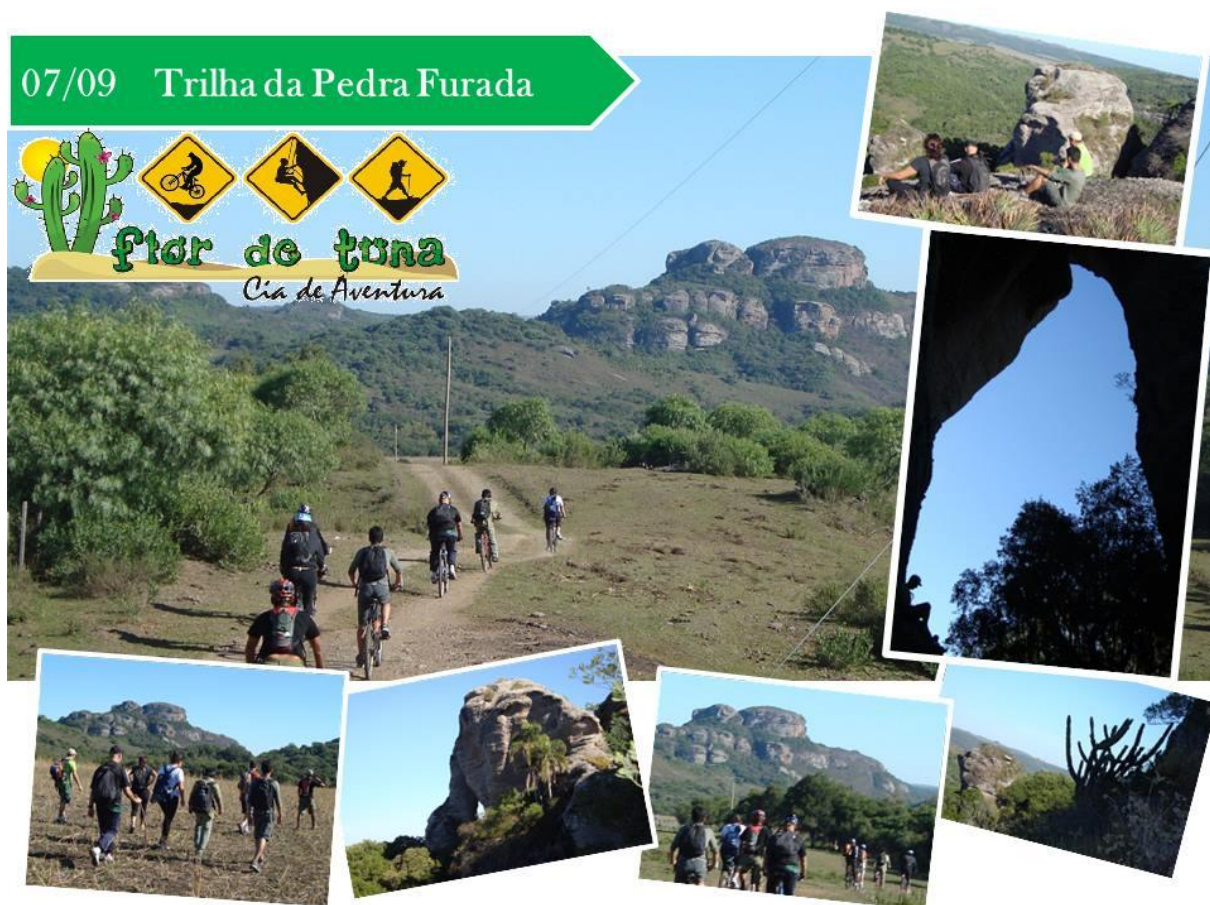
ii) Flor de Tuna Cia de Aventura

Outra importante iniciativa é o grupo Flor de Tuna Cia de Aventura, um projeto pensado por um grupo de mulheres, praticantes de esportes de aventura, que visa promover atividades esportivas em meio às paisagens singulares de Caçapava do Sul. As atividades desenvolvidas pelo grupo se concentram na realização de percursos interpretativos, especialmente nas modalidades caminhada ou *trekking* e cicloturismo ou *mountain bike*, proporcionando à população local e aos turistas, experiências ambientais que valorizam a história, a geologia, a fauna e a flora local.

A criação do grupo partiu da preocupação com os estudantes e professores da Unipampa *campus* Caçapava do Sul e de seus familiares, vindos de outras regiões do Brasil e, que apresentavam um grande interesse em conhecer o interior do município, mas que não obtinham informações adequadas para chegar à estes locais. No início das atividades do Flor de Tuna, o grupo também realizava a locação de bicicletas à comunidade; entretanto atualmente essa facilidade foi interrompida.

A iniciativa conta uma página para divulgação (<https://www.facebook.com/flordetuna/>), onde a comunidade local é convidada a participar das atividades promovidas e onde são passadas todas as informações de cada percurso a ser realizado, incluindo grau de dificuldade e dicas sobre materiais de uso pessoal. Os principais percursos organizados pelo Flor de Tuna visam a interpretação ambiental de geopatrimônios localizados na região da Serra do Segredo (figura 46), nas Guaritas e nas Minas do Camaquã.

Figura 46 – Convite do Flor de Tuna para percurso interpretativo na Serra do Segredo



Legenda: Convite do Flor de Tuna Cia de Aventura divulgado nas redes sociais para a realização da “Trilha da Pedra Furada”, localizada na Serra do Segredo, região oeste de Caçapava do Sul. No canto superior da imagem, à esquerda, podemos ver a identidade visual criada pelo grupo, que assim como o nome, faz referência a diversidade de cactáceas encontradas no território de Caçapava do Sul.

Fonte: FLOR DE TUNA CIA DE AVENTURA (2018).

iii) Clube Caçapava do Sul de Voo Livre

O Voo Livre também constitui uma das atividades de aventura praticadas em Caçapava do Sul, motivando a criação do Clube Caçapava do Sul de Voo Livre entre os anos de 2010 e 2011, para dar suporte à realização de eventos dessa categoria esportiva no município. O voo livre é o voo não motorizado que utiliza térmicas (correntes de ar quentes) com o objetivo de atingir longas distâncias, a uma altura entre 1.500 m a 2.000 m. As duas principais modalidades são o Parapente e a Asa Delta, sendo que o piloto deve associar-se à Federação Gaúcha de Voo Livre (FGVL) e à Confederação Brasileira de Voo Livre (CBVL) para ser habilitado à voar em rampas de todo o país.

Em Caçapava do Sul essa atividade é praticada a partir do Cerro da Angélica (geossítio 12 do quadro 9), do Cerro do Bugio (geossítio 17 do quadro 9), e da Serra

da Santa Barbara. Entre estes locais, apenas o Cerro da Angélica apresenta alguma infraestrutura de apoio, como área para camping e churrasqueira.

O Cerro da Angélica (figura 47) com 340 m de altitude e 160 m de desnível, juntamente com a Serra do Urucum no município de Quixadá (Ceará), é considerado uma das melhores rampas de decolagem para o voo livre do Brasil, permitindo decolagens a partir de todos os seus quadrantes. Em 26 de janeiro de 2012, André Wolf bateu o recorde brasileiro de Asa Delta voando 494,5 km a partir do Cerro da Angélica, cruzando a fronteira com a Argentina, em um voo de 10 horas (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOO LIVRE, 2018).

Figura 47 – Voo de Parapente a partir do Cerro da Angélica



Legenda: Voo de Parapente realizado a partir do Cerro da Angélica, em janeiro de 2012.
Fonte: CERRO DA ANGÉLICA (2018).

Tanto Caçapava do Sul³⁴, quanto o município de Quixadá e o Geoparque Araripe fazem parte da Associação Internacional de Montanhas Famosas (World

³⁴ Caçapava do Sul integra a WFMA juntamente com os demais municípios que fazem parte da Associação para o Desenvolvimento do Alto Camaquã.

Famous Mountains), Associação criada na China em 2009, com o objetivo de promover globalmente a valorização e o desenvolvimento territorial de regiões montanhosas através do turismo sustentável (CARVALHO; CORIOLANO, 2014).

O voo livre é considerado pelo Decreto 7.381/2010 como uma prática de caráter recreativo não competitiva dentro do Turismo de Aventura; entretanto no Brasil o voo duplo, panorâmico ou turístico só é permitido por intermédio de pessoas jurídicas, sendo vedada a contratação direta e informalmente entre piloto e passageiro e sendo obrigatória a oferta do seguro, cuja recusa deverá se dar formal e expressamente pelo passageiro (NORMA REGULAMENTAR CBVL, 2016).

iv) Grupo de Canoagem e Expedições Martin Pescador

A canoagem adquiriu maior visibilidade em Caçapava do Sul com a criação do Grupo de Canoagem e Expedições Martin Pescador, que constitui um grupo de amigos que pratica esta atividade como forma de lazer e de contemplação da natureza, utilizando rios da região como o Camaquã (figura 48 A e B), o Arroio Pessegueiro, o Irapuã/Irapuãzinho, entre outros. Conforme destacado por um dos integrantes fundadores do grupo, a iniciativa surgiu em 2005, sem fins lucrativos, sendo que qualquer interessado pode participar após receber treinamentos específicos, possuir caiaque (figura 49 A) e materiais de segurança como capacete e colete salva-vidas.

Figura 48 – Grupo de Canoagem e Expedições Martin Pescador



Legenda: (A) expedição realizada no Rio Camaquã nos dias 8 e 9 de novembro de 2011 pelo Grupo de Canoagem e Expedições Martin Pescador; (B) Remadores revisam o casco do caiaque, durante uma pausa da expedição realizada no Rio Camaquã.

Fonte: MARTIM PESCADOR (2011).

Em 2009 o Martim Pescador teve a iniciativa de publicar fotografias, histórias e informações sobre os locais por onde o grupo aventurou-se remando. Assim, com o apoio de doações e da SECULTUR foi publicada a revista “ROTAS Turísticas, Esportes e Eventos” com o objetivo de divulgar os atrativos turísticos locais e os esportes de aventura praticados em Caçapava do Sul. Na época a revista não conseguiu patrocínio para as demais edições e o grupo seguiu divulgando a iniciativa através de um blog (<http://canoagemmartinpescador.blogspot.com/>).

Entre as maiores dificuldades para o desenvolvimento da atividade em Caçapava do Sul estão a falta de informação e divulgação da atividade entre a população local e a inexistência de lojas especializadas para a compra de equipamentos necessários à canoagem como os caiaques.

Atualmente o grupo não tem realizado novas expedições, mas um dos integrantes desenvolveu um “gaiola-cross” (figura 49 B) a partir de um chassi de fusca e outras peças de carros, utilizado para expedições em terra e visitas a geossítios como as Guaritas.

Figura 49 – Caiaques e Gaiola-cross do Grupo Martim Pescador



Legenda: (A) Caiaques utilizados pelo Grupo de Canoagem e Expedições Martim Pescador; (B) “Gaiola-cross”, montada para a realização de expedições em terra na região das Guaritas e Minas do Camaquã.

Fonte: Trabalho de campo, 13 de dezembro de 2016.

As diversas práticas ou atividades ligadas ao Turismo de Aventura, muitas vezes estão relacionadas a outros segmentos, variando conforme as características dos territórios e motivação dos turistas (BRASIL, 2010). Nesse sentido, é importante compreender que tais atividades podem se somar à oferta turística de destinos que tenham como vocação principal outro segmento, com vistas a agregar valor aos produtos turísticos ofertados.

6.1.4 Artesanato e Produtos Típicos: um potencial à geração de Geoprodutos

A formatação de destinos turísticos envolve mais do que a organização de determinados atrativos, já que as experiências e o contato com a cultura local, além de serem valorizados pelos turistas, constituem parte do produto turístico que estão consumindo. Assim, a ideia de materializar a viagem após seu regresso faz com que muitos turistas procurem adquirir uma lembrança ou souvenir do local visitado (VALE *et al*, 2014), tendo destaque aqueles produtos típicos de cada território, que representam a criatividade, os saberes e o uso de matérias-primas da região (MASCÊNE; TEDESCHI, 2010). Entre esses produtos se destacam o artesanato e os produtos típicos ligados à gastronomia local.

i) O Artesanato

O artesanato compreende toda a produção resultante da transformação de matérias-primas, com predominância manual, por indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural, podendo no processo de sua atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios (BRASIL, 2012). A partir dessa definição é importante destacar que cada peça produzida pelo artesão é única e foge dos processos de produção em série realizados por indústrias. O artesão ou artífice é o trabalhador que exerce um ofício manual, transformando a matéria-prima bruta ou manufaturada em produto acabado, refletindo sua personalidade e sua relação com o contexto sociocultural do qual emerge (BRASIL, 2012).

Em relação aos usos, os artesanatos podem ser classificados em decorativos, educativos, lúdicos, religiosos, adornos e acessórios e utilitários (MASCÊNE; TEDESCHI, 2010). O artesanato local possui uma grande importância para o desenvolvimento do turismo, uma vez que a competitividade de um destino pode, em alguns casos, estar relacionada à diversificação e qualificação de produtos que valorizam a cultura e as características locais (MASCÊNE; TEDESCHI, 2010). Por outro lado, a demanda turística pelo artesanato pode ser considerada como mais uma forma de acesso ao mercado pelos artesãos (MASCÊNE; TEDESCHI, 2010).

Vargas (2016) destaca que o artesanato na região do Pampa, onde se localiza Caçapava do Sul, possui raízes históricas e traços culturais das comunidades, além da influência do contexto climático, geográfico e do modo de vida da sociedade. As

peças artesanais em lã, por exemplo, representativas da cultura gaúcha, começaram a ser confeccionadas a partir da necessidade da população em agasalhar-se do clima frio, com a utilização de matérias primas disponíveis na região (VARGAS, 2016).

Atualmente estão cadastrados junto ao Programa Gaúcho do Artesanato (PGA)³⁵ mais de 200 artesãos em Caçapava do Sul, que trabalham com a utilização de matérias primas variadas como lã, tecidos, couro, madeira, MDF, porongo³⁶, chifres, fibras vegetais, metal e rochas. A partir dos elementos da paisagem e do cotidiano vivenciado na região, os artesãos desenvolvem e comercializam o artesanato em suas residências, ateliês e/ou em locais com maior circulação de pessoas como a Feira Municipal de Artesanato e Produtos (FEMAPRO), localizada no centro da cidade e, na Vila Progresso, localizada às margens da BR-290.

A *Feira Municipal de Artesanato e Produtos (FEMAPRO)* foi fundada em 1998 com o objetivo de constituir uma feira permanente de artesanatos, produtos locais e prestação de serviços. O local está organizado a partir de pequenas stands (figura 50), que são alugados pelos expositores que se associam à FEMAPRO³⁷.

Figura 50 – Stands da Feira Municipal de Artesanato e Produtos (FEMAPRO)



Legenda: Stands organizadas pelos associados da FEMAPRO para a exposição de produtos locais e artesanatos. O local funciona de segunda-feira à sábado, das 08:00h às 18:00h.

Fonte: Trabalho de campo, 06 de julho de 2017.

³⁵ No Rio Grande do Sul a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), órgão vinculado à Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul (STDS), desenvolve o Programa Gaúcho do Artesanato, que incentiva a profissionalização, fomenta a atividade artesanal com políticas de formação, qualificação e apoio à comercialização, realizando ainda o cadastramento do artesão e fornecendo a Carteira de Artesão, que auxilia o reconhecimento deste como um profissional autônomo, possibilitando a participação em feiras, exposições e eventos no Brasil e no exterior.

³⁶ Fruto seco da *Lagenaria siceraria*, popularmente utilizado no RS para a produção de cuias para o preparo do chimarrão.

³⁷ A Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul auxilia o pagamento de 50% do aluguel do prédio onde funciona a FEMAPRO.

Atualmente existem 28 stands em funcionamento, sendo que 7 stands pertencem a artífices que trabalham com artesanato em tecidos, crochê, madeira e MDF e, 1 stand onde o expositor trabalha com produtos típicos como mel, própolis, figada, vinho de laranja, licores, doces em calda, goiabada e cuias de porongo para chimarrão (figura 51 A). O restante dos associados prestam serviços de costura, brechó, produtos religiosos, informática, entre outros. Os principais artesanatos produzidos pelos artesãos da FEMAPRO são as peças utilitárias e para a decoração de ambientes (figura 51 B e C). Entretanto, existem estratégias inovadoras como o artesanato produzido com tecido de guarda-chuva, para produção de roupas para animais de estimação (artesanato moda pet), além de aventais, pesos de porta, entre outros (figura 51 D).

Figura 51 – Produtos locais e artesanato da FEMAPRO



Legenda: (A) Produtos locais como mel, própolis, vinho de laranja e licor, comercializados por um dos expositores da FEMAPRO; (B) Artesanatos de decoração para cozinha em MDF e tecido; (C) Artesanato em crochê, pesos de porta e caixas utilitárias em MDF decoradas com diferentes motivos; (D) Artesanato Moda Pet, confeccionado com tecido de guarda-chuva (que seria descartado), forrado com tecido soft.

Fonte: Trabalho de campo, 06 de julho de 2017.

É interessante destacar que as pequenas lojas ou stands são espaços de sociabilidade e de inúmeras experiências, devido ao caráter singular do ambiente, extrapolando a função de trocas de mercadorias, possibilitando a humanização do comércio e rompendo com a realidade dura dos centros urbanos (FREIRE, 2010).

Essa questão destacada por Freire (2010) é observada no caso dos stands da FEMAPRO e do trabalho desenvolvido pelas artesãs que mantêm um ambiente de trabalho marcado pela cooperação e solidariedade, com a troca de conhecimentos e técnicas de trabalho, garantido o acesso destes artífices ao mercado.

É importante destacar ainda que a FEMAPRO possui uma localização privilegiada, já que fica bastante próxima do centro histórico de Caçapava do Sul, onde estão situadas as construções tombadas pelo IPHAN e IPHAE no município, constituindo um espaço estratégico para a comercialização de lembranças e/ou souvenirs.

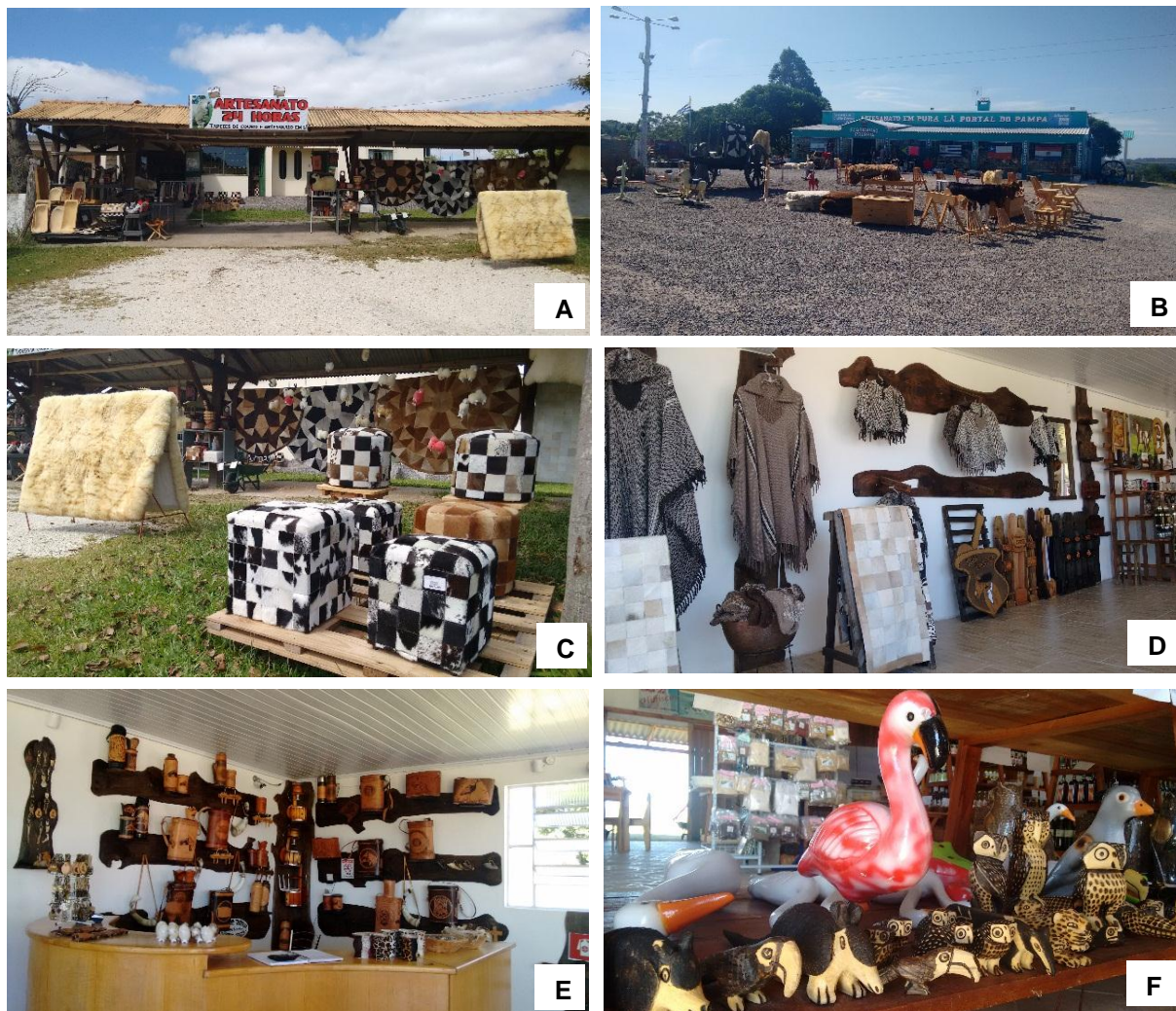
Outro local importante de comercialização de artesanato e de souvenirs é a *Vila Progresso*, localizada na BR-290, há cerca de 25 km da cidade de Caçapava do Sul, onde residem cerca de 70 famílias que desenvolvem atividades econômicas como a pecuária, a agricultura, o comércio e o artesanato em lã, considerada a principal atividade da localidade.

Na Vila atualmente 13 casais de artífices desenvolvem confecções em lã, como mantas, palas, capas, ponchos, luvas, meias, cobertores, entre outros, que são peças de roupas amplamente utilizadas para se agasalhar do frio durante o inverno no RS, principalmente na região do Campanha gaúcha e Fronteira Oeste. Em época de grande produção e comercialização, como no outono-inverno, os artífices empregam outras pessoas de forma temporária para auxiliar na confecção das peças. O artesanato em lã é o principal produto, mas também são comercializados artefatos variados em madeira e couro, além de acessórios e utensílios para montaria (pelegos, xergões, cordas, arreios, etc.) expostos em tendas e varais em frente às residências dos artesãos (figura 52 A, B e C) e em lojas (figura 52 D, E e F). Também são comercializados produtos e artesanatos como mateiras, cuias de porongo para chimarrão, chaveiros, facas, tapetes, etc., de artífices de outros municípios gaúchos, como estratégia de diversificação comercial.

A localização privilegiada da Vila Progresso, na rota de ligação entre os países do Mercosul e a Região Metropolitana do RS (BR-290) favorece a comercialização devido ao fluxo de viajantes e turistas que trafegam pelo local, especialmente nos meses de verão, com o deslocamento até as praias do litoral gaúcho e catarinense. Além da comercialização nas tendas em frente às residências, os artesãos vendem suas peças para lojas de “produtos gauchescos” (VARGAS, 2016) de várias cidades

do RS e SC, incluindo ainda, vendas eventuais para clientes que residem em outros países (EUA, Argentina, Uruguai), com o envio das encomendas pelo correio.

Figura 52 – Tendas de artesanato na Vila Progresso

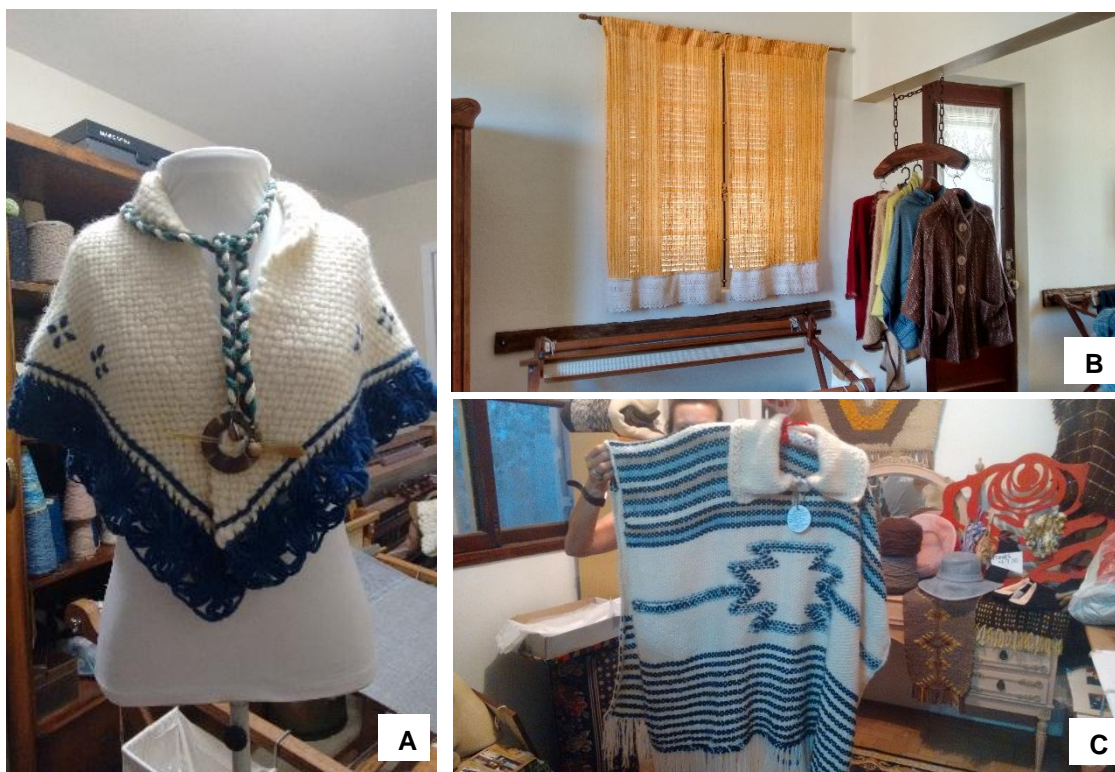


Legenda: (A) e (B) Artesanatos expostos em tendas em frente as residências dos artesãos da Vila Progresso; (C) Poofs e tapetes de couro para a decoração de ambientes, revendidos pelos artesãos como estratégia de diversificação comercial; (D) Palas e capas em lã, produzidos pelos artesãos da Vila; (E) Apetrechos para chimarrão como cuias de porongo, mateiras em couro, porta erva-mate e chaveiros com motivos gauchescos, revendidos pelos artesãos; (F) Artesanato Guarani (parte inferior da imagem), representando a fauna do RS, comercializado em uma das lojas na Vila Progresso. Fonte: Trabalho de campo, 30 e 31 de março de 2017.

Além da Vila Progresso, existem artesãs em Caçapava do Sul que trabalham com a tecelagem de peças exclusivas, produzidas com lã de alta qualidade (pura), atendendo especialmente ao público que aprecia produtos personalizados ou que fogem da confecção tradicional, com o emprego de cores fortes e de acessórios. Essas artesãs possuem ateliês junto a suas residências, localizadas no centro da

cidade de Caçapava do Sul e se destacam pela participação em desfiles de moda, com diversas premiações recebidas em feiras tradicionais no RS como, por exemplo, a Expointer, realizada no município de Esteio ou a Feovelha (feira itinerante) (figura 53 A, B e C).

Figura 53 – Artesanato produzido em ateliês de artesãs em Caçapava do Sul



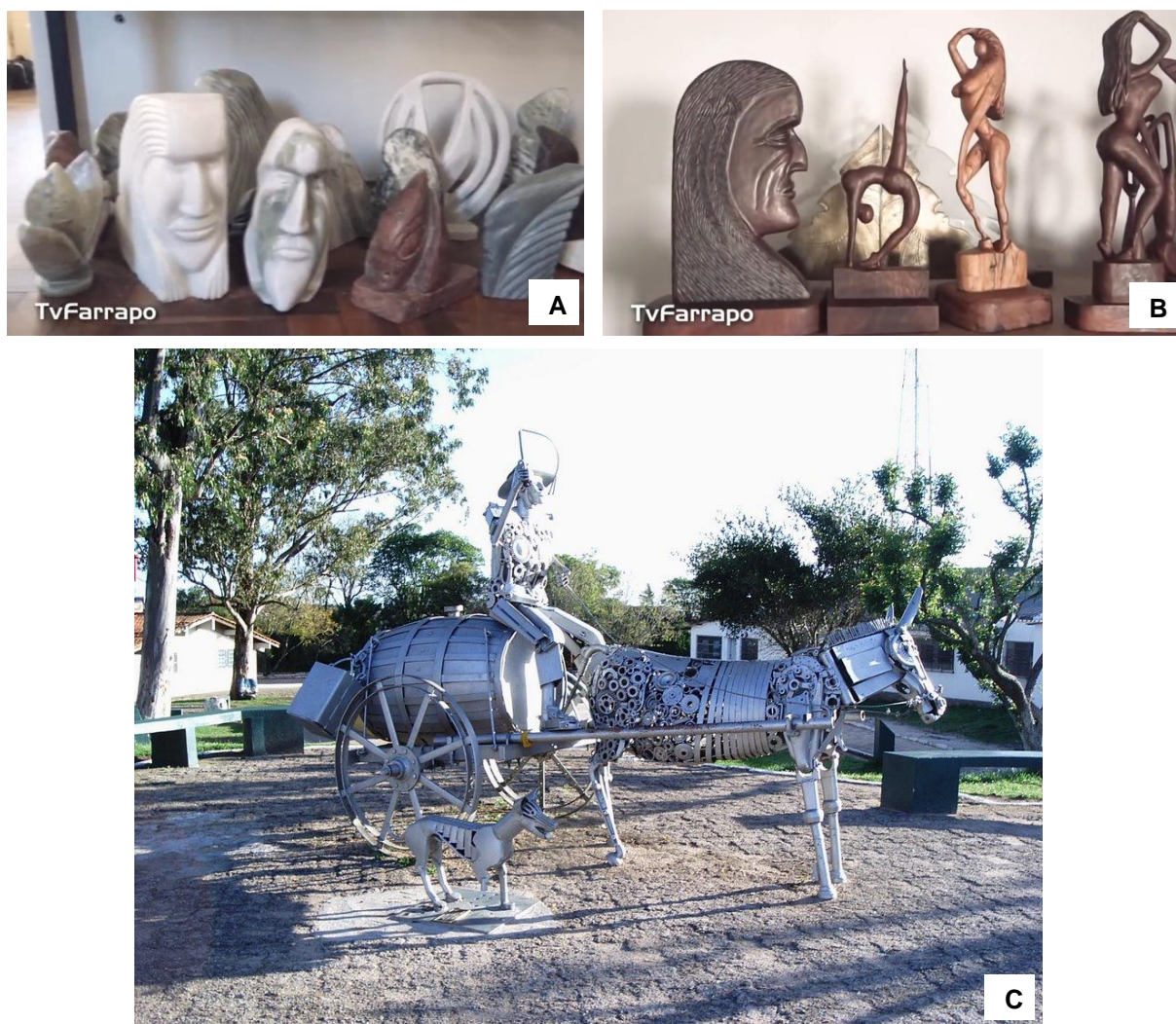
Legenda: (A) Xale em lã crua tecida em tear de prego, com flores em tenerife e colar "rabo de gato" confeccionado em lã e com ponteiros em madeira, produzido no ateliê LENART; (B) Capas femininas tecidas em tear no ateliê Tecendo Artt; (C) Capa feminina tecida em tear pelo ateliê Artisa.
Fonte: trabalho de campo, fevereiro de 2017.

É importante citar também o trabalho de artífices que trabalham com artesanato em metal e rochas (esculturas). As esculturas em rocha são produzidas exclusivamente pelo artífice Gilberto Chaves, a partir dos saberes e técnicas desenvolvidos para esculpir os calcários dolomíticos, coletados nas indústrias localizadas no geossítio Caieiras (geossítio nº 2 do quadro 9). Entre as esculturas produzidas destacam-se os índios apache, seres extraterrestres e esculturas de corpos em movimento (figura 54 A e B). Macedo *et al* (2007) apontam que o Rio Grande do Sul é um dos Estados brasileiros que se destaca pela produção de artesanato em minerais e rochas. Esse tipo de artesanato, diretamente ligado à

geodiversidade, pode ser considerado um geoproduto de excelente potencial para a valorização e divulgação geopatrimonial de Caçapava do Sul.

Já o artesanato em ferro é de autoria do artífice José Oliveira Machado, com destaque para algumas esculturas que se encontram expostas no município, como a Índia Imembuí na Chácara do Forte, o Guerreiro Farrapo na sede da SECULTUR e a Pipa do Noca, na Praça Mathias Campos Velho (figura 54 C).

Figura 54 – Artesanato em rochas, madeira e em ferro



Legenda: (A) e (B) Esculturas em calcário dolomítico e madeira, produzidas pelo artífice Gilberto Chaves; (C) Pipa do Noca, escultura em ferro de autoria de José Oliveira Machado, em homenagem a um dos pipeiros que entregava água na cidade.

Fonte: (A) e (B) REPORTAGEM TV FARRAPO (2014); (C) TURISMO CAÇAPAVA DO SUL (2018).

Conforme as informações obtidas em entrevistas com os artesãos, o artesanato possui um volume de vendas muito variável, sendo que datas comemorativas (páscoa, dia das mães, dia dos namorados, dia dos pais e o natal), são os períodos em que o

artesanato é mais procurado. Para os artesãos que trabalham com confecções em lã o período de maior número de vendas é durante todo o outono-inverno.

A participação dos artesãos em feiras e as exposições surge como oportunidade de geração de negócios, pois é a partir destes eventos que são realizados contatos com lojistas de outras regiões, facilitando o acesso a mercados distantes. Nesse sentido, entre as principais feiras das quais os artesãos entrevistados participam destacam-se a Expointer em Esteio (RS), a Feovinos (feira itinerante) e a Expofeira Agropecuária de Caçapava do Sul. Entretanto, os artesãos entrevistados relatam uma diminuição na participação nesse tipo de evento, devido aos altos custos com aluguel dos stands, deslocamento, hospedagem e alimentação. Esse problema também é ressaltado em relação à participação na Expofeira Agropecuária de Caçapava do Sul, onde o aluguel dos stands é considerado caro pelos artesãos.

Uma segunda questão destacada especialmente pelos artesãos que trabalham com a tecelagem é o tempo destinado à participação nas feiras, já que o afastamento temporário do local de trabalho, acaba interferindo no ritmo da produção, desmotivando a participação dos artesãos nesses eventos.

Feira tá muito caro de fazer, os stands são muito caros, transporte para o meu produto é muito caro, hotel. Um stand, por exemplo, custa 3.500 R\$ não vale a pena. Vale mais a pena comercializar em casa, ficar produzindo ou vender para lojistas (E-11).

Por outro lado, os eventos culturais e exposições ao ar livre realizados na Praça Dr. Rubens da Rosa Guedes e no Parque Municipal da Fonte do Mato, são citados pelos artesãos como boas oportunidades de expor e comercializar o artesanato local.

Em relação à realização de cursos de aperfeiçoamento a maioria dos artesãos entrevistados destacam que não tem participado, já que o acesso à internet facilitou a aprendizagem de técnicas e a obtenção de novas ideias para a elaboração das peças.

Embora o artesanato em Caçapava do Sul represente elementos importantes da cultura gaúcha, não são encontrados artefatos que retratem os principais prédios históricos ou geopatrimônios do município. Sobre essa questão, uma das artífices observa que há uma carência muito grande de artesanatos ou souvenirs para os turistas, já que estes procuram por produtos que identifiquem o município e que tragam algum símbolo da paisagem ou da cultura local.

Ainda não se chegou a uma identidade que identifique Caçapava fora daqui. (...) Não criaram também a imagem que identifique Caçapava porque se fala em Fonte do Mato, se Fala no Forte, na Pedra do Segredo, nas Guaritas, mas

nenhuma delas têm uma representação que mostre que é Caçapava do Sul (Entrevistado E.34-artesão).

Entre os raros artesanatos encontrados com a identificação do município, podemos citar porta canetas e chaves em madeira (figura 55 A) e cuias de porongo para chimarrão (figura 55 B).

Figura 55 – artesanatos encontrados com a inscrição “Caçapava do Sul”



Fonte: (A) Trabalho de campo, 31 de março de 2017; (B) Trabalho de campo, 06 de julho de 2017.

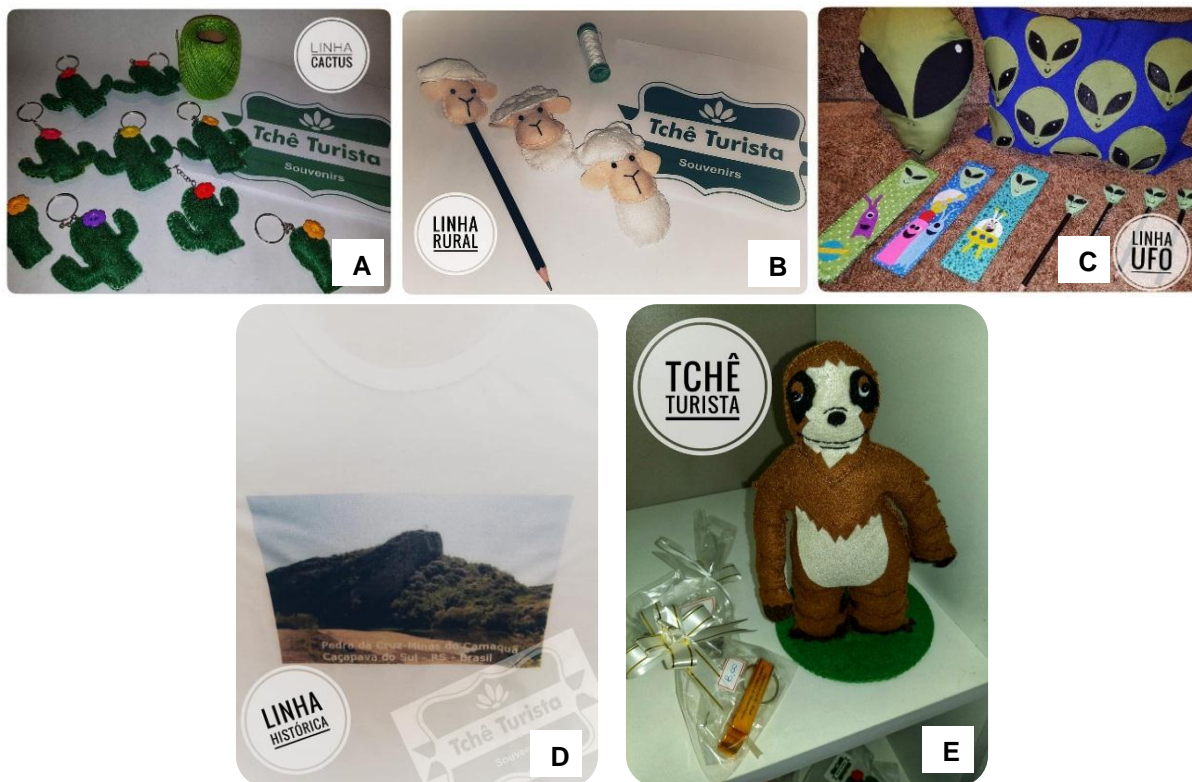
Por outro lado, recentemente vem sendo desenvolvida a iniciativa “*Tchê Turista*”, que trabalha com a produção e comercialização de souvenirs temáticos que retratam as principais potencialidades turísticas de Caçapava do Sul, como: a *linha cactos* que lembram a importância e diversidade das cactáceas encontradas no território (figura 56 A); a *linha rural*, com souvenirs que representam algum elemento ligado à produção pecuária na região (figura 56 B); a *linha UFO*³⁸, com souvenirs que fazem referência ao Turismo Ufológico (figura 56 C); a linha geodiversidade, com produtos personalizados com imagens dos principais geopatrimônios do município (figura 56 D) e/ou com a frase “Caçapava do Sul – Capital Gaúcha da Geodiversidade”; a *linha Nossa Senhora de Assunção*, padroeira do município e souvenirs com frases como “Tchê Amo Caçapava do Sul”, “Caçapava do Sul – 2ª Capital Farroupilha”, “Caçapava do Sul – Capital do Carinho”, entre outras.

Além dos souvenirs são produzidas peças artesanais em feltro, incluindo a produção de uma réplica da preguiça (*Megatherium americanum*) que vem sendo pensada para compor uma nova linha de souvenirs (figura 56 E). Os souvenirs temáticos da Tchê Turista, são divulgados e comercializados através das redes

³⁸ Desde 1996 o Grupo de Pesquisas Ufológicas de Caçapava (GPUC) e outros projetos tem incentivado o desenvolvimento do “Turismo Ufológico” no município, devido aos relatos de avistamento de OVNI e, encontros de estudiosos da temática que ocorrem na região das Minas do Camaquã.

sociais (<https://www.facebook.com/tcheturista/>) e em uma pequena loja, localizada próxima ao centro da cidade.

Figura 56 – Souvenirs temáticos da Tchê Turista



Legenda: (A) Chaveiros em forma de cactáceas, em referência a grande diversidade de cactáceas associadas aos afloramentos rochosos; (B) Ponteira decorativa para lápis e canetas, em forma de cordeiro, um dos símbolos da atividade pecuária na região; (C) Almofadas, marca página e ponteiras para lápis e canetas em forma de ETs, em referência ao Turismo Ufológico que ocorre no município; (D) Camiseta com estampa da Pedra da Cruz, um dos principais geopatrimônios do território localizada nas Minas do Camaquã, local de importância histórica e cultural para os caçapavanos; (E) Réplica de uma preguiça (*Megatherium americanum*) em feltro.

Fonte: TCHÊ TURISTA (2018).

Sobre a participação dos artesãos em projetos de desenvolvimento ou fomento ao turismo em Caçapava do Sul, apenas um dos artífices relata que participa das reuniões da ADAC e da Expo Alto Camaquã; e outro comenta que chegou a participar das ações desenvolvidas pelo NIDETUR.

Mascêne e Tedeschi (2010) destacam que no Brasil a dificuldade do artesão em desenvolver postura empreendedora e visualizar o artesanato como negócio, assim como as dificuldades de acesso a mercados, constituem os principais desafios a serem superados para que o artesanato deixe de ser considerado apenas como uma alternativa complementar de renda.

(ii) *Os Produtos Típicos*

Os produtos típicos ou locais são, em geral, produtos alimentícios processados segundo métodos tradicionais, em pequena escala, muitas vezes em família ou por um determinado grupo (MASCÊNCE; TEDESCHI, 2010). Atualmente os produtos considerados locais/regionais são vistos como contraposição aos padronizados, comercializados em supermercados (TEDESCO, 2013), adquirindo grande valorização por parte dos turistas, devido aos valores culturais e ligação com o território do qual fazem parte (KRUKEN, 2009).

Em Caçapava do Sul encontram-se algumas agroindústrias, feiras coloniais e/ou locais de comercialização de produtos típicos que atendem a comunidade e aos turistas, destacando-se: as agroindústrias familiares Casa do Mel TX Produtos Naturais (Apicultura Teixeira), o Armazém do Faxinal, o Recanto do Irapuá Produtos Coloniais; a Colônia Santa Bárbara; a Feira Livre do Produtor de Caçapava do Sul; a Dielo Produtora de Alimentos; a Cerveja Artesana/Mundaréu e as indústrias de produção de azeite de oliva e azeitonas de mesa Cerro dos Olivais e Empório Prosperato.

Na Vila Progresso, além do artesanato em lã se destacam as Agroindústrias Casa do Mel TX Produtos Naturais e o Armazém do Faxinal, ambas localizadas às margens da BR-290.

A *Casa do Mel TX Produtos Naturais* oferece produtos como mel, o própolis, doces em calda, chás, queijos e salame, além de uma ampla variedade de artesanatos que são vendidos no local, a partir de parcerias com artesãos da Vila Progresso, de Caçapava do Sul e de outros municípios gaúchos. A apicultura vem sendo desenvolvida há três gerações pela família Teixeira, mas a loja foi implantada na Vila em 2015.

O mel TX (figura 57 A) é produzido a partir de apiários instalados em áreas de mata nativa (mel silvestre) distribuídos em todo o território de Caçapava do Sul, possuindo certificação de produção orgânica e diversas premiações. A mais recente foi recebida durante o Concurso de Produtos da Agroindústria Familiar na 40ª Expointer, realizada em 2017 em Esteio. A produção média é de 30 toneladas de mel/ano, abastecendo vários pontos comerciais em Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, São Gabriel, Santa Maria e também o estado de Santa Catarina.

A *Agroindustria Armazém do Faxinal* possui mais de 20 anos de trabalho com produtos como a figada, a goiabada, o doce de abóbora, os doces de frutas em calda

(pêssego, pêra, figo, etc.), as geleias e chimias, o doce de leite, a ambrosia, o mel, pães e biscoitos (figura 57 B, C e D), entre outros produtos. No local também é comercializado artesanato em lã, mas em menor escala de produção em função da necessidade de maior dedicação aos produtos agroalimentares que consomem grande parte do tempo na propriedade.

Figura 57 – Produtos locais Casa do Mel TX e Armazém do Faxinal



Legenda: (A) Mel produzido pela Apicultura Teixeira/Casa do Mel TX, um dos produtos locais mais valorizados do território e de qualidade reconhecida nacionalmente; (B) Doces em calda, biscoitos e bolachas produzidos e comercializados no Armazém do Faxinal; (C) Figada em vidro, doce tradicional da cultura gaúcha produzido a partir do processamento e cozimento do figo. Este doce, assim como a goiabada são bastante tradicionais no território; (E) Ambrosia, doce à base de ovos, leite e açúcar, tradicionalmente consumido em todo o RS.

Fonte: Trabalho de campo, 30 de março de 2017.

Além de comercializar com viajantes que trafegam pela BR-290, o Armazém do Faxinal fornece seus produtos para vinícolas como a Miolo de Caxias do Sul, mantendo ainda, um sistemas de parceria com outras agroindústrias de Caçapava do Sul, que produzem produtos diferentes. Conforme as informações obtidas em entrevista, um dos principais problemas enfrentados pela Agroindústria é a falta de mão de obra temporária para auxiliar na produção caseira. Esse problema tem refletido na estagnação do volume de produção e na falta de um estoque de produtos que permita a participação em feiras e exposições agropecuárias.

A *Feira Livre do Produtor de Caçapava do Sul* é realizada na Praça Dr. Rubens da Rosa Guedes, em frente à Igreja Matriz Nossa Senhora de Assunção, com a participação de 22 produtores rurais que comercializam hortifrutigranjeiros como hortaliças, legumes, frutas, queijos, ovos, mel, etc., além de doces, pães e biscoitos caseiros diversificados (figura 58 A e B).

Figura 58 – Feira Livre do Produtor de Caçapava do Sul



Legenda: (A) Aspecto geral da organização da Feira Livre do Produtor de Caçapava do Sul; (B) Hortifrutigranjeiros produzidos pelos agricultores.

Fonte: (A) Trabalho de campo, 28 de abril de 2017; (B) GAZETA DE CAÇAPAVA DO SUL (2017).

A Feira surgiu inicialmente junto a FEMAPRO, mas com o tempo os agricultores familiares reivindicaram um local maior para a exposição dos produtos, obtendo apoio da Prefeitura Municipal para utilizar a Praça. Conforme entrevista realizada com os coordenadores, a Feira é desenvolvida sempre nas sextas-feiras, das 08:00h às 12:00h, com o objetivo de complementar a renda dos produtores rurais que vêm de várias localidades do município. Os produtores que participam da Feira contam ainda com o apoio da EMATER, que vem trabalhando no desenvolvimento de uma marca coletiva e de rótulos que irão identificar os produtos comercializados.

Também no centro da cidade, a agroindústria Dielo Produtora de Alimentos e da Cervejaria Artesana/Mundaréu, se destacam pela produção artesanal.

A *Dielo Produtora de Alimentos* é uma agroindústria criada em 1996, que trabalha com a produção de doces em calda, conservas, temperos e licores (figura 59 A, B, e C). A produção artesanal desses produtos é realizada na própria sede da empresa, onde também funciona um minimercado, fruteira e adega, contando com o auxílio de colaboradores para o abastecimento da loja e empregando um total de 7 pessoas. A organização da loja contou com o apoio e consultoria realizados pelo

SEBRAE, tanto para a logística interna e organização da cozinha, como para a elaboração dos rótulos dos produtos.

Na Dielo é possível conhecer alguns dos geopatrimônios de Caçapava do Sul através de painéis com a imagem e o tipo de rocha predominante em cada local, que estão instalados nas dependências da loja (figura 59 D). A iniciativa surgiu como forma de divulgação da geodiversidade do município para que os turistas que visitam o local em busca dos produtos típicos, possam conhecer um pouco do patrimônio natural que fica no interior do município.

Figura 59 – Dielo Produtora de Alimentos



Legenda: (A) Aspecto geral da loja Dielo Produtora de Alimentos; (B) Variedade de licores de frutas, doces em calda e chimias; (C) Figadas, goiabadas, peradas e frutas desidratadas; (D) Um dos ambientes da loja, decorado com imagens de geopatrimônios como os geossítios Pedra das Guaritas, Caieiras, Mina do Camaquã, entre outros, acompanhadas de painéis litológicos.

Fonte: Trabalho de campo, 28 de abril de 2017.

Conforme as informações obtidas através de entrevista, a Dielo recebe turistas e visitantes de vários municípios do RS, como Santa Maria, Porto Alegre, Bagé, São Sepé, Cachoeira do Sul e, de Estados como São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro, muitos em visita à alunos da Unipampa que residem em Caçapava do Sul.

A *Cervejaria Artesana/Mundaréu* está em funcionamento desde 2014. Inicialmente a Cervejaria trabalhava com a marca “Artesana”, entretanto, como já

havia registro para essa denominação, os proprietários desenvolveram e registraram a marca “Mundaréu”.

Atualmente são produzidas 6 tipos de cerveja artesanal puro malte, que são comercializados em garrafas de 500 ml (figura 60 A) ou em barris de Chopp de 30 e 50 litros. A Cervejaria também tem buscado a realização de parcerias dentro do município para a divulgação da marca, como por exemplo com o Camping Casa de Pedra na Serra do Segredo. Além de atender a população caçapavana em festas, eventos e exposições agropecuárias, a cervejaria é procurada por visitantes e turistas que passam pelo município, vindos principalmente de Bagé, Cachoeira do Sul, São Gabriel e Santa Maria, recebidos em um dos ambientes comerciais da sede da Cervejaria (figura 60 B).

Figura 60 – Cervejaria Artesana/Mundaréu



Legenda: (A) Kits e embalagens para presente, divulgado na rede social da Cervejaria (<https://www.facebook.com/ArtesanaCervejaPuroMalte/>); (B) Armazém da Cervejaria Artesana/Mundaréu, utilizado como bar e local para recepção de grupos de visitantes;
Fonte: (A) MUNDARÉU/ARTESANA (2018); (B) Trabalho de campo, 28 de abril de 2017.

Outros produtos de destaque de Caçapava do Sul são os azeites de oliva e as azeitonas de mesa, produzidos em olivais pioneiros no desenvolvimento da Olivicultura no RS, tais como a Chácara Cerro dos Olivais e a Prosperato, na Vila Progresso. A Cerro dos Olivais é considerada a introdutora da Olivicultura no RS com a produção do primeiro azeite do país em 2008. A Prosperato (figura 61) também é uma das primeiras marcas a entrarem no mercado nacional com a produção de azeites de oliva (Monovarietal Picual e Koroneiki e Blend das variedades Arbequina e Arbosana), tendo recebido diversos prêmios em competições no Brasil e em outros 7 países.

Figura 61 – Olivais e azeites de oliva da Prosperato



Legenda: (A) Olival na Fazenda São José, propriedade da Prosperato na Vila Progresso. A Prosperato também possui uma loja, localizada às margens da BR-290; (B) Azeites de oliva Prosperato, comercializados na Casa do Mel TX Produtos Naturais.

Fonte: Trabalho de campo, 12 de abril de 2017.

Cita-se ainda a existência de algumas casas de doces especializadas na produção de chocolates artesanais como o *Ateliê Doce Paixão*, que produz bombons, trufas, cupcakes, brownie, pães de mel, e a *Sorveteria Artesanal Beneditto Empório Gelateria*, ambas localizadas no centro da cidade.

A partir das entrevistas realizadas destaca-se que os produtos considerados como mais tradicionais do território são o mel, a figada, a goiabada e o vinho de laranja. O mel é um dos produtos de maior volume de produção, já que grande parte das agroindústrias locais produz e comercializa o produto, com destaque para a produção orgânica. Já o vinho de laranja constitui um produto exclusivo do território de Caçapava do Sul, embora atualmente seja um produto difícil de ser encontrado, conforme é destacado pelo entrevistado E-28.

O vinho de laranja é um problema pra nós no sentido de que é muito procurado pelas pessoas e é uma receita desenvolvida pela Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio de Caçapava. Essa receita é muito antiga e não tem quem registre isso como vinho. Como licor sim, mas como vinho não já que os vinhos são de uva né. Então esse vinho ali é produzido tudo lá em casa, nada é comprado (E-28).

A personalização e a marca ligada ao território aparecem em alguns rótulos de produtos, que apresentam imagens de patrimônios importantes, como no caso dos rótulos da Cerveja Artesana/Mundaréu, que apresenta o Forte D. Pedro II e a Igreja Matriz Nossa Senhora de Assunção, e os rótulos presentes nos produtos da Agroindústria Recanto do Irapuã Produtos Colônias, que utiliza a Pedra da Cruz como imagem-símbolo em seus produtos.

Conforme destacam Horodisky *et al* (2012) a oferta de souvenirs é observada nos destinos turísticos, especialmente no entorno dos atrativos mais visitados, equipamentos e portões de entrada. Nesse sentido, é fundamental que se busque implantar a oferta de souvenirs e produtos típicos com a identidade do território (KRUCKEN, 2009), disponibilizando os denominados geoprodutos nos locais de interesse geoturístico com maior fluxo de visitação em Caçapava do Sul.

É importante destacar ainda que o artesanato e os produtos típicos, enquanto processo criativo gerador de valor simbólico e de franca ocorrência no Brasil, podem contribuir para o desenvolvimento de roteiros turísticos inovadores e sustentáveis (BRANDÃO *et al*, 2012). Nesse sentido, salienta-se que as rotas/roteiros geoturísticos que possam vir a ser implantados em Caçapava do Sul, integrem os locais de comercialização de produtos típicos como as agroindústrias familiares e os pontos de venda de artesanato, dando acesso a um novo mercado aos artesãos e produtores rurais, satisfazendo ainda os interesses dos turistas.

Sobre esse aspecto, conforme a narrativa de alguns entrevistados que trabalham com produtos agroalimentares e com artesanato, destaca-se que existe o interesse em ter suas propriedades promovidas pela SECULTUR e/ou por roteiros turísticos:

Eu acho que Caçapava tem potencial pro turismo pouco explorado ainda e a gente tem muito o que fazer. Eu continuo ainda aqui como é novo também e houve transições de Administração né e a princípio eu tô deixando calma pra conversa com o pessoal da prefeitura também pra ver qual é o plano deles né e vó tá à disposição pra ser um parceiro. Mas junto com o município né. A gente sempre fica assim na expectativa de que se faça mais pelo turismo (E-19).

Na verdade assim ó a gente tá com um projeto na propriedade nossa lá, do sítio de fazer turismo lá. A gente até já tem umas visitas lá, mas mais assim voltada à educação. Por exemplo que nem a ETERGS, não sei se tu conhece? Eles tem uma escola, uma escola técnica que onde o aluno vai lá e se especializa na parte de agricultura familiar. Eles já foram lá em casa, inclusive na quarta-feira tá marcada uma outra visita pra uns 15 alunos da ETERGS lá junto com a prefeitura e a professora Diana e eles querem visitar o sítio justamente por isso, porque a gente trabalha numa grande quantidade de linhas na propriedade do interior que pra ti pode te renda tu não pode trabalhar com uma linha só né. E aí a gente tá pensando, inclusive eu já falei com o pessoal do turismo ali, pra ver se a gente consegue inclui o sítio num calendário do município pra visitação. De início de visitação desses municipal mais colégio ou até alguma outra entidade, sindicato que queira nos visitar a gente recebe. E aí mais posteriormente, daqui um pouco a gente abrir pra visita externa, de fora do município (E-27).

Conforme o trabalho de inventário realizado pela presente pesquisa é possível identificar a variedade de produtos locais típicos e artesanatos, que representam o

potencial produtivo e empreendedor dos atores locais do território e que possuem papel de destaque para alicerçar a constituição de geoprodutos a serem comercializados dentro de um futuro Geoparque em Caçapava do Sul.

6.2 O OLHAR DOS ATORES LOCAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Irving *et al* (2005) destacam que o turismo, visto como a atividade econômica que mais cresce no mundo, passa gradualmente a incorporar novos olhares de planejamento, como resultado de seu potencial gerador de emprego e renda, aporte de benefícios econômicos, sociais e ambientais e, mecanismo para inclusão e transformação social. No entanto, para concretizar essas contribuições sociais faz-se necessário um olhar mais atento às questões concernentes a participação da população no planejamento, na implementação e no monitoramento e gestão da atividade (IRVING *et al*, 2005).

Nesse sentido, buscou-se ouvir os gestores do turismo e os demais atores locais de Caçapava do Sul, e compreender o entendimento destes sobre o desenvolvimento atual da atividade no município. Além disso, buscou-se investigar como as estratégias de geoconservação e valorização da geodiversidade local tem sido divulgadas no território, com o objetivo de compreender a percepção dos atores locais em relação ao potencial de aproveitamento turístico do geopatrimônio.

6.2.1 Desenvolvimento Territorial e Gestão Pública Municipal do Turismo

O turismo está permeado por uma série de ideias e conceitos, podendo remeter o turista à ideia de férias, ao empreendedor à ideia de lucro, aos trabalhadores a ideia de geração de empregos, e à comunidade local à ideia de geração de renda e desenvolvimento econômico (PANOSSO NETTO, 2010).

O entendimento do turismo como uma alternativa de desenvolvimento territorial, assentada sobre o aproveitamento das potencialidades endógenas locais, tem difundido a ideia de que esta constitui uma saída para a situação de “subdesenvolvimento” a que muitos municípios tem sido classificados. De La Torre (1992) destaca que o turismo é um fenômeno social, que acarreta múltiplas inter-relações de importância social, econômica, cultural e ambiental. Nesse sentido,

considerando a importância da compreensão do turismo para o desenvolvimento territorial e de suas múltiplas inter-relações questionou-se os atores locais: *“Na sua opinião, de que forma a atividade turística contribui com o desenvolvimento territorial de Caçapava do Sul?”*.

Considerando os diferentes tipos de visões sobre o turismo, abordadas por Panosso Neto (2010) é possível compreender que a maioria dos atores sociais entrevistados, considera esta atividade a partir da visão econômica, como uma oportunidade de negócios, renda e lucros advindos da comercialização de produtos e serviços oferecidos aos turistas. 70% dos atores locais acredita que a principal contribuição é a arrecadação econômica gerada através dos serviços de recepção, alimentação, recreação e entretenimento e da movimentação do comércio local, no sentido do que expressam as narrativas dos entrevistados E-03 e E-07:

O pessoal que vem aqui deixa dinheiro pra mim, deixa pro posto de gasolina, deixa pra farmácia, deixa pro mercado, deixa pra todo mundo. As vezes deixa pros hotel que tem uns que não posam aqui, mas vem passar o dia todo aqui. Tem uns que preferem. É uma coisa que deixa dinheiro pra todo mundo mas as pessoa tem que tá atendida sabe. Trabalha, divulga, sabe dá informação né. No meu modo de pensar isso dá dinheiro pra todo mundo. Já faz 18 anos que eu trabalho com isso aqui e eu sei. Até mecânico ganha dinheiro com isso aqui né. Pizzaria, lancheria, tudo ganha (E-03).

Bom, o turismo ele permeia dinheiro pra todo mundo. Quando tu vem à Caçapava tu vem fazer turismo tu tá no teu momento. De quem faz a rosquinha, o pão, o queijo, à quem vende a fruta. Todo mundo. O turismo permeia dinheiro pra toda a sociedade. O que mais permeia dinheiro no meu ponto de vista é o turismo. De quando tu estás aqui tu e tua família tu tá no teu momento (...) tu não faz questão de economia. Não é verdade? Então por isso que tem que prioriza o turismo numa cidade como a nossa que é linda (E-07)

Para outro ator social entrevistado o turismo chega a ser comparado a uma “indústria sem chaminés” (E-09), capaz de gerar muitos empregos e renda para a população local.

É importante destacar também que os atores percebem que o território possui alguns empreendimentos já consolidados, que foram apontados como geradores de riqueza e desenvolvimento econômico, citando o exemplo da empresa Minas Outdoor Sports, nas Minas do Camaquã, ou ainda, quando visualizam outras iniciativas que poderiam ser realizadas, com o intuito de atrair mais turistas para Caçapava do Sul:

Acho que o maior potencial de Caçapava é o turismo. Tem as empresas de calcário que geram muito emprego mas eu acho que o turismo aqui poderia ser bem forte. Eu acho que pra qualquer evento que tu faça eu vou dar um exemplo que é os rodeios que a prefeitura investe pra fazer um evento de rodeio que vem muita gente pra Caçapava. Então vem esses ginetes de cavalo que juntam até 300 equipes de rodeio. Então imagina fazer um evento

desse com o pessoal da escalada, o pessoal do voo livre noutro mês ou com o pessoal de canoagem? Então eu acho que dá para fazer um por mês de qualquer modalidade de esporte de aventura que queira fazer. Então poderíamos estar movimentando 500 pessoas de fora por mês porque a pessoa não vem sozinha, ela vem com a família. Então eu acho que isso ajudaria bastante. Tem como fazer um centro de turismo de aventura aqui em Caçapava. Aqui permite tu fazer isso. Dá pra fazer o que quiser. Dá pra abrir um espacinho pra cada um (E-04).

A questão levantada pelo ator social entrevistado E-04 enseja a discussão de duas questões em específico: o potencial turístico dos eventos considerados tradicionais do território e, o potencial para a realização de novos eventos ligados ao aproveitamento do geopatrimônio e aos esportes de aventura.

Conforme destacam Dotto *et al* (2017) entre as atividades turísticas que proporcionam renda, os eventos³⁹ são considerados relevantes, pois se caracterizam pela facilidade de serem incorporados ao cotidiano do espaço onde ocorrem, em decorrência da possibilidade de integrarem manifestações culturais e por propiciarem lazer e entretenimento, não só para os turistas, mas também para os habitantes locais. No RS, 80% dos eventos da Região Turística do Pampa, divulgados pela SEDACTEL, são realizados no segundo semestre do ano, entre os meses de setembro, outubro e novembro (DOTTO *et al*, 2017). Essa é a Região Turística com maior quantidade de municípios que possuem eventos cadastrados (um total de 25 eventos) no website da SEDACTEL (DOTTO *et al*, 2017), demonstrando o potencial deste território para uma maior divulgação e aproveitamento turístico dos eventos culturais realizados. A grande maioria dos eventos cadastrados na Região Turística do Pampa estão relacionadas ao movimento que enaltece as raízes culturais do povo gaúcho, com atividades vinculadas a preservação das tradições, como apresentações culturais, rodeios crioulos e atividades relacionadas à Semana Farroupilha⁴⁰ (DOTTO *et al*, 2017), que em Caçapava do Sul possui grande significado histórico-cultural devido a este município ter sido a 2ª Capital Farroupilha (1839-1840). Em menor proporção

³⁹ O Ministério do Turismo (MTur) subdivide as categorias de eventos em: a) artístico/cultural/folclórico, sendo que artístico refere-se às manifestações de arte ligada à música, pintura, poesia, literatura, dança, escultura, arquitetura, cinema, escrita, entre outras; cultural contempla temáticas características de alguma região, relacionadas a bens materiais e imateriais da cultura das populações e comunidades; e, folclórico inclui o conjunto de tradições e manifestações populares, constituído por lendas, mitos, provérbios, danças e costumes que são passados de geração em geração; b) científico ou técnico; c) comerciais ou promocionais; d) ecoturismo; e) esportivo; f) gastronômico; g) moda; h) religiosos; i) rurais e j) social/cívico/histórico (MTUr, 2015).

⁴⁰ A Semana Farroupilha engloba as comemorações em alusão ao do “Dia do Gaúcho” que ocorre no dia 20 de setembro, data de início da Revolução Farroupilha no RS (1835-1845) (DOTTO *et al*, 2017).

encontram-se os eventos cujos atrativos principais são as atividades esportivas e gastronômicas (DOTTO *et al*, 2017).

Por outro lado, em Caçapava do Sul o desenvolvimento de eventos como o Campeonato Gaúcho de Voo Livre realizado em 2012, no geossítio Cerro da Angélica, o Festival Gaúcho de Esportes de Aventura, realizado anualmente pela empresa Minas Outdoor Sports no geossítio Minas do Camaquã e os percursos interpretativos realizados pelo Flor de Tuna Cia de Aventura, contribuem para a divulgação da variedade de esportes e atividades de aventura que podem ser realizadas neste território, assim como de seu geopatrimônio. Por isso, seria interessante que a SECULTUR, em parceria com esses grupos, incluísse alguns eventos ligados aos esportes de aventura dentro do calendário anual de eventos do município e os cadastrasse junto a website da SEDACTEL, promovendo também outras formas de divulgação.

Já para 5% dos atores sociais entrevistados a principal contribuição do turismo é a “promoção do intercâmbio cultural” que esse tipo de atividade pode proporcionar, visto que a vinda de turistas enriquece a troca de experiências entre diferentes culturas e a população local, citando como exemplo a realização da Festa Mundial do Folclore, promovida pelo Grupo de Dança Folclórica os Chimangos. Para esses atores, o turismo é entendido a partir de um olhar que valoriza as relações socioculturais estabelecidas no contato entre turista e comunidade local, indo ao encontro do que aponta Moech (2002) quando afirma que o turismo é um processo humano que ultrapassa o entendimento como função de um sistema puramente econômico.

Para Moech (2002) mesmo estando ancorado na sociedade global de consumo, por ser uma das necessidades e aspirações do mundo moderno, o turismo não deve ser entendido apenas sob um olhar economicista, o que significaria um reducionismo em seu tratamento epistemológico, o qual pode resultar ainda, em efeitos negativos à conservação do patrimônio local, caso a atividade não seja corretamente gerida.

Apenas 3% dos entrevistados avalia que o turismo não tem proporcionado nenhum desenvolvimento ao município, devido a compreensão de que no momento, a atividade não está adequadamente estruturada e organizada:

No momento o turismo não contribui em nada porque a gente não tem a atividade funcionando plenamente. Mas se as coisas mudassem e o pessoal entendesse o que ela representa eu acho que ela poderia contribuir com mais

de 50%, porque a gente tem conhecimento de outros lugares, de outras cidades que são bem pequenininhos e que não tem quase nada do que Caçapava tem e eles vivem do turismo. Um exemplo lá no norte se tu pega e tiver lá tu vê que eles agregam o turista. E aqui os turistas vem e ficam perdidos na cidade, não sabem onde ir, o que fazer. Várias vezes já me ligaram e eu fui recuperar essas pessoas perdidas na cidade porque ninguém sabe dá um planejamento, uma orientação. Então hoje o turismo não colabora quase nada, mas poderia colaborar muito (E-06).

Através da fala do entrevistado E-06, constata-se que este possui uma visão negativa sobre como o turismo vem sendo entendido pela comunidade local e pelo poder público, especialmente em relação a forma com que os turistas são recepcionados e sobre como ainda é precária a infraestrutura para a disponibilização de informações e orientações.

Destaca-se ainda que 22% dos atores locais entrevistados não souberam responder de que forma o turismo pode contribuir com o desenvolvimento de Caçapava do Sul.

Em relação ao planejamento turístico Ruschmann (1997) destaca que este consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada, evitando consequências negativas que possam destruir os recursos turísticos ou reduzir sua atratividade. Como em qualquer outra atividade econômica, o planejamento do turismo, sua gestão administrativo-estratégica e a aplicação de medidas visando objetivos específicos exigem a institucionalização de uma estrutura organizacional eficiente e adequada (BENI, 2001), incumbida de coordenar e articular a atuação dos atores locais e dos órgãos direta ou indiretamente ligados à atividade.

O planejamento e a gestão devem ser construídos em parceria entre a Administração Pública e os demais atores locais do turismo, estimulando assim, o empoderamento da população na participação ativa nas decisões e na construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento da atividade no território.

Quando questionados se “*A Administração Pública Municipal tem contribuído para o planejamento e gestão do turismo em Caçapava do Sul*”, 65% dos atores entrevistados destacam uma atuação incipiente do poder público na gestão da atividade.

Até o momento não. Poderia ter contribuído. A prefeitura tinha que estimular, elaborar projetos, buscar recursos, melhorar a infraestrutura. Tem muito que o poder público fazer iniciando pelas menores coisas, as mais baratas e ir fazendo (E-19).

A compreensão da maioria dos atores locais entrevistados é de que o poder Público Municipal possui o papel de garantir uma infraestrutura mínima de apoio à visitação dos locais de interesse turísticos e da disponibilização de informações sobre Caçapava do Sul para os turistas, mas que no entanto, esse papel não vem sendo cumprido adequadamente. Ao encontro dessa perspectiva destacamos as narrativas de alguns entrevistados, que contextualizam essa compreensão, onde são apontados os principais problemas em relação a atuação do poder público em Caçapava do Sul:

As últimas administrações, as três últimas que eu acompanhei, eu não vi uma Secretaria de Turismo fazendo essas coisas que eu comentei que a Secretaria de Turismo deveria fazer, acesso, algumas obras como mirantes, algumas coisas assim, eu não vi eles fazendo isso. (...) Teve muitas coisas legais, economicamente falando, colocaram as contas em dia. Mas, a Secretaria de Turismo basicamente promoveu eventos, não fez nada sustentável a longo prazo (E-02).

O poder público é aquela esfera que deve tentar propor e tentar correr atrás pra desenvolver o turismo e engaja a comunidade e todo o resto. Fazer projetos, de buscar fora, de vender Caçapava pro resto do mundo. Há muito tempo acontece isso de a gente não ter na Secretaria de Turismo guias de turismo, turismólogos. Não tem mão de obra qualificada pra pensar e discutir o turismo trabalhando onde deveria. Então é meio que uma utopia mesmo (E-05).

Eles não têm contribuído nada. Muito pouco mesmo. Por que nada contra as pessoas que estão agora na secretaria de turismo e coisa assim mas eu vejo que lá eu não tenho resposta nenhuma. A prefeitura tinha que ajuda mais. (...) Porque Secretaria de Turismo minha filha não é somente pra se preocupar com a Semana Farroupilha, com o Carnaval, com tal e tal evento que tem no município. Secretaria de Turismo é pra fazer o município crescer dentro daquilo ali. E eu não vi até hoje uma Secretaria de Turismo fazer o nosso município crescer no turismo. É isso que falta sabe. Ao contrário, eu soube de pessoas de dentro da Prefeitura que no final do ano passado teve verba que veio e que voltou porque a Secretaria de Turismo não tinha projeto pra aplicar o dinheiro (E-06).

O poder público é na estrutura né. Agora o poder público não faz a parte dele que é na parte de esgoto, nas ruas a coleta do lixo. Olha como é essa rua ali ó, não passa um carro pelo outro. Há mais ou menos 20 dias atrás veio um pessoal da 3ª idade de Cachoeira do Sul. De vez em quando eles vem pra cá passar um dia aqui (...). O ônibus chegou ali ó tem uma grota ali os cara caíram ali dentro! E aí veio aquela turma de velhinho a pé porque eu já estava com a comida quase pronta aqui esperando eles. Então tem coisa que o poder público aqui peca total! (E-07).

Diante das narrativas dos atores locais expostas acima, destacamos os principais problemas identificados em relação a gestão do turismo em Caçapava do Sul que seriam: 1) o foco de atuação da SECULTUR centrado no fomento e na realização de eventos culturais; 2) a falta de investimentos em infraestruturas de apoio

ao desenvolvimento do turismo, como por exemplo, o acesso adequado aos locais de interesse turístico; 3) a carência de profissionais especializados e capacitados para trabalhar com o turismo, dentro da SECULTUR e em atividades de orientação/condução dos turistas e 4) a disponibilização de informações turísticas.

Em relação aos eventos culturais é importante que a SECULTUR mantenha o fomento à realização de eventos tradicionais como a Semana Farroupilha, a realização do Carnaval de Rua, ou mesmo dos Rodeios Crioulos e da Festa Mundial do Folclore, citados anteriormente e que podem ser considerados eventos a serem divulgados como atrações culturais do território. Entretanto é necessário que se avance na elaboração de projetos de aproveitamento sustentável do geopatrimônio e do patrimônio histórico-cultural do município, promovendo uma maior divulgação e compreensão destes, não só para os turistas, mas para a própria comunidade local.

Na narrativa dos atores locais é observada a importância de investimentos em infraestruturas de apoio não apenas à visitação turística, mas para o atendimento de toda a sociedade, como em relação a rede de esgoto, coleta de lixo e manutenção da rede viária urbana e rural, melhorando o acesso e a acessibilidade aos locais de interesse turístico do município.

Além disso, é apontado a necessidade de construção de sanitários e da instalação de demais estruturas como mirantes ou miradouros para observação da paisagem, aos quais acrescentamos a possibilidade da instalação de centros de interpretação ou de visitantes, ou ainda, de painéis interpretativos que forneçam as informações necessárias a compreensão das paisagens e patrimônios (geopatrimônio e prédios históricos) visitados. O investimento do poder público em infraestrutura atende aos interesses não apenas dos atores locais que trabalham com o turismo, mas de toda população que tem acesso à uma melhor qualidade de serviços públicos. A melhoria da infraestrutura garante ainda a divulgação de uma boa imagem do território enquanto destino turístico, podendo aumentar o fluxo de visitantes e a arrecadação do município com a atividade.

Em relação à contratação pelo poder público de profissionais capacitados para trabalhar com o desenvolvimento do turismo em Caçapava do Sul, é importante observar que a SECULTUR, conforme destacado anteriormente, possui 9 profissionais trabalhando em diferentes atividades dentro da Secretaria e do Centro Municipal de Cultura Arnaldo Luiz Cassol. Apesar disso, constata-se que a maioria desses profissionais exerce suas funções direcionadas a valorização e promoção da

cultura local, com a realização de eventos culturais. Por isso, entende-se a necessidade de que a SECULTUR tenha junto a sua equipe de trabalho, um maior número de profissionais especializados como turismólogos e pessoas capacitadas no atendimento aos turistas, como guias turísticos e/ou condutores ambientais locais de turismo, que estejam preparados para realizar a interpretação ambiental e patrimonial dos locais de interesse turístico do município.

Conforme informações obtidas em entrevista com a SECULTUR, também reafirmada por outros atores locais entrevistados, existem poucos profissionais formados e/ou capacitados no município que possam atuar na condução ambiental de turistas. A questão levantada é um dos entraves identificados para o planejamento do turismo em Caçapava do Sul, mas que pode ser atenuado com a realização de cursos gratuitos de capacitação oferecidos à população. Sobre essa questão é interessante destacar que a Administração Pública Municipal, através da SECULTUR, pode realizar acordos de cooperação com instituições de ensino como a Universidade Federal do Pampa *campus* Caçapava do Sul ou outras Universidades da região, assim como com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) de Caçapava do Sul que oferece o curso de Técnico em Guia de Turismo.

Beni (2001) destaca que em face de seus importantes efeitos econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais, o turismo, organizado e planejado constitui um poderoso instrumento de desenvolvimento. No entanto, ao estabelecer a hierarquia de prioridades no planejamento da economia, os governos e os órgãos governamentais responsáveis pelo turismo não têm considerado a atividade, na medida desejada e potencialmente possível (BENI, 2001). Até o momento, grande parte do avanço do turismo em Caçapava do Sul, deve-se muito mais a iniciativas ou projetos isolados do que a uma atuação coordenada entre poder público e os demais atores locais.

Por outro lado, para um total de 23% dos atores locais entrevistados, a Administração Pública Municipal tem uma atuação considerada eficiente em relação ao planejamento e gestão do turismo. Entre as falas desses atores é destacada a atuação da nova gestão municipal (2017-2020). A gestão atual tem sido considerada positiva por esses atores devido a realização de algumas ações específicas como a apontada pelo entrevistado E-24 que destaca que a SECULTUR tem contribuído com a limpeza e organização do Parque Municipal da Pedra do Segredo, assim como investido em eventos culturais importantes para a comunidade. Entre esses

entrevistados, a SECULTUR aponta que a Administração Pública tem contribuído com a gestão do turismo no município, apesar de considerar que existem outras prioridades e dificuldades enfrentadas:

Tem sim! Mas tem algumas dificuldades porque na realidade a Secretaria de Turismo depende de outras secretarias. Vou te dar um exemplo: Caçapava tem mais de 7.000 km de estradas de chão. Poucas delas, pouquíssimas delas são turísticas e tem produtores rurais que estão nesses fundões sem água e coisa e tal e que são uma prioridade. Tem que ser prioridade! A estrada da Pedra do Segredo fazia 6 anos que não era mexida. Nós ainda temos problemas na estrada, mas nós já melhoramos bastante ela. A estrada recebe agora manutenção de 15 em 15 dias. O Parque foi todo limpo, foi colocado água potável nele que não tinha antes. Tá sendo montado trilhas lá pela empresa You Free Extreme que tá administrando lá agora. Claro tem muitas coisas pra fazer, mas tá sendo descascado abacaxi por abacaxi.

Do total de entrevistados, destaca-se ainda que 12% não souberam responder de se a Administração Pública Municipal tem contribuído para o planejamento e gestão do turismo.

É importante mencionar que município de Caçapava do Sul ainda não possui um Plano de Turismo e nem uma lei específica para o turismo⁴¹, com a criação de um fundo que regulamente, por exemplo, a geração de receitas e como estas serão utilizadas. Nesse sentido, a SECULTUR depende única e exclusivamente do orçamento destinado pela Secretaria da Fazenda, sendo que conforme as informações obtidas em entrevista, a maior parte desse recurso é destinado à folha de pagamento dos funcionários que trabalham no Centro Municipal de Cultura Arnaldo Luiz Cassol e na própria SECULTUR.

Também perguntou-se aos atores locais entrevistados: *“Quais são, na sua avaliação, as principais dificuldades que Caçapava do Sul enfrenta para desenvolver o turismo?”*. A “falta de gestão” do turismo por parte da Administração Pública Municipal é a dificuldade citada mais vezes entre os entrevistados, como podemos observar no quadro 12, onde estão elencados uma série de problemas apontados pelos atores locais. Em relação a problemática da gestão pública municipal do turismo, os atores entrevistados reforçam os mesmo problemas citados anteriormente em relação à falta de infraestrutura de acesso (estradas) e de informações adequadas

⁴¹ A inexistência de uma lei municipal específica e de um fundo para o turismo, pode ser considerada uma das razões que impedem que o poder público cobre taxas de visitação em locais de interesse turístico geridos por ele.

em relação aos locais de interesse turístico e/ou de profissionais especializados para trabalhar com o turismo na SECULTUR.

Quadro 12 – Dificuldades apontadas pelos atores locais para desenvolver o turismo

Quais são, na sua avaliação, as principais dificuldades que Caçapava do Sul enfrenta para desenvolver o turismo?	
Respostas	Nº citações
Falta de gestão/visão/trabalho/atuação/projetos de captação de recursos/apoio da Administração Pública e da SECULTUR	10
Falta de divulgação/informação sobre os pontos turísticos	7
Falta de empreendedorismo da população	7
Falta de cultura turística/cultura de receber os turistas	4
Acesso aos pontos turísticos	4
Infraestrutura precária	4
Educação nas escolas para valorizar o patrimônio	3
Má conservação do patrimônio histórico (edificações)	3
Conhecimento/conscientização do que é o turismo	2
Falta de união da população	2
Limpeza/organização da cidade	2
Falta de projetos que envolvam toda a população	2
Falta de interesse da população	1
A população acreditar no turismo	1

Fonte: elaborado pela autora com base nas entrevistas.

Por outro lado, são apontadas outras dificuldades, das quais destacamos algumas mais significativas ou que se enquadram em questões centrais a serem debatidas com a sociedade para uma melhor estruturação do turismo no território, como a questão da “má conservação do patrimônio histórico” (edificações), a necessidade de “educação nas escolas para valorizar o patrimônio” e a “falta de empreendedorismo da população”.

Alguns atores locais avaliam que o principal problema enfrentado é a “falta de empreendedorismo da população” para trabalhar com a atividade turística, a exemplo do que comentam os entrevistado E-02 e E-17:

A gente vê as vezes cidades que não tem nenhum potencial turístico, mas tem cultura turística e tem empreendedorismo, Caçapava está prontinha, tem todo o potencial. Falta o empreendedorismo por parte dos atores, dos artesãos, das pessoas mais ligadas diretamente ao turismo, do pessoal ligado aos hotéis, restaurantes, etc., de buscarem qualificação e desenvolver os projetos (E-02).

O principal problema é cultural. É cultural! O pessoal tem que superar essa barreira e começar a aproveitar as oportunidades que tem aqui e ser mais empreendedor, aproveitar o patrimônio que a gente tem aqui e que nenhum outro lugar tem igual (E-17).

A compreensão dos entrevistados é a de que, além dos requisitos infraestruturais, é necessário que a comunidade local amplie sua capacidade empreendedora para desenvolver atividades ligadas ao turismo, através da qualificação profissional dos indivíduos e do aproveitamento das potencialidades locais. Entretanto essa ampliação da capacidade empreendedora, não depende única e exclusivamente das pessoas, mas também, de um ambiente propositivo ao desenvolvimento de atitudes empreendedoras.

O empreendedorismo engloba tanto uma perspectiva micro, que enfoca o comportamento, competências e habilidades dos indivíduos, quanto uma perspectiva macro que enfoca fatores ambientais, sociais e econômicos de uma determinada sociedade, sendo ambas importantes para propiciar o entendimento da complexidade intrínseca ao processo empreendedor (PIMENTEL *et al*, 2013). A perspectiva macro aborda fatores ambientais referentes às variáveis econômicas, financeiras e política dos territórios, servindo de parâmetros para a tomada de decisões; por outro lado a perspectiva micro adota uma abordagem centrada no indivíduo, com relação ao seu comportamento e valores ou no grupo de pessoas envolvidas e suas relações sociais (parceiros, clientes, investidores) (PIMENTEL *et al*, 2013). Porém são nas interseções entre as oportunidades valiosas e indivíduos empreendedores que se encontra a dinâmica de construção do empreendedorismo (PIMENTEL *et al*, 2013).

Albagli e Maciel (2002) destacam que a ampliação da capacidade empreendedora não se resume ao aprimoramento de pessoas e empresas isoladamente, mas também com a criação de ambientes propícios à colaboração, à interação e ao aprendizado. Por isso, a importância de se promover a capacitação local em inovação e aprendizado de forma coletiva e sistêmica (ALBAGLI; MACIEL, 2002). Nesse contexto, assumem novo papel os sistemas de relações entre os diferentes atores, cuja densidade e caráter inovador podem favorecer processos de crescimento e mudança, em que se desenvolve a atividade empreendedora e produtiva (ALBAGLI; MACIEL, 2002), capaz de produzir as sinergias necessárias ao desenvolvimento de projetos ligados ao turismo.

Assim, o reconhecimento da importância de se promover as condições locais do empreendedorismo vem sendo, segundo Albagli e Maciel (2002), crescentemente incorporada no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento territorial e de ampliação da competitividade, mobilizando esforços para incrementar a dinâmica e a capacidade empreendedora local (ALBAGLI; MACIEL, 2002).

A estruturação de produtos turísticos locais que envolvam as comunidades, constitui um caminho longo a ser percorrido, sendo fundamental que os atores locais possam se unir para empreender e trabalhar cooperativamente, o que exige planejamento com etapas definidas a serem perseguidas. Além disso, também é imprescindível a existência de políticas públicas que valorizem a criação de um ambiente empreendedor turístico propício a inserção socioeconômica dos atores locais, com ênfase nos micro e pequenos empreendimentos, estimulando o desenvolvimento dos talentos locais (PIMENTEL *et al*, 2013).

Nessa visão, o complexo de instituições, costumes e relações de confiança locais conducentes à cooperação assume um papel crítico para o empreendedorismo, assim como as relações sociais que constituem os principais veículos ou canais por meio dos quais o aprendizado e a inovação têm lugar (ALBAGLI; MACIEL, 2002).

Um outro importante aspecto levantado pelos atores locais a ser discutido é a conservação do patrimônio cultural material, representado pelas edificações localizadas no centro da cidade. Conforme observações realizadas pelos entrevistados há um descaso com o patrimônio do município, já que parte das edificações históricas encontram-se mal conservadas, descaracterizadas ou até mesmo abandonadas.

Morais (2013) destaca que as edificações históricas do centro de Caçapava do Sul são datadas entre 1800 a 1970; entretanto, algumas delas foram modificadas, perdendo o aspecto arquitetônico original ou ainda, demolidas para a construção de novas edificações. Embora tais ações constituam um descaso com o patrimônio, o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município (PDDM) em vigor desde 2006, pode ser considerado um instrumento importante para a política de desenvolvimento municipal, sob os aspectos ambientais, social e econômico, além de orientar sobre a conservação do patrimônio, fornecendo diretrizes em relação a ocupação e utilização territorial, frente ao crescimento urbano, observando aspectos de infraestrutura e bem estar da população (PDDM, 2006). Nesse Plano, estão definidas algumas áreas importantes para o desenvolvimento do turismo como a Zona de Interesse Turístico (Anexo C) e Zona de Interesse do Patrimônio identificada como o Centro Histórico do Município, definido como a área de entorno do Forte D. Pedro II e limites estabelecidos por Portaria Estadual relativa ao entorno dos bens tombados pelo Patrimônio Histórico (PDDM, 2006).

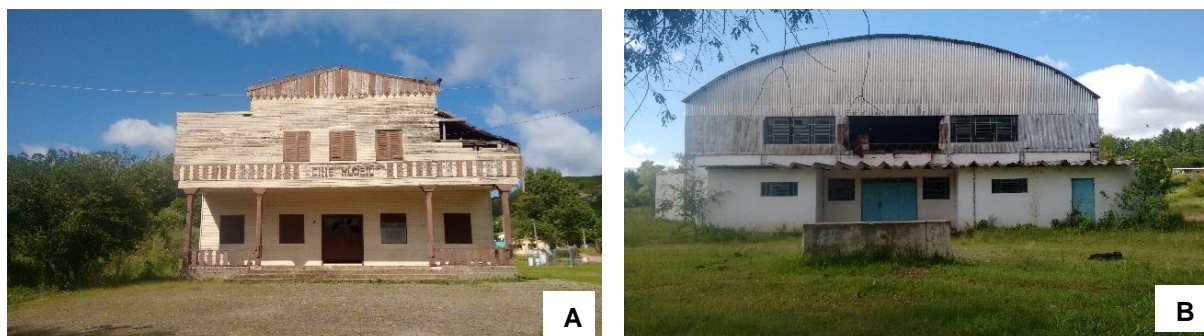
Segundo o PDDM (2006) a política municipal de patrimônio histórico visa preservar e valorizar o legado cultural transmitido pela sociedade, protegendo suas expressões material e imaterial. Nesse sentido, entende-se que o PDDM (2006) constitui um instrumento importante para orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural, visando assegurar melhores condições de vida para a população, de forma que se caso alguma de suas diretrizes não estiverem sendo cumpridas, cabe a população local realizar a denúncia e ao poder público fiscalizar e aplicar as sanções cabíveis como multas por crimes ambientais, contra o patrimônio histórico e cultural ou outras infrações à ordenação urbanística (PDDM, 2006).

Em relação as edificações tombadas pelo IPHAN e IPHAE, localizadas na Zona de Interesse do Patrimônio, conforme informações repassadas pela SECULTUR, embora duas delas sejam utilizadas pela Administração Pública Municipal, nenhuma é de propriedade da Prefeitura. O prédio do Fórum, que hoje abriga o Centro de Cultura Arnaldo Luiz Cassol é de propriedade do estado do Rio Grande do Sul; O Forte D. Pedro II é de propriedade do Exército Brasileiro, cedido à Prefeitura Municipal; a Casa de Antônio Augusto Borges de Medeiros e a Igreja Matriz Nossa Senhora de Assunção são de propriedade da Mitra Diocesana de Cachoeira do Sul e a Casa Ulhôa Cintra é uma propriedade particular (IPHAE RS, 2018).

A preservação e manutenção dessas edificações é, portanto, de responsabilidade dos proprietários, de forma que o papel do Poder Público Municipal de Caçapava do Sul é o desenvolvimento de políticas que estimulem a conservação das edificações, como por exemplo, descontos em impostos prediais e projetos de educação patrimonial voltados a toda a sociedade.

Entretanto na localidade de Minas do Camaquã, a posse de edificações como o Cine Rodeio, repassado pela Companhia Brasileira do Cobre (CBC) para a Prefeitura Municipal, não evitou que este patrimônio histórico-cultural e arquitetônico do município fosse abandonado, já que esta edificação, assim como o Ginásio de Esportes da Vila, encontram-se em péssimo estado de conservação (figura 62 A e B).

Figura 62 – Cine Rodeio e Ginásio de Esportes na Vila Minas do Camaquã



Legenda: (A) Cine Rodeio, construção histórica idealizada por Francisco “Baby” Pignatari e inaugurada em 1970 como cinema e local de festas da comunidade, encontrando-se atualmente interditada após um vendaval ter destruído parte da cobertura. O prédio em madeira e com porta vaivém lembrando os *salons*, faz referência aos filmes de *Far West* americano (RONCHI; LOBATO, 2000); (B) Ginásio de Esportes da comunidade que era utilizado para jogos e eventos, encontrando-se atualmente fechado devido ao péssimo estado de conservação.

Fonte: Trabalho de campo, 14 de fevereiro de 2017.

É necessário integrar as ações de conservação/preservação às demais políticas públicas no campo do turismo, da educação ambiental/patrimonial e do ordenamento territorial, com base na adequada gestão do patrimônio natural e cultural. Para isso, a comunidade Caçapavana precisa conhecer seu patrimônio para poder valorizá-lo e conservá-lo, cobrando e também apoiando, as ações do poder público. É dentro deste contexto, que torna-se fundamental a questão de se trabalhar a educação patrimonial nas escolas, lembrada pelo entrevistado E-30, quando este menciona:

Em primeiro lugar tu tem que esgotar o conhecimento da cidade pelos próprios moradores e depois trazer os turistas. E isso começa com educação nas escolas, com história e com conservação do patrimônio (E-30).

Além dos problemas apontado pelos atores entrevistados, destacar-se-ia ainda, a necessidade de aumento do número de linhas de transporte coletivo na área urbana e rural, promovido pela iniciativa privada, assim como operadoras de turismo receptivo que possam oferecer roteiros de visitação aos locais de interesse turístico para aqueles turistas que chegam à Caçapava do Sul e queiram dispor da contratação desse tipo de serviço. Até o momento o município conta com duas agências de turismo que realizam apenas viagens intermunicipais ou interestaduais, não trabalhando com a realização de roteiros turísticos dentro do território.

6.2.2 Fluxo Turístico, Origem e Motivação dos Turistas

Em relação ao fluxo de turistas que chegam ao município, questionou-se os atores locais: *“Você saberia dizer se ocorreram mudanças nos últimos 5 anos em relação ao número de turistas que chegam à Caçapava do Sul? Se ocorreu um aumento, diminuição ou se permanece o mesmo?”*

A maioria dos entrevistados, 57%, acredita que nos últimos cinco anos ocorreu um aumento do número de turistas que visitam Caçapava do Sul. Entre as causas citadas pelos atores locais para esse aumento estão: 1) a instalação da empresa Minas Outdoor Sports nas Minas do Camaquã, citada por 8 atores locais entrevistados, que acreditam que a empresa auxiliou na divulgação do município para outras regiões do RS e do Brasil; 2) a instalação de um *campus* da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), que acarretou a vinda de muitas pessoas de fora de Caçapava do Sul, que acabam recebendo visitas de familiares, citada por 6 atores locais; 3) o aumento do fluxo de argentinos que tem passado pelo município, se deslocando até o litoral gaúcho e catarinense durante o verão, citado por 5 entrevistados e 4) a divulgação de informações sobre o município em redes sociais e em reportagens de jornais e televisão, a exemplo da reportagem “Partiu RS” realizada pela comunicadora RBS, citada por 3 entrevistados.

Com certeza um aumento consideravelmente. Primeiro já vem aumentando em função da implantação da Universidade né. Então isso é inevitável existe um fluxo muito grande de pessoas aqui. E também com a implantação do Minas Outdoor lá nas Minas do Camaquã é uma coisa que divulgou muito Caçapava pra fora né e as pessoas acabam vindo bastante conhecer, visitar e é uma coisa que acho que tá caminhando. E também a questão da internet que é um divisor de águas que potencializa isso porque as pessoas podem explorar o que tem pra fazer, onde comer, onde dormir. Então dá pra se planejar melhor. Eu acredito que aumentou consideravelmente (E-05).

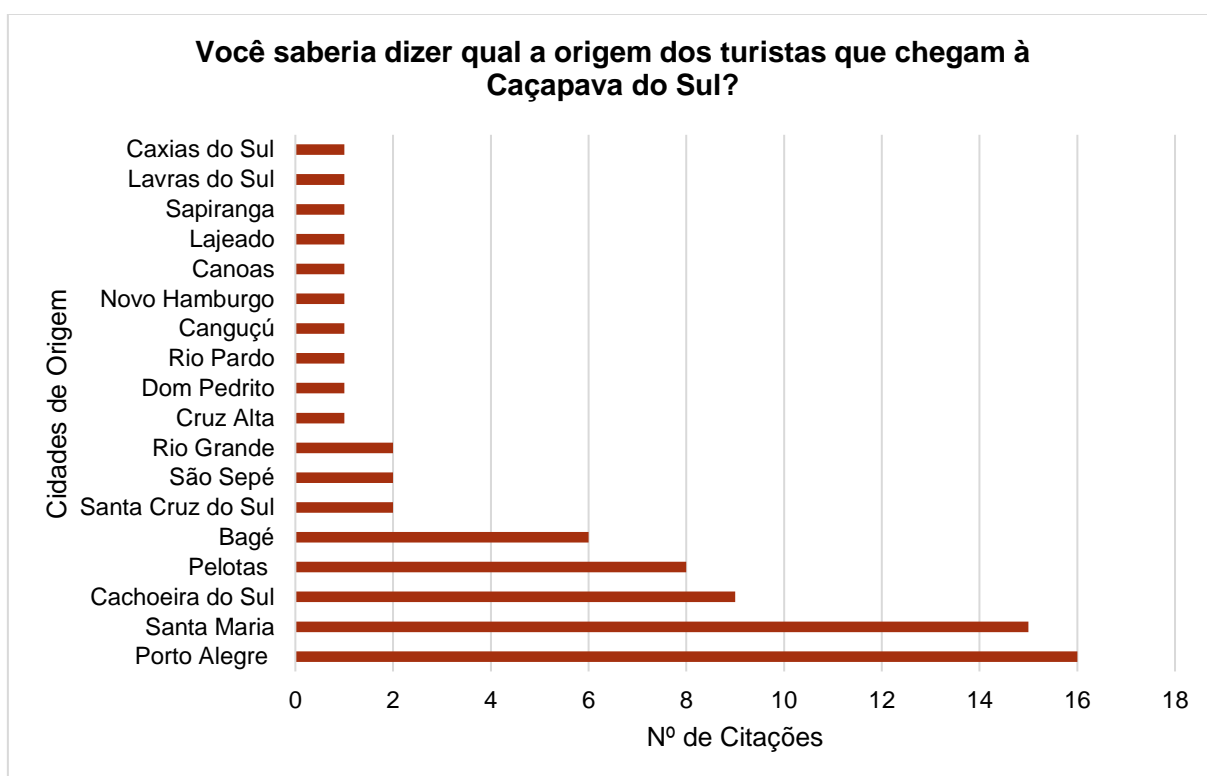
Eu acho que nos últimos anos aumentou. Eu acho que aumentou principalmente por causa do Minas Outdoor. Porque que aí com o negócio de Caçapava tá na rota das Minas do Camaquã, acabou que o nome de Caçapava é levado pelo Minas Outdoor para fora daqui (E-37).

Para 22% dos atores locais entrevistados o fluxo de turistas que chegam a Caçapava do Sul permanece o mesmo, não sendo percebidas mudanças em relação a um possível aumento. Já 13% dos entrevistados não soube responder a essa questão e, apenas 8% consideram que o fluxo de turistas diminuiu.

Também perguntou-se aos atores locais: “*Você saberia dizer qual a origem dos turistas que chegam à Caçapava do Sul?*”, com o intuito de identificar um certo padrão ou “polo” de emissão de turistas para o território⁴².

Sobre essa questão os atores locais entrevistados destacam que a origem dos turistas é bastante diversificada, abrangendo cidades de todo o RS, de outros estados e também de outros países. Na figura 63 apresentamos os municípios do RS mais citados e o número de vezes que cada um foi mencionado pelos entrevistados.

Figura 63 – Origem dos turistas que chegam à Caçapava do Sul



Fonte: elaborada pela autora com base nas entrevistas.

Conforme podemos observar se destacam turistas vindos da capital Porto Alegre, que fica a uma distância de cerca de 260 Km de Caçapava do Sul e de cidades médias, relativamente próximas à Caçapava do Sul, como Santa Maria (102 km), Bagé (140 Km), Pelotas (196 Km) e pequenas como Cachoeira do Sul (107 Km).

Os entrevistados também fizeram referência à alguns Estado brasileiros como: Santa Catarina (citado por 8 atores), Paraná (citado 4 vezes), São Paulo (citado 8 vezes) e Rio de Janeiro (citado 3 vezes) e, diversos países como Argentina (citado 13

⁴² Também buscou-se realizar esse questionamento em função da SECULTUR ainda não dispor desse tipo informação.

vezes), Uruguai (citado 4 vezes), Espanha (1), EUA (1), Portugal (1), Japão (1), China (1), Bélgica (1), Alemanha (1), França (1), Moçambique (1), Colômbia (1), Canadá (1) e Chile (1).

Em relação a vinda de turistas estrangeiros, percebemos um grande destaque para os turistas argentinos. Na narrativa do entrevistado E-07 são citadas informações importantes sobre a movimentação destes turistas no município.

Bom nós temos assim uma grande parte de turistas entre dezembro e março que vem da Argentina. Muitos mesmos, aqui em Caçapava na (*) passou 516 argentinos distintos entre o dia 20 de dezembro e o dia 20 de março de 2016. E depois assim Pelotas vem muita gente pra cá, Santa Maria, Porto Alegre vem muita gente pra cá e o pessoal do turismo de aventura em função do Minas Outdoor que hoje é um polo forte né. Então assim desenvolveu muito, cresceu muito (E-07).

Através da fala do entrevistado E-07 é possível depreender que o período de maior fluxo desses turistas ocorre durante o verão, com o deslocamento até as praias do litoral gaúcho e catarinense que, ao trafegarem pela BR-290, acabam buscando Caçapava do Sul como local de descanso. Essa informação é confirmada pelos atores locais entrevistados na Vila Progresso, que comentam que é bastante significativo o número de argentinos procurando local para hospedagem na localidade durante esta época do ano; entretanto, como existe apenas uma pousada na Vila é comum que os turistas se desloquem até o centro da cidade em busca de hotéis e pousadas para pernoitar.

Sobre turistas estrangeiros é importante salientar ainda que conforme alguns atores entrevistados a vinda destes para Caçapava do Sul é motivada pelas “formações rochosas” do município para a prática de escalada.

Eu já vi gente de tudo que é lugar do mundo em Caçapava e principalmente porque eles tem a cultura do esporte. Se tu pegar só o pessoal da escalada minha nossa! Já veio gente desse mundo inteiro escalar em Caçapava sabe. Só pra fazer a escalada em rocha (E-37).

A possibilidade da realização dessas atividades constitui um dos principais potenciais de Caçapava do Sul para alicerçar o oferecimento de atividades recreativas e de lazer, que possam incrementar o desenvolvimento do Geoturismo, atraindo um maior fluxo de turistas estrangeiros e também de outros estados do Brasil.

Destaca-se ainda que 16% dos atores locais entrevistados não souberam responder qual a origem dos turistas que chegam à Caçapava do Sul.

Ainda em relação aos turistas foi perguntado “*Na sua opinião qual a principal motivação dos turistas em viajar até Caçapava do Sul?*”, com o intuito de identificar um perfil geral dos turistas e, também, de compreender qual a percepção dos atores locais sobre a atratividade turística dos diferentes tipos de patrimônios presentes no território. O quadro 13 apresenta a categorização da compreensão dos atores locais sobre esta questão.

Quadro 13 – Motivação dos turistas para visitar Caçapava do Sul

Na sua opinião qual a principal motivação dos turistas em viajar até Caçapava do Sul?	
Tipo de Motivação	Nº de citações
Natureza/belezas naturais/esportes de natureza/estudo da natureza ou das formações rochosas/fazer trilhas/escalar	29
Patrimônios históricos/arquitetônicos	4
2ª Capital Farroupilha	2
Calma da cidade e comida caseira	1
Rodeios	1

Fonte: organizado pela autora com base nas entrevistas.

Sobre essa questão, 78% dos entrevistados apontam em primeiro lugar as “belezas naturais” ou a “natureza” como a principal motivação para a vinda de turistas, sendo citados como exemplos uma série de geopatrimônios/geossítios como a Pedra do Segredo, a Pedra do Leão, a Chácara do Forte, as Guaritas, a Pedra da Cruz, as Minas do Camaquã e a realização de esportes de aventura como a escalada, as trilhas, voo livre:

A natureza. Fazer trilhas, visitar, ver as belezas naturais, os esportes também. Muitas pessoas vêm pra fazer escalada, pra fazer rapel. Pra escalar na Pedra do Segredo ou ver as Guaritas. Nesse ponto de escalada Caçapava é muito conhecida. Então é a natureza. As pessoas hoje em dia elas querem sair fora de 4 paredes e então elas tão vendo os benefícios que a natureza trás. Então elas querem isso final de semana. E isso é o que a gente tem aqui de sobra (E-06).

Eu acho que são as paisagens, o turismo ecológico e o turismo de aventura. Lugares como a Pedra do Segredo e as Minas do Camaquã vem muitos turistas. O pessoal vem fazer voo aqui, então esse tipo de turismo acaba atraindo mais o pessoal para cá, o turismo ecológico e o de aventura (E-02).

Também entre as justificativas sobre a motivação “natureza”, alguns entrevistados destacam que as características naturais atraem estudantes e/ou professores de Universidades que realizam pesquisas no município:

Eu acho que é as belezas naturais. Deixa eu te explicar assim ó nós temos hoje 14 Universidades que visitam Caçapava. Todas as universidades vem com o apelo de ensino. Ou são da Geologia, da Geografia, da Biologia, ou seja, relacionadas à natureza e pra estudo tá. Então esse pessoal todo divulga nós aqui. Então esse é um mercado que tá de porta aberta para nós (E-017).

Outros 4 entrevistados (11%) apontam que são as edificações históricas de Caçapava do Sul, como por exemplo, o Forte D. Pedro II, a Casa dos Ministérios ou Casa Ulhôa Cintra e o Museu Lanceiros do Sul, que tem contribuído para a visitação turística no município.

Apesar de os atores locais citarem os principais geopatrimônios como atrativos turísticos do município, nenhum dos entrevistados utilizou a palavra “geopatrimônio” ou “patrimônio geológico”. Entretanto é interessante destacar que entre as narrativas, um dos entrevistados usou a palavra “geodiversidade” para se referir às motivações dos turistas em visitar Caçapava do Sul:

São as belezas naturais com certeza e se a gente for mais a fundo a nossa **geodiversidade**, a fauna, a flora e toda essa beleza peculiar do meio do Pampa porque o Bioma Pampa tem toda aquela característica de pastagens e enfim né e aí a gente tem essa coisa totalmente diferente aqui no meio. Então eu acredito que seja isso as belezas naturais. (E-05, grifos nossos).

6.2.3 A Divulgação das Ações de Valorização da Geodiversidade Local

A compreensão do termo “geodiversidade” e a divulgação sobre o título que Caçapava recebeu em 2015, através da Lei Nº 14.708 de 15 de julho de 2015, também constitui uma das questões pesquisadas junto aos entrevistados. Nesse sentido, questionou-se *“Você ficou sabendo do título que Caçapava do Sul recebeu em 2015 de ‘Capital Gaúcha da Geodiversidade?’ Você acredita que esse título possa ajudar no desenvolvimento do turismo em Caçapava do Sul?”*

A maioria dos entrevistados, 59%, afirmam que sim, que o título foi divulgado no município pela SECULTUR, pela Prefeitura Municipal, em jornais e pela internet ou que ficaram sabendo através de familiares ou amigos. Por outro lado, 41% afirmam que nunca ouviram falar do título, não sabendo responder de que forma este reconhecimento pode contribuir com o desenvolvimento do turismo no território.

Entre os entrevistados que afirmam conhecer o título de Capital Gaúcha da Geodiversidade, foram destacadas uma série de observações importantes em relação

a necessidade de se divulgar mais este reconhecimento e de torna-lo compreensível para a população:

Sim. Eu acho que isso pode ajudar sim pois é um título que Caçapava merece. Nós recebemos muitos visitantes das universidades, então eu acho que Caçapava é merecedora desse título. Isso pode atrair eventos como o Geo.Dia, por exemplo e divulgar Caçapava ainda mais, não só para essas pessoas ligadas às Ciências da Terra, mas também visitantes curiosos que se interessam pela Geologia e por essas paisagens (E-02).

Sim. Eu acredito que sim. Só que os moradores locais ainda não tem consciência do que é geodiversidade e do que significa isso. Então eu acho que as pessoas tem que descobrir, tem que divulgar nas escolas, tem que iniciar por aí. Essa é mais uma questão da gente se apropriar disso (E-05).

Fiquei sabendo. Esse é um trabalho muito bom da Universidade de Santa Maria e eu acho que pode ajudar muito a divulgar o turismo aqui. É um trabalho fantástico mas eu acho que falta um pouco de sinalização assim de fazer um painel bem bonito, bem grande pra divulgar. Mas não uma placa sabe, uma coisa mais trabalhada que seja um atrativo, que fale sobre a Pedra do Segredo e dos outros pontos e tal (E-17).

Essa informação eu ouvi falar. Não me lembro exatamente onde mas a gente sabe que Caçapava é rica em termos minerais. Eu me criei ouvindo isso. O meu pai tinha um mercadinho do lado do único hotel da cidade e tinha sempre ali um ônibus da USP, da UFRGS, da UFSM, da UNISSINOS. Então eu sei que a cidade é nesse sentido. Então na verdade é um título que não me surpreendeu (E-29).

A partir da análise das respostas dos entrevistados em relação a esta questão, percebe-se a importância da realização de um trabalho de geoeducação e de divulgação do conceito de geodiversidade entre a população local, para que esta possa se “apropriar” de seu geopatrimônio e contribuir com sua conservação. Para isso, é fundamental que a geoeducação seja desenvolvida formalmente nas escolas do município, com a inclusão destes conceitos nos planos de ensino de disciplinas como Ciências/Biologia e Geografia, onde conteúdos das áreas de Geologia, Geomorfologia e desenvolvimento da fauna e flora local, possam ser associados ao estudo dos principais geopatrimônios caçapavanos.

Além disso, como já observado no estudo desenvolvido por Borba *et al* (2015) é necessário investir na capacitação de professores que atuam na educação básica do município em áreas relacionados às Geociências, já que poucos educadores revelam utilizar ou já ter utilizado geopatrimônios do território como ferramentas de ensino, devido principalmente a falta de apoio logístico ou de recursos financeiros nas escolas para a realização de aulas de campo.

Outra importante questão relacionada a divulgação da geodiversidade caçapavana entre os atores locais e a comunidade, foi o questionamento “*você ficou sabendo da realização do GEODIA? Participou? Saberá dizer qual a finalidade do evento?*”. O quadro 14 apresenta uma síntese das respostas, onde podemos observar que a grande maioria não ficou sabendo e nem participou da realização do evento.

Quadro 14 – síntese das respostas sobre a realização do Geo.Dia

Você ficou sabendo da realização do GEODIA? Participou?			
Sim	11	Participou	Não Participou
		6	5
Não	26		

Fonte: organizado pela autora com base nas entrevistas.

Entre aqueles atores que responderam saber da realização do Geo.Dia, mas que não participaram, 11% apontaram não saber qual a finalidade do evento. Por outro lado, aqueles que participaram, destacam a importância do Geo.Dia e do seu potencial para a divulgação da geodiversidade caçapavana entre a comunidade local:

Pelo que entendi é para mostrar aquilo daqui que é diferente (E-16).

Sim, a finalidade seria divulgar Caçapava como a capital da Geodiversidade (E-02) .

Eu acho que a finalidade do evento é mais o conhecimento da nossa geodiversidade inclusive com aquelas discussões que fazem com a gurizada, com as crianças nos sítios né. E também para reunir esse pessoal nosso aqui da UNIPAMPA que tem conhecimento do que estão falando. Então isso aí é uma grande divulgação para Caçapava (E-01).

A realização do Geo.Dia constitui atualmente a mais importante iniciativa relacionada à geoeducação desenvolvida no território, com o objetivo de divulgar o título que Caçapava do Sul recebeu em 2015 de “Capital Gaúcha da Geodiversidade” e de promover atividades que levem a comunidade caçapavana à conhecer mais sobre seu geopatrimônio e como conservá-lo (BORBA *et al*, 2016).

Também questionou-se os entrevistados: “*você conhece ou já ouviu falar da criação de um Geoparque em Caçapava do Sul? Se sim, acredita que a criação do Geoparque possa contribuir para o desenvolvimento do turismo em Caçapava do Sul?*”.

A maioria dos entrevistados, 54%, afirmam nunca ter ouvido falar sobre o tema, ao passo que 46% afirmam conhecer a iniciativa. Entre as respostas daqueles que

afirmam conhecer a proposta para a criação de um Geoparque em Caçapava do Sul, aparecem algumas dúvidas e confusões com relação a Unidade de Conservação “parque” do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e, também em relação a um dos projetos de extensão desenvolvido por pesquisadores da UNIPAMPA no território.

Em 2013 uma equipe de acadêmicos e professores da UNIPAMPA campus Caçapava do Sul iniciou um trabalho de extensão na Vila Minas do Camaquã, denominado “MineroParque”, com objetivo de ampliar o conhecimento dos moradores e visitantes sobre as características geológicas e naturais da região, visando a implantação de um parque temático que resgate científica e historicamente os processos de mineração utilizados nas minas de extração de cobre (MOREIRA *et al*, 2013). Nesse sentido, as atividades desenvolvidas pelo projeto MineroParque da UNIPAMPA, acabaram sendo confundidas por 11% dos entrevistados com a ideia de criação de um Geoparque em Caçapava do Sul.

Por outro lado, 41% dos entrevistados que afirmam conhecer a proposta, apontam ter receio em relação a palavra “parque”, que para eles sugere a desapropriação de terras ou restrições à algumas atividades, exigidas para a criação dessa categoria de UC que compõe o SNUC. As narrativas dos atores locais E-14, E-16 e E-17 demonstram claramente este receio dos entrevistados:

As dúvidas que eu tenho sobre o Geoparque assim ó muita gente fala sobre esse Geoparque mas eu como agricultora aqui de fora, o meu pai como agricultor e criador a gente tem a dúvida de o que que eu vou poder fazer na minha propriedade? Ou o que que eu vou ter que deixar de fazer na minha propriedade e o que que vai mudar né? Quais que vão ser os pós e os contras? (E-14).

Já ouvi falar sim. Seria uma área ampla e aí entra na palavra que confunde um pouco a mim mesmo. Me confunde a questão da interpretação da palavra parque. Porque parque ele te dá uma certa proteção e a gente não sabe o que que é essa proteção ou o que é aquela demarcação territorial. Aonde que ele vai esse Geoparque? E os próprios meios estão discutindo isso. Então não tá tendo um acordo de interpretar o que que é esse Geoparque. Eu vejo até pelas visitas que a gente recebe que cada um defende a sua ideia e as vezes a ideia é a mesma só a interpretação que tem que se adequa. Se tu me fala em parque hoje e eu sabendo o que pode ser criado e interpretando o que certos parques podem determina e mexe com quem tá ali há tempos eu te digo que eu vou defender essas pessoas! (E-16).

Já. Eu acho assim o Geoparque é importantíssimo (...). Então eu acho que tem que se cria alguma coisa e conta a história do lugar mas só que eu quero que criem o Geoparque, que criem uma área mas que também não fechem a visitação né. Eu sei que não é uma Unidade de Conservação mas tem que ser aberto à visitação. O pessoal fala em transformar o Parque da Pedra do Segredo e eu acho que tem que transformar mesmo numa área protegida

mas tem que ser aberto com controle. Acho isso importante. Eu sou a favor de criar 30.000 ha na área das Guarita em uma Unidade de Conservação. Embora tendo a Votorantim! Poderia ter a Votorantim dentro de uma unidade de conservação! Entendeu? Transformar aquilo tudo em uma unidade de conservação com a Votorantim trabalhando dentro, explorando o minério não tem problema nenhum. Mas não de ir lá e proibir o cara que cria gado dentro das Guaritas como o seu (*) que a vida inteira criou cabrito lá naquelas pedras e anda por lá tudo por cima. Tu não pode mudar a vida das pessoas. Preserva aquilo como tá hoje, entende? (E-17).

Conforme destaca Oliveira (2012) uma dificuldade particular brasileira é a resistência encontrada ao se acreditar que um Geoparque seja uma categoria de área protegida do SNUC, como a categoria “parque” que tem como objetivo básico preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas (BRASIL, 2011).

Oliveira (2012) destaca que no Brasil, parque é sinônimo de cerca, fechamento, restrição, em contraposição ao que de fato significa um Geoparque, que na verdade pretende ser uma estratégia de gestão participativa, não visando desapropriações de terras e nem cerceamentos ou criminalizações quanto as atividades econômicas que são desenvolvidas nos territórios.

A semelhança na grafia entre as palavras “Geoparque” e “parque”, acaba confundindo as comunidades locais, causando interpretações errôneas em relação às restrições de uso do espaço e desenvolvimento de atividades econômicas, algo bastante temido especialmente por proprietários e produtores rurais. Por outro lado, o baixo conhecimento e divulgação das estratégias para a criação de Geoparques em diferentes territórios brasileiros, acaba contribuindo para que as comunidades locais acreditem que esta é mais uma categoria de UC, quando na verdade os Geoparques procuram conciliar interesses públicos e privados, individuais e institucionais, constituindo-se um instrumento de gestão territorial e articulação entre as diversas categorias de UCs e empreendimentos turísticos de uma região, em consonância com as demais atividades econômicas (BOGGIANI, 2008; OLIVEIRA, 2012).

Diante dos desacordos gerados pelo uso da palavra “Geoparque” no Brasil, Borba (2017) enfatiza o uso da grafia originalmente em inglês “Geopark”, como forma de amenizar as confusões em torno de seu conceito, que difere dos usos no arcabouço legal ambiental brasileiro.

Entre aqueles entrevistados que responderam conhecer a iniciativa para a criação de um Geoparque em Caçapava do Sul, todos acreditam que a efetivação dessa estratégia pode contribuir para o desenvolvimento do turismo no território. Entretanto, alguns entrevistados possuem a compreensão de que esta constitui uma questão bastante complexa, pois há a interpretação de que a iniciativa pode enfrentar problemas para ser efetivada com o devido apoio dos pecuaristas familiares que vivem na região do geossítio Pedra das Guaritas, por exemplo:

Sim eu já ouvi falar e eu acredito bastante que possa contribuir com o turismo. Eu sou natural das Guaritas só que eu acredito que tem de envolver os proprietários e eu acho isso bem difícil. O pai inclusive tem propriedade lá e isso é um problema né (E-05).

O meu pai lida com gado, com ovelha, com cabrito, com porquinho, com uma horta de subsistência. Ele é sócio fundador da Associação das Guaritas então assim ele chegou a se envolver alguma coisa com o turismo mas é complicado. Não é que não se queira. Sabe é bonito, é interessante, eles participaram de um filme e de uma minissérie né que a Associação acolheu muita gente de longe e tudo, artistas mas pra eles é muito difícil parar as atividades deles que com o passar dos anos vai ficando mais difícil por idade e acessibilidade vai ficando tudo mais difícil parar a atividade deles, pra fazer uma atividade que em si não dá lucro né. Mantém a Associação mas não tem lucro nenhum. Pra eles é mais um lazer vamos dizer assim, entendeu? Ainda não é uma atividade lucrativa. (...) Eu falo das Guaritas com conhecimento de causa né. Tu não vai achar gente jovem. É pessoas mais de idade. E a vida deles já é muito corrida com o que eles já fazem com as criações. O projeto é muito bonito mas a ideia é de pessoas que não foram lá perguntar nem pro meu pai nem pros outros agricultores todos se eles querem e o que eles acham. Não é nem porque não querem é porque não é fácil (E-14).

Diante das observações apresentadas pelos atores locais E-05 e E-14, podemos perceber que há uma preocupação com o envolvimento da comunidade local, assim como também, em relação a problemática do envelhecimento da população rural, onde localizam-se a grande maioria dos geopatrimônios do território. Como abordado anteriormente na sessão 6.1.1, a região das Guaritas vem sofrendo um processo acentuado de êxodo rural e esta condição pode ser considerada um dos entraves ao aproveitamento geoturístico e da criação de um Geoparque no território.

Por fim, do total de 46% que destacam ter ouvido falar sobre a criação de um Geoparque em Caçapava do Sul, 11% afirmam não saber responder no que constitui esta iniciativa e nem o que representa a palavra “Geoparque”.

Diante das dúvidas e interpretações equivocadas, assim como do grande número de entrevistados que afirmam nunca terem ouvido falar sobre um Geoparque em Caçapava do Sul, destaca-se a urgência em se trabalhar esta temática junto às comunidades locais, a partir da divulgação da estratégia com o apoio da

Administração Pública Municipal, das Universidades e também dos atores locais que fazem parte, por exemplo, da AGEOTUR.

Desde 2010, a Associação para o Desenvolvimento do Alto Camaquã (ADAC) conquistou para a este território, a inclusão na Associação Internacional das Montanhas Famosas (WMFA), com a utilização do geossítio Pedra das Guaritas como imagem-símbolo. Entretanto, quando questionados sobre este reconhecimento, 62% dos atores locais entrevistados responderam que não ficaram sabendo do recebimento do título. Os demais atores (48%) afirmam já terem ouvido falar sobre o título, apesar de reconhecerem que não sabem exatamente o que ele significa. A maioria dos entrevistados acredita que o título deve-se a realização de atividades de escalada desenvolvidas no território.

A divulgação da inclusão na WMFA é conhecida principalmente entre os atores que residem na região das Guaritas e Minas do Camaquã ou que participam da ADAC, como afirmam, por exemplo, os entrevistados E-16 e E-32:

Se sabe disso e já recebemos turistas que comunicaram a gente que aparece isso na internet. Se sabe dessa informação. As pessoas viram essa titulação e vem visitar a gente por causa dela mas eu mesmo não procurei saber direito isso aí (E-16).

Sim, nós da ADAC que trouxemos esse título para o Alto Camaquã. É um título que se bem aproveitado e divulgado poderia incrementar o desenvolvimento do turismo na região toda (E-32).

Tanto o reconhecimento de Caçapava do Sul como Capital Gaúcha da Geodiversidade, quanto sua inclusão na WMFA constituem importantes títulos ligados à divulgação do território para o desenvolvimento do Geoturismo, sendo aspectos relevantes a serem incluídos dentro de um futuro dossiê de candidatura à Geoparque da UNESCO. Para isso, é necessário buscar uma maior divulgação e valorização destes títulos dentro do território, com o apoio institucional e financeiro da Administração Pública Municipal e dos empresários locais para a elaboração de placas de sinalização a serem instaladas nos pórticos de entrada do municípios e, de material de divulgação como folders a serem distribuídos em hotéis, pousadas, postos de combustíveis e junto aos principais locais de visitação turística. Da mesma forma, é importante que ocorra uma maior divulgação junto as redes sociais e mídias eletrônicas que destacam o potencial turístico de Caçapava do Sul.

6.2.4 A Retomada da Mineração nas Minas do Camaquã e a Continuidade do Turismo de Natureza

Os projetos de mineração, em larga expansão no Brasil e também no Rio Grande do Sul, em especial na região denominada “metade sul”, em municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã (BHRC), constituem a mais nova promessa de “desenvolvimento econômico” e “emprego”, após um ciclo intenso de implementação da silvicultura, com fortes impactos socioambientais no Bioma Pampa (BARCELLOS *et al*, 2017).

Conforme destacam Barcellos *et al* (2017) na última década, tem se intensificado na região do Pampa o interesse pelas reservas minerais já conhecidas, em antigos garimpos e em novas áreas com potencial em municípios como São Sepé, Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista, Lavras do Sul, Pinheiro Machado e Encruzilhada do Sul. De acordo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), responsável pela concessão de alvarás para o estudo de áreas e fiscalização de empresas, existe o cadastro de 162 processos ativos para a prospecção na região (BARCELLOS *et al*, 2017). Somente em Caçapava do Sul existem 48 pedidos para a Autorização de Pesquisa para cobre, 15 para zinco, 15 para ouro, 8 para chumbo e 5 para calcário. Já para Concessões de Lavra existem 10 processos para calcário, 4 para cobre, 1 para Água Mineral, 1 para Mármore e 1 para Talco (GAMA ENGENHARIA E RECURSOS HÍDRICOS, 2015).

Entre essas áreas, a possível retomada da mineração junto ao antigo distrito industrial Minas do Camaquã, constitui o processo que desperta maiores expectativas, tanto em relação a um possível crescimento econômico na região, quanto preocupações em relação a novos impactos ambientais e sociais que possam ser gerados, já que em 2016 a *Nexa Resources* (antiga Votorantim Metais) iniciou junto à FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler) o processo de licenciamento ambiental para a lavra de minérios metálicos de zinco (Zn), cobre (Cu) e chumbo (Pb) (VOTORANTIM METAIS/GEOPROSPEC, 2016).

O “Projeto Caçapava” como é denominado pela empresa, prevê um investimento inicial de 371 milhões, 450 empregos diretos, com potencial de empregos indiretos, através da exploração de 16 mil toneladas de concentrado de zinco, 5 mil de cobre e 36 mil de chumbo por ano (VOTORANTIM METAIS/GEOPROSPEC, 2016). Ao todo, o depósito mineral possui 29 milhões de toneladas de minério, sendo

que a extração desses recursos ocorrerá em uma mina a céu aberto, com vida útil de 20 anos (VOTORANTIM METAIS/GEOPROSPEC, 2016).

A intenção de minerar metais pesados na localidade, distante apenas alguns quilômetros do Rio Camaquã, em uma das áreas mais preservadas do Bioma Pampa, gerou impasses entre a empresa e grupos locais contrários nas audiências públicas⁴³ realizadas em julho de 2016, levando também a contestações junto ao Ministério Público Federal (MPF) (BARCELLOS *et al*, 2017). Grupos organizados da sociedade como o Grupo “Rio Camaquã – União Pela preservação”, Universidades e Administrações Públicas da maioria dos municípios vizinhos são contrários a instalação do empreendimento⁴⁴, devido ao receio de contaminação das águas da região por concentrado de chumbo; além disso, estes grupos ponderam que a pecuária familiar e os projetos para comercialização de carnes e outros produtos locais com certificação de origem, como o desenvolvido pela Associação para o Desenvolvimento do Alto Camaquã (ADAC), seriam colocados em risco, dificultando o acesso ao mercado de alimentos como a carne de cordeiro e o mel orgânico, que vem recebendo reconhecimento graças a qualidade alimentar e sanidade que apresentam.

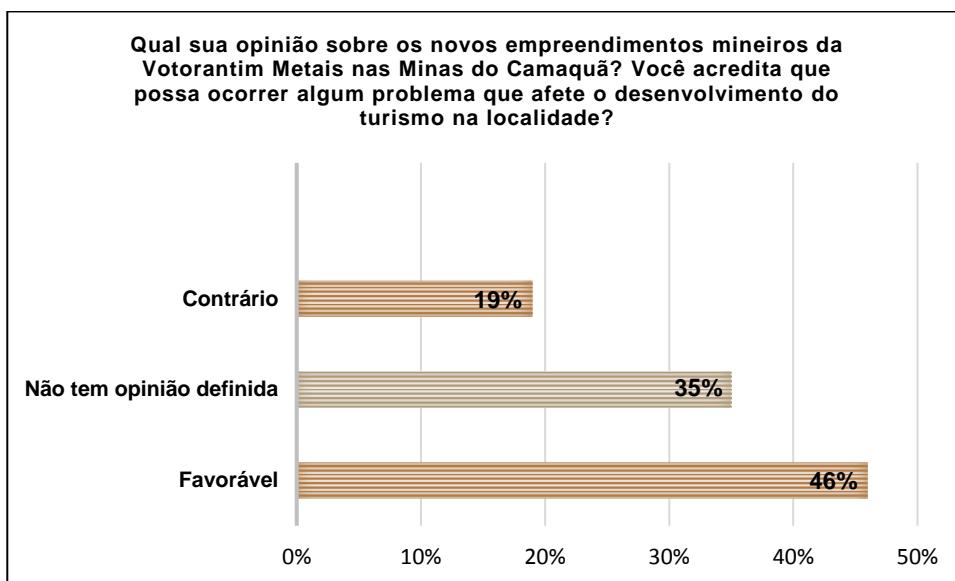
Nesse sentido, buscou-se investigar junto aos atores locais entrevistados a opinião destes em relação a retomada das atividades de mineração na localidade de Minas do Camaquã, perguntando-lhes: *“qual sua opinião sobre os novos empreendimentos mineiros da Votorantim Metais nas Minas do Camaquã? Você acredita que possa ocorrer algum problema que afete o desenvolvimento do turismo na localidade?”*

Conforme as entrevistas realizadas, a maioria dos atores locais, 46%, aponta ser favorável a retomada da mineração; por outro lado, 35% declara não ter um posicionamento definido sobre o assunto e, 19% afirma ser contrário ao retorno da atividade na localidade (figura 64).

⁴³ As audiências públicas, são atividades condicionantes para a implementação de empreendimentos de mineração após a realização do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), sendo coordenados pela FEPAM no RS. Na Vila Minas do Camaquã e Caçapava do Sul, foram realizadas audiências nos dias 27 e 28 de julho de 2016, respectivamente, tendo a autora da presente pesquisa participado da primeira audiência.

⁴⁴ Do total de 28 municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã, apenas as Administrações Públicas Municipais de Santa da Boa Vista e Caçapava do Sul mantêm posicionamento favorável a implementação do projeto.

Figura 64 – Opinião dos atores locais sobre a retomada da mineração na localidade de Minas do Camaquã



Fonte: elaborado pela autora com base nas entrevistas.

Para a maioria dos entrevistados a retomada da mineração nas Minas do Camaquã trará desenvolvimento econômico ao município, devido ao aumento da arrecadação fiscal e do número de empregos que serão gerados:

Eu acho que só vai contribuir. Já contribui! Hoje a contribuição que eles deixam aqui é a base para que as pousadas estejam abertas, para que a lancheria da Tia Lú esteja aberta. Então hoje eles já são a base. Eu acho que se bomba o projeto aqui tu acha que eles não vão dá uma contrapartida na parte social? Eles já fazem a parte social na escola. Eles já fazem com bingo, com evento social que tem na comunidade eles patrocinam, então eu acho que só tem a contribuir. E no turismo eu acho assim ó que eles vão ter muita força na Mina funcionando na base de 30 anos aqui com possibilidade de 50 anos, tu não acha que o poder público não vai investir aqui? Tu acha que não vai sair pelo menos uma dessas estradas asfaltadas? Muita gente deixa de vim por causa das estradas. Se a Votorantim vier e deixar pelo menos a estrada pra nós já vai ser excelente! Entendeu? Então onde tem dinheiro e tem infraestrutura o turista quer estar num lugar de qualidade. Por que aí quando isso aqui começar a funcionar mais eu vou investir aqui. Seria pra Votorantim mas é pro turismo também. Então só tem a contribuir! (E-14)

Assim, primeiro para o turismo não tem problema nenhum porque não impede em absoluto as atividades do turismo dentro da área! Nem os radicais, nem os naturais de forma alguma. Bem pelo contrário acho que só vem a somar! Como empresa de desenvolvimento eu espero isso ai há anos! Sendo da área de mineração acho que só traz benefícios pra toda a região. Automaticamente a mineração ela vai te dá pra cada emprego de um contratado por uma empresa de mineração tu tem no mínimo seis empregados pra cada um a mais daquele que é a faxineira, a cozinheira, o jardineiro, o eletricista que vai pra tua casa. São empregos complementares. Então é um cálculo que se dá dessa forma, pra cada um, tu tem outros seis empregos complementares. São dois públicos diferentes, mas que se a comunidade ela está preparada

pra um turismo ela vai atender tanto o trabalhador quanto o turista. E é aí nesse ponto que eu digo que se trabalha. Tem que se trabalhar nesse sentido de conscientização. Os dois caminham junto, mas acho que a mineração toda a vida na frente (E-15).

Não há qualquer correlação nas falas dos atores locais favoráveis ao projeto da Nexa Resources e uma possível perda de turistas de natureza, que constituem um dos públicos alvo de iniciativas desenvolvidas na localidade. Ao contrário, entre aqueles atores que residem nas Minas do Camaquã e que possuem algum tipo de comércio na localidade, a permanência de pesquisadores e outros trabalhadores da empresa Votorantim (hoje *Nexa Resources*) na localidade desde 2008, é citada como um dos fatores que teriam contribuído para a geração de renda e empregos na Vila. Nesse sentido, para estes atores, a retomada da mineração nas Minas do Camaquã é compreendida como uma atividade que fortalecerá o turismo, já que proporcionará um maior fluxo de pessoas na região, sem qualquer prejuízo às atividades de turismo de natureza desenvolvidas atualmente.

A arrecadação fiscal para atividade de mineração é atualmente orientada a partir de regras de cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), sobre os lucros brutos declarados pela empresa mineradora (BRASIL, 2017). Até novembro de 2017 a CFEM era de 2% dos lucros líquidos (receita da comercialização menos custos e tributos) das empresas de mineração, obtido por ocasião da venda do produto mineral.

Destes 2%, a maior parte, 65%, ficava com o município, 23% com o Estado e 12% com a União. Os recursos recolhidos da CFEM eram portanto distribuídos entre Estados, Distrito Federal, Municípios e órgãos da administração da União, e deveriam ser aplicados em projetos em benefícios das comunidade locais, seja em melhoria da infraestrutura, da qualidade ambiental, da saúde ou educação (ENRÍQUEZ, 2007).

Entretanto, conforme destaca Enríquez (2007), os poucos recursos da CFEM têm sido historicamente gastos pelos estados e municípios sem diálogo com a população e sem definição de prioridades que busquem superar a excessiva dependência da mineração e que vincule, de alguma forma, seu uso a investimentos públicos que ampliem os direitos dos cidadãos e que protejam o meio ambiente. Ao contrário, muitas vezes os recursos são gastos para melhorar a infraestrutura necessária à operação das grandes mineradoras.

Desde 18 de dezembro de 2017, a Lei nº. 13.540 alterou as alíquotas cobradas sobre os minérios⁴⁵ e definiu novas regras para a CFEM, que atualmente é calculada sobre a receita bruta das empresas mineradoras, ficando definidos os percentuais que são apresentados no quadro 15. Ainda conforme a Lei nº. 13.540, das parcelas do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios “serão destinados, preferencialmente, pelo menos 20% de cada uma dessas parcelas para atividades relativas à diversificação econômica, ao desenvolvimento mineral sustentável e ao desenvolvimento científico e tecnológico” (BRASIL, 2017).

Quadro 15 – Distribuição da CFEM conforme ente federativo

Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM	
60%	para o Distrito Federal e os Municípios onde ocorrer a produção;
15%	para o Distrito Federal e os Estados onde ocorrer a produção;
15%	para o Distrito Federal e os Municípios, quando afetados pela atividade de mineração e a produção não ocorrer em seus territórios, nas seguintes situações: a) cortados pelas infraestruturas utilizadas para o transporte ferroviário ou dutoviário de substâncias minerais; b) afetados pelas operações portuárias e de embarque e desembarque de substâncias minerais; c) onde se localizem as pilhas de estéril, as barragens de rejeitos e as instalações de beneficiamento de substâncias minerais, bem como as demais instalações previstas no plano de aproveitamento econômico. Na inexistência das hipóteses previstas, a respectiva parcela será destinada ao Distrito Federal e aos Estados onde ocorrer a produção.
10%	Divididos em: - 7% para a entidade reguladora do setor de mineração (no caso o DNPM); - 1% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), destinado ao desenvolvimento científico e tecnológico do setor mineral; - 1,8% para o Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para a realização de pesquisas, estudos e projetos de tratamento, beneficiamento e industrialização de bens minerais; - 0,2% para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para atividades de proteção ambiental em regiões impactadas pela mineração.

Fonte: elaborado pela autora com base na Lei nº. 13.540, de 18 de dezembro de 2017.

De acordo com o estudo desenvolvido por Enríquez (2007) nos 15 maiores municípios mineradores do Brasil, existe uma grande dependência em relação à receita (40%) e empregos (47%) proporcionados pela atividade de mineração. Em relação a CFEM nesses municípios correspondem, em média, a 16% das receitas municipais, com uma maior dependência para os da região norte e nordeste. Somado ao problema da dependência dos recursos da CFEM, também há um despreparo por

⁴⁵ As alíquotas cobradas atualmente para metais nobres, como o cobre, por exemplo, são de 2% dos lucros brutos da empresa.

parte das Administrações Públicas em relação a falta de planejamento para a continuidade do desenvolvimento econômico futuro após o encerramento das atividades de mineração (ENRÍQUEZ, 2007), revelando situações de vulnerabilidade a que estão submetidos vários municípios que passam pelo esgotamento de suas jazidas minerais.

Além disso, conforme Enríquez (2007) apesar de a lei especificar o destino da CFEM, não existem instrumentos capazes de verificar a aplicação dos recursos financeiros advindos da Compensação, de forma que, na grande maioria dos casos citados pelo estudo, não existe um plano formalmente regulamentado sobre o uso do recurso, muitas vezes incorporado no “caixa único” das prefeituras e diluído nas despesas correntes (ENRÍQUEZ, 2007).

Por fim, o estudo conclui que a mineração, por si só, não resolve automaticamente dois graves desafios do processo de desenvolvimento sustentável: o de geração de emprego e o de garantias de equidade na distribuição de benefícios entre a atual e as futuras gerações (ENRÍQUES, 2007).

Em Caçapava do Sul, a arrecadação da CFEM e a forma com que esse recurso é aplicado não é detalhada na prestação de contas da Administração Pública Municipal. Entretanto, para se ter uma ideia do que atualmente é arrecadado pelo Município com a CFEM, basta acessar o site do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) que mostra que em 2017, foi arrecadado um total de 85.272,50 R\$ com a exploração de água mineral, calcário e calcário dolomítico (DNPM, 2018).

Caso o empreendimento da *Nexa Resources* seja aprovado pela FEPAM, obviamente que ocorrerá um aumento na arrecadação da CFEM, até porque a alíquota sobre metais como o cobre (2%) é maior do que para a de rochas como o calcário (1%) (BRASIL, 2017). Entretanto, há um embate no território entre os que defendem o aumento da arrecadação fiscal e a geração de empregos através da retomada da mineração na localidade de Minas do Camaquã, e aqueles que defendem a conservação do meio ambiente, a saúde e a qualidade de vida das populações locais, devido ao receio da contaminação das águas, solos, ar, flora e fauna por metais pesados como o chumbo, prejudicando ainda, atividades secularmente desenvolvidas em todo o território da BHRC, como a pecuária.

A preocupação com a contaminação ambiental e comprometimento do desenvolvimento da pecuária familiar pela mineração de chumbo é revelada por 19%

dos atores locais entrevistados, que manifestam opinião contrária a instalação do empreendimento da *Nexa Resources* nas Minas do Camaquã:

Olha eu sou um cara que não posso falar muito mas vai ficar só lixo depois lá! No início entra algum dinheiro pro município. Mas depois eu quero ver lá no finalmente quando a empresa for embora e deixar a lixaiada lá para população. É um problema pro turismo, para as pessoas e pro meio ambiente. Claro! Imagina o chumbo! Se o cobre já é uma bomba imagina o chumbo! Uma empresa dessas fica 4, 5 anos operando e depois vai embora porque terminou o chumbo e a bomba fica ali pros morador né, pro pessoal que vai lá pra fazer visitação. A água, tudo contaminado! Claro é o meu ponto de vista. Não tenho nada contra a Votorantim nem contra as Minas do Camaquã lá né. Claro pra o município arrecada dinheiro é interessante, é viável, o dinheiro passa por cima de tudo. A empresa tá pagando! (E-03).

Existe aí toda essa expectativa na criação de empregos, no desenvolvimento econômico né. Mas eu como moradora de Caçapava, natural da região das Guaritas ali muito próximo do Rio Camaquã eu me preocupo muito com o depois sabe. As pessoas não discutem isso. Inclusive esse final de semana a gente falava sobre isso que tá rolando um abaixo assinado de gente contra e outro de gente a favor. É um problema porque serão minerados metais pesados e as pessoas não querem falar disso. Então a curto prazo vai ser tudo muito lindo mas e o turismo daqui a 20 anos vai se fazer como? Vai se levar gente como pras Minas do Camaquã com resíduos de chumbo lá? E a produção de alimentos como a pecuária local? Então eu me preocupo muito porque a legislação brasileira ela é muito linda mas ela é falha né. É preocupante (E-05).

A gente é totalmente contra a esse projeto da mineração da Votorantim nas Minas do Camaquã. Então primeiro ponto nessa estratégia regional que a gente desenvolve na ADAC é que todos os municípios são beneficiados inclusive porque a pecuária ela recolhe tributos que a mineração não recolhe porque ela beneficia não só todos municípios mas também com uma maior carga tributária pra esses municípios tá. Em segundo lugar em termos de valores a ovinocultura tem condições de injetar em torno 140 milhões de reais por ano nos 8 municípios e isso dá pra cada município em torno de 10 a 12 milhões por ano. Quer dizer, nós estamos falando de algo que vai gerar talvez menos de 500 mil reais por mês só pra um município pra algo que vai gerar 1 milhão por mês pra 8 municípios. É muita diferença! Então a gente traz a discussão pra esfera de políticas públicas de desenvolvimento e aí o que é desenvolvimento de fato? Porque se explorar recursos até o seu esgotamento e depois ir embora deixando todo esse passivo ambiental, social e trabalhista porque depois as empresas vão embora e os problemas trabalhistas continuam. Sem falar dos problemas de saúde porque convenhamos que pessoas lá pra respirar chumbo 15, 20 anos as consequências pras suas vidas Deus me livre a gente nem queira saber disso! E quem vai ter que arcar com isso vai ser o próprio Estado através do Sistema Único de Saúde. Então em que medida isso pode ser considerado desenvolvimento? Em que medida? Em que medida isso pode ser defendido pelo próprio Estado? A gente não consegue entender! (E-32)

A pecuária é uma atividade econômica desenvolvida historicamente nessa região do Alto Camaquã, que pode ser considerada um polo diferenciado devido à organização da produção com práticas adaptadas ao ambiente, que asseguram a reprodução social dos pecuaristas familiares e, ao mesmo tempo, a conservação do

Bioma Pampa (AZEVEDO; FIALHO, 2016). Além disso, o território do Alto Camaquã é considerado uma das áreas mais preservadas da região sul do estado, com o maior percentual de Bioma Pampa remanescente (TRINDADE; BORBA; LEFEVBRE, 2010).

Borba (2016) destaca que os sistemas de produção da pecuária familiar no Alto Camaquã são de alta complexidade por depender fundamentalmente das relações e interações ecossistêmicas e dos conhecimentos locais para seu manejo, conduzindo a uma diversidade de sistemas, com distintas estratégias de manejo e aproveitamento dos recursos naturais. Essas características foram decisivas para a formulação de uma estratégia comercial a partir da construção da marca coletiva Alto Camaquã, que segundo Borba (2016, p. 206) teria a atribuição de comunicar antes de tudo uma imagem regional de “território durável” e que é utilizada para associar produtos e serviços com seu território de origem, comunicando a correspondência entre a imagem de qualidade ambiental, a beleza das paisagens, os sistemas produtivos baseados no uso conservacionista dos recursos naturais e ausência de contaminantes, a diversidade biológica e produtiva e a riqueza cultural e histórica.

Nesse sentido, a poluição de origem minerária, seja das minas desativadas, seja das que potencialmente poderão ser implantadas na região, podem comprometer a diferenciação dos produtos e a imagem de um território que preserva os recursos naturais e ao mesmo tempo produz alimentos saudáveis e de qualidade, dificultando o acesso ao mercado desses produtos; ou seja, todo o trabalho desenvolvido pela ADAC, inclusive com apoio do governo federal e estadual com o reconhecimento do Arranjo Produtivo Ovinos & Turismo Alto Camaquã, encontra-se ameaçado pelo projeto de retomada da mineração nas Minas do Camaquã.

Os distintos interesses entre a Administração Pública Municipal de Caçapava do Sul e a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC), tem provocado um distanciamento nas relações entre as duas instituições, como é destacado por um dos atores locais, que aponta que em uma das audiências públicas realizadas pela FEPAM, representantes do poder público municipal manifestaram total descaso com o desenvolvimento da atividade:

A prefeitura de Caçapava enquanto não existia a questão da mineração ela sempre foi apoiadora da ADAC inclusive ela teve um convênio e disponibilizou alguns recursos que foram utilizados pra pagar os caminhões que a ADAC tem dois caminhões que ela usa pra logística própria pra recolher os animais (1 boiadeiro e 1 frigorífico). (...) Mas a prefeitura de Caçapava ela foi apoiadora e tudo mais mas agora há um distanciamento, há um conflito mesmo. Mesmo a nova gestão agora que o prefeito é veterinário ele tinha a obrigação de pelo menos sabe os riscos que isso oferece ao setor produtivo.

Ele inclusive assumiu uma postura de ofender o setor que ele deveria defender! Inclusive assim ficou muito feio pra ele na audiência na manifestação pública no sentido dele dizer que ele apoiava a mineração e principalmente porque a agricultura familiar não tem nada pra agricultura familiar, a agricultura familiar nem é valorizada, nem um projeto, não tem recurso, não tem nada! Só nós 8 meses de APL conseguimos captar praticamente 7 milhões de reais como é que não tem recursos pra investir na agricultura familiar?! Ele desconhece o que ele deveria conhecer muito bem. Então de fato existe esse distanciamento e não há nenhum tipo de contato mais com a prefeitura de Caçapava (E-32).

Ainda conforme destacam alguns entrevistados, além da preocupação em relação à impactos ambientais, também existe o receio em relação ao processo de estagnação econômica da região, quando ocorrer esgotamento das reservas de minérios e o encerramento das atividades.

Cabe lembrar ainda, do recente desastre ambiental ocorrido em Mariana (MG) em novembro de 2015, na Bacia do Rio Doce, que mostrou que a mineração não somente é uma atividade com alto potencial de poluição ambiental, como também é uma atividade dominada por empresas que não medem esforços para ampliar a escala da extração e reduzir custos, inclusive no que se refere à segurança das populações que residem em áreas próximas à barragens ou pilhas de rejeitos.

A realização de audiências públicas com a manifestação de posicionamentos divergentes e de abaixo assinados à favor e também contra o empreendimento nas Minas do Camaquã, demonstram ainda que a comunidade caçapavana está longe de um consenso sobre a retomada da atividade, o que também é claramente expresso nas verbalizações de alguns atores locais entrevistados, quando são citadas animosidades e conflitos, mais visíveis na comunidade de Minas do Camaquã:

Aqui nas Mina a gente tá enfrentando um problema muito sério porque a maioria é a favor da vinda da mineração, mas aqueles que são contra tão enfrentando até problemas familiares como eu no caso. (...) Cada um pensa de um jeito e eu não posso dizer o que eu penso porque cada um pensa de um jeito. Tu não pode dizer porque as pessoas não aceitam, elas pensam só no 'eu'. Eu sei que pra mim a mineração vai ser um problema e a minha decisão já tá tomada. Eu vendo a minha casa na Mina e saio daqui e se tiver que vender o campo eu vou vender o campo. Eu sou o incomodado aqui! Eu não tenho como lutar contra isso! Tá tão aceito hoje que eu não vejo como eu fica aqui. Eu vou ter que me retirar. É essa a lei né. Tu tá incomodado, tu que te retire! A mineração vem e ela vem com um impacto social muito grande para essa região (E-16).

Uma parcela significativa dos atores entrevistados, 35%, aponta ainda que não possui um posicionamento definido, pois entende que por um lado, Caçapava do Sul se beneficiaria com as arrecadações provenientes da retomada da mineração nas

Minas do Camaquã, mas por outro, estão divididos em função dos impactos ambientais e sociais que serão gerados após o esgotamento das jazidas minerais:

Bom, primeiro eu não tenho conhecimento técnico pra dizer que sou a favor ou contra. Mas tem outra coisa assim eu acho que todo empreendimento é importante. Hoje tu mede a qualidade do ar que tu respira. Tu mede a qualidade da água. Então mudou os mecanismos. Mas porém com todas essas opção de segurança que tu tem vamos usar o exemplo de Mariana. Foi feito o termo de conduta e não foi cumprido. É um exemplo. E tinha todos os mecanismos mais modernos do mundo ali e não foi cumprido! Então assim existe o risco? Existe! Então essas empresas que tão vindo pra Caçapava e nossa região não tem como se escapa porque nós temos carvão em São Sepé, nós temos o carvão em Candiota, nós temos fosfato em Lavras, nós temos o cobre aqui em Caçapava, nós temos o chumbo e o zinco na Mina. São vários minérios porque a região é uma região geológica e a humanidade precisa desses minérios. (...) Agora cabe dimensionar que risco que tu vai querer assumir né. Eu não sei eu não sou contra nem a favor, eu não tenho posição formada. Eu digo assim a empresa de mineração é pra um determinado período, o meio ambiente é pra sempre. É eterno. Então eu te digo assim cabe aos órgãos fiscalizarem e se protegerem disso. Esse projeto aí quanto maior for o debate melhor. É importante pra região? É importante, mas tem que ter o cuidado. Essa é minha posição (E-17).

Eu não tenho uma opinião formada sobre isso porque tem os dois lados porque essa gente vem com o objetivo certamente de explorar, de tira riquezas, levar riqueza né ali e gerar receitas. E isso é importante pro município né. Mas por outro lado eu vejo um pouco negativo porque será que não vai ser prejudicial pro meio ambiente? Será que não vai afeta o nosso turismo no futuro? Será que não vai contaminar o Rio Camaquã? Essa é a minha preocupação. Então eu acho que isso tem que ser muito bem visto. Mas tem minérios, Caçapava precisa de receitas né e aí também por quanto tempo? Vai trabalhar ali por quantos anos? (E-19).

Diante das divergências apontadas nas falas e discursos dos atores locais entrevistados, fica evidente que não apenas as Minas do Camaquã, mas todo o Alto Camaquã, constitui um território em disputa por dois diferentes modelos de desenvolvimento. De um lado, temos uma concepção de desenvolvimento territorial que procura fortalecer o vínculo entre produção pecuária, cultura e conservação ambiental, adotando formas sustentáveis de aproveitamento dos recursos naturais, incluindo a comercialização de produtos locais com certificação de origem e o turismo; e, do outro, uma perspectiva que visa apenas a exploração dos recursos, o lucro e o enriquecimento de grandes empresas, sem qualquer compromisso com a qualidade de vida das comunidades locais e sua permanência nessa região, já que os recursos investidos a curto prazo podem não ser suficientes para cobrir os custos ambientais e sociais gerados pelo impacto da mineração de metais pesados na região.

Nesse sentido, observa-se a necessidade de um maior apoio às políticas públicas e investimentos em atividades desenvolvidas tradicionalmente no território

como a pecuária familiar, que possui um maior vínculo com a cultura local, ou ainda, o turismo rural e o turismo de natureza (Geoturismo, Ecoturismo, Turismo de Aventura) que são potencialmente menos poluentes quando comparados à mineração e, que realmente podem contribuir para o desenvolvimento endógeno da região.

6.3 AS DIMENSÕES E O POTENCIAL DE MOBILIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL EM CAÇAPAVA DO SUL

i) Redes e Grupos

A ideia de rede alude a uma teia de vínculos, relações e ações entre indivíduos e organizações, que se tecem ou se dissolvem continuamente em todos os campos da vida em sociedade. Para Olivieri (2003) as redes constituem sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de objetivos comuns. Assim, a existência de múltiplas redes se dá pelas necessidades humano-sociais, que colocam em movimento a busca de interação e formação de vínculos afetivos e de apoio mútuo (DILLY *et al*, 2011). Dilly *et al* (2011) destacam que uma rede envolve processos de circulação, articulação, participação, cooperação, associação e comunicação.

Em uma rede existem dois elementos que se destacam: o *nó*, ou seja, o ator e os seus respectivos entrelaçamentos; e as *linhas*, constituídas pelas relações entre os atores. Cada nó do tecido é estratégico, mas eles só formam o tecido quando interligados entre si pelas linhas, ou seja, pelas conexões sociais existentes e a participação em redes de cooperação (DILLY *et al*, 2011).

Na atualidade, a sociedade potencializa sua organização em iniciativas, cujos atores envolvidos percebem a colaboração participativa como um meio eficaz de realizar transformações sociais, procurando desenvolver ações conjuntas a partir da troca de informações, articulação institucional e política para a implementação de projetos afins (OLIVIERI, 2003).

Segundo Dilly *et al* (2011), as redes constituem atualmente um novo referencial de organização mais adaptada às transformações da tecnologia, da informação e de negócios e, também, como uma estrutura de relacionamento social entre os atores, fundamentada na cooperação, na reciprocidade e em valores compartilhados. A existência de redes em um determinado território pode ser considerada a materialização do capital social (GROOTAERT; BASTELAER, 2001).

As redes ou grupos de cooperação e parcerias podem ser considerados um fator fundamental para o planejamento e sucesso de estratégias endógenas de desenvolvimento como os Geoparques (DUARTE; MIRANDA, 2011). Para Amaral (2014) a cooperação que se estabelece entre os vários atores locais que direta ou indiretamente intervêm no turismo, sob a forma de parcerias e de redes, constitui uma condição fundamental para o desenvolvimento e planejamento da atividade, visto que estas assumem um caráter organizacional para operacionalizar vantagens competitivas em termos econômicos, sociais e espaciais.

Nesse sentido, perguntou-se aos atores locais entrevistados sobre a participação destes em associações ou grupos com o objetivo de avaliar a extensão da participação em redes formais ou informais existentes no território, tais como as Associações de moradores, de produtores rurais, de turismo, etc.

Do total de 35 atores locais entrevistados⁴⁶, 63% apontam a participação em pelo menos um grupo ou Associação, tais como a FEMAPRO, a Associação dos Moradores das Guaritas, a Associação para o Desenvolvimento do Alto Camaquã (ADAC), o Centro de Tradições Gaúchas Sentinela, a Associação de Moradores da Vila Progresso, a Feira Livre do Produtor Rural, entre outras. Destes, 31% citam a participação em mais de uma Associação, geralmente destacando a participação nas Associações de Moradores das localidades onde residem e em Associações ligadas às atividades econômicas que desenvolvem, como por exemplo apontaram integrantes da Associação de Moradores das Guaritas, que também participam da ADAC.

Questionados sobre a participação em Associações ou grupos diretamente ligados ao turismo, como a APATUR, NIDETUR ou ADAC, apenas 17% dos entrevistados apontam participar de alguma dessas redes⁴⁷. É importante destacar que a maioria dos entrevistados desconhece essas Associações, apontando não haver divulgação sobre a atuação dessas iniciativas no território, o que evidencia a fragilidade das formas de articulação e divulgação das Associações ligadas ao turismo em Caçapava do Sul.

⁴⁶ Para o estudo sobre o capital social do território de Caçapava do Sul, foram entrevistados apenas os moradores deste município.

⁴⁷ A grande maioria das entrevistas foram realizadas antes da criação da AGEOTUR, o que justifica esta Associação não ter sido citada pelos entrevistados.

É importante destacar que dois atores também destacaram ter participado de Associações de turismo no município já extintas, citando a ASCATUR (Associação Caçapava do Sul de Turismo), criada no início dos anos 2000. Segundo esses atores, essa Associação encontra-se irregular, e não exerce nenhum tipo de atividade atualmente.

As dificuldades e fragilidades da participação nas Associações de turismo, podem ser explicadas, em parte, pela baixa divulgação, conforme é relatado pelos próprios atores locais e, por outro, devido à pouca articulação com outras Associações existentes no território.

Uma outra questão a ser ressaltada é que antes da criação da AGEOTUR (Associação para o Desenvolvimento do Geoturismo), em março de 2018, a ADAC e a APATUR eram as únicas associações formais com atuação em Caçapava do Sul, sendo ambas de nível regional e com sede em municípios vizinhos (Bagé e Pinheiro Machado, respectivamente). Dessa forma, a baixa participação dos atores em Associações ligadas ao turismo também pode estar associada à distância dos locais onde as reuniões costumam ser realizadas. Sobre a APATUR, conforme destacado anteriormente, esta Associação tem enfrentado muitas dificuldades para se manter financeiramente, em função da diminuição do número de associados e da baixa participação destes nas reuniões realizadas.

Além disso, compreende-se que a ADAC e a APATUR mantêm iniciativas isoladas e com baixo envolvimento interorganizacional para a realização de ações conjuntas, o que acaba desperdiçando os esforços que poderiam ser canalizados para a realização de atividades coordenadas no território.

Destaca-se ainda que 37% dos atores afirmam não participar de nenhuma Associação, apesar de conhecerem e citar Associações diversas existentes em Caçapava do Sul. Questionados sobre o porquê da não participação, a maioria destaca a falta de tempo para as reuniões, ou a questão da distância entre o local de moradia e o local da realização das reuniões pelas Associações ou projet, conforme comentam os entrevistados E-08 e E-21:

Não. Não participo. Comecei a participar de um projeto lá da UNIPAMPA mas eu moro pra fora, fiquei longe da UNIPAMPA pra mim ir participa das reunião fica mais difícil pra mim né (E-08).

Não, não participo. Sempre convidam, mas eu nunca vou, não posso mentir. Eles até fazem as reuniões sempre de tardezinha 19:30h, 20:00h. Até é uma hora boa pra ir, mas eu não consigo ir porque tenho muita coisa para fazer

em casa. Até o presidente da associação é meu irmão. Ele cobra bastante de eu não ir (E-21).

Para estes atores que responderam não participar, também foi perguntado se poderiam indicar algum grupo ou Associação local, da qual gostariam de fazer parte. Em resposta à esta questão, a maioria dos entrevistados aponta que não teria interesse e, apenas 9% manifestam alguma intenção em participar, citando Associações como a dos Moradores das Guaritas e o NIDETUR: *“eu acho que as entidades tem muita força e teriam que se unir e eu não descarto a possibilidade e participar de um grupo que a UNIPAMPA andou trabalhando que é o NIDETUR, mas por enquanto não tenho interesse”* (E-28).

As parcerias são, reconhecidamente, formas de cooperação e são vistas como uma medida adequada para conseguir unir um conjunto de grupos de interesse no processo de desenvolvimento local (AMARAL, 2014). Assim, perguntou-se aos atores: *“Você mantém alguma relação de cooperação ou de parceria com algum vizinho ou colega de profissão/atividade?”*

Sobre essa questão, apenas 11% dos entrevistados responderam que mantém algum tipo de parceria, sendo a maior parte ligada aos serviços de alimentação e hospedagem/alojamento:

Quando os vizinhos têm a gente compra frutas verduras pra fazer alguma refeição aqui no camping quando os grupos agendam com a gente (E-03).

Nós temos uma horta própria. Fora o que não temos aqui pra servir, que não conseguimos suprir a demanda, a gente busca no mercado em Caçapava e também compramos alguns produtos de pessoas aqui da região, que a gente sabe que não trabalha com agrotóxico, porque a gente procura trabalhar com produtos não contaminados por agrotóxicos (E-07).

Kruken (2009) destaca que a interação entre os atores locais no território pode ser constituída por redes de: 1) cooperação, entre atores que desenvolvem a mesma atividade ou possuem o mesmo perfil (formadas por grupo de produtores de um mesmo produto); ou 2) complementação, entre atores cujas atividades se complementam.

É comum que alguns pequenos e médios empresários, para atuarem no mercado onde estão inseridos, se organizem em redes para aumentar sua capacidade produtiva e também competitiva. Essa forma de organização tem um papel importante na adequação das empresas às exigências do mercado, assegurando sua sobrevivência e garantindo o desenvolvimento de novos produtos e serviços

(CASAROTTO; PIRES, 2001) trazendo também, uma maior circulação nos fluxos de informação e contribuindo com os processos de aprendizagem local.

Por isso, é importante buscar soluções para a integração de todos os *nós* (atores) da cadeia produtiva do turismo, para a formação de redes de cooperação e também de complementação, envolvendo os produtores rurais, os proprietários de restaurantes e pousadas ou hotéis, os artesãos. Além disso, as redes contribuem para agregar valor aos produtos artesanais, resgatando a cultura, a história, a valorização dos saberes (KRUKEN, 2009; ALVES; ALVES, 2014) paralelamente à inclusão social dos atores locais envolvidos com o desenvolvimento do turismo.

Embora existam diversos grupos e Associações em Caçapava do Sul, destaca-se a importância de uma maior integração e divulgação das ações e iniciativas e redes ligadas ao desenvolvimento do turismo, pois estas se configuram como nós essenciais no sistema territorial e na rede de gestão para a criação de um futuro Geoparque.

A desarticulação encontrada aponta uma certa fragilidade das interconexões entre os atores locais na teia do desenvolvimento territorial, evidenciando a necessidade de desenvolver relações de proximidade através da realização de encontros, seminários, cursos, troca de experiências entre as Associações, participação em feiras locais e regionais, etc. A partir dessas interações sociais, os laços poderão ser criados e/ou reforçados (DILLY *et al*, 2011), aumentando a disponibilidade e manutenção do capital social do território.

ii) Confiança e Solidariedade

Um elemento central do capital social cognitivo é a confiança (GROOTAERT; BASTELAER, 2001) numa dada sociedade ou em parte dela.

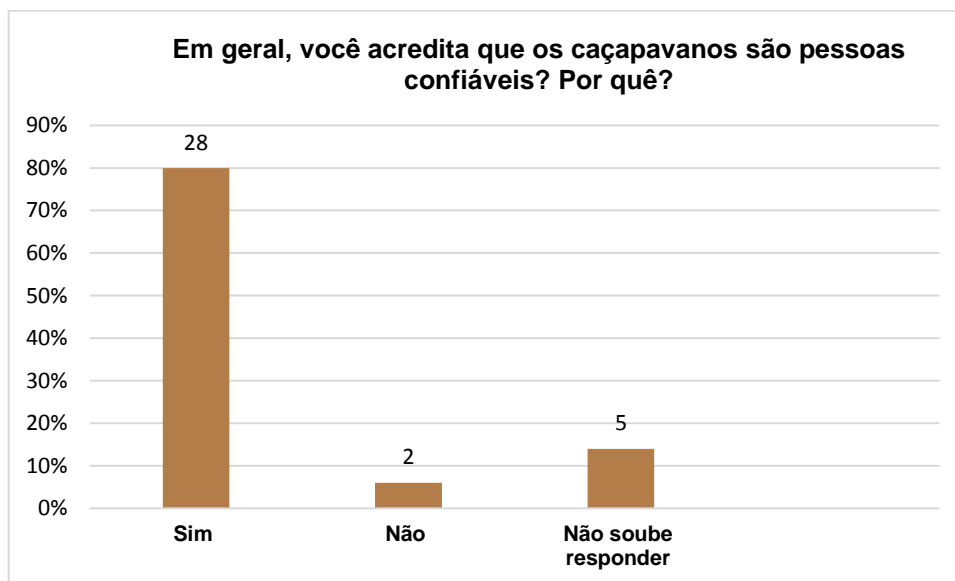
Conforme destaca Abu-El-Haj (1999) a capacidade de ação é ampliada em situações em que a confiança permeia uma coletividade (ou associação), facilitando o aproveitamento dos recursos socioeconômicos e humanos disponíveis. Nesse sentido, a dimensão confiança é um dos componentes que auxiliam na avaliação do potencial do capital social dos territórios.

Maciel (2003) destaca duas grandes tendências principais que orientam as discussões sobre a origem da confiança: a primeira, argumenta que a confiança é produto de padrões históricos de longo prazo de associativismo, engajamento cívico e interações extrafamiliares; e a segunda, de natureza mais econômica, enfatiza o interesse próprio de longo prazo e o cálculo de custos e benefícios por atores

maximizadores de ganhos na promoção de comportamentos de confiança. Na perspectiva econômica as relações estáveis de confiança, reciprocidade e cooperação são vistas como instrumentos para endossar as relações entre os atores e melhorar a eficiência de arranjos organizacionais (MACIEL, 2003).

Quando perguntados “se os caçapavanos são pessoas confiáveis”, a grande maioria dos atores entrevistados aponta que sim (80%), conforme mostra a figura 65.

Figura 65 – Confiança nos caçapavanos



Fonte: organizado pela autora com base nas entrevistas.

Através da análise das falas dos entrevistados é possível identificar que a origem da confiança nos caçapavanos se concentra justamente na primeira perspectiva apontada por Maciel (2003):

Sim. Olha a maioria né porque a gente confia, lá eu conheço a família dele há anos e nós sempre se ajudemo as famílias né. Mas é uma cidade calma né, por isso também (E- 08).

Acredito que sim. Caçapava no geral é uma cidade tranquila. No rural de Caçapava eu acho que assim é uma das comunidades que eu digo mais assim de fio do bigode onde ainda se fazem negócios de boca, onde se vende uma vaca pra receber tal dia pra depositar sabe. Coisas que não se vê mais e que ainda é feito aqui (E-14).

A minha criação determina que eu confie. A minha criação determina porque acredito que se eu tivesse que traçar um meio aos mais antigos são mais confiáveis. A relação familiar de beltrano conhece beltrano e os avós conviveram e tu ter o respeito da tua estrutura familiar te dá essa confiança (E-16).

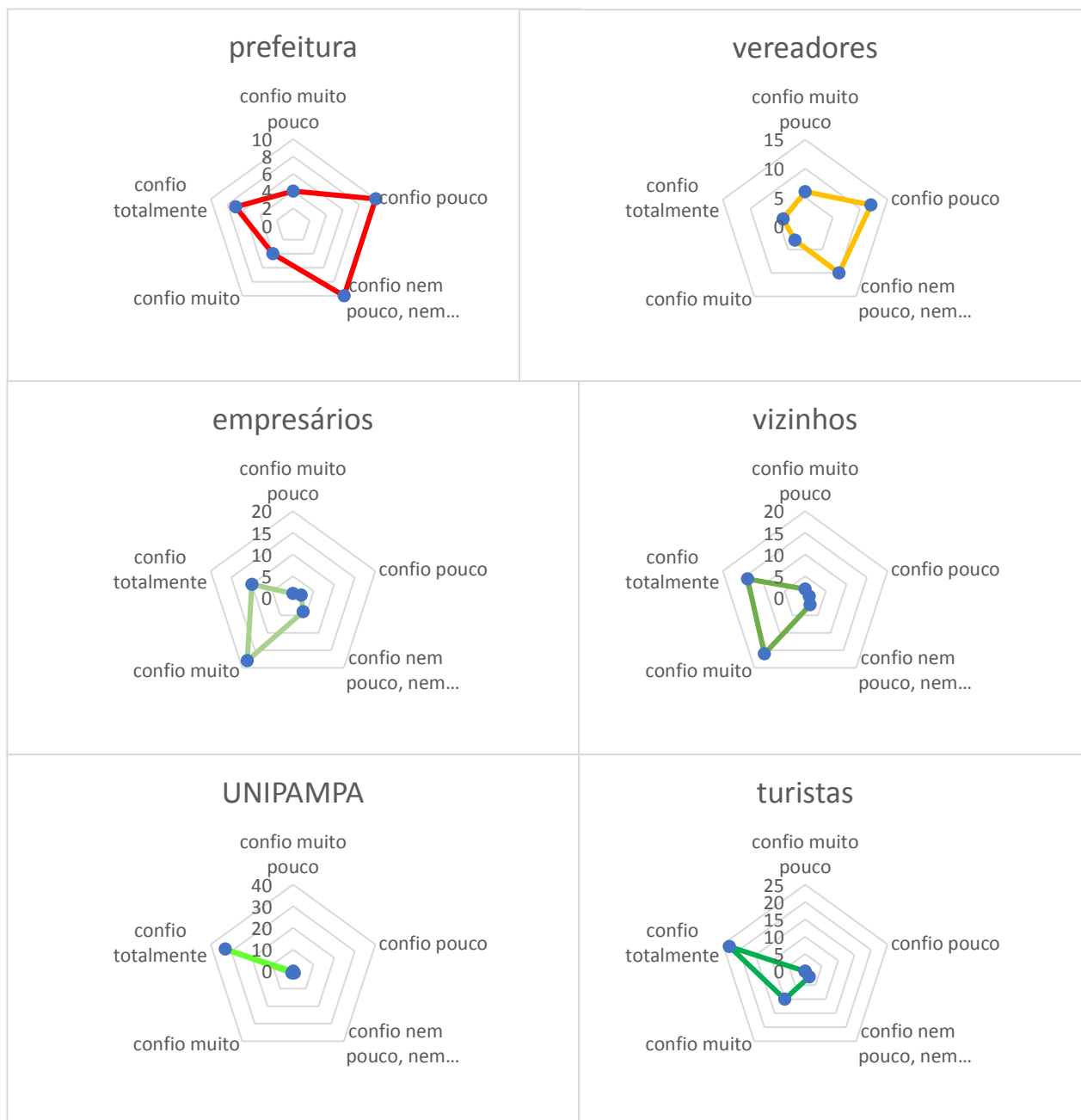
Acredito. Eu acredito que são confiáveis porque eu já fiz um monte de negócios de palavra sem nenhum problema. Eu sempre tive uma relação boa com todo mundo. Até porque eu sou um empresário e eu tenho uma boa relação com todo mundo (E-17).

Com certeza. Isso aí eu tenho pra te dizer assim ó mais diretamente a família né então se hoje existe algum problema aqui no município e existe não dá pra ser negligente e não enxerga que tem problemas de algum roubo, algum furto, coisas assim, algum abigeato e tudo mais. Mas hoje se tu tiver conhecimento do vizinho e da família e tal tu pode confia. Se eles te disseram ó eu vou pega uma vaca de ti e te pago em 30 dias eles vão e pagam. Então eu acredito que o caçapavano as gerações deles são de italiano, tem alemão e alguns pelo duro como chamam né. Caçapava eu desde que eu me conheço por gente o que a gente tem que zelar é a palavra. Então eu acredito que Caçapava aqui tem bastante confiança, tu pode acredita no povo caçapavano que se eles te promete eles cumprem como eu te falei. Existe algum problema, mas a maioria aqui botando em percentual aqui 90% dos caçapavanos são confiáveis (E-27).

Os entrevistados também foram questionados quanto ao grau de confiança em relação a vizinhos, membros da Prefeitura Municipal, vereadores, empresários, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e, também em relação aos turistas que visitam Caçapava do Sul. Para isso, pediu-se que avaliassem o grau de confiança nos diferentes grupos de pessoas considerando cada categoria apresentada, através de uma escala de 1 a 5, onde 1 significa confio muito pouco; 2, confio pouco; 3, confio nem pouco, nem muito; 4, confio muito e 5, confio totalmente.

Conforme podemos observar na figura 66, entre os que receberam as maiores notas em relação a dimensão confiança está em primeiro lugar a UNIPAMPA, única instituição pública de ensino superior, instalada em Caçapava do Sul desde 2008. Em segundo lugar, aparece como mais confiável os turistas e, em terceiro, os empresários locais. As instituições ligadas a administração pública, como a Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores receberam o maior percentual de escolha em relação as notas 2 e 3.

Figura 66 – Confiança em diferentes grupos de pessoas/instituições



Fonte: organizado pela autora com base nas entrevistas.

Através das falas dos entrevistados é possível inferir que a instalação de um campus da UNIPAMPA, trouxe diversas contribuições para a comunidade, não apenas devido a possibilidade de acesso gratuito a cursos de ensino superior para a população mas, também, devido à realização de atividades de extensão promovidas pela instituição, o que de certa forma pode ter contribuído para a ótima avaliação da instituição. A melhoria da economia local, em função da movimentação de estudantes vindos de outras regiões do RS e do Brasil, também é citada pelos entrevistados que

apontam um aumento no número de estabelecimentos comerciais e principalmente na construção civil na área urbana.

Eu acho que Caçapava, também comparando desde quando eu vim, é outra cidade, por causa da UNIPAMPA eu acho. Porque a UNIPAMPA trouxe muitos estudantes de fora, muitos servidores, é outra cidade, se não fosse a UNIPAMPA eu acho que não teria surgido esses novos empreendimentos aqui na cidade. Claro que ainda é uma cidade que precisa caminhar bastante com relação ao desenvolvimento, também na questão de empregos. Mas eu acho que se desenvolveu bastante nos últimos anos, bastante (E-02).

(...) graças a deus que a Unipampa veio pra nós aí porque respingo até pra nós com muito mais clientes né a construção civil deslancho aqui né em Caçapava. É prédio e prédio e prédio né (E-28).

As instituições têm um papel de disseminar valores e mediar a interação social, por isso são referência para a avaliação do capital social (LEITE *et al*, 2015). Nesse sentido, o baixo nível de confiança dos atores locais nos gestores públicos, pode ser considerado uma das dificuldades para o desenvolvimento de parcerias público-privadas como sistema de cooperação e gestão do território. Entretanto, não podemos deixar de observar que o baixo nível de confiança nas instituições políticas pode estar atrelado aos altos níveis de corrupção no Brasil.

Outra questão referente as dimensões confiança e solidariedade interrogou os respondentes: *“Suponha que ocorresse algum problema com uma das pessoas em seu bairro/localidade, tal como uma doença grave ou uma situação de emergência, qual a probabilidade de algumas pessoas na comunidade se unirem para ajudar?”*

Para essa questão, foi apresentada aos entrevistados as opções de respostas: “(a) muito provável”, “(b) pouco provável” e “(c) não se uniriam”. Apenas um dos atores respondeu a segunda opção, de forma que a grande maioria afirma que em uma situação de emergência ou dificuldade a comunidade “muito provavelmente” se uniria para ajudar:

Muito provável porque a gente já passou por muitas situações aqui e a sociedade é bem unida tudo pessoas humildes, porém nós temos uma irmandade. Até porque eu já passei por situações de doenças aqui e a turma chega junto e não abandona. Em outros momentos que tu sai pra viajar a própria comunidade aqui se responsabiliza. É o que eu falo pra ti eu tenho uma boa relação com a turma aqui entende. Em toda a cidade (E-07).

Através da análise das falas dos entrevistados é possível perceber uma avaliação bastante positiva em relação a realização de campanhas solidárias, já que

são citadas diferentes iniciativas/ações ligadas à mobilização social, como as exemplificadas pelos entrevistados E-09 e E-22:

Tipo assim agora tem a guirlanda solidária, o dinheiro vai ser todo para ajudar a Liga Feminina de Combate ao Câncer. Este ano pra liga feminina, o ano passado foi pro Lions Clube. Então eu acho que nesse aspecto Caçapava tá bem espiritualizada porque se ajudam muito. Tem as campanhas, tem os brechós solidários, tem a dona Ladi que faz um trabalho assistencial maravilhoso. A dona Ladi é um grupo de pessoas aposentadas que se reúnem pra costurar roupas, arrumar roupa, pra isso e aquilo. Eu acho que nesse ponto Caçapava tá 10 (E-09).

Aqui tem muita união né pra esse negócio ligado à saúde, até eu vou te contar um caso. A minha cunhada mulher da minha irmã aqui ó mora ali em baixo aqui ela deu mal de Parkinson agora há poucos dias. Ai eu e minha mulher encabeçamos de fazer uma janta aqui pra ela. Aí eu sei que eu botei no pavilhão aí quase 200 pessoas. Mas eu saí peguei a minha caminhonete aí saí fiz todo o Durasnal aí fui onde ela morava antigamente pedindo coisa e tudo deram doação. Davam 5kg de arroz, davam óleo, davam sal e tudo que é coisa pra fazer a janta. Galeto também, carne tudo e aí eu fiz feijoada uns panelão grandão, arroz com galinha, arroz carreteiro então eu fiz bastante coisas. (...) eu sei que arrecadamos uns quantos pila pra comprar os remédios dela né. Pagamos até a própria farmácia. Ela devia uma baita conta na farmácia já quitou daí. Então a população aí o povo cai junto aqui todo mundo ajuda. Chegaram a vim aqui trazer coisa aqui pra mim (E-22).

Macke e Sarate (2015) destacam que a confiança e as fortes normas de reciprocidade e solidariedade são fatores determinantes na produção de riqueza que flui das diversas formas de associação coletiva, originadas a partir da mobilização de capital social nas comunidades.

(iii) Ação Coletiva e Cooperação

Segundo Herrera (2005, p. 43) cooperação pode ser entendida como a

(...) ação desenvolvida pelas pessoas para chegar a fins comuns. Esta ação cooperante aumenta a produtividade geral das organizações. Se trata de juntar esforços para alcançar um propósito comum. A busca desse propósito articula a comunidade.

A cooperação ocorre em função de determinadas condições que implicam um acúmulo vasto de elementos de diferentes dimensões: culturais, econômicas, organizacionais, éticos, sociais, políticos, entre outros (HERRERA, 2005). Se trata de um ato humano que organizacionalmente aponta para a criação de sinergia e valor. Os objetivos da cooperação não são pessoais, já que pela própria cooperação o objetivo perseguido se torna coletivo (HERRERA, 2005).

Alguns indicadores básicos do capital social de uma comunidade são a sociabilidade, a disponibilidade à cooperação, a reciprocidade, a proatividade, a confiança e a simpatia (LEITE *et al*, 2015). Assim, uma das formas de se avaliar o capital social é identificar até onde se estendem as ações/atividades realizadas coletivamente e/ou em resposta a uma situação de crise (LEITE *et al*, 2015).

Quando perguntados se “*a comunidade local costuma desenvolver atividades coletivamente, ajudando uns aos outros em diferentes tarefas*”, a grande maioria dos entrevistados, 74%, aponta que sim que em geral a comunidade realiza algum tipo de atividade de forma coletiva e, 26% afirma que não ocorre esse tipo de interação social na comunidade.

Entre as atividades destacadas pelos atores são apontadas a realização de ações e iniciativas comunitárias ligadas às Associações de Moradores, às escolas, aos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) ou aos centros religiosos, para a realização de festas, bailes, bingos, bingos beneficentes, alguns mutirões de limpeza e organização e ações beneficentes em favor de pessoas doentes ou de instituições de caridade:

Claro! Tu sabe por quê? Nós temos o CTG aqui o CTG do Forte que a turma faz muita coisa ali sabe. Bingos beneficentes, sai um monte de coisa ali pra ajudar a sociedade aqui. É uma sociedade humilde aqui, porém funciona. Ativa (E-07).

Sim. Quando teve o vendaval dali uma semana veio o pessoal da prefeitura vê. Já estava tudo pronto! Porque teve o vendaval o pessoal da Votorantim pegou gente com motosserras pra limpar as ruas porque virou só em galhos e árvores caídas né. Aí também os moradores todo mundo circulava pelas vilas pra saber como o pessoal estava e se ajudando pra ver se tinha casa destelhada e aí foram de casa em casa concertando os telhados, fizeram mutirão e o pessoal conseguiu as folhas de brasil mas a comunidade que fez tudo. A mão de obra totalmente da comunidade. E tem também o Círculo de Pais e Mestres e do Conselho da escola que tá fazendo serviços né na escola de mutirão. Tem o pessoal da internada do CTG que se ajudam né é uma Associação que todo mundo ajuda a manter porque é o único prédio que a gente tem pra evento então todo mundo ajuda quando tem alguma coisa que é do CTG cada um doa alguma coisa quando tem algum rodeio, bingo cada um doa um brinde pra a manutenção do CTG né que é a nossa entidade (E-14).

Leite *et al* (2015) destacam que a realização de ações conscientes e combinadas entre indivíduos ou grupos, guiadas por comportamentos interativos, por reciprocidade, altruísmo, cooperação e outras formas de relações sociais podem ter papel relevante no desenvolvimento das comunidades locais.

Tedesco (2013) destaca a importância das festas que são momentos importantes de trocas econômicas, de dinamismo relacional entre famílias, e reafirmações de sociabilidade, em que a cultura popular é promovida. Elas resultam de iniciativas coletivas e da capacidade de organização e mobilização dos atores locais em interação com seu meio. Nesse sentido, para Tedesco (2013) os momentos de ritualidades festivas, são parte do capital social e permitem produzir mais sinergias entre os atores, reforçando o pertencimento àquele local.

Outro questionamento realizado aos entrevistados compreendeu a seguinte pergunta: “*você acredita que existe engajamento da comunidade para a realização de trabalho cooperativo e/ou associativo? Por quê?*”.

Sobre esse questionamento, 46% dos entrevistados responderam sim, 48% responderam não ou muito pouco e 6% afirmaram não saber responder essa questão.

Conforme podemos depreender, a percepção dos entrevistados sobre a disponibilidade da comunidade para o trabalho cooperativo e/ou associativo ficou bem dividida. No entanto, destaca-se que entre aqueles que afirmam não haver disponibilidade, são ressaltadas as experiências ou iniciativas que não obtiveram sucesso, revelando uma certa descrença na efetividade das formas de associação no território.

Eu acho que não existe vontade só que eles não têm culpa. Eles não estão preparados. Eles têm que se autoanalisarem. Porque eu não acredito que eles não têm vontade de crescerem. Que eles tão sabendo que será que eles já não se deram conta de que sozinhos eles não vão conseguir nada. Isso tá visto que não vão conseguir! Agora o problema é que eles não são culpados que eles não tão preparados. Nós temos uma herança de que todas as cooperativas rurais faliram aqui e isso causou uma impressão negativa na comunidade de que trabalhar junto tu não tem sucesso, tu não dá certo (E-16).

É difícil isso aqui. Eu acredito que não. Agora mesmo a Associação de apicultores ela tá parada. A gente não conseguiu mais leva pra frente né como eu te falei no início (E-19).

Na Vila Progresso e na Vila Minas do Camaquã a percepção dos atores sobre essa questão é bastante negativa e pode ser atribuída a questões de conflito, já que a maioria dos entrevistados relata situações de falta de cooperação devido a competição comercial entre os membros da comunidade que trabalham com o artesanato em lã.

Na Vila Progresso, os artesãos entrevistados destacam que houve a tentativa de criar uma cooperativa de artesãos entre os anos 2008/2009, contando inclusive

com um prédio cedido pela Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul, para servir como sede e local de comercialização do artesanato. Entretanto, a cooperativa não chegou a se concretizar. Segundo a maioria dos artesãos entrevistados nesta localidade, não há interesse em trabalhar de forma associativa com o artesanato, o que levou a Administração Pública Municipal a vender o prédio no final do ano de 2016.

Aqui o povo é muito desunido a vila poderia ser melhor porque a comunidade atrás os artesãos são humildes, mas eles têm condições de melhorar a vila só que eles não se unem porque eles têm uma rivalidade aqui nenhum se dá com o outro poderia ser uma cooperativa. Mas um quer vender mais que o outro se puder ir lá na tua loja que tu tá atendendo e te podar ele vem e te podam (E-20).

Pra trabalhar todo mundo junto? Não, isso aí não! Não existe! Já foi tentado trabalhar assim aqui antes e não dá certo. Tentaram botar uma casa ali pra tentar trabalhar todo mundo junto né mas ninguém concorda no preço. Um concorda e o outro não. Tu pede um preço pra peça e aí a minha peça vale mais, a minha lã é melhor. A lã é tudo a mesma pra te falar bem a verdade entendeu. Mas tem gente que valoriza mais o seu serviço do que do outro e o nosso serviço é tudo igual. Pode não ser por causa da tecelagem e da qualidade do tricô que tu faz um pontinho mais apertado, mas a lã é tudo a mesma. Só que tem gente que diz que a sua lã é melhor pra poder botar mais preço né! Mas eu nem dó bola pra isso aí né graças a Deus nunca faltou o que a gente comer né (E-21).

É aqui os artesãos aqui é difícil. Aqui já vieram pra fazer uma Associação aí bota ali, até o prefeito fez uma casa ali em cima na comunidade aqui que era pra cada um botar um pouco de coisa pra vende ali. Não adianta nada! A casa já foi vendida, o prefeito passado já vendeu essa casa porque não adianta nada, ninguém boto coisa ali pra vender (E-22).

Nas Minas do Camaquã, além dos entrevistados destacarem que não há interesse pelo trabalho cooperativo e/ou associativo, são relatadas relações de conflito entre os atores que trabalham com a hospedagem/alimentação de turistas:

Aqui por exemplo assim a X ali do outro mercado a mulher ela fez denúncias que não deram em nada porque estava tudo legalizado. Mas por exemplo, assim também firmas que atendem ela, ela proíbe deles virem aqui. E aí se eles vêm me atende ela não compra mais deles. Mesmo que ela fique faltado a mercadoria. Sabe meio que birra assim. Nada haver assim porque se é uma comunidade maior Caçapava assim, por exemplo, abre um mercado a cada esquina, a cada quadra! Mas comunidade pequena é mais difícil né. Porque aqui, por exemplo, tem cargas que vem aqui que teria que ser de 3, 4 mil reais e aí eu compro 1.000 e pouco, 2.000 R\$, o Y compra 1.000 e falta 1.000 e ela podia compra uns 1.000 e vim a carga e aí ela não compra e fica sem vim a carga. Então ou a gente compra de bastante ou fica sem (E-14).

Através das narrativas dos atores entrevistados na Vila Progresso e na Vila Minas do Camaquã, é possível afirmar que as relações de competição comercial têm

prejudicado o trabalho cooperativo e o estabelecimento de parcerias entre os atores que desenvolvem o mesmo tipo de atividade econômica nessas duas localidades. Em contrapartida, também são observadas relações de cooperação entre os atores locais, como no caso dos artesãos que trabalham na FEMAPRO ou entre proprietários de pousadas na área urbana ou próximo a área urbana de Caçapava do Sul.

Destaca-se que em situações de competição o capital social não consegue se ampliar e se reproduzir espontaneamente (FRANCO, 2004). Por isso, a superação de conflitos e relações de concorrência é fundamental para que, a partir da cooperação, as comunidades locais possam decidir sobre o seu próprio destino coletivo e agir conseqüentemente para traçar um caminho em direção ao futuro que desejam alcançar, para promover o desenvolvimento local (FRANCO, 2004).

Para Baiardi e Laniado (2000), existe uma tensão contínua entre competição e cooperação. Conforme os autores (*op.cit.*), a propensão a cooperar no âmbito empresarial sugere que as empresas, sem renunciar à competição no mercado, entendam que a cooperação pode levar a que todo o tecido produtivo se torne mais competitivo (BAIARDI; LANIADO, 2000).

Nesse sentido, por exemplo, mesmo que os artesãos da Vila Progresso optem por trabalhar de forma individual em suas tendas e lojas de artesanato, poderiam manter relações de cooperação ou parceria para a aquisição de matérias-primas como a lã utilizada na confecção dos artesanatos, reduzindo custos, já que poderiam obter descontos com as laníferas em compras de maior volume, aumentando sua competitividade no mercado com a redução do preço final das peças.

Também é importante confrontar duas questões que aparecem nas falas dos entrevistados que parecem um tanto quanto contraditórias. Anteriormente destacamos que 74% dos entrevistados aponta que ocorre a realização de atividades coletivas na comunidade e, nessa última questão a maioria dos entrevistados (48%) destaca não haver interesse pela realização de trabalho cooperativo e /ou associativo. Ao analisar as respostas dos atores em relação as duas questões, ao que parece, a realização de trabalhos coletivos é bastante associada a ações beneficentes ou à organizações de festas da comunidade; já a percepção dos atores em relação ao interesse da comunidade em relação ao trabalho cooperativo e/ou associativo é relacionada à atividade profissional, de forma que a partir dos relatos apresentados nas falas acima entende-se que esse tipo de estabelecimento de parceria é mais difícil de ocorrer nas comunidades.

(iv) *Coesão e Inclusão*

A Coesão social se refere a dinâmica da vida social, designando a harmonia, a união das forças sociais e das instituições que as sustentam e que concorrem para um fim harmonioso e coerente de vida em comum. Ela se expressa na cooperação, na solidariedade, na corresponsabilidade, no sentimento de pertencimento e na inclusão social (SILVA, 2014). Nesse sentido, em comunidades com alto grau coesão, o capital social é mais facilmente mobilizado.

Para compreender a dimensão coesão social, perguntou-se aos atores se “*existe algum tipo de conflito na comunidade? Se sim, qual?*”. 80% dos atores considera que não existem conflitos na comunidade, ao passo que, 20% dos entrevistados apontam algum tipo de conflito pontual entre moradores. Entre os que afirmam haver conflito, são destacadas as mesmas relações de competição comercial, observadas em específico pelos moradores da Vila Minas do Camaquã e Vila Progresso

Também é importante salientar que a sociabilidade é uma das manifestações positivas de um alto grau de capital social numa comunidade, podendo ser identificada através da ocorrência de frequentes interações sociais cotidianas, como por exemplo, a participação em eventos comunitários ou de visitar uns aos outros (LEITE *et al*, 2015). Nesse sentido, é interessante destacar que nas narrativas de alguns dos atores entrevistados da Vila Progresso, ocorreram relatos de que entre os artesãos não há o costume da realização de visitas sociais, em função de que, há uma desconfiança de que esse tipo de interação social ocorra com a intenção de verificação dos preços que estão sendo cobrados pelos artesãos:

Eu me dou bem com todo mundo. Só aqui o pessoal não se visita muito né. Não tem mania de conviver muito por causa dos artesanatos né, um pensa que o outro vai lá pra conferi o preço do outro então aqui é cada um na sua (E-18).

Uns querendo se mais que os outro nesse ponto sim. Uns querendo se mais grandão que os outro. E aí ninguém se visita né porque aí vão pensa que um foi lá vê o preço do outro né. Entrevistador: *e isso sempre foi assim?* Sempre foi assim! Nesse ponto sim. Quem tem artesanato não se visita (E-26).

A partir das narrativas dos atores, é possível compreender que essa característica da comunidade é reflexo de um baixo nível de coesão social, devido as relações de competição comercial e falta de confiança existente entre os artesãos.

Costa (2005) destaca que um dos aspectos essenciais para a consolidação de redes é, sem dúvida, o sentimento de confiança mútua que precisa existir em maior

ou menor escala entre as pessoas. A construção dessa confiança está diretamente relacionada com a capacidade que cada um teria de entrar em relação com os outros, de perceber o outro e incluí-lo em seu universo de referência.

Quanto mais um indivíduo interage com outros, mais ele está apto a reconhecer comportamentos, intenções e valores que compõem seu meio. Inversamente, quanto menos alguém interage (ou interage apenas num meio restrito), menos tenderá a desenvolver plenamente esta habilidade fundamental que é a percepção do outro. (...) Mas reconhecer é também, e ao mesmo tempo, dar valor a alguém, aceitá-lo em seu meio, integrá-lo como colega ou parceiro. Esta dinâmica do reconhecimento é com certeza uma das bases para a construção da confiança não apenas individual, mas coletiva. Redes sociais só podem ser construídas com base na confiança mútua disseminada entre os indivíduos (COSTA, p. 242-243, 2005).

Para Costa (2005) não se deve esquecer que para se incrementar os laços sociais é preciso investir na construção e no desenvolvimento de relações de confiança e isso requer, diversos tipos de interações sociais e por um longo período de tempo.

Entretanto, essa situação da Vila Progresso é uma questão localizada, frente avaliação geral dos dados da pesquisa, que conforme ressaltado acima demonstra que em geral, não é percebida a existência de conflitos significativos em Caçapava do Sul.

Também pediu-se aos entrevistados que avaliassem, em uma escala de 1 a 5, o grau de união das pessoas na comunidade, onde 1 significa muito baixo grau de união; 2, baixo grau de união; 3, nem pouca, nem muita união; 4, alto grau de união e 5, muito alto grau de união. A figura 67 mostra que a maioria dos entrevistados, 46%, aponta que o grau de união se situa na categoria 3, que significa nem pouca, nem muita união, mas havendo uma grande porcentagem de entrevistados que avalia o grau de união entre as melhores notas 4 e 5, o que demonstra que em geral o grau de união pode ser considerado elevado.

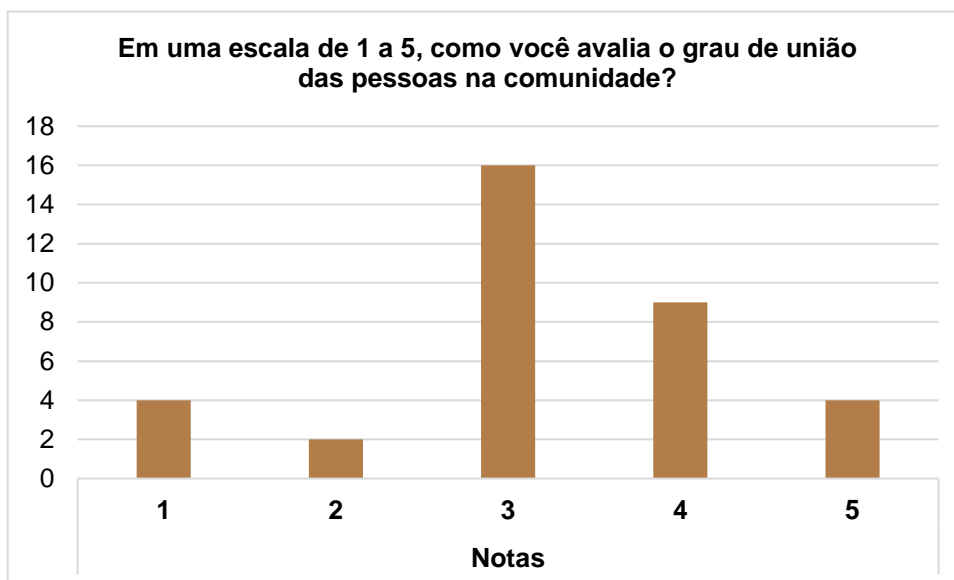
Alguns atores possuem a percepção de que, em geral, a comunidade local costuma se unir mais em situações relacionadas à problemas de saúde, como apontam os entrevistados E-14 e E-16:

3. Claro que pra certas situações como pra ajudar uma pessoa necessitada, doente eu daria 5 (E-10).

Num nível de grau de necessidade de uma doença, de uma calamidade, de uma emergência eu dou nota total, eu dou nota 5. O pessoal se une no que precisar se tiver algum doente na comunidade (E-14).

Nota 3. Tem união entre as pessoas. Mas depende pra que que tu quer a união. Porque conforme o objetivo tem as divergências. Se é para uma questão de saúde ou de uma emergência o pessoal se mobiliza (E-16).

Figura 67 – Grau de união das pessoas na comunidade



Fonte: organizada pela autora com base nas entrevistas.

Em relação a inclusão social, perguntou-se aos atores: “*você se considera bem aceito(a) pela comunidade do local? Se não, por quê?*”. A grande maioria dos entrevistados, 97%, destaca que sim, que se sente bem aceito na comunidade e, apenas 3% destaca que não. Entre os que destacam ser bem aceitos, citamos como exemplo, as falas dos entrevistados E-04 e E-06:

Eu acredito que sim. Eu conheço muita gente aqui e ouço as pessoas falarem bem de mim. As vezes sou convidado na rádio de Caçapava. Me sinto até feliz com isso porque sou bem querido (E-04).

Sou muito bem aceita. Tenho muitos amigos e me convidam pra tudo que é coisa. Almoço aqui, almoço ali e as pessoas querem conversar sabe (E-06).

(v) Informação e Comunicação

O acesso à informação é fundamental para ajudar as comunidades a terem voz mais ativa sobre o seu bem-estar (GROOTAERT *et al*, 2003). Nesse sentido, essa dimensão do capital social verifica a possibilidade de acessar, produzir e fazer circular informações e conhecimentos dentro das comunidades (LEITE *et al*, 2014). Assim, buscou-se investigar quais as fontes de informação disponíveis ou acessadas pelos atores locais, em relação a telefonia móvel, internet, televisão, rádio e jornal.

Em relação a telefonia móvel, todos os entrevistados destacam ter acesso, sendo que 97% consideram que o sinal é bom e apenas 3% consideram o sinal ruim. Em relação à internet, 97% tem acesso e 3% não tem, sendo que para 91% o sinal é considerado bom e para 9% o sinal é considerado ruim.

Em relação à programação de rádio, 80% dos entrevistados destacam que costumam ouvir rádio pelo menos uma vez ao dia, enquanto que, 20% destaca não ter este hábito. 11% dos entrevistados comentam que o sinal de rádio não é bom na localidade onde residem.

Em relação à programação de televisão, 86% dos entrevistados destaca que costumam acompanhar a programação, pelo menos uma vez ao dia e, 24% destaca que não tem o hábito de assistir televisão. Em relação ao acesso à canais fechados de televisão, foi possível identificar que 29% dos entrevistados faz o uso de TVs por assinatura.

Já em relação ao acesso à jornais, 40% dos atores entrevistados destaca que costuma ler jornais. Destes, a maioria cita que é assinante do Jornal Gazeta de Caçapava.

É importante destacar que em relação ao sinal de telefonia móvel e internet, a localidade de Vila do Segredo, nas proximidades do Parque Municipal da Pedra do Segredo, possui sinal considerado ruim pelos entrevistados. Já nas demais localidades, o sinal de telefone e internet é, em geral, considerado bom.

Outra questão referente a informação e a comunicação, buscou identificar quais são as fontes de informações mais utilizadas pelos atores, através do seguinte questionamento: *“através de quais meios ou com quem você costuma buscar informações sobre o acesso à serviços públicos (em geral), cursos de qualificação etc.? Com vizinhos, colegas de trabalho, pessoas de Associações da qual faz parte, internet, rádio, jornal, pessoas ligadas a prefeitura ou câmara de vereadores, etc.?”*

A maioria dos entrevistados, 77%, aponta que o principal meio de informação utilizado é o acesso à internet. Em segundo lugar, é apontado por 14% dos atores a busca de informações com pessoas ligadas a Associações da qual fazem parte e, 9% destaca que costuma buscar informações com vizinhos. A busca de informações com pessoas ligadas ao poder público municipal não foi citada por nenhum dos atores entrevistados.

Conforme destacam Dilly *et al* (211) a informação constitui a base para a geração de conhecimento e de ação, sendo importante evidenciar quais padrões de

comportamentos e conexões são mais propensos à geração de inovações e arranjos que possam contribuir com o desenvolvimento do turismo.

Albagli e Maciel (2004) afirmam que a difusão e o compartilhamento de informações e conhecimentos requerem que os atores estejam conectados, que haja canais ou mecanismos de comunicação que propiciem os vários fluxos de conhecimento e o aprendizado interativo.

(vi) Empoderamento e Ação Política

Baquero (2012) salienta que o empoderamento pode ocorrer nos níveis individual, organizacional e comunitário. O empoderamento individual refere-se à habilidade das pessoas de obterem conhecimento e controle sobre forças pessoais, para agir na direção de melhoria de sua situação de vida. O empoderamento organizacional significa contribuir com as decisões da organização (empresarial) para melhorar seu desempenho, através da delegação do poder de decisão, autonomia e a participação dos funcionários na administração das empresas, de modo que as decisões sejam mais coletivas e horizontais. O empoderamento comunitário diz respeito ao processo pelo qual os sujeitos, atores individuais ou coletivos de uma comunidade, por meio de processos participativos, desenvolvem ações para atingir seus objetivos, coletivamente definidos (BAQUERO, 2012).

No entanto, Baquero (2012) destaca que um processo de empoderamento eficaz necessita envolver tanto dimensões individuais quanto coletivas.

No contexto da presente pesquisa, foi perguntado aos atores: *“você sente que tem poder para tomar decisões importantes que podem mudar o curso da sua vida? Em uma escala de 1 a 4, faça uma avaliação de você mesmo onde: 1 quer dizer totalmente incapaz de mudar a minha vida; 2, capaz de mudar algumas coisas, 3, capaz de mudar a maioria das coisas e 4, totalmente capaz de mudar a minha vida”*.

Diante desse questionamento, 49% dos entrevistados afirma “ser totalmente capaz de mudar o curso de suas vidas”, 34% destaca ser capaz de “mudar a maioria das coisas”, 14% afirma que é capaz de “mudar algumas coisas” e 3% sente que é “totalmente incapaz de mudar a sua vida”.

Conforme os dados apresentados, é possível compreender que a maioria dos entrevistados sente que possui empoderamento individual para tomar decisões importantes que afetam suas atividades cotidianas e que tem poder para mudar o curso de suas vidas, como por exemplo, destaca o entrevistado E-04:

Eu acredito que totalmente capaz. Morar em Caçapava é uma escolha minha em função do voo livre. Eu poderia mora em qualquer outro lugar. Eu pratiquei outros esportes como escalada, canoagem, vários outros esportes, mas depois que eu conheci o voo livre e passei do outro esporte que eu fazia que era o motocross, eu passei a projeta a minha vida em função do voo livre. Eu trabalhava no comércio numa loja da minha família que não me permitia sair em dezembro que era uma época de muito movimento. E em dezembro quando a temporada de voo é boa com condição forte pra voo né eu não tinha condição de sair da loja. Então eu montei essa fábrica aqui pra que me permitisse sair em um dia de condição boa pra voar, já que eu dependo do clima e do tempo. Então eu me planejei pra isso. Organizei minha família, minha atividade profissional tudo em função do voo livre (E-04).

Em uma visão emancipatória de empoderamento é importante compreender que o “empoderar-se” gera um processo positivo para a melhoria das condições de vida da pessoa e para a conquista e defesa de direitos de cidadania, influenciando a capacidade de interferência direta ou indireta da população das decisões políticas (BAQUERO, 2012).

Conforme destaca Baquero (2012) na perspectiva freireana, o empoderamento individual, fundado numa percepção crítica sobre a realidade social, é fundamental, mas precisa ter relação com a transformação mais ampla da sociedade.

Nessa perspectiva, o empoderamento, como processo e resultado, pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder (BAQUERO, p. 181, 2012).

O empoderamento individual segundo a visão emancipatória, pode ser considerado um pequeno passo em direção à transformação social (ROSO; ROMANINI, 2014). Ou seja, embora a maioria dos atores locais aponte os conceitos 3 e 4 , que indicam um bom nível de empoderamento individual ou psicológico, é importante destacar que esse nível de autonomia não garante torná-los aptos a efetuar as transformações necessárias na sociedade, pois esse nível de empoderamento individual precisa vir acompanhado de uma percepção crítica da realidade, para a busca de melhorias e de transformações sociais, sendo a ação política um dos meios para aumentar o empoderamento comunitário (GROOTAERT *et al*, 2003).

Assim, a premissa central do empoderamento é a possibilidade de que indivíduos e comunidades venham a desenvolver competências para definir, analisarem e atuarem sobre seus próprios problemas, lutando por seus direitos e

ocupando espaços nas esferas deliberativas da sociedade (ROSO; ROMANINI, 2014).

Nesse sentido, se questionou os atores se *“a comunidade local costuma interagir ou buscar ajuda junto aos líderes políticos de Caçapava do Sul, a fim de solicitar alguma melhoria para a comunidade? As reivindicações costumam ser atendidas?”*

80% dos entrevistados avalia que sim, que a comunidade costuma cobrar melhorias na comunidade ou bairro; já 20% destaca que a comunidade não costuma fazer nenhum tipo de cobrança junto ao poder público. Sobre se as reivindicações costumam ser atendidas, 26% afirma que sim, 57% afirma que algumas vezes as reivindicações são atendidas e 17% afirma que as reivindicações não costumam ser atendidas.

Entre os 20% que destacam que a comunidade não costuma cobrar melhorias é ressaltado a falta de protagonismo para a busca de ajuda junto ao poder público, ao encontro do que apontam os entrevistados E-05 e E-37, ou então, de que essa responsabilidade geralmente é deixada à cargo de algum líder comunitário como exemplificam os atores (E-23) e (E-25):

Não aqui o pessoal é meio sossegado mesmo. Ninguém cobra nada do poder público (E-05).

Ah eu acho tudo muito passivo. Eu acho que a população de Caçapava tem que cobrar mais seus líderes, mas isso é uma questão cultural. Eu acho que tá um pouco errado isso de aceitar que tudo que vem de cima tá certo. Eu acho que a gente tem que contestar um pouco mais as coisas e procurar os nossos direitos e ir atrás de melhorias das coisas por nós mesmos. As pessoas de Caçapava as vezes elas são meio encabuladas porque são muito humildes. Eu acho que elas podiam se empoderar mais assim do poder que elas têm assim como cidadão, como comunidade, como tanta coisa que elas beneficiam de voltar pra elas (E-37).

Sim o Joel é muito interessado, mas é só ele né (E-23).

Mais é o Joel o presidente da vila aqui né (E-25).

Não. É bem poucos, mais é o presidente coitado que é o Joel tu já deve terem falado no Joel. Ele é um cara fora de sério. (...) ele é aposentado ele trabalhava com artesanato aqui, mas ele vive correndo levando um doente pra cá, um doente pra lá, outro pra cá, outro pra lá. A gasolina do bolso dele as vezes um paga e outro não paga (E-20).

O empoderamento da comunidade possibilita que as pessoas apliquem “pressão” sobre os políticos locais, para influenciar políticas públicas e alocar recursos

governamentais para o benefício social de todos. Schmidt (2006) destaca que em territórios em que o capital social é fortalecido os cidadãos participam mais, cobram mais das autoridades e se comunicam melhor com os governantes, já nas regiões onde o capital social é pouco desenvolvido, tende a prevalecer o clientelismo e o mandonismo das elites. Assim, capital social pode ser encarado como meio para que as pessoas possam interagir na construção de um maior empoderamento social (ALMEIDA; CERQUEIRA, 2011).

Nesse sentido, somente com o fortalecimento do capital social e da construção de uma cultura política democrática é que será possível atingir a qualidade e a efetividade tão almejada da gestão pública de interesses sociais. O resultado positivo das políticas públicas não depende exclusivamente de instituições bem estruturadas ou de bons projetos políticos. É fundamental a presença de um capital social forte, que coloque o cidadão como ator relevante no quadro político (ALMEIDA; CERQUEIRA, 2011).

Investir em capital social, significa investir em redes e em processos democrático-participativos (FRANCO, 2004). Para isso é necessário construir ambientes sociais favoráveis ao florescimento dos negócios, articulando e animando redes que encorajem as pessoas, individual e coletivamente, a exercitar sua criatividade para promover o desenvolvimento local endógeno (FRANCO, 2004).

De forma geral, após a análise das entrevistas e dos dados coletados em trabalhos de campo, pode-se concluir que Caçapava do Sul apresenta características que indicam a existência de um bom nível de mobilização de capital social, mas, com possibilidades de aumentar ainda mais a utilização deste tipo de recurso, indispensável ao desenvolvimento territorial endógeno.

Dentre as características positivas identificadas, percebe-se que há um nível de confiança geral elevado na comunidade, que talvez explique a realização de várias atividades realizadas coletivamente, como as citadas pelos entrevistados, assim como a considerável participação em grupos e Associações. Apesar disso, a participação em Associações ligadas ao turismo ainda é extremamente baixa entre os atores. Entretanto, deve-se destacar que até antes da criação da AGEOTUR, apenas a ADAC e a APATUR constituíam Associações ligadas ao turismo e que estas realizam reuniões ou possuem suas sedes em locais bastante distantes do local de moradia da maioria dos atores entrevistados.

6.4 Tecendo Redes no Território: a gestão do Geoturismo para um futuro Geoparque

Como destacado anteriormente uma das principais características dos Geoparques é sua capacidade de agregação e articulação institucional, já que seu conceito não implica nenhuma rigidez jurídica, o que permite diversos arranjos para sua gestão (MEDEIROS *et al*, 2015). A articulação gerencial desses espaços está vinculada às características locais do território ao qual está inserido.

No entanto, para que o território seja reconhecido como um Geoparque pela UNESCO é necessário observar os fundamentos principais do Programa *Global Geoparks*, que compreendem: 1) a proteção legal do geopatrimônio do território; 2) que o território seja gerido a partir de uma estrutura de gestão reconhecida pela legislação nacional, acordada por todos os parceiros da estratégia; 3) promova o desenvolvimento local sustentável através do desenvolvimento do Geoturismo e 4) que promova o trabalho em rede, através da cooperação entre a comunidade local e também com outros Geoparques Globais da UNESCO (UNESCO, 2015).

A partir dessas diretrizes principais, apontadas pela UNESCO (2015), discutiremos algumas questões centrais relacionadas à gestão do território de Caçapava do Sul para uma futura candidatura junto à Rede Global de Geoparques (GGN).

Uma primeira questão que se coloca como chave para a criação de um Geoparque em Caçapava do Sul é a definição de estratégias para a proteção do geopatrimônio. Nesse sentido, uma das alternativas seria a criação de Unidades de Conservação (UCs) conforme a Lei Federal nº 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Como ressaltado anteriormente, o Parque Municipal da Pedra do Segredo (PMPS) constitui o único geopatrimônio que se encontra protegido através da Lei Municipal nº 1.055, de 1999; embora essa forma de proteção seja bastante limitada visto que o Parque não constitui uma UC efetiva do SNUC e nem possui Plano de Manejo⁴⁸. A gestão do PMPS é realizada através da contratação de empresas

⁴⁸ Mesmo a Lei Municipal nº 943, de 28 de janeiro de 1998, que dispõe sobre a Política do Meio Ambiente do Município de Caçapava do Sul, afirmando a necessidade de criação de Planos de Manejo para “parques e demais áreas verdes do município”, o PMPS permanece sem esse instrumento de gestão. Um Plano de Manejo estabelece as normas, restrições para o uso, ações a serem desenvolvidas e manejo dos recursos naturais da UC, seu entorno e, quando for o caso, os corredores

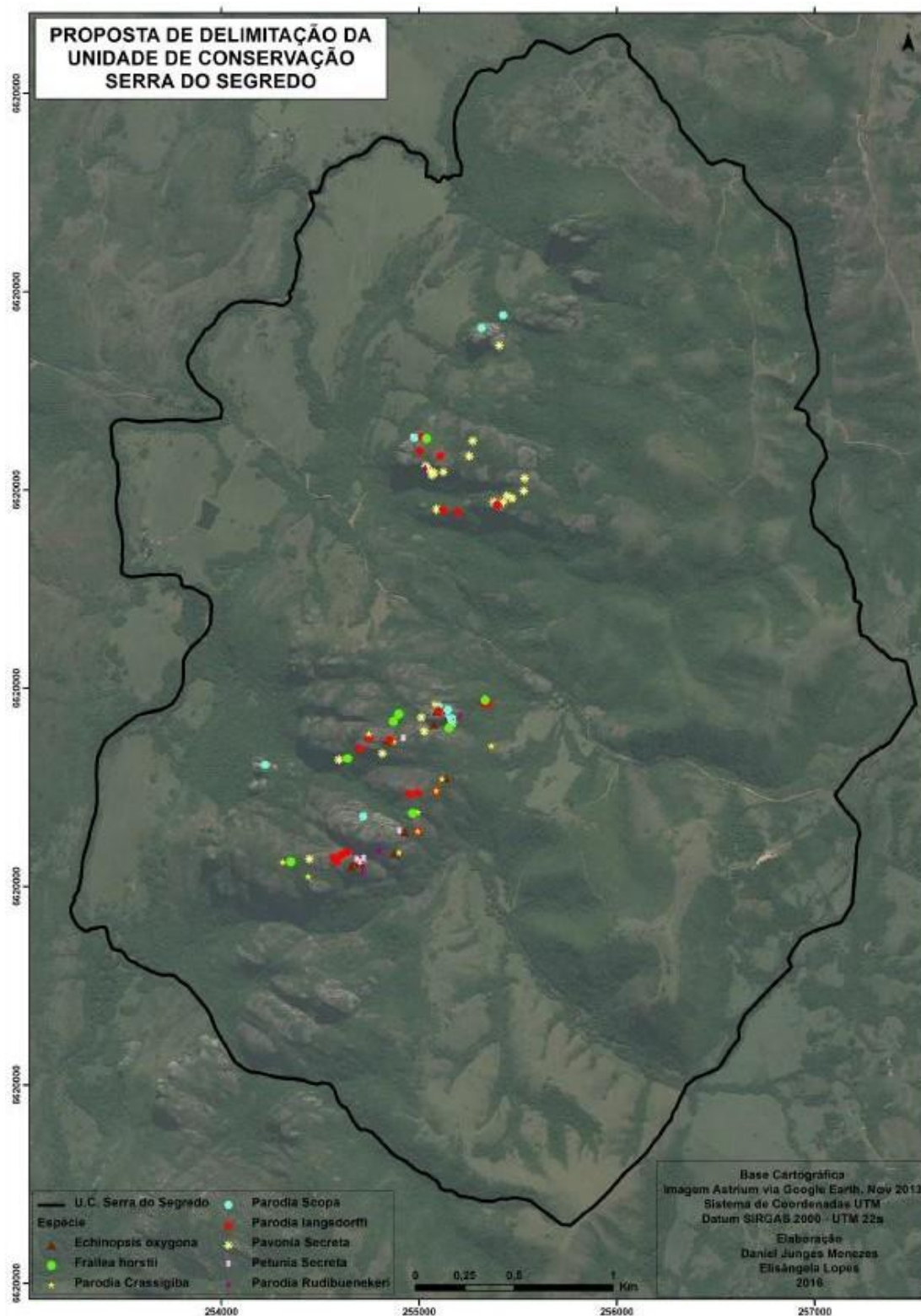
privadas, via processo de licitação realizado pela Prefeitura Municipal, que através do estabelecimento de um “Termo de Referência” com o contratado, estabelece obrigações e responsabilidades a serem seguidas, além de exigir a elaboração de um regulamento com normas de visitação.

Nesse sentido, destaca-se a importância de estabelecer um regime de proteção mais efetivo para este geossítio conforme apontam os estudos já realizados na área (RS BIODIVERSIDADE, 2014; SILVA, 2016). O estudo realizado por Silva (2016) na região da Serra do Segredo (geossítios PMPS e Camping Galpão de Pedra), sugere como mais adequada a criação de uma UC do SNUC na categoria Monumento Natural (figura 68), devido a necessidade de proteger a área de riscos ambientais como a mineração de metais e o avanço da silvicultura, que podem ameaçar as espécies de Cactáceas, Solanáceas e Malváceas, assim como o conjunto de geoformas de grande beleza cênica que compõem a Serra do Segredo. Conforme salienta Silva (2016), mesmo com a criação de um Monumento Natural, a pecuária familiar poderia continuar sendo desenvolvida na área, visto que esta atividade ocorre majoritariamente em áreas de campo, não sendo identificada a existência de cultivos agrícolas (SILVA, 2016).

Outras áreas onde poderiam ser criados Monumentos Naturais seriam os geossítios Cascata do Salso (área de titularidade do Município de Caçapava do Sul), a Toca das Carretas, Gruta da Varzinha, as Guaritas, entre outros, tendo como objetivo tanto conservar o geopatrimônio, quanto a visitação pública, estando esta sujeita às condições e restrições estabelecidas no Plano de Manejo e nas normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração (BRASIL, 2000). Também a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) seria uma outra opção viável para os geossítios localizados em propriedades rurais. Uma RPPN constitui uma UC de Uso Sustentável, de caráter privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica e onde é permitida apenas a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais (BRASIL, 2000).

ecológicos a ela associados, podendo também incluir a implantação de estruturas físicas dentro da UC (BRASIL, 2000).

Figura 68 – Área proposta para a criação da UC Monumento Natural Serra do Segredo



Fonte: SILVA (2016).

Para a região do Geossítio Pedra das Guaritas, com 229,96 km² de extensão, também pode ser indicada a criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA). Essa

categoria de UC se enquadra dentro das Unidades de Uso Sustentável, não exigindo desapropriações de terras. Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público (BRASIL, 2000). Nesse sentido, a realização de atividades de geoconservação e uso geoturístico ocorreria mediante autorização dos proprietários.

Com a criação de uma APA englobando o geossítio Guaritas, seria necessário instituir um Conselho Gestor, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente (BRASIL, 2000). No entanto, seria recomendado a realização de estudos aprofundados sobre a vegetação da área, visando o estabelecimento de normas e restrição em relação à criação de herbívoros domesticados (ovinos, caprinos e ovinos) em pontos críticos da ocorrência de espécies da flora vascular que é de grande interesse para a conservação de espécies endêmicas e de distribuição restrita, com destaque para as cactáceas⁴⁹ (GUADAGNIN *et al*, 2000).

A grande maioria dos geopatrimônios de destaque de Caçapava do Sul, se situa na zona rural, em pequenas propriedades privadas, que tem como principal atividade econômica a pecuária extensiva. De forma geral, o modo de vida desses pecuaristas familiares representa uma grande oportunidade para o desenvolvimento sustentável e a conservação dos recursos naturais, já que ao longo de décadas suas práticas tradicionais tem permitido uma modalidade de desenvolvimento rural com baixíssimo impacto e, sobretudo, com benefícios para a conservação da natureza (BORBA; TRINDADE, 2009).

Nesse sentido, qualquer estratégia de instituir UCs nesse território deve ser muito bem estudada, visto que qualquer restrição de uso nas propriedades ou até mesmo desapropriações de terras, pode significar um impacto social e econômico muito grande para as famílias, podendo contribuir para o aumento êxodo rural que já é considerado alto na região. Conforme aponta Vallejo (2003) essa forma de intervenção estatal na criação de espaços (ou territórios) protegidos, pode ser responsável pelo processo de desterritorialização de vários grupamentos sociais,

⁴⁹ Guadagnin *et al* (2000) destacam que em quase metade dos afloramentos avaliados na bacia do arroio João Dias, localizada na porção norte da região das Guaritas, foram encontradas espécies de interesse especial para a conservação, sendo que as melhores condições ambientais foram identificadas nos sítios inacessíveis ao pastejo de herbívoros domesticados (caprinos, ovinos e bovinos).

tradicionais, ou não, em locais onde na verdade os ecossistemas se mantiveram pouco alterados devido a formas sustentáveis de desenvolvimento econômico.

A criação de UCs em Caçapava do Sul, além de envolver complexos requisitos legais e limites técnicos envolvendo as características naturais a serem conservadas, precisa discutir, sobretudo, os impactos sociais gerados, sendo recomendado que os responsáveis pelo planejamento e manejo de futuras áreas protegidas a serem criadas, se utilizem dos conhecimentos tradicionais das comunidades afetadas pelas medidas conservacionistas e que as decisões de manejo ocorram de forma conjunta, considerando os interesses dessas comunidades locais (VALLEJO, 2002).

Outra alternativa viável a proteção do geopatrimônio de Caçapava do Sul seria a instituição de Áreas Especiais de Interesse Turístico (AEIT) ou Locais de Interesse Turístico (LIT), como previsto na Lei 6.513/1977. A criação de AEIT e/ou de LIT poderia compreender as áreas classificadas como “Áreas de Interesse Turístico” pelo Plano Diretor de Desenvolvimento de Caçapava do Sul (PDDM, 2006), que compreendem áreas como a Pedra do Segredo (englobando os geossítios Parque Municipal da Pedra do Segredo, Morro do Andrade, Pedra do Leão, Mirador Serra do Segredo RS-357), Pedra das Guaritas, Minas do Camaquã, Cascata do Salso, Toca das Carretas, Gruta da Varzinha, Sítio Paleontológico (englobando os geossítios Cascata do Pessegueiro, Cerro do Bugio, Cerro do Perau) (Anexo C), entre outros.

A criação de AEIT e/ou de LIT poderia vir acompanhada de Planos de Manejo, específicos para cada um dos geopatrimônios, acordados com as comunidades locais, visando uma gestão compartilhada dessas áreas (LEUZINGER, 2016).

A questão da proteção do geopatrimônio seja através da criação de UCs ou de AEIT e LIT em Caçapava do Sul, delimita um dos maiores desafios, tanto para a elaboração de um futuro projeto de Geoparque a ser encaminhado à UNESCO, quanto em relação à geoconservação no território.

Uma segunda questão chave a ser discutida é a estrutura administrativa a ser criada ou adotada para a gestão de um Geoparque em Caçapava do Sul. Conforme a UNESCO (2016) a estrutura administrativa de Geoparques devem seguir a legislação nacional do país onde se inserem. Nesse sentido, a criação da Associação para o Desenvolvimento do Geoturismo (AGEOTUR), em março deste ano, compreende um passo importante para a gestão do território de um futuro Geoparque em Caçapava do Sul. A AGEOTUR constitui uma estrutura formal, reconhecida pela legislação

brasileira⁵⁰, que tem como uma de suas finalidades ser a gestora da estratégia em caso de certificação pela UNESCO. Conforme seu estatuto a AGEOTUR é administrada pelos órgãos sociais Assembleia Geral, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Científico (figura 69).

Figura 69 – Órgãos sociais da AGEOTUR



Fonte: elaborada pela autora com base em ESTATUTO AGEOTUR (2018).

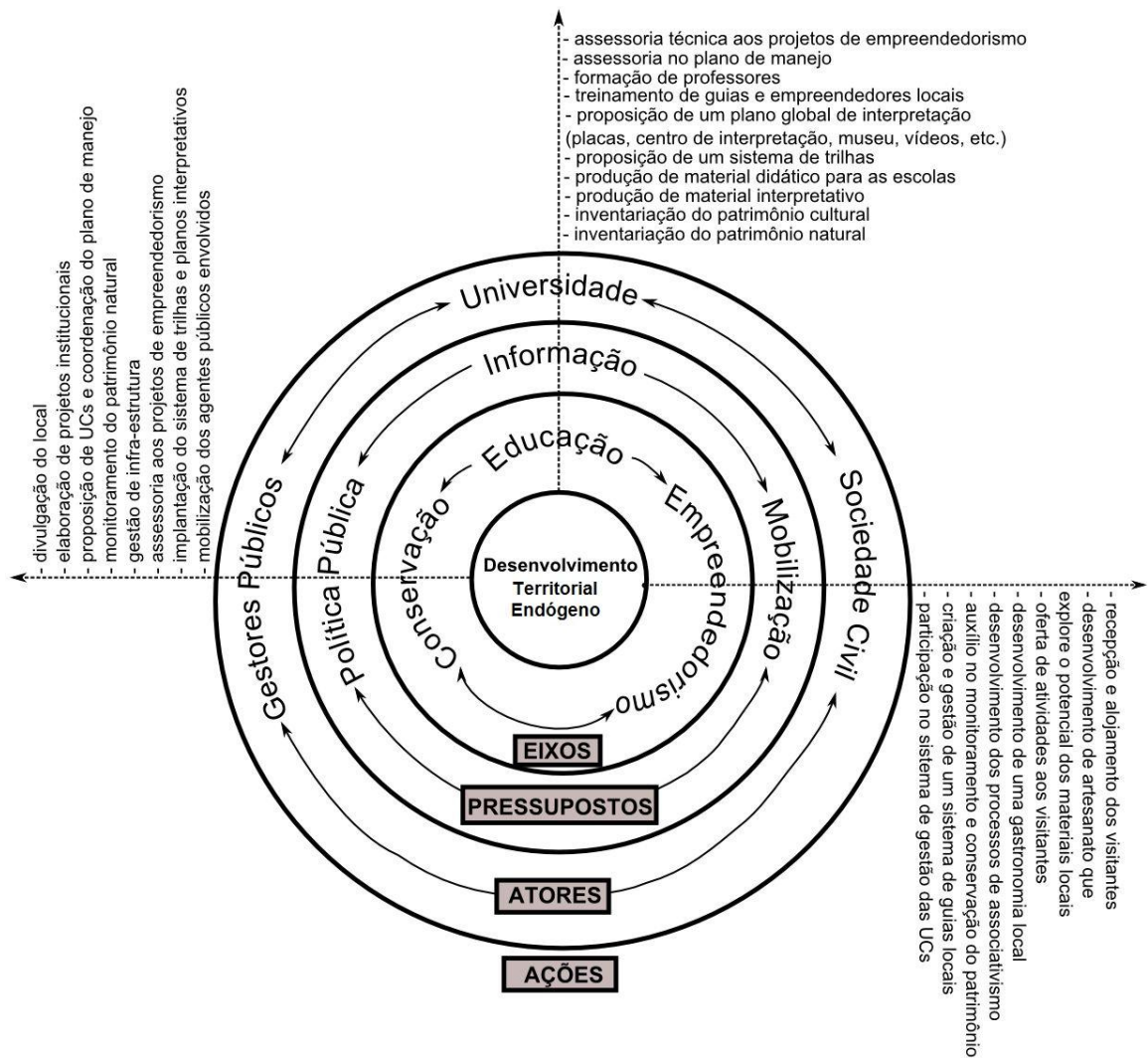
No Estatuto da AGEOTUR, estão definidas as categorias de sócios fundadores e efetivos e, também, as categorias de sócios honorários, considerados aqueles que atuam na promoção, divulgação e consolidação do Geoturismo em Caçapava do Sul; sócios aliados, que desempenham papéis estratégicos para atingir os objetivos da AGEOTUR e os sócios protetores, que são aqueles que realizam iniciativas de apoio e patrocínio à AGEOTUR. Essas três últimas categorias de sócios são exclusivamente indicados pela diretoria executiva, não estão vinculados a pagamento de contribuição financeira, não possuem direito de voto nas Assembleias Gerais e não podem ser eleitos para cargos eletivos (ESTATUTO AGEOTUR, 2018).

A partir dessas categorias de associados é possível que uma grande diversidade de atores locais faça parte da AGEOTUR, de forma a constituir uma grande rede (figura 70) que possa contribuir para o desenvolvimento do Geoturismo e para a elaboração de uma futura candidatura à Geoparque Global da UNESCO como uma estratégia de desenvolvimento territorial endógeno. Entre os associados e parceiros da Associação podem estar: proprietários rurais onde estão localizados geossítios, proprietários de pousadas, hotéis, restaurantes, etc.; empresas de esportes de aventura, guias de turismo e condutores ambientais locais, artesãos, Universidades, IPHAN, IPHAE, SEDACTEL, SECULTUR, escolas, Centros de

⁵⁰ A Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conhecida como Novo Código Civil, rege a criação das Associações no Brasil.

Interpretação Ambiental (que venham a ser criados), Centro de Cultura Arnaldo Luiz Cassol, Conselho Municipal de Turismo (COMTur), Conselho Municipal de Patrimônio, Histórico, Artístico e Cultural (CONPHARC), meios de comunicação da cidade como jornais e rádios, Associação para o Desenvolvimento do Alto Camaquã (ADAC), Associação Pampa Gaúcho de Turismo (APATUR), Associação dos Moradores das Guaritas, Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, empresas e indústrias, entre outros.

Figura 70 – Esquema de desenvolvimento territorial endógeno para a criação de um Geoparque em Caçapava do Sul



Fonte: elaborado por FIGUEIRÓ e adaptado por DEGRANDI (2018).

Contando com o auxílio dessa rede de atores locais e de parceiros é fundamental que a AGEOTUR se responsabilize pela elaboração de um Plano de Gestão, que expresse acordos, obrigações e responsabilidades das entidades, órgãos e atores, públicos e privados (ALVARENGA et al, 2018) e, também, de um Plano de Ação que enfoque o desenvolvimento de diferentes atividades. A elaboração de um Plano de Gestão, com prazo determinado é importante porque permite que ao final de cada período de validade, possam ser realizadas avaliações em relação aos avanços ou pontos a melhorar em relação ao desenvolvimento das estratégias e projetos.

Com base no Plano de Gestão é importante que sejam elaborados também Planos de Ação anuais, onde devem estar especificadas as atividades a serem desenvolvidas em diferentes eixos, como por exemplo, é definido no Plano de Gestão do Geoparque Costa Vasca (Espanha), que traz o detalhamento de ações para cada eixo de atuação como “Ciência, Cultura e Educação”, “Geoturismo”, “Território e Conservação”, “Comunicação” “Desenvolvimento Local e Sustentabilidade” (GEOPARK COSTA VASCA, 2017).

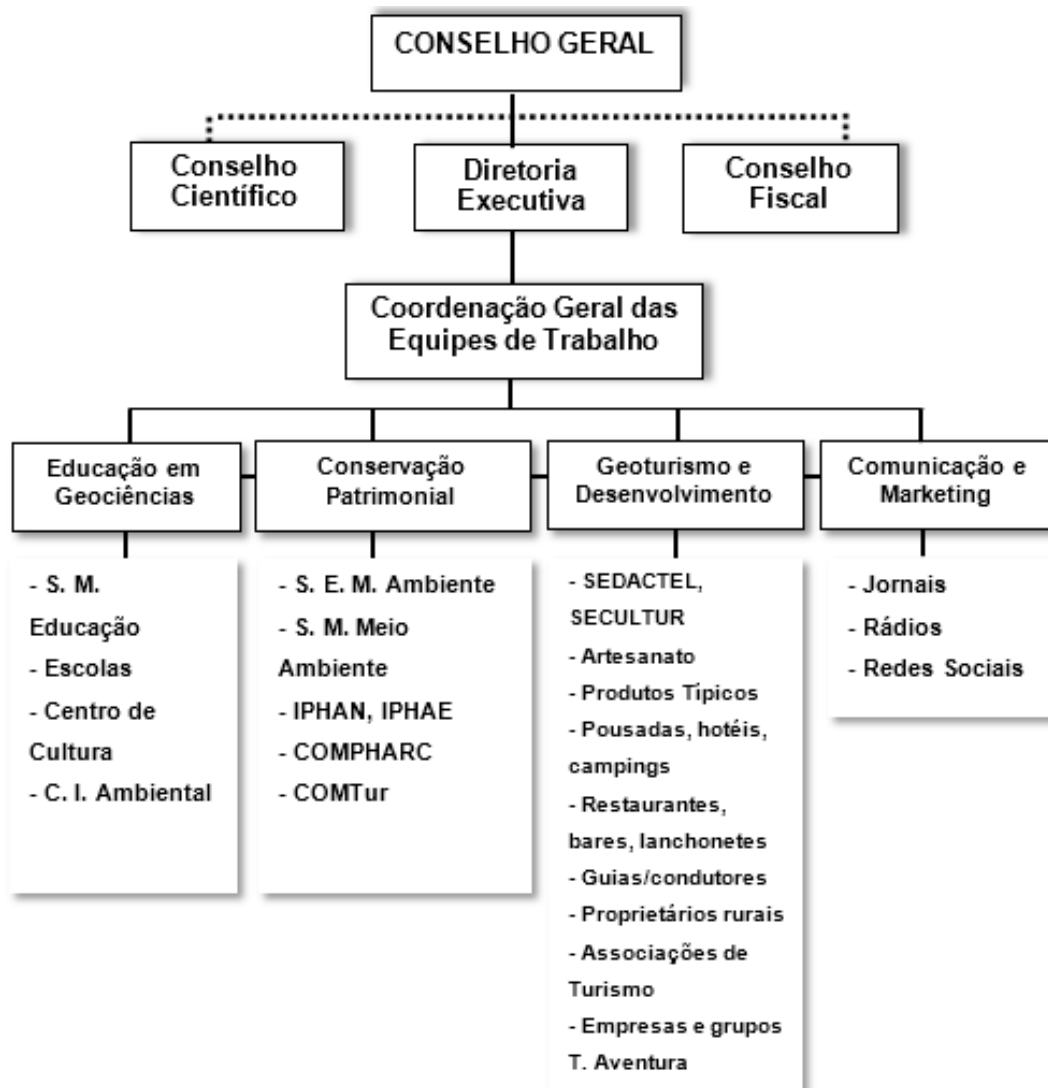
Outra questão importante, como sugestão para a AGEOTUR é a organização estratégica da Associação com a formação de equipes de trabalho, como por exemplo, “Educação em Geociências”, “Conservação Patrimonial”, “Geoturismo e Desenvolvimento” e “Comunicação e Marketing”, constituídas por associados e por lideranças locais, focadas em objetivos específicos contidos no Plano de Ação anual da Associação.

A formação dessas equipes de trabalho, pode contribuir para alcançar eficientemente e de forma coletiva os objetivos da Associação, permitindo uma rede de trocas de experiências, conhecimentos e realização de atividades conjuntas entre aqueles atores ligados a uma mesma atividade de suporte ao desenvolvimento do Geoturismo e ao Geoparque. Na figura 71 é apresentado uma sugestão para a estrutura de organizacional da AGEOTUR, com a organização dessas equipes de trabalho.

Uma outra questão muito importante é que a AGEOTUR tenha autonomia financeira. Nesse sentido, seria importante que além das mensalidades pagas pelos sócios fundadores e efetivos, fossem realizadas contribuições financeiras (doações), pagas a partir da realização das atividades de visita geoturística desenvolvidas com o apoio da AGEOTUR. Por exemplo, se um grupo de turistas é levado por um condutor ambiental local (associado à AGEOTUR) para visitar as geoformas do

geossítio Camping Galpão de Pedra na Serra do Segredo, seria interessante que uma pequena parcela arrecada na visitação, fosse doada à AGEOTUR, para que essa consiga se manter financeiramente e realizar todas as suas atividades, que incluem inclusive a divulgação dos serviços geoturísticos desenvolvidos em todo o território.

Figura 71 – Órgãos sociais e sugestão de equipes de trabalho para a AGEOTUR



Fonte: elaborado pela autora.

Outro ponto importante a ser destacado é que a participação na GGN, incentiva os territórios chancelados como Geoparque, a trocarem experiências com os demais Geoparques integrantes da Rede. Nesse sentido, mesmo que Caçapava do Sul ainda não constitua um projeto formal de Geoparque, seria interessante que a Diretoria Executiva e o Conselho Científico da AGEOTUR buscassem realizar visitas à Geoparques já reconhecidos pela UNESCO, como o Geoparque Araripe (CE) e o

Geoparque Grutas Del Palácio, localizado no Departamento de Flores no Uruguai, com o objetivo de conhecer as experiências destes dois territórios mais próximos e ampliar a rede de parcerias da Associação.

Em relação aos geossítios presentes no território, seria importante que fossem selecionados para a visitação, inicialmente, aqueles dotados de alguma infraestrutura e/ou maior potencial para a realização de atividades ligadas ao Geoturismo, à interpretação ambiental e ao ensino das Geociências. Para isso, o Plano de Gestão poderia englobar inicialmente geossítios prioritários como: 1) o geossítio Pedras das Guaritas, onde se pode ter contato com um dos geopatrimônio de grande importância geocientífica e contar com o apoio da Associação dos Moradores das Guaritas para o oferecimento de refeições típicas da culinária gaúcha; 2) o geossítio Minas do Camaquã, onde existe uma infraestrutura relativamente boa para a recepção de geoturistas, com algumas pousadas e empresa de esportes de aventura; 3) o Geossítio PMPS, onde se pode realizar atividades como trilhas interpretativas, escalada, rapel, etc.; 4) o geossítio Camping Galpão de Pedra para a prática de escalada; 5) o geossítio Cascata do Pessegueiro, local onde foram encontrados fósseis de uma preguiça gigante (*Megatherium Americanum*), para fazer referência ao patrimônio fossilífero do território e 6) o geossítio Cerro da Angélica, local de grande beleza cênica e ideal para a prática do voo livre. Dentre estes geossítios citados, os dois primeiros poderiam contar com a infraestrutura da Vila Minas do Camaquã e os demais, com a infraestrutura urbana de Caçapava do Sul.

Além disso, sugere-se a adoção de um sistema colaborativo entre os geossítios e os sítios histórico-culturais, no intuito de que a gestão do território possa ser realizada de maneira mais integrada e eficiente, valorizando todos os tipos de patrimônio natural e cultural do território, como de fato já vem sendo realizado pela AGEOTUR.

Por fim, com base na realização das entrevistas em relação ao capital social de Caçapava do Sul, destaca-se que a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) *campus* Caçapava do Sul, obteve as melhores avaliações em relação à dimensão “confiança”, sendo considerada, portanto, uma das instituições mais confiáveis pelos atores entrevistados. Assim, para que a elaboração de um projeto de Geoparque em Caçapava do Sul ganhe a aquiescência da comunidade local, seria fundamental que a UNIPAMPA continuasse contribuindo e fornecendo o apoio técnico necessário à AGEOTUR para o encaminhamento de uma candidatura junto à UNESCO e GGN.

Por outro lado, apesar de haver um certo consenso entre os pesquisadores de que as Universidades tem apenas um papel de apoio técnico nas candidaturas, destaca-se que em territórios como Caçapava do Sul, onde há poucos investimentos públicos para sustentar um movimento turístico mais intenso, instituições como UNIPAMPA possam ter um papel maior na gestão da estratégia. Sobre esse aspecto podemos trazer como exemplo o caso do Geoparque Araripe, que além ter recebido o apoio da Universidade Regional do Cariri em seu processo de candidatura (OLIVEIRA, 2014) vem sendo gerido por esta instituição.

Embora no contexto atual as Instituições Federais de ensino venham passando por cortes de verbas, seria importante que o projeto de criação de um Geoparque em Caçapava do Sul tivesse um papel maior da UNIPAMPA na gestão da estratégia, no sentido de encabeçar a elaboração do dossiê de candidatura para que, posteriormente, a AGEOTUR possa assumir a gestão do Geoturismo e coordenar as atividades a serem desenvolvidas com o apoio dos demais atores locais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A capacidade da sociedade em conduzir o seu próprio desenvolvimento, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos localmente disponíveis em seu território (FERREIRA; PESSÔA, 2012) traduz a forma de desenvolvimento denominado endógeno. Nesse sentido, a densidade das redes sociais e instituições, bem como a capacidade de cooperação e ação coletiva, que são dimensões relacionadas ao capital social, constituem fatores importantes para estratégias endógenas de desenvolvimento como os Geoparques.

Em Caçapava do Sul a combinação particular do patrimônio natural e da cultura da região, configurou uma riqueza em termos paisagísticos, de grande beleza cênica dentro do Pampa Sul-rio-grandense, com a presença de afloramentos rochosos e formas de relevo que despertam o interesse turístico, favorecendo ao longo dos últimos 20 anos a instalação de alguns empreendimentos de alojamento, a criação de grupos ligados às atividades de aventura e o surgimento de algumas Associações comunitárias ligadas à esta atividade.

Além disso, diversos estudos vêm sendo desenvolvidos com o intuito de inventariar e caracterizar o geopatrimônio do território, no sentido de auxiliar a sua geoconservação e, também, destacar o seu potencial para o aproveitamento geoturístico e para a criação de um Geoparque. A obtenção do título de Capital Gaúcha da Geodiversidade em 2015, a realização do Geo.Dia e a criação da AGEOTUR, compreendem iniciativas nesse sentido, promovendo o reconhecimento e a valorização desse potencial.

A diversidade de produtos típicos e do artesanato possui fortes vínculos com as características culturais e paisagísticas do território, apresentando grandes potencialidades para alicerçar as atividades de Geoturismo, constituindo uma referência para a elaboração e comercialização de geoprodutos.

As iniciativas desenvolvidas pelos atores locais referentes às atividades de lazer e esportes de aventura ao ar livre, demonstram que a comunidade local tem assumido o protagonismo na promoção dessas atividades, auxiliando a divulgação e a valorização do geopatrimônio local. Dentro dessas iniciativas destaca-se também os eventos promovidos como o Campeonato Gaúcho de Voo Livre, o Festival Gaúcho de

Esportes de Aventura, entre outros, que podem constituir eventos anuais a serem incluídos no calendário de atividades do município.

Todas as potencialidades locais citadas acima fazem parte do potencial produtivo e empreendedor dos atores locais do território e podem ser consideradas atividades de suporte ao desenvolvimento do Geoturismo e para alicerçar uma futura candidatura de Geoparque junto à UNESCO.

A realização da presente pesquisa, permitiu compreender de que forma o capital social está constituído no território e como é mobilizado pela comunidade local. Nesse sentido, pode-se considerar que há uma boa mobilização de capital social, representada pelos laços de confiança, união, solidariedade, participação em redes e realização de trabalhos coletivos. Entretanto, a partir das informações advindas da realização das entrevistas percebe-se que existe pouca comunicação e articulação entre as instituições e Associações que trabalham com a gestão e o planejamento do turismo em Caçapava do Sul e, de forma mais abrangente, na região do Pampa Gaúcho. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de alinhar as diferentes iniciativas existentes para evitar sobreposição de ações e criar sinergias para que os recursos financeiros e sociais sejam melhor aproveitados, contribuindo para o avanço dos projetos que estão em andamento.

Também, destaca-se a necessidade de uma maior articulação entre as Associações da sociedade civil presentes no território, para garantir a obtenção de uma maior rede de troca de conhecimentos e estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento das diversas atividades econômicas ligadas ao turismo. A criação da AGEOTUR constituiu o passo inicial para a organização de uma grande rede de cooperação, que pode ser considerada decisiva, tanto para a estruturação do Geoturismo, quanto para a formulação de um projeto de Geoparque a ser encaminhado à UNESCO. Assim, para fortalecer a AGEOTUR, ressalta-se a importância de uma maior mobilização de forças institucionais, políticas, econômicas e sociais, envolvendo os principais atores locais identificados pela pesquisa.

A partir da análise dos resultados da pesquisa foi possível identificar os principais desafios em termos de organização social e gestão territorial para o desenvolvimento do Geoturismo e para a criação de um Geoparque como uma estratégia endógena de desenvolvimento, entre os quais se destaca:

- A necessidade de maior apoio e investimentos do poder público para a infraestrutura necessária ao desenvolvimento do Geoturismo, já que são observadas

debilidades em relação a disponibilização de informações aos turistas, contratação de profissionais especializados em turismo, melhorias no acesso e acessibilidade aos locais de interesse geoturístico de Caçapava do Sul, entre outros;

- Desenvolvimento de programas e projetos de educação em Geociências para promover uma melhor compreensão da população em relação ao geopatrimônio local e também a implantação de um ou mais centros de interpretação ambiental, para a disponibilização de meios e materiais interpretativos necessários a compreensão das paisagens, geopatrimônios, prédios históricos, etc.;

- Importância de uma ação coordenada e convergente de toda a cadeia produtiva do turismo, incentivando a formação de redes de cooperação e complementação no território. Nesse sentido, uma questão que se coloca como chave ao desenvolvimento do geoturismo e à criação de um Geoparque em Caçapava do Sul é a ampliação da capacidade empreendedora, que se associa tanto à qualificação profissional dos atores, quanto a formação de ambientes mais propícios aos processos interativos e cooperativos de aprendizado, informação e trabalho, trazendo mudanças significativas em relação a geração de pequenos negócios, emprego e renda, em torno de produtos (geoprodutos) e serviços voltados aos geoturistas.

- A possível retomada da mineração de metais pesados nas Minas do Camaquã e o comprometimento da comercialização de produtos locais, especialmente os ligados às agroindústrias familiares e à produção de carne e produtos orgânicos que contam com algum tipo de certificação de origem, como por exemplo, os produtos da Marca Alto Camaquã;

- A dificuldade de conciliar a criação de UCs ou outras alternativas para conservar e proteger o geopatrimônio e, ao mesmo tempo, garantir que os pecuaristas familiares continuem tendo condições de desenvolver as atividades tradicionais do território como a pecuária de corte.

A superação desses desafios passa, fundamentalmente, pela construção de sinergias entre poder público e a sociedade, para a valorização do patrimônio e do capital social como estratégia endógena de desenvolvimento. Por fim, destaca-se que Caçapava do Sul tem um longo caminho a ser trilhado para a constituição de um projeto de Geoparque como estratégia de desenvolvimento endógeno, tendo muitas dificuldades a serem enfrentadas para o encaminhamento de uma candidatura à UNESCO, mas contando com um bom nível de mobilização de seu capital social para a concretização dessa estratégia.

Como sugestões de estudos complementares, destaca-se a necessidade da realização de pesquisas mais detalhadas em relação ao perfil e ao fluxo atual de turistas que visitam Caçapava do Sul, assim como do potencial turístico dos eventos esportivos e culturais realizados no município.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, N.S. **História do Município de Caçapava do Sul**. Martins Livreiro, 1992.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v.4, n. 2, abr./jun. 2000. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/o-capital-social-dos-territorios-repensando-o-desenvolvimento-rural/>>. Acesso em: 05 de agosto de 2016.

ABU-EL-HAJE, J. O debate em torno do capital social: uma revisão crítica. **BIB**, Rio de Janeiro, nº 47, p. 65-79, 1999. Disponível em:< <https://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-47/499-o-debate-em-torno-do-capital-social-uma-revisao-critica/file> >. Acesso em: 05 de dezembro de 2016.

AGEOTUR. **Associação para o Desenvolvimento do Geoturismo**. 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ageotur/>>. Acesso em: 25 de setembro.

AGEOTUR. **Associação para o Desenvolvimento do Geoturismo**. Estatuto, 2018.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. **Capital social e empreendedorismo local**. In: Notas técnicas da fase II do Projeto "Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos e inovativos locais de micro, pequenas e médias empresas brasileiras". Rio de Janeiro: UFRJ, p. 1-28, 2002. Disponível em:< <http://www.ie.ufrj.br/redesist/NTF2/NT%20SaritaMLucia.PDF>>. Acesso em: 06 de março de 2017.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 3, p.9-16, set./dez. 2004.

ALMEIDA, A. P.; CERQUEIRA, K. L. A contribuição do capital social para a qualificação das políticas públicas de emprego: um enfoque na esfera local. In: REIS, J. R.; LEAL, R. G.; COSTA, M. M. M.; LEAL, M. C. H. **As políticas públicas no constitucionalismo contemporâneo**. Tomo 3. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

ALTO CAMAQUÃ. **Projeto de Desenvolvimento Territorial do Alto Camaquã**. Disponível em: <<http://www.altocamaqua.com.br/produtos-alto-camaqua/>>. Acesso em: 24 de junho de 2016.

ALVARENGA, L. J.; CASTRO, P. T. A.; FONSECA, I. C. M. Contribuições à proteção jurídica do patrimônio geológico no Brasil: Locais e Áreas Especiais de Interesse Turístico como espaços de geoconservação. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.12, n.2, p. 188-200, maio/ago. 2018.

ALVES, Z. M. M. B.; SILVA, M. H. G. F. D. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paideia**. Ribeirão Preto, n.2, fev./jul., 1992.

ALVES, L. A. C.; ALVES W. M. Capital social como diferencial competitivo no desenvolvimento turístico local - aplicabilidades e desafios. **Anais...XI Seminário da**

Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, Universidade do Estado do Ceará (UECE), 2014.

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e políticas públicas**. Brasília, IPEA, n. 14. Dez., 1996. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/129>>. Acesso em: 05 de agosto de 2016.

AMARAL, M. I. C. Importância da cooperação e das redes no desenvolvimento do turismo: o caso do Baixo Alentejo (Portugal). **Tourism and Hospitality International Journal**, v.2, nº.1, p. 56-72, 2014.

ARIAS, A. O.; PAEZ, M. P. Ciudadanía y Desarrollo Endógeno Hacia la reconstitución del quehacer social. In: ARIAS, A. O. (Ed.) **Aprendiendo en torno al Desarrollo Endógeno**. CDCHT – CSI – FUNDACITE Mérida, 2006, (p.53-73). Disponível em:<<http://www.rebelion.org/docs/35115.pdf>>. Acesso em: 15 de agosto de 2016.

AZEVEDO, L. F.; FIALHO, M. A. V. Pecuária familiar: uma análise do modo de apropriação da natureza a partir dos saberes e práticas tradicionais – Território do Alto Camaquã, Rio Grande do Sul. In: WAQUIL, P. D.; MATTE, A.; NESKE, M. Z.; BORBA, M. F. S. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmica de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 149-167.

BACCI, D.; BOGGIANI, P. C.; TEIXEIRA, W. GEOPARQUE - Estratégia de Geoconservação e Projetos Educacionais. **Geologia USP**, publicação especial., São Paulo, v. 5, p. 7-15, out., 2009.

BAIARDI, A.; LANIADO, R. N. Entre a competição e a cooperação: valores e atitudes empresariais na perspectiva de uma atuação sistêmica. **O&S**, v.7, n.19, p. 67-80, set./dez., 2000. Disponível em:<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10519/7524>>. Acesso em: 02 de novembro de 2018.

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan./abr., 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/26722/17099>>. Acesso em: 01 de novembro de 2018.

BARBOSA, B., FERREIRA, N.; BARRA, A. Importância da Geologia na Defesa do patrimônio Geológico, no Geoturismo e no Ordenamento do Território. **Geonovas**. Associação Portuguesa de Geólogos, nº 13, p. 22-33, 1999.

BARCELLOS, S. B.; LIMA, D. V.; PINHEIRO, P. S.; RIETCH, F. Os debates sobre a mineração no bioma Pampa: conflitos socioambientais entre a extração de minerais e projetos locais de vida e desenvolvimento. In: XVIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2017, Brasília (DF), **Anais...Brasília (DF)**, 2017. Disponível em: <<http://sbs2017.com.br/anais/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0859-1.pdf>>. Acesso em: 16 de setembro de 2018.

BARRETO, M. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Horizontes Antropológicos**, v.9, n.º. 20. p. 15-29, 2003.

BENI, M.C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC, 1998.

_____. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BOGGIANI, P. C. **Geoparque Bodoquena e Pantanal/UNESCO**. Coluna de 27 de jun. 2008. Disponível em <<http://www.portalbonito.com.br/colunas/paulo.asp?id=6>>. Acesso em: 13 de outubro de 2018.

BOISIER, S. ¿Y si el desarrollo fuese una emergencia sistémica? **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, Caracas, n.º 27, p.1-24, 2003. Disponível em: <<http://old.clad.org/portal/publicaciones-del-clad/revista-clad-reforma-democracia/articulos/027-octubre-2003/0046500>>. Acesso em: 05 de setembro de 2017.

_____. Desarrollo territorial y descentralización. El desarrollo em El lugar y em lãs manos de La gente. **Revista Eure**, Santiago, v. 30, n. 90, p.27-40, sept. 2004.

BORBA, M. F. S. **La marginalidad como potencial para la construcción de “otro” desarrollo: el caso de Santana da Boa Vista, Río Grande do Sul, Brasil**. Tesis de Doctorado. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba, España. Córdoba, Espanha, 2002.

BORBA, M. F. S. Desenvolvimento territorial endógeno: o caso do Alto Camaquã. In: WAQUIL, P. D.; MATTE, A.; NESKE, M. Z.; BORBA, M. F. S. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmica de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p.187-214.

BORBA, M. F.S.; TRINDADE, P. Desafios para conservação e a valorização da pecuária sustentável. In: V. D. PILLAR, V. D.; MÜLLER, S. C; CASTILHOS, Z. M. S.; JACQUES, A. V. A. **Campos Sulinos: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, p. 391-403, 2009.

BORBA, A. W.; TEIXEIRA, K. M.; FERREIRA, P. F.; FERREIRA, P. F. Concepções de professores de ciências naturais de Caçapava do Sul (RS, Brasil) sobre geologia local: subsídios à educação geopatrimonial. **Terrae didática**, v. 11, n. 2, p. 117-124, 2015. Disponível em:<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/td/article/view/8640730>>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

BORBA, A. W. **Evolução geológica da “Bacia do Camaquã” (Neoproterozóico e Paleozóico inferior do Escudo Sul-Rio-grandense, RS, Brasil): uma visão com base na integração de ferramentas de estratigrafia, petrografia e geologia isotópica**. 2006. 121f. Tese (Doutorado em Geologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7906/000560150.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 04 de julho de 2016.

_____. Geodiversidade e geopatrimônio como bases para estratégias de geoconservação: conceitos, abordagens, métodos de avaliação e aplicabilidade no contexto do Estado do Rio Grande do Sul. **Pesquisas em Geociências**, Porto Alegre, v.38, n. 1, p. 03-13, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/igeo/pesquisas/3801/01-3801.pdf>>. Acesso em: 04 de julho de 2016.

_____. *et al.* Inventário e avaliação quantitativa de geossítios: exemplo de aplicação ao patrimônio geológico do município de Caçapava do Sul (RS, Brasil). **Pesquisas em Geociências**, Porto Alegre, v. 40, n.3, p. 275-294, set./dez. 2013. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/igeo/pesquisas/4003/5-4003.pdf>>. Acesso em: 08 de maio de 2016.

_____. Proposta de uma (Geo)identidade Visual para Caçapava do Sul, “Capital Gaúcha da Geodiversidade”. **Geographia Meridionalis**, v. 01, n. 02, p. 405-411, Jul./Dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Geographis/article/view/6981/4927>>. Acesso em: junho de 2016.

_____. *et al.* Relação entre a geodiversidade intrínseca e a estruturação de habitat na escala do geossítio: exemplos na Serra do Segredo e nas Pedras das Guaritas (Caçapava do Sul, RS, Brasil). **Pesquisas em Geociências**. v. 43, n. 2, p.183-202, maio./ago. 2016. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/igeo/pesquisas/4302/064302.pdf>>. Acesso em: junho de 2016.

_____. Um geopark na região de Caçapava do Sul: uma discussão sobre viabilidade e abrangência territorial. **Geographia Meridionalis**, v. 03, n. 01, p. 104-133, Jan./Jun. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Geographis/article/view/10302>>. Acesso em: agosto de 2018.

BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 31, p.2-3, 1980.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: Halsey, H.A. et al. (eds). Education: culture, economy, society. Oxford: Oxford University Press, p.46-58, 1983.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 26 de julho de 2018.

BRASIL. **Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977**. Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico no Brasil, 1977.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de Aventura: orientações básicas**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Portaria nº100, de 16 de junho de 2011. **Institui o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass), estabelece os critérios de classificação destes, cria o Conselho Técnico Nacional de Classificação de Meios de Hospedagem (CTClass) e dá outras providências.** 2011. Disponível em:<<http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=175>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

BRASIL. Programa Artesanato Brasileiro. **Base conceitual do artesanato brasileiro.** Secretaria do Comércio e Serviços. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Brasília, 2012. p. 66. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1347644592.pdf>. Acesso: 22 de abril de 2018.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. **Bases para o plano nacional de desenvolvimento da rota do cordeiro.** Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Desenvolvimento Regional. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza:** Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 / Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA/SBF, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.540, de 18 de dezembro de 2017.** Altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e 8.001, de 13 de março de 1990, para dispor sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13540.htm>. Acesso em: 17 de outubro de 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Calendário Nacional de Eventos Turísticos.** 2015.

BRILHA, J. B. R. Proposta metodológica para uma estratégia de geoconservação. **Anais...VII Congresso Nacional de Geologia**, 2006, Évora. Universidade de Évora, 2006. p. 925-927.

BRILHA, J. **Patrimônio Geológico e Geoconservação:** A Conservação da Natureza na sua Vertente Geológica. Braga: Palimage Editores, 2005.

_____. A Importância dos Geoparques no Ensino e Divulgação das Geociências. **Geologia USP**, Publicação especial, São Paulo, v. 5, p. 27-33, outubro 2009.

_____. A Rede Global de Geoparques Nacionais: um instrumento para promoção internacional da geoconservação. In: SCOBENHAUS, C.; SILVA, C. R. S. (Orgs.). **Geoparques do Brasil:** propostas. Rio de Janeiro: CPRM, p.31-39, 2012.

_____. Inventory and Quantitative Assessment of Geosites and Geodiversity Sites: a Review. **Geoheritage**, 2015. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs12371-014-0139-3#page-1>>. Acesso em: 02 de março de 2016.

BUCKLEY, R. Environmental inputs and outputs in ecotourism: geotourism with a positive triple bottom line? **Journal of Ecotourism**, n. 2, p. 76-82, 2003. Disponível em: <<http://www98.griffith.edu.au/dspace/bitstream/handle/10072/6081/22634.pdf?sequence=1>>. Acesso em: abril de 2016.

BURSZTYN, I.; BARTHOLLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. (p.72-91).

CAÇAPAVA DO SUL. **Site da Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul**. Disponível em :< <http://www.cacapava.rs.gov.br/>>. Acesso em: 15 de julho de 2018.

CARVALHO, C. N.; RODRIGUES, J.; CANILHO, S.; AMADO, S. Geopark Naturtejo, bajo los auspicios de la UNESCO. La construcción participativa de un destino geoturístico en Portugal. **Tierra y tecnología**, nº 40, p.52-56, jun./dez., 2011.

CARVALHO, C. N.; RODRIGUES, J. (Eds.). **Geoturismo & Desenvolvimento Local**. Idanha-a-Nova, 2009.

CARVALHO, F. M. F.; CORIOLANO, L. N. O turismo em serras e montanhas brasileiras – Proposta da Associação Mundial de Montanhas Famosas. **Anais...XI Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo**. Ceará, 2014. Disponível em: <http://www.anptur.org.br/novo_portal/anais_anptur/anais_2014/arquivos/DTP/DTP3-DTP5/121.pdf>. Acesso em: 05 de agosto de 2018.

CASTRO, E.; FERNANDES, G. P.; FIRMINO, G. **Os geoparques como estratégias de desenvolvimento turístico de base territorial**. Inovação, Gestão e Educação em Turismo e Hotelaria. Instituto Politécnico da Guarda, p.49-61, nov., 2015. Disponível em: < <http://bdigital.ipg.pt/dspace/handle/10314/2369>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

CEARÁ. **Geopark Araripe: Histórias da Terra, do Meio Ambiente e da Cultura**. Secretaria das Cidades/Projeto Cidades do Ceará Cariri Central. Crato-CE, 2012. Disponível em: < <http://geoparkararipe.org.br/wp-content/uploads/2018/05/LIVRO-Geopark-Araripe-Histo%CC%81rias-da-Terra-do-Meio-Ambiente-e-da-Cultura.pdf>>. Acesso em: 27 de julho de 2018.

CECHIN, D. N.; ZIEMANN, D.; DEGRANDI, S. M.; FIGUEIRÓ, A. S. Estratégias de Divulgação Geopatrimonial em Geoparques: Iº Paleodia na Quarta Colônia, RS, Brasil. In: II Encontro Luso-Afro-Americano de Geografia Física e Ambiente, 2018, Guimarães. **Anais...Guimarães (Portugal)**, 2018 p.1211-1217. Disponível em:<<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/55384>>. Acesso em: 13 de setembro de 2018.

CENTRO MUNICIPAL DE CULTURA. Disponível em: <<https://www.facebook.com/centro.municipaldecultura>>. Acesso em: 30 de setembro de 2018.

CERRO DA ANGÉLICA. Disponível em: <<http://cerrodaangelica.blogspot.com/>>. Acesso em: 29 de setembro de 2018.

CLARINDO NETO, G.; FELD, L. Proposta de geoparque dos Campos Gerais cai no esquecimento. **Periódico**. Meio Ambiente. UEPG, nov. 2017. Disponível em: <<https://periodico.sites.uepg.br/index.php/meio-ambiente/908-proposta-de-geoparque-dos-campos-gerais-cai-no-esquecimento>>. Acesso em: 27 de julho.

COMISSÃO EUROPEIA. **A abordagem Leader — Um guia básico**. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2006. Disponível em: <https://ec.europa.eu/agriculture/publi/fact/leader/2006_pt.pdf>. Acesso em: 16 de setembro de 2018.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOO LIVRE (CBVL). **Recordes brasileiros de distância livre**, 2018. Disponível em: <<http://www.abvl.net/recordistas-brasileiros-voo-livre/>>. Acesso em: 04 de abril de 2018.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. Vol. 94, Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure. **The American Journal of Sociology**. The University of Chicago Press. Chicago. 1988. Disponível em: <http://onemvweb.com/sources/sources/social_capital.pdf>. Acesso em: 11 de abril de 2017.

COLEMAN, J.S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge MA: Harvard University Press, 1990.

CORTEZ, J. L. S. **Propuesta Para Generación Y Gestión De Geoparques Bajo Estructuras De Participación Comunitaria En América Latina. 2013**. Tese (Doctorado en Medio Ambiente Y Desarrollo). Ensenada, Baja California, 2013.

COSTA, A. C. G.; ROMANO, C. O Impacto do Projeto Cédula da Terra sobre Capital Social. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Coordenação-Geral de Planejamento Monitoramento e Avaliação. Estudos de Reordenamento Agrário nº 3. **Avaliação de Impacto do Projeto Cédula da Terra**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p.149-167, 2007.

COSTA, R. On a new community concept: social networks, personal communities, collective intelligence. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v.9, nº.17, p.235-48, mar./ago., 2005.

CPRM. Companhia Brasileira de Pesquisas Minerais. **Geoparques**. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Geoparques-134>>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

CUNHA, A. M.; BAZOTTI, L. S. Ecoturismo e Turismo de Aventura como fomentadores de desenvolvimento regional – o caso das Minas do Camaquã em Caçapava do Sul – RS. **Fólio** (Centro Universitário Metodista), v. 1, p. 1-19, 2015.

DANTAS, M. E.; VIERO, A. C.; SILVA, D. R. A. Origem das Paisagens. In: VIERO, A. C.; SILVA, D. A. R. (Org.). **Geodiversidade do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CPRM, p.35-50, 2010. Disponível em: <<https://sh16novas.wordpress.com/2012/07/12/geodiversidade-do-rio-grande-do-sul-livro-e-mapa-para-download/>>. Acesso em: 8 de abril de 2016.

DANZMANN, A. S. **Fazenda Cerro Colorado Turismo Rural**, 2011. Disponível em: <https://www.facebook.com/alizandra.dasilvadanzmann/media_set?set=a.1825558203861&type=3>. Acesso em: 30 de setembro de 2018.

DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS À MEMÓRIA DA TERRA. I **Simpósio Internacional sobre a Proteção do Patrimônio Geológico**. Digne-Les-Bains (França), 1991. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/Declaracao_Internacional_dos_Direitos_a_Memoria_da_Terra.pdf>. Acesso em: 23 de junho de 2016.

DECLARAÇÃO DE AROUCA. **Congresso Internacional de Geoturismo – Geotourism in Action**: Arouca, 2011. Disponível em: <http://www.azoresgeopark.com/media/docs/declaracao_de_arouca_geoturismo.pdf>. Acesso: 7 abril de 2016.

DELPHIM, C. F. de M. Patrimônio Cultural e Geoparque. **Geologia USP** (Publicação Especial). São Paulo, v. 5, p. 75-83, out. 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/gusppe/article/view/45392>>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

DNPM. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Arrecadação da CFEM por substância**, 2017. Disponível em: <https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao_cfem_substancia.aspx>. Acesso em: 17 de outubro de 2018.

DEGRANDI, S. M. **Ecoturismo e Interpretação da Paisagem no Alto Camaquã/RS: uma alternativa para o (des)envolvimento local**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2011. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/ppggeo/files/2011/simonedegrandi.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

DILLY, E. K.; MACKE, J.; MAIA, T. Dimensões do Capital Social em Redes de Cooperação: estudo de caso em Rede Gaúcha. **GESTÃO.Org – Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, Recife, v. 11, nº 2 p.1-32, maio/set., 2013.

DOMINGUES, S. A. **Perspectivas de Valorização e Conservação do Patrimônio Geo-mineiro da localidade de Minas do Camaquã (Caçapava do Sul, RS)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2016.

DOTTO, D. M. R.; CEREZER, L. C.; PONS, M. E. D.; DENARDIN, A. C. M. A Dinâmica do Turismo de Eventos no Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, no Contexto do Planejamento e da Comunicação. **Revista Eletrônica de Administração e Turismo**,

v. 11, n. 6, p. 1349-1363, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/AT/article/download/12026/796>>. Acesso em: 22 de outubro de 2018.

DOWLING, R. NEWSOME, D. **Geotourism**: sustainability, impacts and management. Oxford. 2006.

DE LA TORRE, O. P. **El turismo**: fenómeno social. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

DUARTE, R. F. **Território em Rede**: Redes Sociais e Difusão do Conhecimento no Geoparque Araripe (CE). Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia. 2012.

EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, 1994.

ENRÍQUEZ, M. A. **Maldição ou dádiva?** Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/6417>>. Acesso em: 17 de outubro de 2018.

ENVIRONMENTAL JUSTICE ATLAS. **Atlas de Justiça Socioambiental**. Disponível em: <<https://ejatlas.org/>>. Acesso em: 16 de setembro de 2018.

ESTATUTO AGA. **Estatuto Associação Geoparque Arouca**. 2010. Disponível em: <<http://aroucageopark.pt/pt/documentacao/>>. Acesso em: 16 de julho de 2018.

FAGUNDES, M. H. A. Ateliê LENART tecelagem em tear de na 10ª Expo Alto Camaquã, 2018.

FARSANI, N. T., COELHO, C. O. A., COSTA, C. M. M. Tourism Crisis Management in Geoparks through Geotourism Development. Revista Turismo & Desenvolvimento. V. 3, Nº17/18, p.1627-1638, 2012. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/rtd/article/view/9764/8072>>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

FARSANI, N. T.; COELHO, C. O. A.; COSTA, C. M. M.; AMRIKAZEMI, A. Geo-knowledge Management and Geoconservation via Geoparks and Geotourism. **Geoheritage**, V.6, Nº 3, p.185-192, Set., 2014. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s12371-014-0099-7>>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

FAUZI, N. S. M.; MISNI, A. Geoheritage Conservation: Indicators affecting the condition and sustainability of Geopark – a conceptual review. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 222, p.676-684, Jun., 2016. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042816303032>>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

FERREIRA, E. S.; PESSÔA, V. L. S. Capital social e desenvolvimento territorial: uma abordagem teórico-conceitual. **Campo-território**: revista de geografia agrária, Uberlândia: UFU, v. 7, n. 14, p. 1-33, ago., 2012. Disponível em:< <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/17207/11185> >. Acesso em: 08 de março de 2017.

FIGUEIRÓ, A. S.; VIEIRA, A. A. B.; CUNHA, L. Patrimônio Geomorfológico e Paisagem como base para o geoturismo e o desenvolvimento local sustentável. **CLIMEP – Climatologia e Estudos da Paisagem**. Rio Claro, v.8, n.1 – jan./jun.2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/climatologia/article/view/7554/5776>>. Acesso em: 07 de junho de 2016.

FIGUEIRÓ, A. S.; BORBA, A. W. A criação de Geoparques no Brasil: balanço e perspectivas. In: **Atas...I Encontro Luso-brasileiro de Patrimônio Geomorfológico e Geoconservação**. Coimbra, p. 35-42, 2014.

FROEHLICH, J. M.; RAUBER, C. C.; CARPES, R. H.; TOEBE, M. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.41, n.9, p.1674-1680, set, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=33119939031>>. Acesso em: 25 de setembro de 2018.

FRANCO, A. **O lugar mais desenvolvido do mundo**. Investindo no capital social para promover o desenvolvimento comunitário. Brasília-DF: AED, 2004.

FRÓES, J. C. Sistemas de produção rural da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã, RS. **Revista Brasileira de Agroecologia**. v.2, n.1, fev./2007, p.761-764. Disponível em:<<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/2038/1865>>. Acesso em: 24 de junho de 2016.

FUKUYAMA, F. **A Grande Ruptura**: a natureza humana e a reconstituição da ordem social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL. **Programa Gaúcho do Artesanato**. 2018. Disponível em:<<http://www.fgtas.rs.gov.br/programa-gaucho-do-artesanato>>. Acesso: 22 de abril de 2018.

FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL. **Manual de Orientação Artesanato Gaúcho**. Disponível em:<<http://www.fgtas.rs.gov.br/programa-gaucho-do-artesanato>>. Acesso: 22 de abril de 2018.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **Perfil socioeconômico município de Caçapava do Sul**. Disponível em:<<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Ca%E7apava+do+Sul>>. Acesso em: 16 de setembro de 2018.

GALERA DO PEDRAL. **Fotografia Forte Dom Pedro II**. Disponível em:<<http://galeradopedal.net/>>. Acesso em: 06 de agosto de 2018.

GAMA ENGENHARIA E RECURSOS HÍDRICOS. **Serviços de Consultoria Relativos ao Processo de Planejamento da Bacia Hidrográfica do Camaquã Fases A, B e C (RT3)**. Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2015.

GARCIA, T. S. **Da geodiversidade ao Geoturismo: valorização e divulgação do geopatrimônio de Caçapava do Sul, RS, Brasil**. 2014. 180f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/ppggeo/images/dissertacoes/dissertacoes_2014/Ta%C3%ADs%20da%20Silva%20Garcia_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

GARCÍA-ORTIZ, E.; FUERTES-GUTIÉRREZ, I.; FERNÁNDEZ-MARTÍNEZ, E. Concepts and terminology for the risk of degradation of geological heritage sites: fragility and natural vulnerability, a case study. **Proceedings of the Geologists' Association**, v.125, 2014. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0016787814000509>>. Acesso em: 04 de julho de 2018.

GAZETA DE CAÇAPAVA DO SUL. **Feira Livre do Produtor Rural**. Disponível em: <<http://gazetadecacapava.com.br/feira-do-produtor-no-calcadao-da-julio/>>. Acesso em: 06 de outubro de 2018.

GLOBAL GEOPARKS NETWORK (GGN), 2018. Disponível em: <<http://www.globalgeopark.org/homepageaux/tupai/6513.htm>>. Acesso em: 05 de junho de 2018.

GLOBAL GEOPARKS NETWORK (GGN). **The Global Geoparks Network Statutes**. 2016. Disponível em: <<http://globalgeoparksnetwork.org/wp-content/uploads/2016/07/GGN-Association-Statutes-FINAL-SEPTEMBER-2016.pdf>>. Acesso em: 14 de junho de 2018.

GLOBAL GEOPARKS NETWORK (GGN). Newlaster, 2017. Disponível em: <http://www.globalgeopark.org/UploadFiles/2018_2_23/GGN_Newsletter_2017_ISSUE_3.pdf>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

GEOCAKES. Disponível em: <<https://www.geocakes.com/>>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

GEOFOOD. Disponível em: <<https://www.geofood.no/>>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

GEOPARK STONEHAMMER. Disponível em: <<https://stonehammergeopark.com/>>. Acesso em: 16 de julho de 2018.

GEOPARK MAGAMA. **Geofoods Projects**. Disponível em: <<http://magmageopark.no/>>. Acesso em: 04 de junho de 2018.

GEOPARK MISTECA ALTA. Disponível em: <<http://www.geoparquemixtecaalta.org/>>.

GEPARK PETRIFIED FOREST OF LESVOS. 2018. Disponível em: <<http://www.petrifiedforest.gr/>>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

GEPARK NATURTEJO. Geonaturescola, 2018. Disponível em: <<http://geonaturescola.com/>>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

GEPARK PARCO BEIGUA. Disponível em: < <http://www.parcobeigua.it/edu.php>>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

GEPARQUE VILLUERCAS IBORE JARA. Disponível em: <<http://www.geoparquevilluercas.es/>>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

GEPARK COSTA VASCA. **Geoparque Mundial Unesco de la Costa Vasca – Plan De Gestión**, 2017. Disponível em: < https://geoparkea.eus/site_media/pdf/Plan_Gesti%C3%B3n_2017_GEPARKEA.p>. Acesso em: 05 de novembro de 2018.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000200008>. Acesso em: 18 de agosto de 2018.

GOMES, A. P. W.; BUENO, N. P.; GOMES, A. P. **Nova economia institucional e capital social**: uma revisão teórica. In: XL Congresso da SOBER, Passo Fundo, 28-07-2002. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/12/13P566.pdf>>. Acesso em outubro de 2016.

GRAY, M. **Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature**. John Wiley & Sons Ltd. Londres, 2004.

GRAY, M. **Geodiversity**: valuing and conserving abiotic nature. 2ª ed. Chichester: John Wiley & Sons, 2013.

GROOTAERT, C.; BASTELAER, T. V. (ed.). **Understanding and Measuring Social Capital**: A Multidisciplinary Tool for Practitioners. Washington D.C.: World Bank, 2001. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTSOCIALCAPITAL/Resources/Social-Capital-Initiative-Working-Paper-Series/SCI-WPS-24.pdf>>. Acesso em: 16 de setembro de 2016.

GROOTAERT, C.; NARAYAN, D.; JONES, V. N.; WOOLCOCK, M. **Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)**. Banco Mundial. Grupo Temático sobre Capital Social, 2003. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/78c0/5e2cf57a2c39dec080a3b0b43c232069c769.pdf>>. Acesso em: 16 de agosto de 2016.

GUADAGNIN, D. L.; LAROCCA, J.; SOBRAL, M. Flora vascular de interesse para a conservação na bacia do arroio João Dias: avaliação ecológica rápida. In: ROCHI, L. H.; LOBATO, A. O. C. **Minas do Camaquã**: um estudo multidisciplinar. UNISINOS, São Leopoldo, p. 71-84, 2000.

GUIMARÃES, G. B.; LICCARDO, A.; MELO, M. S.; MOREIRA, J. C.; PIEKARZ, G. F.; MOCHIUTTI, N. F. Geoparque dos Campos Gerais, PR: por que ele ainda não foi criado? **Anais...** 46 Congresso Brasileiro de Geologia, set./out. 2012.

HIGGINS, S. S. **Os Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Chapecó: Argos Ed. Universitária, 2005.

GUSSOLI, F. K. A natureza como sujeito de direito na Constituição do Equador: considerações a partir do caso Vilacamba. **Anais...**XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR, v. 1, p. 1-172, Curitiba, 2014. Disponível em: <<http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-Felipe-Gussoli-classificado-em-1%C2%BA-lugar-.pdf>>. Acesso em: 03 de julho de 2016.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**. Rio de Janeiro, ano 11, n. 17, p. 19-44, mar. 2007.

HENRIQUES, M. H.; REIS, R. P.; BRILHA, J. MOTA, T. Geoconservation as an Emerging Geoscience. **Geoheritage**, v.3, p. 117-128, 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/225742314_Geoconservation_as_an_Emerging_Geoscience>. Acesso em: 05 de novembro de 2018.

HERIQUES, M. H.; BRILHA, J. UNESCO Global Geoparks: a strategy towards global understanding and sustainability. **Episodes**, v. 40, nº. 4, p.349-355, dez. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18814/epiugs/2017/v40i4/017036>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

HERRERA, M. J. M. **Desarrollo Endógeno, Cooperación y Competencia**. Editorial Panapo de Venezuela, C.A. Caracas, Venezuela, 2005.

HIGGINS, S. S. **Fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó: Argos, 2005.

HJORT, J. Gordon, J. E.; GRAY, M.; HUNTER JR, M. L. Why geodiversity matters in valuing nature's stage. **Conservation Biology**, v.29, nº. 3, p. 630-639, 2015.

HORODYSKI, G. S.; MANOSSO, F.C; GANDARA, J.M.G. O souvenir na dinâmica do espaço turístico: o caso Curitiba (PR). **Anais..IX** Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. São Paulo, p.1-17, set. 2012.

HORODYSKI, G. E; MANOSSO, F. C; BIZINELLI, C; GÂNDARA, J. M. Souvenirs Gastronômicos como Lembranças de Viagem: um estudo de caso em Curitiba – Brasil. **Revue Internationale Interdisciplinaire de Tourisme**. Paris, v. 6, n. 2, p. 1-16, 2014. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/viatourism/738>>. Acesso em: 01 de junho de 2018.

HOSE, T. A. Selling the Story of Britain's Stone. **Environmental Interpretation**, 2. p.16 -17, 1995.

_____. European “Geotourism” – geological interpretation and geoconservation promotion for tourists. In: BARRETINO, D; WINBLEDON, W.A.P; GALLEGOS, E. (Coord.). **Geological Heritage: its conservation and management**. Madrid: Instituto Tecnológico Geominero de España, p. 127-146, 2000.

_____. Towards a history of landscape appreciation. In: DOWLING, R.; NEWSOME, D. (Eds.). **INAUGURAL GLOBAL GEOTOURISM CONFERENCE**, p. 9-18, Fremantle. **Proceedings**, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 de agosto de 2018.

IPHAE. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual do Estado. **Bens Tombados**. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosAc&Clr=1>>. Acesso em: 05 de agosto de 2018.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre o turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 108-121, 2009.

IRVING, M. A.; BURSZTYN, I.; SANCHO, A. P.; GUSTAVO, M. M. Revisitando significados em sustentabilidade no Planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n. 4, p. 1-7, 2005. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/98/93>>. Acesso em: 20 de setembro de 2018.

KOSLOWSKI, S. Geodiversity: the concept and scope of geodiversity. **Przeglad Geologiczny**, v. 52, p. 833-837, 2004.

LIMA, M. S. B; MOREIRA, E. V. A pesquisa qualitativa em geografia. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n.37, v.2, p.27-55, ago./dez. 2015. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/4708/3618>>. Acesso em: 17 de agosto de 2018.

LIMA, I. B. As dinâmicas e relevância dos arranjos colaborativos na gestão do turismo ecológico: experiências de Itacaré, Bahia. **Turismo em Análise**, v. 21, n. 1, p. 130-148, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14209>>. Acesso em: 29 de outubro de 2018.

LEITE, C. A. A.; GOUVEIA, M. J. A.; NILSON, L. H. N. Uma Proposta para Avaliar o Potencial de Cooperação de uma Comunidade. **RIGS revista interdisciplinar de gestão social**, v.4, n.3, p. 201-223, set./dez. 2014. Disponível em:<<https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/view/11704>>. Acesso em 30 de outubro de 2018.

LEUZINGER, M. D. A gestão compartilhada de áreas protegidas como instrumento de compatibilização de direitos. **RIL**, Brasília, 53 n. 211, p. 253-271, jul./set., 2016.

LÓPEZ, R.; HURTADO, F.; SALAZAR, J. Los Geoparques y su apoyo al desarrollo endógeno. Una visión desde Venezuela. In: CARVALHO, C. N., RODRIGUES, J., JACINTO, A. (Eds.), **Geotourism & Local Development**, Idanha-a-Nova (Portugal), p.109-117, 2009.

LUNAS, M.C. F. S.; OLIVEIRA, A. K. M.; BONONI, V. L. R. Geoparque Bodoquena-Pantanal: histórico de criação e potencial para o desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul. **Caderno de Estudos e Pesquisas do Turismo**. Curitiba, V.6, Nº 9, p. 130-149, jul/dez. 2017. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/turismo?dd1=16655&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 24 de julho de 2018.

MACEDO, C. L.; NASCIMENTO, M. A. L.; DANTAS, A. V. S. Artesanato em minerais e rochas: nova forma de divulgação do geoturismo no Rio Grande do Norte. **Global Turism**, v. 3, nº. 2, nov. 2007. Disponível em: <http://www.geoturismobrasil.com/artigos/Artesanato_em_Minerais_e_Rochas_e_Geoturismo.pdf>. Acesso: 15 de maio de 2018.

MACÊDO, J. A.; PINHEIRO, D. R. C. O. Geoparque Araripe e o seu impacto no desenvolvimento local da comunidade Riacho Meio: Barbalha, Ceará, Brasil. **Geografia Ensino & Pesquisa**, V. 18, n. 2, maio/ago. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/12861> >. Acesso em: 27 de julho de 2018.

MACIEL, M. L. Confiança, capital social e desenvolvimento. **Econômica**, v. 3, n. 2, p.283-288, set., 2003.

MAGNAGHI, A. **Il progetto locale**. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

MANSUR, K. L. Projetos Educacionais para a Popularização das Geociências e para a Geoconservação. **Geologia USP**, Publ. espec., São Paulo, v. 5, p. 63-74, out., 2009. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/gusppe/article/view/45391/49003>>. Acesso em: 18 de junho de 2018.

_____. Ordenamento Territorial e Geoconservação: análise das Normas Legais aplicáveis no Brasil e um caso de estudo no Estado do Rio de Janeiro. **Geociências**, v. 29, nº. 2, p. 237-249. São Paulo: UNESP, 2010. Disponível em: <<http://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/GEOSP/article/view/7153>>. Acesso em: 23 de julho de 2018.

MANSUR, K. L. ROCHA, A. J. D., PEDREIRA, A.; SCHOBENHAUS, C.; SALAMUNI, E.; ERTHAL, F. C., PIEKARZ, G.; WINGE, M.; NASCIMENTO, M. A. L.; RIBEIRO, R. R. Iniciativas institucionais de valorização do patrimônio geológico do Brasil. **Boletim Paranaense de Geociências**, v.70, p.02-27, 2013.

MARCONI, M. A. de; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O. Redes e Capital Social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a06v33n3.pdf>>. Acesso em: 06 de março de 2017.

MASCÊNE, D. C.; TEDESCHI, M. **Termo de referência:** atuação do Sistema SEBRAE no artesanato. Brasília: SEBRAE, 2010.

MCKERHER, B. **Turismo de Natureza:** Planejamento e Sustentabilidade. 2002. Contexto.

MEDEIROS, W. D. A. Ecogoturismo e Geoconservação no Semi-árido do Rio Grande do Norte: o caso do Seridó. **Global Tourism**. v.3, n. 2, p. nov./2007. Disponível em: <<http://geoturismobrasil.com/artigos/Ecogoturismo%20e%20Geoconserva%E7%E3o%20no%20semi%20%E1rido%20do%20Rio%20Grande%20do%20Norte.pdf>>. Acesso em: 03 de julho de 2016.

MEDEIROS, C. A. F. GOMES, C. S.C. D. NASCIMENTO, M. A. L.; Gestão em Geoparques: Desafios e Realidades. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, v.9, nº2, p. 342-359, maio/ago. 2015.

MEIRA, S. A.; NASCIMENTO, M. A. L. do; ABREU E SÁ, A. A. de; SILVA, E. V. O Caminho das Pedras – Uma Proposta de Roteiro Metodológico para Atividades Práticas em Geoconservação. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 15(2): p.57-77, ju l./dez. 2017.

MERA, C. M. P.; MIELITZ NETTO, C. G. A. Envelhecimento dos Produtores no Meio Rural na Região do Alto Jacuí/RS e Consequente Migração para Cidade. **Estudos Interdisciplinares**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 759-774, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/viewFile/42871/33284>>. Acesso em: 25 de setembro de 2018.

MINAS OUTDOOR SPORTS. Disponível em: <<http://www.minasoutdoorsports.com.br/galerias/?i=4b>>. Acesso em: 29 de setembro de 2018.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Sistema brasileiro de classificação de meios de hospedagem:** Cartilha de orientação básica. 2010. Disponível em:<<http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtursite/ObterClassificacao>>. Acesso em: 04 de maio de 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos**/por: Conservation International do Brasil, Fundação SOS Mata Atlântica, Fundação Biodiversitas, Instituto de Pesquisas Ecológicas, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, SEMAD/Instituto Estadual de Florestas-MG. Brasília: MMA/SBF, 2000. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/anuario/mata_04_areas__prioritarias.asp>. Acesso em: 27 de junho de 2016.

_____. **Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira:** Atualização - Portaria MMA nº9, de 23 de janeiro de 2007. / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Brasília: MMA, 2007.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

MODICA, R. As Redes Europeia e Global dos Geoparques (EGN e GGN): proteção do patrimônio geológico, oportunidade de desenvolvimento local e colaboração entre territórios. **Revista do Instituto de Geociências – USP**, v.5. São Paulo, p.17-26, 2009. Disponível em: <www.igc.usp.br/geologiausp>. Acesso em 15 de junho de 2016.

MORAIS, M. C. **Inventário Urbano de Caçapava do Sul**: patrimônio de valor histórico, arquitetônico e cultural. 2013. 140f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5626>. Acesso em: 24 de junho de 2016.

MOREIRA, J. C. **Patrimônio Geológico em Unidades de Conservação**: atividades interpretativas, educativas e geoturísticas. 2008. 430f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2008. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSM_8ac76208119e2e330d8f54388583c751>. Acesso em: 23 de junho de 2016.

_____. **Geoturismo e Interpretação Ambiental**. 1 ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

MOURA-FÉ, M. M.; PINHEIRO, M. V. A. Geoeducação: a educação ambiental aplicada na geoconservação. In: SEABRA, G. **Educação Ambiental & Biogeografia**. Ituiutaba: Barlavento, p.829-842, 2016.

MOREIRA, J. R.; HARTMANN, M.A; MOREIRA PASSOS, T. M.; COSTA, C. C.; MOREIRA, M. O.; PARANHOS, R. S. Mineroparque: resgate histórico do distrito Minas do Camaquã. **Anais...Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE)**, v. 5, n. 3, 2013. Disponível em: <<http://seer.unipampa.edu.br/index.php/siepe/article/view/6439>>. Acesso em: 13 de outubro de 2018.

NAOKIARIMA. **Croquiteca Caçapava do Sul**. Disponível em: <<https://naokiarima.com.br/croquiteca/rs/cacapava-do-sul/>>. Acesso em: 29 de setembro de 2018.

NASCIMENTO, M. A. L.; RUCHKYS, U. A.; MANTESSO-NETO, V. Geoturismo: um novo segmento de turismo no Brasil. **Global Tourism**. v.3, n. 2, p. 1-24, nov./2007. Disponível em: <http://geoturismobrasil.com/artigos/Geoturismo_um%20novo%20segmento%20do%20turismo%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2016.

NASCIMENTO, M.; AZEVEDO, Ú. R.; MANTESSO-NETO, V. **Geodiversidade, geoconservação e geoturismo**: trinômio importante para a conservação do patrimônio geológico. Rio de Janeiro: edição SBGeo, 2008.

NASCIMENTO, M.A.L.; GOMES, C.S.C.D.; SOARES, A.S. Geoparque como forma de gestão territorial interdisciplinar apoiada no geoturismo: caso do Projeto Geoparque

Seridó. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.8, n.2, mai/ago, p. 347-364, 2015.

NASCIMENTO, A. M. L. do (et.al). Patrimônio geológico sob a forma de sinalização (geo) turística. **Anais... 45 CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA**, 2010. Belém: 2010.

NASCIMENTO, C. A. L.; SANTOS, O. J. **Geodiversidade na Arte Rupestre no Seridó Potiguar**. Natal: IPHAN-RN, 2013.

NITSCHKE, L. B.; BAHL, M. Contribuições de base geográfica cultural para o estudo do turismo em comunidades locais. **Turismo & Sociedade**. Curitiba, v. 9, n. 2, p. 1-18, maio-agosto de 2016.

NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLIVEIRA, J. C. S. **Geoparques no Brasil: foco geográfico na solução dos desafios**. Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Monografia – Curso de Geografia da Universidade de Brasília (UnB). Disponível em: <https://www.cprm.gov.br/publique/media/gestao_territorial/geoparques/monografia_geoparques.pdf>. Acesso em: 25 de julho de 2018.

OLIVEIRA, C. A. A contribuição da Geografia na criação e gestão de geoparques. **Revista Paisagens** x, nº 10, p.56-63, dez., 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revistapaisagens/article/viewFile/133077/129149>>. Acesso em: 16 de julho de 2018.

OLIVIERI, L. **A importância histórico-social das Redes**. Rede de Informações para o Terceiro Setor. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <www.cdh.org.br>. Acesso em: 22 de setembro de 2018.

ÓLAFSDÓTTIR, R.; DOWLIN, R. Geotourism and Geoparks—A Tool for Geoconservation and Rural Development in Vulnerable Environments: A Case Study from Iceland. **Geoheritage**, dez. 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/259636840_Geotourism_and_Geoparks-A_Tool_for_Geoconservation_and_Rural_Development_in_Vulnerable_Environment_s_A_Case_Study_from_Iceland>. Acesso em: 04 jul. 2018.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Recomendaciones internacionales para estadísticas de turismo**. ST/ESA/STAT/SER.M 83/Rev.1. Madrid/Nova York: Departamento de Asuntos Económicos y Sociales de las Naciones Unidas. 2008. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesM/Seriesm_83rev1s.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2016.

PAIM, P. S. Minas do Camaquã, RS. Marco da história da mineração no Sul do país. In: SCHOBENHAUS, C. et al (Edit.). **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. DNPM/CPRM - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP) – Brasília, p. 501-510, 2002.

PAIM, P. S. G.; FALLGATTER, C.; SILVEIRA, A. S. Guaritas do Camaquã, RS - Exuberante cenário com formações geológicas de grande interesse didático e turístico. In: WINGE, M. et al (Edit.) **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. V. 3. Brasília: CPRM, 2013.

PAULILO, M. A S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**. Londrina, v.2, n. 2, p. 135-148, jul./dez.1999.

PEDRA DO SEGREDO. Disponível em:<<https://www.facebook.com/pedradossegredo/>>. Acesso em: 29 de setembro de 2018.

PEDROSO, L. F. Aportes metodológicos sobre o estudo do cotidiano dos espaços urbanos metropolitanos. In: PESSÔA, V. L. S; RÜCKERT, A. A.; RAMIRES, J. C. L. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa: aplicações em Geografia**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2017, p.356-372.

PEIXOTO, C. A. B. **Caracterização ambiental dos geossítios da proposta: Projeto Geoparque Guaritas-Minas do Camaquã/RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/128898>>. Acesso em: 03 de junho de 2016.

_____. **Geoparque Guaritas-Minas do Camaquã – proposta**. Porto Alegre: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2017. Disponível em:<<http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Geoparques-134>>. Acesso em: 29 de julho de 2018.

PEREIRA, R. G. F. A. de. **Geoconservação e Desenvolvimento Sustentável na Chapada Diamantina (Bahia - Brasil)** – Tese de Doutorado. Universidade do Minho (Portugal), 2010. Disponível em:<<http://www.geoturismobrasil.com/artigos/TESE-Ricardo%20Fraga.pdf>>. Acesso em: 02 de março de 2016.

PEREIRA, R. F.; BRILHA, J., MARTINEZ, J. E. Proposta de Enquadramento da Geoconservação na Legislação Ambiental Brasileira. **Memórias e Notícias**, n. 3, p. 491-494, Braga: Universidade do Minho, 2008. Disponível em:<http://sigep.cprm.gov.br/destaques/Pereira_Brilha_Martinez_GDCL_2008.pdf>. Acesso em: 23 de junho de 2018.

PEREIRA, H. Geoparques de Portugal. **Diário de Notícias Zoom**. 2015. Disponível em: <https://www.azoresgeopark.com/media/docs/zoom_geoparques_.pdf>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

PEREIRA, I. S.; NASCIMENTO, M. A. L. Geoturismo: um turismo de nicho em ascensão. **Geografia. Conhecimento Prático**. p.54-61, 2017.

PILONIETA, C.; ARIAS, A. O. El Desarrollo Endógeno Sustentable. Una Aproximacion Conceptual: In: ARIAS, A. O. (Ed.) **Aprendiendo en torno al Desarrollo Endógeno**.

CDCHT – CSI – FUNDACITE Mérida, 2006, (p.21-34). Disponível em:<<http://www.rebellion.org/docs/35115.pdf>>. Acesso: 15 de agosto de 2016.

PIMENTEL, A.; VIOLENTO, A. RODRIGUES, C. G. O.; JULIÃO, D. P.; JUER, E. LOHMANN, J. B. Empreendedorismo e formalização de atividades de turismo em ambientes naturais. **Observatório de Inovação do Turismo**, V. VII, nº4, Rio de Janeiro, p. 6-32, 2013.

PIRES, E. L. S.; FUINI, L. L.; MANCINI, R. F.; PICCOLI NETO, D. **Governança territorial: conceito, fatos e modalidades**. Rio Claro: UNESP – IGCE; PPGG, 2011. Disponível em: <https://gen2011urc.files.wordpress.com/2012/06/livro-governanca-territorial_pires_fuini_mancini_piccoli.pdf>. Acesso em: 16 de agosto de 2018.

PROJETO GEOPARQUE SERIDÓ. Disponível em:<<https://www.facebook.com/geoparqueserido/>>. Acesso em: 24 de julho de 2018.

PROJETO RS BIODIVERSIDADE. **Avaliação Ecológica Rápida (AER) Pedra do Segredo**. ABG & Projeto RS Biodiversidade, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.biodiversidade.rs.gov.br/portal/index.php>>. Acesso em: 15 junho de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/PrefeituraMunicipalDeCacapavaDoSul/photos/?ref=page_internal>. Acesso em: 29 de setembro de 2018.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PUTNAM, R. D. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon & Schuster, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Ed. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, G. M. A.; FERNANDES, J. L. J. Geoparques enquanto Rede e a criação de Instituições Multiactores. **Anais...** VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física, II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física. Universidade de Coimbra, maio de 2010.

RAMOS, S. B. **Áreas Especiais e Locais de Interesse Turístico Lei Federal Nº 6.513/77**. Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo - CET, da Universidade de Brasília – UnB, 2015.

RAMOS, H. R. D; PESSÔA, V. L. S. Encontros e desencontros das informações: o caminho metodológico da pesquisa. In: PESSÔA, V. L. S; RÜCKERT, A. A.; RAMIRES, J. C. L. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa: aplicações em Geografia**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2017, p.432-461.

RIO GRANDE DO SUL. 2015. **Lei 14.708, de 15 de julho de 2015**, declara o município de Caçapava do Sul “capital gaúcha da geodiversidade”. DOE, Edição de

16/7/2015, disponível em:
 <<http://www.servico.corag.com.br/diarioOficial/verJornal.php?pg=001&jornal=doe&dt=16-07-2015>>. Acesso em: 06 de julho de 2018.

RODRIGUES, J.; CARVALHO, C. N.; JACINTO, A. **The concept of the geoproduct: successful examples from Naturtejo Unesco Global Geopark**. In: Eva Almeida LIMA, E. A.; NUNES, J. C. MEIRINHO, P.; MACHADO, M. Abstracts boock 14 Conference European Geoparks, p. 134, 2017, Azores, Portugal. Disponível em:<<http://www.egnazores2017.com/uploads/Abstracts.Book.pdf>>. Acesso: 28 de maio de 2018.

RODRIGUES, J. C. Geoturismo - uma abordagem emergente. In: NETO DE CARVALHO, C.; RODRIGUES, J. (Eds.). **Geotourism & Local Development. Idanha-a-Nova (Portugal): UNESCO European and Global Geopark**, 2009. (p.38-60).

RODRIGES, M. L.; FONSECA, A. A valorização do geopatrimônio no desenvolvimento sustentável de áreas rurais. **Anais...Colóquio Ibero de Estudos Rurais**. Portugal, out. 2008. Disponível em:
 <http://www.sper.pt/oldsite/actas7cier/PFD/Tema%20II/2_14.pdf>. Acesso em: maio de 2016.

ROSO, A.; ROMANINI, M. Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico. **Psicologia e Saber social**, v.3, n.1, p. 83-95, 2014. Disponível em:
 <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/psisabersocial/article/view/12203/9505>>. Acesso em: 01 de novembro de 2018.

RUCHKYS, U. A. **Patrimônio geológico e geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: potencial para a criação de um geoparque da UNESCO**. Tese de Doutorado, Instituto de Geociências da UFMG, 2007.

RUCHKYS, U. A.; MACHADO, M. M. M.; CACHÃO, M. Programa Rocha Amiga, Iniciativas para Crianças do Ensino Fundamental no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais – Brasil. **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**, V.35, p. 261-270, 2012.

RUCHKYS, U.; MACHADO, M. M. M. Paisagem cultural e potencial paisagístico do Geopark. **Revista Brasileira de Horticultura Ornamental**, V.16, Nº 1, p.13-16, 2010. Disponível em:
 <<https://ornamentalhorticulture.emnuvens.com.br/rbho/article/view/501>>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

SANTOS, F. F. S. **Capital Social: vários conceitos, um só problema**. 2003. Dissertação (Mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São, 2003.

SANTOS, F. C. A. **Mapeamento geomorfológico do Geossítio das Guaritas do Camaquã/RS: subsídios à geoconservação**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 96p., 2016.

SANTOS, C.; SILVA, A. O. Capital Social, Capital Humano e Educação: o ensino da sociologia e a construção da cidadania. **Perspectiva Sociológica**, v. 1, p. 1-15, 2008.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.) **Território e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAQUET, M. A.; GALVÃO, A. R. G. A valorização territorial e multidimensional do patrimônio de Francisco Beltrão (PR). **Campo-território**: revista de geografia agrária, v.4, n.8, p.98-120, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11912>>. Acesso em: 28 de julho de 2018.

SAQUET, M. A. Território, cooperação e desenvolvimento territorial: contribuições para interpretar a América Latina. In: SAQUET, M. A.; ALVES, A. (Org.). **Processos de Cooperação e Solidariedade na América Latina**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, p.37-67, 2017.

SARAIVA, A.L.O.; PORTO, C.R.P.; BRASIL, E. F. S. Festas como bens culturais e turísticos: festivais de música nativista e rodeios crioulos. **Anais..XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**. Universidade do Estado do Ceará (UECE): 2014.

SCHMIDT, J. P. Exclusão, inclusão e capital social: o capital social nas ações de inclusão. In: LEAL; R. G.; REIS, J. R. (orgs.). **Direitos Sociais & Políticas Públicas**: desafios contemporâneos. Tomo 6. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

SEDACTEL. **Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer**. Disponível em: <<https://sedactel.rs.gov.br/>>. Acesso em: 27 de outubro de 2018.

SHOBENHAUS, C.; WING, M. **Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos – SIGEP**. 2012. Disponível em: <http://sigep.cprm.gov.br/SIGEP_Schob_Winge_ago2012.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

SCOBENHAUS, C.; SILVA, C. R. S. (Orgs.). **Geoparques do Brasil**: propostas. Rio de Janeiro: CPRM, 2012.

SCHOBENHAUS, C.; CAMPOS, D. A.; QUEIROZ, E. T.; WINGE, M.; BERBERT-BORN, M. (Eds.). **Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil**. Brasília: DNPM/CPRM – Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), 2002, v. 1. Disponível em: <<http://www.unb.br/ig/sigep/sitio043/sitio043.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2016.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Turismo de Experiência**. Recife, 2015. Disponível em: <

https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/PE/Anexos/turismo_de_experiencia.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2018.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHARPLES, C. **Concepts and Principles of Geoconservation**. Published electronically on the Tasmanian Parks & Wildlife Service web site. 3. ed. Set, 2002.

SILVA, C. R. (Ed.). **Geodiversidade do Brasil**: conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro. Rio de Janeiro: CPRM, 2008.

SILVA, M.L.N. **Geodiversidade da Cidade do Natal**: Valores, Classificações e Ameaças. 2016. 170f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Departamento de Geologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SILVA, E. L. **Proteção do patrimônio Natural da Serra do Segredo (Caçapava do Sul, RS, Brasil)**: um diálogo entre a geoconservação e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2016.

SILVA, A. P. **Turismo e Desenvolvimento Territorial na Quarta Colônia – RS – Brasil: uma abordagem na perspectiva do capital social**. Tese de doutorado, 2014. Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), Santa Maria, 2014.

SIMÕES, T. R.; CALDWELL, M. W. Fósseis e legislação: breve comparação entre Brasil e Canadá. **Ciência e Cultura**, v.67, n.4, São Paulo out./dez., p. 50-53, 2015 Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v67n4/v67n4a16.pdf>>. Acesso em: 06 de junho de 2018.

SOUZA, L. P. M. **Trilhas geoturísticas para interpretação do geossítio Guaritas – Caçapava do Sul/RS**. (Trabalho de graduação em geografia). Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

STUEVE, A.M.; COOK, S.D.; DREW, D. **The Geotourism Study**: Phase I. Executive Summary. Travel Industry Association of America, 2002.

TCHÊ TURISTA. **Souvenirs Temáticos**. Disponível em:<<https://www.facebook.com/tcheturista/>>.

TEDESCO, J. C. O futuro do passado: patrimônio cultural, etnicidade e vida rural no nordeste do RS. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.3, n.8, Jan./Jun.2013. disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9467/6222>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

TENÓRIO, F. G. **Cidadania e desenvolvimento local**: casos brasileiros. IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública,

Madrid, España, 2-5 nov. 2004. Disponível em: <http://www.gp.usp.br/files/desen_cidadania.pdf>. Acesso em: julho de 2017.

TEIXEIRA, E. **Lavras do Sul**: na Batéia do Tempo. Lavras do Sul: [s.n], 1992.

TILDEN, F. **Interpreting Our Heritage**. 3ª edition. The University of North Carolina Press. 1977.

TRINDADE, J. P. P.; BORBA, M. F.S.; LEFEVBRE, J. **Território do Alto Camaquã**: obtenção, tratamento e classificação de imagens de satélite Landsat TM. Bagé: Embrapa Pecuária Sul, 2010.

TV FARRAPO. **Artista expõe suas esculturas ao ar livre em Caçapava do Sul**. Reportagem publicada em 21/08/2014. Disponível em: <<http://farrapo.rs/noticias/2/8117/Artista-expoe-suas-esculturas-ao-ar-livre-em-Cacapava-do-Sul/>>. Acesso em: 06 de outubro de 2018.

UNESCO. Unesco Global Geoparks. Celebrating Earth Heritage, Sustaining local Communities. França, 2016. Disponível em: <http://www.globalgeopark.org/UploadFiles/2016_2_16/UNESCO%20Global%20Geopark%20Brochure.pdf>. Acesso em: 05 de junho de 2018.

UNESCO. **United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization**. 2018. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/earth-sciences/unesco-global-geoparks/fundamental-features/>>. Acesso em 05 de junho de 2018.

UNESCO. **Statutes of the International Geoscience and Geoparks Programme Operational Guidelines for UNESCO Global Geoparks**, 2015. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/IGGP_UGG_Statutes_Guidelines_EN.pdf>. Acesso em: 05 de junho de 2018.

URQUÍ, L. C.; A. **Geoparques**. Significado y funcionamiento. Instituto Geológico Y Minero de España. 2016. Disponível em: <<http://www.igme.es/patrimonio/Geoparques-IGME2014-1.pdf>>. Acesso em: 07 de junho de 2018.

VALE, T. F.; MOREIRA, J. C.; HORODYSKI, G. S. Geo-food: uma nova perspectiva de preservação do patrimônio geológico. **Anais..XIII Encontro Nacional Turismo de Base Local**, p. 167-179, nov., 2014 - Universidade Federal de Juiz de Fora.

VALLEJO, L. R. Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. **Geographia**, Niterói, v.4, n.8, p.51-72, 2002. Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/inea_imagens/downloads/pesquisas/PE_Ilha_Grande/Vallejo_2003.pdf>. Acesso em: 05 de novembro de 2018.

VÁZQUES-BARQUERO, A. Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo territorial. **Investigaciones Regionales**, nº. 11, p. 183-210, 2007.

VIERO, A. C.; SILVA, D. A. R. (Org.). **Geodiversidade do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CPRM, 2010. Disponível em: <<https://sh16novas.wordpress.com/2012/07/12/geodiversidade-do-rio-grande-do-sul-livro-e-mapa-para-download/>>. Acesso em: 6 de abril de 2016.

VOTORANTIM METAIS/GEOPROSPEC. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA):** Projeto Caçapava do Sul. Volume 1 a 4. Caçapava do Sul – RS. Geoprospec Geologia e Projetos Ambientais LTDA. 2016. Disponível em: <http://www.projetcacapavadosul.com.br/#vmetais>>. Acesso em: 16 de setembro de 2018.

WELLEN, A. L. R. Turismo e desenvolvimento local a partir do enfoque de capital social. **Qualit@s Revista Eletrônica**, v.8, nº 2, p.1-27, 2009. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/viewFile/425/332>>. Acesso em: 08 de setembro de 2016.

ZOUROS, N. Global Geoparks Network and the New UNESCO Global Geoparks Programme. **Bulletin of the Geological Society of Greece**, v.50, p.284-292, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/318730756_GLOBAL_GEOPARKS_NETWORK_AND_THE_NEW_UNESCO_GLOBAL_GEOPARKS_PROGRAMME>. Acesso em: 06 de junho de 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIROS ENTREVISTAS PARTE 1

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO (SECULTUR)

Nome

Idade

Escolaridade e/ou formação profissional

Naturalidade

- 1) Há quanto tempo você trabalha na SECULTUR?
- 2) Que tarefas desempenha na SECULTUR?
- 3) Qual a dotação orçamentária da SECULTUR?
- 4) Quantos funcionários a SECULTUR dispõe?
- 5) A SECULTUR produz e disponibiliza materiais informativos para a divulgação dos locais de interesse turístico do município aos turistas?
- 6) Que projetos relacionados ao turismo estão sendo desenvolvidos atualmente em Caçapava do Sul?
- 7) A SECULTUR mantém relações com outras instituições e/ou associações que trabalham com o turismo? Quais?
- 8) Quais os eventos culturais que a prefeitura organiza e/ou apoia? Fale sobre esses eventos.
- 9) A administração pública oferece apoio financeiro ou desenvolve/participa de algum projeto para a preservação e manutenção do patrimônio arquitetônico do município? Que tipo de iniciativa é desenvolvida em relação à esta questão?

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DAS GUARITAS

Nome

Idade

Escolaridade e/ou formação profissional:

Naturalidade

- 1) Que função desempenha na Associação dos Moradores das Guaritas?
- 2) Como e quando surgiu a Associação dos Moradores das Guaritas? Quais os objetivos de sua criação?
- 3) Que ações/projetos/atividades a Associação dos Moradores das Guaritas realiza atualmente em relação ao turismo?
- 4) Quais as principais dificuldades enfrentadas pela Associação dos Moradores das Guaritas atualmente?
- 5) A Associação realiza reuniões periódicas? Como são organizadas essas reuniões?
- 6) A Associação mantém relações com outras instituições/ou associações que trabalham com o turismo na região? Quais?

NÚCLEO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DE CAÇAPAVA DO SUL (NIDETUR)

Nome

Idade

Escolaridade e/ou formação profissional

Naturalidade

- 1) Como e quando surgiu o NIDETUR?

- 2) Que atividades você desempenha no NIDETUR?
- 3) Quais as ações ou atividades o NIDETUR desenvolve (ou desenvolveu)?
- 4) De onde vem o financiamento para o desenvolvimento das atividades do NIDETUR?
- 5) Quem faz parte do NIDETUR? A prefeitura municipal participa?
- 6) O NIDETUR mantém relações com outras instituições/ou associações que trabalham com o turismo? Quais?
- 7) O NIDETUR promove ou já promoveu alguma ação/iniciativa que vise a capacitação dos atores sociais que trabalham com o turismo?

ASSOCIAÇÃO PAMPA GAÚCHO DE TURISMO (APATUR)

Nome

Idade

Escolaridade e/ou formação profissional:

Naturalidade

- 1) Que função desempenha na Associação Pampa Gaúcho de Turismo (APATUR)?
- 2) Como e quando surgiu a APATUR? Quais os objetivos da APATUR?
- 3) Quais os municípios que fazem parte?
- 4) De onde vem o financiamento para o desenvolvimento das atividades da APATUR?
- 5) Quais as ações/projetos/atividades que a APATUR desenvolve atualmente?
- 6) Como Caçapava do Sul se integra nesses projetos?
- 7) A APATUR realiza reuniões periódicas? Como são organizadas essas reuniões? Os atores do turismo de Caçapava do Sul participam?
- 8) A APATUR mantém relações com outras instituições/ou associações que trabalham com o turismo na região? Quais?
- 9) A APATUR promove ou já promoveu alguma ação/iniciativa para a capacitação (cursos de guias, de recepção de turistas, etc.) dos atores que trabalham com o turismo?

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO CAMAQUÁ (ADAC)

Nome

Idade

Escolaridade e/ou formação profissional

Naturalidade

- 1) Quais as funções que você desempenha na ADAC e há quanto tempo?
- 2) Como surgiu a ADAC e quais os objetivos almejados por ela?
- 3) Quais projetos ou atividades a ADAC desenvolve atualmente?
- 4) Como a ADAC se mantém financeiramente?
- 5) Como é realizada a comunicação entre os associados e a direção da ADAC? São realizadas reuniões regulares com a comunidade? Como as pessoas são convocadas para essas reuniões?
- 6) De que forma a prefeitura de Caçapava do Sul tem participado das atividades da ADAC?
- 7) Há alguma contribuição ou contrapartida do governo estadual ou federal? Se sim, fale sobre essas contribuições.
- 8) Quais as ações promovidas pela ADAC relacionadas ao turismo?

- 9) A ADAC mantém relações com outras instituições e/ou associações que trabalham com o turismo? Quais?
- 10) A ADAC promove ou já promoveu alguma ação/iniciativa que vise a capacitação dos atores que trabalham com o turismo? Quais?
- 11) Quais são os principais parceiros ou atores locais que trabalham com o turismo associados à ADAC no município de Caçapava do Sul?
- 12) Em relação a “Marca Alto Camaquã”, como é realizado o controle da utilização da marca? Quais os produtos que já vem recebendo esta marca e quais poderão recebê-la futuramente?

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO GEOTURISMO (AGEOTUR)

Nome

Idade

Escolaridade e/ou formação profissional:

Naturalidade

- 1) Que função desempenha na AGEOTUR?
- 2) Como e quando surgiu a AGEOTUR? Quais os objetivos de sua criação?
- 3) Que ações/projetos/atividades a AGEOTUR realiza atualmente?
- 4) Como a AGEOTUR se mantém financeiramente?
- 5) A AGEOTUR realiza reuniões periódicas? Como são organizadas essas reuniões?
- 6) Quais as principais dificuldades enfrentadas pela AGEOTUR?
- 7) A AGEOTUR mantém relações com outras instituições/ou associações que trabalham com o turismo na região? Quais?
- 8) A AGEOTUR promove ou já promoveu alguma ação/iniciativa para a capacitação (cursos de guias, de recepção de turistas, etc.) dos atores que trabalham com o turismo em Caçapava do Sul?

PRODUTOS TÍPICOS

Nome

Idade

Escolaridade e/ou formação profissional

Naturalidade

- 1) Quais os principais produtos que você produz?
- 2) Como você iniciou essa atividade? Relato
- 3) Qual o volume de sua produção e das vendas por mês?
- 4) Em que local(s) a sua produção é comercializada?
- 5) Você participa de feiras, exposições ou outros eventos promovidos pelo município? Quais?
- 6) Já participou ou costuma participar de cursos para o preparo dos produtos ou de técnicas de vendas? Se sim, por quem foram promovidos esses cursos?
- 7) Os produtos que você produz são procurados por turistas?
- 8) Quais produtos você considera mais típicos ou tradicionais de Caçapava do Sul? Esses produtos são os mais procurados pelos turistas?

ARTESANATO

Nome

Idade

Escolaridade e/ou formação profissional

Naturalidade

- 1) Quais os principais artesanatos que você produz?
- 2) Há quanto tempo desenvolve a produção e comercialização desses artesanatos?
- 3) Como você iniciou essa atividade?
- 4) Qual o volume de sua produção e das vendas por mês?
- 5) De onde vem as matérias-primas utilizadas na produção das peças?
- 6) Em que local(s) seus artesanatos são comercializados?
- 7) Você possui cadastro junto ao Programa Gaúcho de Artesanato (PGA) e Carteira Estadual de Artesão?
- 8) Você participa de feiras, exposições ou outros eventos promovidos pelo município? Quais?
- 9) Você já participou ou costuma participar de cursos para a elaboração de suas peças ou de técnicas de vendas? Se sim, por quem foram promovidos esses cursos?
- 10) O artesanato que você produz é procurado por turistas?

ATIVIDADE DE LAZER/ESPORTES DE AVENTURA

Nome

Idade

Escolaridade e/ou formação profissional

Naturalidade

- 1) Quando surgiu a iniciativa e com que objetivos ela foi pensada? Relato
- 2) Quais as atividades realizadas pelo(a) **X**?
- 3) A iniciativa possui sede própria?
- 4) Com que regularidade se reúnem as pessoas que trabalham/ou fazem parte do (a) **X**?
- 5) Existe alguma parceria entre a iniciativa e a prefeitura municipal de Caçapava do Sul? De que forma acontece essa parceria?
- 6) Quais os locais utilizados em Caçapava do Sul para a prática da(s) atividade(s)?
- 7) Existe uma regularidade na oferta/realização da(s) atividade(s)?

HOSPEDAGEM/POUSADA/CAMPING

Nome

Idade

Escolaridade e/ou formação profissional

Naturalidade

- 1) Como você iniciou essa atividade? Relato
- 2) Essa é a sua única fonte de renda atualmente? Se não, quais outras fontes de renda você possui?
- 3) Emprega pessoas? Quantas?
- 4) Você gostaria de promover alguma mudança em sua atividade/empreendimento?
- 5) Quais as formas de divulgação de seu empreendimento/atividade?
- 6) O seu empreendimento/atividade está incluído em algum roteiro turístico municipal, regional, estadual?

ROTEIRO PARTE 2 – PERCEPÇÃO DOS ATORES LOCAIS SOBRE O TURISMO EM CAÇAPAVA DO SUL

- 1) Na sua opinião de que forma a atividade turística contribui com o desenvolvimento de Caçapava do Sul?
- 2) Você acredita que a administração pública municipal tem contribuído para a gestão e planejamento do turismo em Caçapava do Sul? Por quê?
- 3) Quais são, na sua avaliação, as principais dificuldades que Caçapava do Sul enfrenta para desenvolver o turismo?
- 4) Você saberia dizer se ocorreram mudanças nos últimos 5 anos em relação ao número de turistas que chegam à Caçapava do Sul? (aumento, diminuição de turistas)
- 5) Você saberia dizer de que município/estado/ou país vem os turistas que chegam à Caçapava do Sul?
- 6) Na sua opinião qual a principal motivação dos turistas em viajar até Caçapava do Sul?
- 7) Você ficou sabendo do título que Caçapava do Sul recebeu em 2015 de “Capital Gaúcha da Geodiversidade”? Você acredita que esse título possa ajudar no desenvolvimento do turismo em Caçapava do Sul? De que forma?
- 8) Você ficou sabendo da realização do GEODIA? Participou?
- 9) Você conhece ou já ouviu falar da criação de um Geoparque em Caçapava do Sul? Se sim, acredita que a criação do Geoparque possa contribuir para o desenvolvimento do turismo em Caçapava do Sul?
- 10) Conhece o título que a Associação para o Desenvolvimento do Alto Camaquã (ADAC) conquistou para Caçapava do Sul em 2010, utilizando as Guaritas como imagem-símbolo? (Associação Internacional das Montanhas Famosas)
- 11) Qual sua opinião sobre os novos empreendimentos mineiros da Votorantim em Caçapava do Sul? Você acredita que possa ocorrer algum problema que afete o desenvolvimento do turismo na localidade?

ROTEIRO PARTE 3 – CAPITAL SOCIAL

1-REDES

- 1.1 Você **PARTICIPA** de alguma Associação ou grupo em Caçapava do Sul? Se sim, qual? (Ex: de moradores, de produtores rurais, de artesãos, etc.)
- 1.2 Você participa ou faz parte de algum grupo ou Associação para o desenvolvimento do turismo em Caçapava do Sul? Qual?
- 1.3 Você mantém alguma relação de parceria com algum vizinho ou colega de profissão/atividade? (Por exemplo, se utiliza fornecedores de produtos locais, se trabalha em parceria com outros artesões ou dono de pousada/camping, etc.)

1.4 Se **NÃO PARTICIPA**: Você indicaria algum grupo ou Associação que você gostaria de participar? Por quê?

2-CONFIANÇA E SOLIDARIEDADE

2.1 Em geral, você acredita que os Caçapavanos são pessoas confiáveis? Por quê?

2.2 Em uma escala de 1 a 5, quanto você confia nos diferentes grupos de pessoas citadas a baixo. (1= confio muito pouco); (2= confio pouco); (3= confio nem pouco, nem muito); (4= confio muito) e (5= confio totalmente)

- (a) Vizinhos
- (b) Membros da prefeitura de Caçapava do Sul
- (c) Vereadores de Caçapava do Sul
- (d) Empresários locais
- (e) Universidade/UNIPAMPA
- (f) Turistas

2.3) Suponha que ocorresse algum problema com uma das pessoas em seu bairro/localidade, tal como uma doença grave ou uma situação de emergência, qual a probabilidade de algumas pessoas na comunidade se unirem para ajudar?

- (a) Muito provável
- (b) Pouco provável
- (c) Não se uniriam ou ajudariam

3-AÇÃO COLETIVA E COOPERAÇÃO

3.1 A comunidade local costuma desenvolver atividades coletivamente, ajudando uns aos outros em diferentes tarefas? Se sim, que tipo de atividade?

3.2 Você acredita que existe engajamento e vontade da comunidade para a realização de trabalho cooperativo e/ou associativo? Por quê?

4-COESÃO E INCLUSÃO

4.1 Existe algum tipo de conflitos na comunidade? Se sim, qual?

4.2 Em uma escala de 1 a 5, como você avalia o grau de união (coesão) das pessoas na comunidade? (1= muito baixo grau de união; 2= baixo grau de união; 3= nem pouca, nem muita união; 4= alto grau de união e 5= muito alto grau de união.

4.3 Você se considera bem aceito(a) pela comunidade do local?

5-INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

5.1) Através de quais meios ou com quem você costuma buscar informações sobre o acesso à serviços públicos (em geral), cursos de qualificação etc.? Com vizinhos, colegas de trabalho, pessoas de Associações da qual você faz parte, internet, pessoas ligadas a prefeitura ou câmara de vereadores, etc.?"

5.2) Você tem acesso à telefonia móvel (celular)? Como é o sinal?

5.3) Você tem acesso à internet? Como é o sinal?

5.4) Você costuma buscar informações nos jornais da cidade? Qual(s)?

5.5) Quanto à programação de televisão que você assiste, você conta com apenas canais abertos ou também com canais fechados? Como é o sinal de TV aberta?

6-EMPODERAMENTO E AÇÃO POLÍTICA

6.1) Você sente que tem poder para tomar decisões importantes, que podem mudar o curso da sua vida? Em uma escala de 1 a 4, faça uma avaliação de você mesmo onde: 1 quer dizer totalmente incapaz de mudar a minha vida; 2, capaz de mudar algumas coisas, 3, capaz de mudar a maioria das coisas, 4, totalmente capaz de mudar a minha vida.

6.2) A comunidade local costuma interagir ou buscar ajuda junto aos líderes políticos de Caçapava do Sul, a fim de solicitar alguma melhoria para a comunidade?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS
DOUTORADO EM GEOGRAFIA**



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A CRIAÇÃO DE UM GEOPARQUE EM CAÇAPAVA DO SUL, RS (BRASIL)

Pesquisador responsável: Simone Marafiga Degrandi

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria/Departamento de Geociências

Telefone para contato:

Prezado(a) Senhor(a)

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao responsável pelo estudo qualquer dúvida que você tenha. Após ser esclarecido (a), no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

A presente pesquisa, intitulada “DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO E CAPITAL SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A CRIAÇÃO DE UM GEOPARQUE EM CAÇAPAVA DO SUL, RS (BRASIL)”, visa estudar o potencial para o desenvolvimento do geoturismo e para a criação de Geoparque em Caçapava do Sul, a partir do aproveitamento do patrimônio natural e cultural do município. Para tanto, contamos com sua colaboração através de uma entrevista, com o objetivo de obtermos informações sobre sua percepção em relação ao turismo e ao desenvolvimento territorial. Se você concordar em participar do estudo, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____

_____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa para a participação neste estudo.

Pesquisador responsável

Caçapava do Sul _____, de _____ de 2016.

ANEXOS

ANEXO A – DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS À MEMÓRIA DA TERRA

DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS À MEMÓRIA DA TERRA

O texto abaixo foi elaborado em 13 de junho de 1991 em Digne-Les-Bains, França, durante o I Simpósio Internacional sobre a Proteção do Patrimônio Geológico. A tradução é de Carlos Fernando de Moura Delphim.

1 - Assim como cada vida humana é considerada única, não é chegado o tempo de reconhecer também a condição única da Terra?

2 - A Terra, nossa Mãe, é base e suporte de nossas vidas. Somos todos ligados à Terra. A Terra é o elo de união entre todos nós.

3 - A Terra, com quatro bilhões de anos e meio de idade, é o berço da Vida, da renovação e das metamorfoses de todos seres vivos. Seu longo processo de evolução, seu lento amadurecimento, deu forma ao ambiente no qual vivemos.

4 - Nossa história e a história da Terra estão intimamente entrelaçadas. As origens de uma são as origens de outra. A história da Terra é nossa história, o futuro da Terra será nosso futuro.

5 - A face da Terra, a sua feição, são o ambiente do Homem. O ambiente de hoje é diferente do ambiente de ontem e será diferente também no futuro. O Homem não é senão um dos momentos da Terra. Não é uma finalidade, é uma condição efêmera e transitória.

6 – Da mesma forma como uma velha árvore registra em seu tronco a memória de seu crescimento e de sua vida, assim também a Terra guarda a memória do seu passado... Uma memória gravada em níveis profundos ou superficiais. Nas rochas, nos fósseis e nas paisagens, a Terra preserva uma memória passível de ser lida e decifrada.

7 – Atualmente, o Homem sabe proteger sua memória: seu patrimônio cultural. O ser humano sempre se preocupou com a preservação da memória, do patrimônio cultural. Apenas agora começou a proteger seu patrimônio natural, o ambiente imediato. É chegado o tempo de aprender a proteger o passado da Terra e, por meio dessa proteção, aprender a conhecê-lo. Essa memória antecede a memória humana. É um novo patrimônio: o patrimônio geológico, um livro escrito muito antes de nosso aparecimento sobre o Planeta.

8 – O Homem e a Terra compartilham uma mesma herança, um patrimônio comum. Cada ser humano e cada governo não são senão meros usufrutuários e depositários desse patrimônio. Todos os seres humanos devem compreender que a menor depredação do patrimônio geológico é uma mutilação que conduz a sua destruição, a uma perda irremediável. Todas as formas do desenvolvimento devem respeitar e levar em conta o valor e a singularidade desse patrimônio.

9 - Os participantes do 1º Simpósio Internacional sobre a Proteção do Patrimônio Geológico, composto por mais de uma centena de especialistas de trinta diferentes nações, solicitam com urgência a todas as autoridades nacionais e internacionais que levem em consideração a proteção do patrimônio geológico, por meio de todas as necessárias medidas legais, financeiras e organizacionais.

Fonte: disponível em: <

http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/Declaracao_Internacional_dos_Direitos_a_Memoria_da_Terra.pdf>. Acesso em: 23 de junho de 2016.

ANEXO B – DECLARAÇÃO DE AROUCA

DECLARAÇÃO DE AROUCA

Sob os auspícios da UNESCO decorreu no Arouca Geopark (Portugal), de 9 a 13 de Novembro de 2011, o Congresso Internacional de Geoturismo – “*Geotourism in Action - Arouca 2011*”. Em resultado das discussões ocorridas durante este evento a Comissão Organizadora, de acordo com os princípios estabelecidos pelo *Center for Sustainable Destinations – National Geographic Society*, apresenta a “Declaração de Arouca”, que estabelece o seguinte:

1. Reconhece-se a necessidade de clarificar o conceito de geoturismo. Deste modo entendemos que geoturismo deve ser definido como o turismo que sustenta e incrementa a identidade de um território, considerando a sua geologia, ambiente, cultura, valores estéticos, património e o bem-estar dos seus residentes. O turismo geológico assume-se como uma das diversas componentes do geoturismo;
2. O turismo geológico é uma ferramenta fundamental para a conservação, divulgação e valorização do passado da Terra e da Vida, incluindo a sua dinâmica e os seus mecanismos, e permitindo ao visitante entender um passado de 4600 milhões de anos para analisar o presente com outra perspetiva e projetar os possíveis cenários futuros comuns para a Terra e a Humanidade;
3. A valorização do património geológico deve procurar ser inovadora e privilegiar a utilização de novas tecnologias de informação, de preferência para melhorar o conteúdo veiculado pelos clássicos painéis de informação;
4. Recorrentemente as experiências de valorização e informação do património geológico não são inteligíveis pelo público em geral. Normalmente deparamos com autênticos tratados científicos que, que ao usarem uma linguagem altamente especializada, implicam incompreensão dos visitantes e limitam a sua utilidade turística. A disponibilização de informação deverá ser acessível e inteligível para o público em geral, vertida em poucos conceitos básicos e apresentados de forma clara, em resultando da conjugação dos esforços de cientistas, especialistas de interpretação e técnicos de design.
5. Entendemos assim ser tempo de relembrar os princípios básicos de interpretação propostos em 1957 por Freeman Tilden e de aplicá-los ao património geológico:
 - Toda a valorização do património geológico que não se adequa, de uma forma ou de outra, à personalidade ou à experiência de vida de um visitante é estéril;
 - A informação não é interpretação. A interpretação é uma revelação baseada na informação. As duas coisas são totalmente diferentes, mas toda a interpretação apresenta informação;
 - A interpretação de um espaço natural deve provocar e despertar a curiosidade e a emoção muito mais do que ensinar;
6. Encorajamos os territórios a desenvolver o geoturismo, focado não apenas no ambiente e no património geológico, mas também nos valores culturais, históricos e cénicos. Neste sentido, incentivamos o envolvimento efetivo entre cidadãos locais e

visitantes, para que estes não se restrinjam ao papel de turistas espectadores, ajudando assim a construir uma identidade local, promovendo aquilo que é autêntico e único no território. Desta forma conseguiremos que o território e os seus habitantes obtenham integridade ambiental, justiça social e desenvolvimento económico sustentado.

Arouca (Arouca Geopark, Portugal), 12 de Novembro de 2011.

Fonte: _____ disponível em:
<http://www.azoresgeopark.com/media/docs/declaracao_de_arouca_geoturismo.pdf>. Acesso: 7 abril de 2016.

ANEXO C – MAPA ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO DE CAÇAPAVA DO SUL